

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE
PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO
VICENTINO INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**

RODRIGO PINTO DE ANDRADE

MARINGÁ, 2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE
PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO
INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**

Tese apresentada por RODRIGO PINTO DE ANDRADE ao programa de Pós-Graduação em Educação: Doutorado, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO.

Co-orientador:
Prof. Dr. JUSTINO PEREIRA DE MAGALHÃES

MARINGÁ, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

A553r Andrade, Rodrigo Pinto de
Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense: o caso da implantação do colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948 - 1965) / Rodrigo Pinto de Andrade. -- Maringá, 2017.
2 v. (303 fls.) : il. color., figs., mapas, quadros

Orientador: Prof. Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo.
Coorientador: Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

1. História da educação - Brasil. 2. Instituições Escolares. 3. Educação Escolar no Oeste Paranaense. 4. Colégio Vicentino Incomar - Toledo-PR. I. Toledo, Cézar de Alencar Arnaut de, 1957-, orient. II. Magalhães, Justino Pereira de, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 371.00981

MN-004024

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE
PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO
INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) – UEM – Maringá

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori
UEM – Maringá

Prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter
UENP – Jacarezinho

Profa. Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel
PUC – Curitiba

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior
UEPG – Ponta Grossa

MARINGÁ, 2017

Dedico este trabalho para Sofia.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese depende sempre de um conjunto alargado de múltiplas contribuições, sem as quais o resultado final nunca seria o mesmo. É por isso que, por um dever de justiça, preciso agradecer os apoios e os estímulos recebidos ao longo do processo de investigação e durante o indispensável tempo de solidão e de isolamento do ato de escrita.

O primeiro agradecimento vai para o Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, orientador científico desta tese, que já o foi também da dissertação de mestrado, tendo contribuído decisivamente para minha formação como pesquisador. Meu sincero reconhecimento e gratidão por suas orientações precisas, pelo estímulo e disponibilidade nos momentos cruciais. Sua honestidade acadêmica me proporcionou conhecer a seriedade das pesquisas na área da História da Educação.

Ao Prof. Dr. Justino Magalhães, co-orientador desta pesquisa, pelo afetuoso acolhimento acadêmico no período em que estive em Lisboa, no Instituto de Educação, e cuja orientação contribuiu para a minha formação acadêmica. Agradeço por seus direcionamentos, que colaboraram para ampliar meu entendimento sobre os conceitos de Educação e de Instituições Educacionais.

Aos professores doutores Angelo Aparecido Priori, Alessandro Santos da Rocha, Flávio Massami Martins Ruckstadter, Maria Elisabeth Blanck Miguel, pela leitura e pelas contribuições sugeridas às minhas investigações no exame de qualificação.

Ao amigo, Prof. Rubens Paes, pela revisão de língua portuguesa.

Aos meus amigos e familiares que me apoiaram, direta ou indiretamente, nesta longa caminhada.

À Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, Hugo e Márcia, por sempre serem solícitos.

Ao Colégio Vicentino Incomar, por ter aberto seus arquivos e possibilitado o acesso às fontes. Especialmente às diretoras da instituição, irmãs Neriuzza Franco e Maria Geralda Coelho e, também, à irmã Adriana Félix Coelho, secretária do Colégio, que me acompanhou durante toda a pesquisa. Obrigado pela disponibilidade e gentileza.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento recebido.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento aos que mais de perto acompanharam este processo e com ele sofreram as maiores privações do meu tempo - a minha esposa Francielle e minha filhinha Sofia, que nasceu durante o período do doutorado.

ὅτι ἔξ αὐτοῦ καὶ δι αὐτοῦ καὶ εἰς αὐτὸν τὰ
πάντα· αὐτῷ ἢ δόξα εἰς τοὺς αἰῶνας ἀμήν

Προς Ρωμανίους 11.36

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**. 303 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2017.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa documental na área da História da Educação com particular incidência no campo da história e historiografia das instituições escolares. O objetivo desta tese é analisar as relações entre religião e educação escolar no contexto da colonização do oeste paranaense, o caso na implantação do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria (Incomar), na cidade de Toledo, em 1948. Como primeira escola criada e mantida pela Igreja Católica na região, a instituição exemplifica muito bem a aliança entre religião e educação no oeste do Paraná, no período de sua ocupação planejada. Sua implantação se deu num período em que o catolicismo passava por um processo de consolidação institucional na região e foi usada como instrumento eficaz para que a Igreja continuasse a exercer influência nas decisões e nos rumos daquela sociedade. A chegada da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo para desenvolver um trabalho educativo numa localidade de colonização recente, Toledo, era parte importante do programa educacional da Igreja que, ainda sob a influência doutrinária do Concílio Vaticano I, pretendia implementar um projeto de organização e funcionamento racional e disciplinado da sociedade, que, por sua vez, estava em consonância com as propostas políticas e ideológicas do Estado e das instituições e empresas responsáveis pela colonização, que eram garantir a formação de uma comunidade ordeira, obediente ao Estado e à Igreja. Pode-se dizer que a instituição do Incomar serviu para que a Igreja levasse a cabo as orientações conciliares, de privilegiar a ação educativa como estratégia de recatolização da sociedade brasileira. Esta pesquisa, embora dialogue com literaturas especializadas sobre Instituições Escolares, História regional e História da Educação brasileira, prioriza a análise de fontes primárias. A documentação para efetivação desta tese foi coletada nos arquivos das seguintes instituições: Colégio Vicentino Incomar; Casa Geral Vicentina de Paris; Casa Provincial Vicentina de Curitiba; Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa; Universidade Católica Portuguesa, Lisboa; Centro Cultural de Foz do Iguaçu; Mitra Diocesana de Foz do Iguaçu; Mitra Diocesana de Toledo; Paróquia São João Batista, Foz do Iguaçu; Paróquia Cristo Rei, Toledo; Museu Histórico Willy Barth, Toledo; Ação Social São Vicente de Paulo, Toledo; Museu da Imagem e do Som, Cascavel; Secretarias Municipais de Educação de Foz do Iguaçu e de Toledo; sítios eletrônicos da Fundação Getúlio Vargas e das Câmaras Municipais de Foz do Iguaçu e de Toledo. Os dados revelados pelas fontes, relacionados às condições sociais do contexto político e econômico em que foram produzidos, indicam que o Colégio Vicentino Incomar envidou esforços para cumprir a missão atribuída pela Igreja à educação escolar, qual seja: formar bons cristãos e virtuosos cidadãos.

Palavras-Chave: Educação; História da Educação; Instituições Escolares; Toledo.

ANDRADE, Rodrigo Pinto de. **RELIGION AND SCHOOL EDUCATION IN THE COLONIZATION OF THE WEST OF PARANÁ: THE CASE OF THE IMPLEMENTATION OF INCOMAR VINCENTIAN HIGH SCHOOL, FROM TOLEDO (1948 - 1965)**. 303s. Thesis (Doctorate in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2017.

ABSTRACT

This is a documentary research in the area of History of Education with a particular incidence in the field of history and historiography of school institutions. The objective of this thesis is to analyze the relationship between religion and school education in the context of the colonization of the west of Paraná, the case of the implementation of *Imaculado Coração de Maria* - Vincentian High School (Incomar), in Toledo City, in 1948. As the first school created and maintained by the Catholic Church in the region, the institution exemplifies very well the alliance between religion and education in the west of Paraná, in the period of its planned occupation. Its implementation was in a period when the Catholicism went through a process of institutional consolidation in the region, and it was used as an effective instrument so that the Church continued to exert its influence in the decisions and directions of that society. The arrival of the Congregation of the Daughters of Charity of Saint Vincent de Paul to develop an educational work in a place of recent colonization, Toledo City, was an important part of the educational program of the Church, that was still under the doctrinal influence of the First Vatican Council, and intended to implement a project of organization and rational and disciplined functioning of society. In addition, that was in consonance with the political and ideological proposals of the State and the institutions and companies responsible for colonization which were to ensure the formation of an orderly community, obedient to the State and to the Church. It can be said that the institution of the Incomar served for the Church to carry out the conciliar guidelines to privilege the educational action as a strategy of to catholicize again the Brazilian society. This research, although dialogues with specialized literatures about School Institutions, Regional History and History of Brazilian Education, prioritizes the analysis of primary sources. The documentation for the effectiveness of this thesis was collected in the archives of the following institutions: Incomar Vincentian High School; Vincentian General House of Paris; Vincentian Provincial House of Curitiba; National Library of Portugal, Lisbon; National Archives of Torre do Tombo, Lisbon; Portuguese Catholic University, Lisbon; Foz do Iguaçu Cultural Center; Diocesan Miter of Foz do Iguaçu; Diocesan Miter of Toledo; Saint John Baptist Parish, Foz do Iguaçu; Christ the King Parish, Toledo; Willy Barth Historical Museum, Toledo; Saint Vincent de Paul Social Action, Toledo; Museum of Image and Sound, Cascavel; Municipal Secretaries of Education of Foz do Iguaçu and Toledo. The data revealed by the sources, related to the social conditions of the social, political and economic context where they were produced, indicate that the Incomar Vincentian High School made efforts to fulfill the mission assigned by the Church to school education, which is: to form good Christians and virtuous citizens.

Key Words: Education; History of Education; School Institutions; Toledo City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trabalhadores das <i>obrages</i> na Argentina e no oeste do Paraná.....	39
Figura 2 - Vale usado na <i>obrage</i> de Júlio Allica (década e 1920).....	43
Figura 3 - Militares em frente ao prédio que abrigou a Sede da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (década de 1910).....	45
Figura 4 - Panfleto de divulgação da MARIPA, 1949.....	72
Figura 5 - Revista do Globo. Porto Alegre, 29/09/1951. p. 67.....	78
Figura 6 - Lei da Prefeitura municipal de Toledo - Código de Posturas (1954).....	80
Figura 7 - Região central de Toledo: fotografias de 1950 e 1953.....	81
Figura 8 - Fotografia de Vicente de Paulo e Luísa de Marillac.....	123
Figura 9 - Características do vestuário das Filhas da Caridade, século XVII.....	132
Figura 10 - Irmã cuidando de crianças órfãs, Século XIX.....	136
Figura 11 - Primeiras irmãs vicentinas que chegaram a Curitiba no ano de 1904.....	145
Figura 12 - Fotos do Padre Antônio Patui. Décadas de 1960 e final de 1980.....	156
Figura 13 - Fotos da primeira capela construída pelo padre Antônio Patui.....	157
Figura 14 - Padre Patui com os primeiros alunos do Seminário Cristo Rei.....	159
Figura 15 - Dom Manuel da Silva D'Elboux, arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo de Poença Sigaud, bispo de Jacarezinho e Dom Geraldo Fernandes bispo de Londrina, caminhando para o local da posse de Dom Armando Círio.....	163
Figura 16 - Documento da MARIPA assumindo compromisso de construir as instalações prediais da futura escola.....	169
Figura 17 - Primeira turma do Curso Normal, 1966.....	182
Figura 18 - Prédios do Colégio Vicentino Incomar, 1948 e 1949.....	187
Figura 19 - Sala de aula do primeiro prédio do Colégio Incomar, 1949.....	188
Figura 20 - Lançamento da “pedra fundamental” do prédio do Incomar, 1961.....	190
Figura 21 - Prédios do Colégio Incomar.....	191
Figura 22 - Irmãs Lúcia Mikosz; Elia Bassani e Verônica Sawtczuck.....	194
Figura 23 - Primeira turma do Colégio Incomar, 1948.....	198
Figura 24 - Procissão dos alunos do Incomar, 1950 e 1953.....	203
Figura 25 - Desfiles de 7 de Setembro: 1953 e 1960.....	205
Figura 26 - Apresentação da banda do Colégio Incomar, década de 1960.....	206

Figura 27 - Alunos do internato misto no horário do lanche, 1949.....	210
Figura 28 - Alunas do internato e da Casa de Formação.....	212
Figura 29 - Trabalhos manuais das alunas internas, década de 1950.....	214
Figura 30 - Meninos atendidos pela Ação Social do Incomar: Guarda Mirim; Clube dos Jornaleiros e Clube dos Engraxates, respectivamente (década de 1970).....	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Local de nascimento dos migrantes em Toledo (década de 1960).....	75
Quadro 2 - Escolas municipais existentes na área rural de Toledo na década de 1950.....	82
Quadro 3 - Congregações femininas no Brasil no século XIX.....	95
Quadro 4 - Congregações femininas estabelecidas no Brasil no século XX.....	96
Quadro 5 - Províncias das Filhas da Caridade no Brasil.....	142
Quadro 6 - Escolas vicentinas da província de Curitiba.....	147
Quadro 7 - Paróquias existentes na região oeste do Paraná até a instalação da diocese em 1960.....	165
Quadro 8 - Paróquias fundadas na Diocese de Toledo por Dom Armando Círio, no período de 1960 a 1978.....	165
Quadro 9 - Relação das diretoras do Incomar.....	175
Quadro 10 - Modalidades de ensino, período e modificação do nome da instituição.....	183
Quadro 11 - Atos oficiais, resoluções, leis, documentos de autorização para criação de novos cursos.....	183
Quadro 12 - Quadro de alunos do Colégio Incomar em 1948.....	196
Quadro 13 - Quadro de alunos do Colégio Incomar em 1949.....	197
Quadro 14 - Disciplinas do Curso Primário do Incomar.....	201
Quadro 15 - Disciplinas do Curso Ginásial do Incomar.....	201

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Atual região oeste do Paraná.....	34
Mapa 02 – Mapa das principais <i>obrages</i> no oeste paranaense, 1940.....	41
Mapa 03 – Presença das Filhas da Caridade no mundo.....	133

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	33
2.1 A colonização do oeste paranaense.....	34
2.1.1 Sistema de <i>obrages</i> e a implantação da Colônia Militar do Iguçu.....	38
2.2 O Estado Novo e o plano de nacionalização das fronteiras do Brasil	48
2.2.1 A Marcha para o Oeste e a implantação do Território Federal do Iguçu (1943).....	50
2.3 Comunidades Imaginadas: a colonização planejada do oeste paranaense	56
2.3.1 Em busca da “terra da promessa”: migração, conflitos sociais e disputa pela posse da terra na região oeste do Paraná.....	59
2.3.2 “Mercado de terras” no oeste paranaense: a atuação das empresas colonizadoras.....	64
2.3.3 Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPA).....	66
2.4 Fundação e desenvolvimento de Toledo (1946): “aqui se faz um milagre”.....	74
3. O PROJETO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1889 -1945).....	84
3.1 A educação católica no Brasil sob os auspícios do Concílio Vaticano I: romanização e recatolização.....	85
3.1.1 O estabelecimento de novas Congregações religiosas no Brasil após a Proclamação da República	92
3.2 Estado, Igreja Católica e educação escolar na Primeira República (1889 - 1930).....	98
3.3 Reforma Francisco Campos, Igreja Católica e a educação escolar no Governo Vargas (1930-1937)	105
3.3.1 Estado Novo e Reforma Capanema: a consolidação do “pacto de colaboração recíproca” entre o governo e a Igreja.....	115
4. AS FILHAS DA CARIDADE DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO: SEU MODELO DE EDUCAÇÃO	122

4.1	Fundação e fundadores: São Vicente de Paulo e Luisa de Marillac	123
4.2	Vida religiosa e método pedagógico das Filhas da Caridade da Sociedade Vicente de Paulo.....	127
4.3	As Filhas da Caridade no Brasil: atuação na educação escolar de meninas	137
4.3.1	O estabelecimento das irmãs vicentinas no Paraná	142
5.	A IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO INCOMAR (1948-1965)	150
5.1	O catolicismo na colonização de Toledo	151
5.1.1	Padre Antônio Patui.....	155
5.1.2	Seminário Cristo Rei.....	158
5.1.3	Instalação da diocese.....	161
5.2	A atuação educacional das irmãs vicentinas em Toledo.....	168
5.3	A organização pedagógica do Colégio Vicentino Incomar	173
5.3.1	A organização administrativa prescrita no Regimento Interno.....	173
5.3.2	Modalidades de ensino.....	178
5.3.3	Espaço escolar e estruturas prediais.....	185
5.3.4	Docentes.....	193
5.3.5	Discentes.....	196
5.3.6	Currículo, formação cívica e práticas religiosas.....	200
5.3.7	Regime educacional de internato misto.....	208
5.3.8	Internato feminino.....	211
5.4	O Colégio Vicentino Incomar e as obras educacionais e assistenciais adjuntas.....	216
	CONCLUSÃO.....	220
	REFERÊNCIAS	228
	ANEXOS	251

1. INTRODUÇÃO

Esta tese integra-se na história das instituições educativas e tem como objetivo analisar as relações entre religião e educação escolar no contexto da colonização do oeste paranaense, no caso da implantação do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria (Incomar), na cidade de Toledo, em 1948. Nas regiões de colonização recente, especificamente no oeste do Paraná, religião e escolarização sempre estiveram imbricadas. As instituições e empresas responsáveis pelo processo de (re)ocupação da terra propalaram a ideia da formação de uma comunidade idealizada, que seria alcançada por meio da educação e que, por sua vez, estaria diretamente ligada à religião.

Partindo do entendimento de que no interior de uma instituição educativa estão presentes os elementos da sociedade na qual ela foi criada, esta pesquisa analisou a história da implantação do Colégio Vicentino Incomar como chave para uma leitura das estruturas que integraram a vida social e religiosa do oeste do Paraná, especificamente do município de Toledo. Escolhemos historiar essa instituição educacional porque entendemos que ela, como primeira escola criada e mantida pela Igreja Católica na região, exemplifica muito bem a aliança entre religião e educação no oeste paranaense, no período de sua ocupação planejada/empresarial, na década de 1940.

Tal escolha temática não foi por acaso, tem sustentação em dois princípios: primeiro, o estudo sobre as instituições escolares confessionais na região oeste do Paraná é fruto de uma trajetória acadêmica na Pós-graduação. Em 2011, foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá a dissertação de mestrado com o título: **História e Historiografia da Escola Luterana Concórdia, de Marechal Cândido Rondon (1955-1969)**. A partir de uma análise das particularidades, das práticas e dos sujeitos dessa escola, foi possível compreender a importância da Igreja Luterana na criação dessa escola na região oeste. Entretanto, a investigação suscitou outros problemas e possibilitou novos caminhos de pesquisa que ampliassem a discussão para as relações mais abrangentes entre religião e educação escolar. Para tal, decidimos por analisar a história da implantação da primeira escola confessional da região, o Colégio Vicentino Incomar, que representa a relação entre religião e educação no período da ocupação planejada do oeste paranaense. A presente

pesquisa foi iniciada no PPE/UEM em 2013, sob a orientação do professor Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, com um Estágio Intercalar de Doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, com a orientação do professor Dr. Justino Pereira de Magalhães, no período de 02 de abril a 31 de julho de 2015. Esses anos de investigação sobre colonização, escolarização e instituições escolares no oeste do Paraná oportunizaram condições para apresentar uma proposta nova sobre essa temática. E isso nos leva ao segundo princípio que fundamenta a escolha do tema: a originalidade da abordagem, isto é, analisar como se deu a aliança entre religião e educação no contexto da colonização, que acabou resultando na criação das primeiras escolas da região. Embora haja uma literatura especializada sobre a história do oeste do Paraná e estudos de mestrado e doutorado que analisam temas como: colonização; urbanização e mudanças econômicas; agronegócio; religião e religiosidade; expansão da fronteira agrícola; escolarização; história das instituições educacionais¹; constatamos a ausência de trabalhos que discutem especificamente a relação entre religião e educação escolar no período da ocupação planejada da região.

Quanto à delimitação temporal, optamos pelo recorte do ano de 1948, período em que tiveram início as atividades da instituição, até 1965, quando foram publicados os documentos do Concílio Vaticano II, que atualizaram as concepções que regulamentavam as ações pedagógicas e pastorais da Igreja, representando uma mudança central e matricial para aquele momento. Os documentos de orientação emanados dos debates do Concílio preconizavam a abertura do catolicismo para as questões contemporâneas e sua adaptação às transformações sociais do período. Especificamente sobre o tema da educação escolar, destaca-se a declaração *Gravissimum Educationis*, documento que, após o Vaticano II, passou a nortear a ação das escolas confessionais católicas em todo o mundo, demonstrando a clara preocupação da Igreja em construir um modelo educacional

¹Sobre a colonização do oeste paranaense, conferir: Wachowicz, (1982); Piaia, (2004); Freitag, (2007); Grondin, (2007); Gregory, (2005); Maccari, (1999); Freitag, (2001). Urbanização e mudanças econômicas ver: Schneider, (2001); Reolon, (2007); Campos, (2007); Santos, (2010). Agronegócio, conferir: Crestani, (2012); Peris, (2003). Sobre o tema da religião e religiosidade, verificar: Mezzomo, (2000); Deitos, (2004); Mezzomo, (2009), Casagrande (2002). Acerca da expansão da fronteira agrícola, ver: Myskiw, (2000); Schneider, (2008); Schneider, (1998); Zago, (2007). Sobre a questão da escolarização da região, conferir: Emer, (1991); Gomes, (2012). Pesquisas sobre a trajetória histórica das instituições educacionais: Sbardelotto, (2009); Andrade, (2011); Thomé, (2005); Nath, (2013); Garuti de Andrade, (2016).

que fosse, ao mesmo tempo, tradicional e moderno, sem deixar de lado os princípios, as doutrinas e a tradição católica. Ao adotar as novas orientações conciliares, as escolas católicas modificaram as orientações vigentes no período, isto é, as diretrizes educacionais do Concílio Vaticano I.

Em face disso, coloca-se o problema que direciona a pesquisa: como se deu a aliança religião/educação no interior do processo de colonização planejada do oeste do Paraná que resultou na implantação do Colégio Vicentino Incomar e qual papel ela exerceu no projeto colonizador empreendido na região? Temos como hipótese o fato de que educação escolar e religião estiveram intrinsecamente associadas ao discurso do projeto colonizador aplicado na região, sendo que a criação do Colégio Vicentino Incomar materializou, no oeste paranaense, o pacto de colaboração recíproca entre a Igreja e o Estado. Sua implantação foi realizada em interação com a sociedade, abrangendo no seu quadro discente as filhas da elite local e regional, cuja formação fez emergir naquela região de colonização recente uma elite letrada que acabou influenciando os rumos da sociedade.

As irmãs Filhas da Caridade, ao implantarem na cidade de Toledo o Colégio Incomar, ainda sob a influência eclesial e pastoral do Concílio Vaticano I, tão bem definida pela Encíclica *Divinis Illius Magistri*, publicada em 1929 pelo Papa Pio XI, que afirmava ser a educação cristã a mais perfeita e adequada para a formação da juventude, tinham como alvo principal a formação de meninas cristãs, católicas, fiéis a Deus e à Igreja, que difundissem os valores do catolicismo na família e na sociedade, de acordo com o quadro doutrinal da Igreja.

A chegada e o estabelecimento das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo em Toledo, com o propósito de criar uma escola, demonstrou a estratégia de ação do catolicismo na região, que desenvolveu uma dinâmica de atuação pautada na ação pastoral, voltada para os problemas candentes daquela sociedade, dentre os quais se destacava a educação escolar. Seguindo as orientações conciliares, que insistiam na importância da educação escolar como mecanismo eficaz para a recatolização da sociedade brasileira, a Igreja em Toledo, por meio da atuação das irmãs vicentinas, privilegiou a ação educacional na implementação de seu projeto institucional.

No oeste paranaense, a educação escolar não fez parte efetivamente do projeto de comercialização das terras e da criação de um grande plano mercantil de colonização. Ela foi posteriormente acrescentada e, no discurso das instituições e

empresas responsáveis pela ocupação do território, foi elevada à categoria de fundante no processo de mercantilização da terra. A colonização empresarial da região fez parte do processo de migração interna que aconteceu no Brasil no contexto do projeto de nacionalização das fronteiras, no período do Estado Novo (1937-1945) e da implantação do programa federal Marcha para o Oeste. No movimento migratório, a educação escolar foi concebida como elemento de garantia de uma prosperidade futura e relacionada ao caráter comercial do empreendimento da colonização.

No oeste do Paraná as instituições educativas foram gestadas a partir da realidade do interior dos núcleos de colonização e ofereceram um formato de educação peculiar em cada período, o que favoreceu uma estreita relação entre capela/templo e escola. Essa relação entre educação e religião se materializou quando da implantação do Colégio Vicentino Incomar. A criação dessa instituição educativa teve decisiva participação da Igreja Católica, quando fez chegar a Toledo a Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

O ideário das vicentinas ao se instalarem em Toledo era aliar educação religiosa e formação para a cidadania; para tal, as irmãs davam aos conteúdos curriculares e mesmo ao espaço escolar, um caráter de religiosidade, além de propor que o seguimento dos princípios doutrinários católicos eram a garantia para se construir uma sociedade pautada pela moralidade, pelos bons costumes e pela manutenção da ordem. Evidencia-se, assim, que as instâncias civil e religiosa (Estado e Igreja) foram bem articuladas pelas Filhas da Caridade no período da colonização do oeste paranaense.

A criação do Colégio Incomar foi fruto da forte relação entre fé e educação. Os valores da Igreja estiveram presentes no cotidiano da escola por meio de músicas, dramatizações, orações, aulas de religião, celebrações religiosas, e catequese. As festas religiosas, os desfiles cívicos, a construção de valores patrióticos por meio da exaltação aos heróis nacionais e demais símbolos cívicos e os teatros cristãos faziam parte de um currículo que possibilitava a formação do bom cristão e do virtuoso cidadão que aquela sociedade almejava.

Fontes

Para a realização desta pesquisa foram priorizadas as fontes primárias, notadamente as disponíveis nos acervos de instituições regionais e no próprio Colégio Incomar. Devido à falta de bibliografia específica sobre o tema, foi iniciado um trabalho de “garimpar”, em diferentes arquivos, documentos ainda pouco estudados. Grande parte desse *corpus* documental encontrava-se degradado, não apenas pela ação do tempo, mas também pelo inadequado albergamento. Por isso, organizar, citar, digitalizar e, em alguns casos, inserir como anexo da tese, foi um modo de contribuir para a recuperação e a preservação dos seus conteúdos.

As fontes são a base sobre a qual se constrói uma pesquisa; são, portanto, a matéria prima na elaboração da investigação acadêmica e se constituem no ponto de apoio da investigação. Elas dizem respeito à vida do homem e que este, por sua vez, faz história por meio de sua ação sobre a natureza para transformá-la e, no processo, transforma a si mesmo. Assim, o acesso às fontes representa o contato com objetos que revelam uma forma de vida e de organização social (SAVIANI, 2004).

Ao se lançar na área da pesquisa histórica e educacional, o historiador da educação se depara com problemas relacionados à coleta, seleção e análise de fontes. Por isso, em muitos casos ele tem a tarefa de organizar seu conjunto de fontes. De acordo com o professor Justino Pereira de Magalhães, raramente encontramos um *corpus* documental organizado. Cabe-nos, então, a tarefa de constituir o próprio acervo com informações coerentes e suficientes para a investigação:

Frequentemente o pesquisador tem que iniciar seu trabalho pela constituição do próprio arquivo. Essa (re)constituição pode consistir na arrumação e organização de materiais existentes (ainda que dispersos) no interior da instituição, como pode também envolver uma coleta exterior. A construção de um arquivo é um passo fundamental para uma hermenêutica crítica (MAGALHÃES, 2004, p. 150).

No caso específico das pesquisas que analisam a trajetória das instituições educacionais, o principal repositório de fontes são os arquivos da própria escola. Eles possuem documentos com informações que dizem respeito ao funcionamento, à história e à vida dos diferentes atores que fizeram parte da trajetória histórica da escola. Por isso, configuram-se, na sua diversidade e variedade, um importante patrimônio histórico e educativo da instituição. Segundo Maria João Mogarro, o

arquivo escolar “constitui o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar” (MOGARRO, 2006, p. 72).

Os documentos que podem ser encontrados nos arquivos de uma instituição educativa trazem à tona a expressão de sujeitos e grupos sociais que representam um determinado contexto histórico, e isso pode contribuir para a compreensão da história da educação (VIDAL, 2005).

As fontes armazenadas nos arquivos escolares são as mais variadas: textos escritos, manuscritos ou impressos, e outros documentos produzidos pela escola em suas atividades. Nesses acervos são encontrados documentos que informam sobre a constituição das relações sociais da instituição escolar e sobre as políticas públicas educacionais que foram por ela implementadas. Maria Elisabeth Blanck Miguel afirma que “o arquivo é um nicho que contém não apenas registros e informações, mas também possibilita a sensação da descoberta do real” (MIGUEL, 2007, p. 31).

Nosso primeiro passo na busca pelas fontes para a realização desta pesquisa foi o contato com o Colégio Vicentino Incomar para a verificação dos materiais disponíveis no acervo da instituição. No dia 16 de abril de 2013, foi feita a primeira visita ao Colégio para conhecer suas instalações e seus arquivos. Na ocasião, a secretária da escola, irmã Adriana Félix Coelho, disponibilizou os materiais sobre a história da instituição que estavam digitalizados e nos mostrou outros documentos referentes à sua implantação, albergados numa sala destinada especificamente para esse fim. Assim, foi dado início ao processo de levantamento, seleção e coleta dos documentos. Na ocasião, a secretária da instituição fez algumas indicações sobre os locais onde poderiam ser encontrados mais materiais acerca da implantação do Colégio. Nos dias 22 e 23 de agosto de 2013 visitamos a Casa Provincial das Filhas da Caridade, em Curitiba. A bibliotecária da Província, irmã Methilde Schenato, forneceu-nos documentos ainda não analisados sobre a chegada das irmãs vicentinas ao Paraná, a construção das primeiras escolas no estado, bem como o convite para implantação do Colégio na cidade de Toledo e documentos escritos e iconográficos dos primeiros anos de atuação da Congregação no oeste paranaense.

Na medida em que a pesquisa foi avançando, novos questionamentos foram surgindo e apareceram lacunas que o repertório de fontes, que havia sido

organizado inicialmente, mostrava-se insuficiente para preencher. Com isto, nos anos seguintes fez-se necessário voltar à escola para coletar mais documentos. Em 2014, fizemos três (03) visitas ao Incomar: 21/03/14; 02/07/14 e 18/11/14. No segundo semestre de 2015 e em 2016, após o Exame de Qualificação e o encaminhamento final da pesquisa, visitamos mais três (03) vezes à escola: 19/10/15; 03/05/16 e 02/12/16, para, em contato com os arquivos, “garimpar” outros documentos que nos auxiliassem no trabalho de analisar a história da implantação da instituição em sua relação com as questões religiosas e o contexto histórico e econômico da colonização.

Parte da documentação encontrada nos arquivos do Colégio Incomar estava em estado de precária conservação, sem o devido resguardo e proteção e sem identificação. Por essa razão, tivemos que dispensar um tempo maior para organizá-los e, posteriormente, fazer a leitura e a análise. Neste sentido, concordamos com Maria Elisabeth Blanck Miguel, que esses problemas relacionados à organização dos arquivos escolares acabam ocupando um tempo além do proposto. Segundo a autora:

Os estudos das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta, a seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p.31).

Nos arquivos do Incomar encontramos textos legais; resoluções dos governos municipal, estadual e federal; estatísticas oficiais; Regimento Interno e Projeto Político Pedagógico do período da implantação da escola; variados documentos administrativos e pedagógicos; publicações exteriores à escola: livros, artigos de jornais e revistas, entre outros; materiais didáticos do período da criação da escola; Livro-atas; Livros de matrículas das primeiras turmas; Livro de exames finais dos primeiros anos; fotografias e outros documentos de natureza iconográfica. Todos esses documentos contribuíram para trazer informações sobre o modo como se deu o processo educativo nesta instituição escolar. Contudo, por si só, eles pouco diziam. Foi necessário realizar um trabalho denso, de análise e cruzamento dessas variadas e diferentes fontes.

Não há nas fontes verdade absoluta, pois elas carregam em si marcas humanas que são passíveis de múltiplas interpretações. Trata-se de fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador, mas depende do repertório de perguntas, pois “não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado” (HOBSBAWM, 2005, p. 220).

Em nossa pesquisa, procuramos não usar as fontes de modo absolutamente objetivo, mas consideramos os elementos subjetivos que as compõem, sempre com o cuidado de não avaliar o particular, o pontual, sem antes adquirir uma compreensão mais totalizadora da realidade, conforme orienta Maria Elisabeth Blanck Miguel:

[...] para compreender melhor o que as fontes comunicam, se faz necessário que elas mesmas sejam consideradas dentro de sua história e em um contexto mais amplo, pois a compreensão da história das instituições escolares guarda uma profunda inter-relação com a história do contexto no qual tais instituições se situam (MIGUEL, 2007, p. 38).

Salientamos que, embora as fontes provenientes da própria escola tenham sido importantes para o avanço da investigação, e tenham ajudado no entendimento do movimento ali ocorrido, elas não foram suficientes para completar a análise. Muitos dos documentos apresentavam uniformidade, sendo muitas vezes repetitivos. Procuramos ir a diferentes arquivos com o propósito de cotejar fontes, cruzar dados e fazer um uso graduado das fontes na expectativa de obter uma compreensão mais geral da história da implantação do Incomar em sua relação com as questões religiosas e sociais no contexto da colonização planejada do oeste paranaense.

Para o levantamento de materiais sobre a Congregação das irmãs vicentinas, visitamos a biblioteca da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) nos dias 10 e 11 de junho de 2015 e no dia 7 de julho de 2015. Na ocasião, encontramos na seção sobre as Ordens religiosas um vasto material sobre a fundação, o carisma e a atuação das irmãs, bem como textos sobre a vida e a obra de Vicente de Paulo e Luísa de Marillac, fundadores da Congregação. Visitamos também, nos dias 07/05 e 20/07 de 2015, o acervo da Biblioteca Nacional da Portugal, onde tivemos acesso aos seguintes documentos: Regras *Communs* das Filhas da Caridade e Servas dos pobres enfermos e Regulamento da Confraria da Caridade de *Châtillon*. Nos dias 18/04, 29/05 e 01/07 de 2015, realizamos pesquisas no Arquivo Nacional da Torre

do Tombo e encontramos alguns documentos sobre a fundação e a atuação da Congregação vicentina. Em contato com a irmã Vanilza Bueno, que trabalha na Casa Geral das Filhas da caridade em Paris, conseguimos que ela nos enviasse documentos relativos à fundação da Congregação, especialmente estatutos, cartas escritas por Vicente de Paulo para as Filhas da Caridade e correspondências de Luísa de Marillac com as irmãs vicentinas.

Com boa parte da documentação referente à história da escola e da Congregação religiosa à qual ela é vinculada, o passo seguinte foi levantar materiais sobre a colonização e a educação escolar na região oeste do Paraná. Nesse processo, o acervo do Museu Histórico Willy Barth foi de grande importância. Até a data do Exame de Qualificação (28/09/2015), realizamos cinco visitas a essa instituição localizada na cidade de Toledo. Em 2013 foram duas (02) visitas: 18/06/13 e 08/10/13; no ano de 2014 fizemos mais três (03) visitas: 17/03/14, 14/08/14 e 06/11/14. Nesses contatos com o acervo do Museu foi possível colher materiais referentes à colonização e à escolarização da região: documentos manuscritos e iconográficos; exemplares de jornais da época da colonização, nomeadamente o jornal **O Oeste**; panfletos de divulgação das propriedades rurais; livros de autores regionais sobre a história de Toledo; depoimentos do padre Antônio Patui e da Irmã Verônica Sawtczuck; resoluções e leis municipais; documentos e fotos das atividades das primeiras escolas da região; Relatório de Atividades e Plano da Colonização da empresa colonizadora MARIPA, entre outros. Após o Exame de Qualificação, entramos em contato com a direção do Museu Histórico Willy Barth e retornamos à instituição nos dias 04/05 e 02/12 de 2016, com o propósito de levantar novos documentos, especialmente sobre a história da Igreja Católica na colonização de Toledo; o estabelecimento das irmãs vicentinas na cidade; a criação e instalação da diocese de Toledo, a primeira da região oeste do Paraná; a trajetória de seu primeiro bispo, Dom Armando Círio; documentos iconográficos da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto a Toledo e documentos da criação do município e de seu processo de urbanização, entre outros.

Na busca por fontes relacionadas à educação escolar e à colonização do oeste paranaense, visitamos os acervos das seguintes instituições regionais: Escritório da Industrial Colonizadora Madeireira Rio Paraná S/A, em Toledo, 16/05/2016; Cúria da mitra diocesana de Toledo, 16/05 e 02/12 de 2016; Paróquia Cristo Rei, Toledo, 02/12/2016; Casa Irmã Stanislava Perz, Toledo, 02/12/2016;

Ação Social São Vicente de Paulo, 04/05/2016; Seminário Cristo Rei, Toledo, 04/05/2016; Paróquia São João Batista de Foz do Iguaçu, 05/05/2016; Cúria da mitra diocesana de Foz do Iguaçu, 05/05/2016; Centro Cultural de Foz de Iguaçu, 06/05/2016; Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 06/05/2016; Colégio Vicentino São José, de Foz do Iguaçu, 06/05/2016; Câmara Municipal de Toledo, 04/05/2016; Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu, 04/05/2016; Secretaria Municipal de Educação de Toledo, 04/05/2016; Museu da Imagem e do Som de Cascavel, 17/10/2015. Nos arquivos dessas instituições locais e regionais encontramos documentos que preencheram algumas lacunas da pesquisa.

Além dos arquivos e bibliotecas físicas, utilizamos também o recurso das bibliotecas virtuais, o que nos possibilitou o acesso a novas fontes. O aumento dos acervos digitais disponibilizados ao público acadêmico, e não só a este, tem contribuído para o avanço das pesquisas históricas e histórico/educativas. As bibliotecas virtuais disponibilizaram informações importantes que, possivelmente pelo meio impresso, dificilmente seriam encontradas. É o caso, por exemplo, de textos publicados em anais de Congressos, que só estão disponibilizados em formato digital. Elencamos abaixo os documentos consultados e os sítios eletrônicos em que estão disponíveis: a) discursos presidenciais e relatórios do Presidente Getúlio Vargas, disponíveis no sítio eletrônico: www.funag.gov.br/biblioteca/.../Discursos_getulio_vargas.pdf; b) Imagens e dados estatísticos da das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, disponíveis no sítio eletrônico: <http://www.filhasdacaridade.com.br/>; c) Leis Federais que dispõem sobre a criação do Território Federal do Iguaçu e da Colônia Militar do Iguaçu, disponíveis no sítio eletrônico: <http://www2.camara.leg.br>. Além dos sítios eletrônicos da Associação Nacional de Pós-Graduação, Pesquisa em Educação (ANPED); banco de teses e dissertações da CAPES; acervo do grupo de pesquisa da História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR); Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e bibliotecas virtuais das seguintes Universidades: Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade de Lisboa; Universidade Católica de Lisboa; Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Todo o trabalho que empreendemos na coleta, seleção, organização e, em alguns casos, recuperação e digitalização de documentos em adiantado estado de degradação, foi para evitar o manuseio dos originais e isso acabou contribuindo, especialmente no interior do Colégio Incomar, para o desenvolvimento de uma cultura de preservação de documentos e valorização de seus arquivos. Isso, sem dúvida, ajuda na salvaguarda da história e da memória educacional do oeste paranaense e de Toledo. Destacamos, portanto, a necessidade de criar e manter arquivos nas mais diferentes localidades da região oeste do Paraná, para que as fontes sejam resguardadas e corretamente acondicionadas. Nas fontes preservadas pelos arquivos, como salienta Blanck Miguel, “está contida a memória, ou fragmentos da memória do que desejamos pesquisar” (MIGUEL, 2012, p.13).

Nesse sentido, os arquivos constituem-se em dispositivos de memória que, ao serem interpretados, reconstróem parte da história. Eles são guardiões da história de uma sociedade e de uma escola. Por isso, a organização deles contribui para a preservação da memória histórica. O arquivo é um lugar privilegiado de informação e construção do sentido evolutivo para a história de uma instituição escolar (MAGALHÃES, 1999a).

Analisando as relações entre memória e arquivo, observamos que a memória de uma instituição educativa se forma a partir de contradições, da transmissão oral, da somatória de outras memórias, de pessoas e de gerações. Tal relação deve ser feita mediante um estudo hermenêutico de boa interpretação, que não se prende a simples descrições (MAGALHÃES, 1999b).

Na trilha das pesquisas sobre a história das instituições educacionais, nosso trabalho faz uso das fontes iconográficas, especialmente fotografias. A possibilidade do emprego desse tipo de fonte como elemento que facilita o entendimento do passado faz parte do processo de modificação, ampliação e renovação que o próprio conceito de fontes nas pesquisas na área da História e da História da Educação tem passado nas últimas décadas².

² A renovação do conceito de fontes é, em grande medida, tributária da escola dos *Annales* - movimento francês dos anos de 1920, que, ao propor um alargamento do conceito de fontes e o uso de documentos não oficiais para elaboração historiográfica, contribuiu para um diferente uso de fontes em pesquisas históricas. A renovação do conceito do que são fontes históricas representou uma espécie de ruptura com a historiografia tradicional (NOSELLA; BUFFA, 2009). Ao propor a expansão das fontes e o uso de documentos não oficiais, os *Annales* valorizaram a ação coletiva e individual, geral e particular dos indivíduos. O movimento contribuiu para a ampliação da noção de documento, não mais só os escritos, mas a tudo aquilo que revela o passado humano, que é fruto da ação do homem, nos seus mais diversos suportes. Embora os documentos escritos continuassem

Nas pesquisas históricas, as imagens podem ser usadas tanto como elementos ilustrativos quanto como fontes documentais. Quando aparece apenas como uma prova documental para ilustrar a discussão, a imagem configura um uso meramente ilustrativo. Porém, quando é analisada a partir de seus aspectos pré-iconográficos, iconográficos e iconológicos, ela deixa de ser somente objeto de simples visualização e recebe o *status* de fonte histórica. Ciro Flamarion Cardoso destaca que a iconografia, em suas diversas representações, começou a ser usada nas pesquisas históricas primeiramente na forma de ilustrações, depois como fonte para a História e até mesmo como objeto de estudo (CARDOSO, 1990).

A fotografia, diferentemente de outros tipos de iconografia, como pinturas, desenhos, gravuras e ilustrações, ao ser utilizada como fonte histórica, apresenta fragmentos de fatos objetivos da realidade apreendida, de lugares que existem ou existiram e de pessoas e sociedades que viveram em um momento determinado. Embora não sejam o espelho do real, muito menos uma imitação perfeita da realidade, as fotografias trazem elementos que ajudam a entender costumes de uma determinada época (MARINHO, 2014). Os trajes das pessoas, suas posturas, expressões, cenários e ambientes registrados ajudam no entendimento do *modus vivendi* de uma sociedade. Boris Kossoy destaca que:

As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas; pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência (KOSSOY, 2001, p.21).

A fotografia evoca lembranças, emoções e informações sobre uma determinada época histórica. Constitui-se num registro visual e material das sociedades e dos indivíduos. Ela é testemunha de um acontecimento, experiência ou fato, suas decodificações e interpretações. Nessa perspectiva, a fotografia pode

compondo a maior parte das fontes históricas abriu-se a possibilidade de novas fontes serem incorporadas à pesquisa histórica. Na percepção de Lucien Febvre, um dos principais representantes dos *Annales*, “a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. [...] Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE, 1985, p.249).

ser tomada como pista, indício ou mesmo documento para as pesquisas historiográficas (STAMATTO, 2009; MAUAD, 2011).

A opção pelo uso de fotografias como fontes históricas requer do historiador um acurado cuidado, pois, conforme propõe Peter Burke, elas podem ser retocadas ou alteradas e podem ser usadas para induzir uma ideia. Há que considerar também, a ação do fotógrafo, que pode arrumar e/ou modificar a cena. Assim, é preciso, do mesmo modo que se faz com os documentos escritos, ao ser tomada como fonte, a imagem deve ser criteriosamente analisada (BURKE, 2001).

Em nossa pesquisa, tivemos acesso a muitas fotografias que retratam o período da colonização planejada do oeste do Paraná, as primeiras ações da Igreja na região e, principalmente, fotografias que revelam as práticas educativas e as atividades iniciais das irmãs vicentinas no trabalho de implantação do Colégio Incomar, em Toledo. As imagens apresentadas, e outras incorporadas ao texto da tese, foram classificadas e posteriormente analisadas a partir do cruzamento com outras fontes, especialmente escritas, permitindo assim que a fotografia fosse percebida como um fragmento do passado, que pode ter diferentes leituras quando comparada com outros documentos.

Fundamentação teórica

O historiador Eric Hobsbawm, num texto intitulado **A história progrediu?** discute as transformações ocorridas na historiografia durante o século XX e salienta que esse período foi marcado pela crise dos paradigmas que, por sua vez, resultou numa expansão do campo dos estudos históricos e, concomitantemente, propiciou uma fragmentação desse mesmo campo. A convergência entre a História e as Ciências Sociais é a principal causa dessa fragmentação. O autor não critica a incorporação de novas técnicas de outras ciências sociais à investigação histórica, desde que essas não sejam instrumentos que conduzam a pesquisa historiográfica à análise de fenômenos fugazes, pontuais, micro-objetos, divorciados de qualquer tipo de sistematização epistemológica que busque o sentido da totalidade (HOBSBAWM, 2005).

A expansão dos estudos históricos e a ampliação do leque de novos objetos analisados a partir de sua historicidade tem influenciado a produção acadêmica na

área da História da Educação. Dermeval Saviani destaca que os pesquisadores vinculados à História da Educação se empenharam em adquirir competência no âmbito da historiografia e procuraram se aproximar dos chamados historiadores de ofício. Isso resultou na elaboração de muitas pesquisas na área da Educação que privilegiaram novos objetos, novos problemas, novos métodos e novas fontes, priorizando, em muitos casos, a análise de objetos episódicos em detrimento das grandes temáticas da Educação (SAVIANI, 2005).

O aspecto positivo dessa renovação do campo é que diversos temas, que antes não eram investigados, passaram a ser contemplados pela historiografia educacional³. O estudo sobre a história das instituições educativas se insere nesse processo. Trata-se de um veio da pesquisa histórica e educacional, um recorte que serve para destacar o objeto, para que este seja analisado mais detalhadamente, jamais para isolá-lo. É um processo no qual as partes se relacionam com o todo. Por isso, a análise da história de uma instituição pode ser a chave para se compreender a educação no sentido mais geral. Para tal, faz-se necessário cotejar a instituição pesquisada com outras inseridas no meio social que a produziu (SANFELICE, 2002).

No Brasil, a análise da história das instituições escolares tem se firmado como uma Linha de Pesquisa no âmbito da História da Educação e se constituído, cada vez mais, num campo de investigação promissor. Desde a década de 1990 têm surgido grupos de pesquisa que valorizaram os estudos sobre as instituições educacionais e suas práticas, despertando o interesse de muitos investigadores (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Um dos elementos que têm contribuído para o aumento das investigações sobre a temática é a possibilidade de se escrever a história da educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais. É uma proposta de pesquisa que visa à

³ A renovação da História da Educação, segundo Justino Magalhães, adquiriu uma identidade epistemológica. Em sua percepção, desde a década de 1960, a historiografia da educação tem evoluído por meio de uma revisão crítica que permite compreender e explicar os fenômenos educativos. A temática da história das instituições educativas insere-se num processo de renovação no campo da História da Educação que se iniciou na Europa, especialmente em Portugal, França, Itália e Espanha, espalhou-se para outras partes do mundo e chegou ao Brasil. A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação (MAGALHÃES, 1998; MAGALHÃES, 1999a). Paolo Nosela e Ester Buffa enfatizam que a partir dessa renovação as pesquisas da área passaram a contemplar temas diversos, que antes não eram estudados, tais como: formação de professores, manuais didáticos, currículos, práticas educativas, questões de gênero, educação indígena, infância e a instituição escolar (NOSELLA; BUFFA, 2005).

valorização das peculiaridades regionais, sem desconsiderar as dimensões nacionais. Em outras palavras, entende-se que, ao analisar as características de uma determinada instituição, espacial e geograficamente determinada, nasce a possibilidade de se conhecer o contexto histórico-político e social que a criou. Assim, historiar uma instituição é investigar o que se passa em seu interior, a partir da análise que envolve os vários atores participantes do processo educativo, à luz do contexto geral, pois o movimento em seu interior reflete, de maneira particular e elaborada, o movimento social onde ela está inserida; a escola, portanto, deve ser analisada a partir de seu contexto histórico, social e político (SANFELICE, 2010).

A escola é uma instituição produzida pelo homem em sociedade, para atender suas próprias demandas. Assim, para entender a complexidade que existe dentro e no entorno da instituição, procuramos problematizá-la, relacionando-a ao contexto sócio/histórico, uma vez que as instituições educativas não são elementos isolados da realidade social, mas se constituem a partir da história dos homens em meio ao processo de produção da vida social. Dessa maneira, pode-se dizer que elas não são recortes autônomos de uma realidade política, cultural, econômica e educacional, mas estão imbricadas com as demais instâncias da sociedade (LOMBARDI, 2004).

Em nossa análise, consideramos a orientação de Magalhães (2004), quando afirma que o desafio da pesquisa sobre a trajetória histórica de qualquer instituição educativa é integrá-la na realidade mais abrangente, que é o sistema educativo; contextualizá-la, implicando-a no quadro da evolução de uma comunidade e de uma região. Para tal, faz-se necessário, além de extrair e analisar elementos do interior da escola que ajudam a explicitar o movimento ali ocorrido, olhar também para o entorno, pois é por meio desta averiguação que elementos imperceptíveis vêm à tona, oferecendo evidências materiais dos impactos que a instituição produziu em seu público alvo e, conseqüentemente, na sociedade onde desenvolveu e/ou desenvolve suas atividades.

Entendemos que nossa investigação, ao optar pelo recorte sobre a história regional, apenas designa uma delimitação temática que tem a ver com as particularidades do objeto no âmbito do espaço social e temporal que escolhemos, sem, contudo, deixar de realizar o movimento de aproximação e articulação com a organização social mais abrangente. Procuramos analisar a relação entre religião e educação no processo de colonização do oeste paranaense, que resultou na

implantação do Colégio Vicentino Incomar, no contexto do movimento da história, com as relações contraditórias que ela manteve com o contexto nacional e internacional. Podemos dizer, portanto, que, com base nesta perspectiva, nosso estudo, embora tenha recorte sobre a história regional, não reduz e nem simplifica as relações sociais.

O trabalho é estruturado em cinco seções, que ganham sentido quando articuladas em função da tese. A primeira seção é a introdução.

Na segunda seção, **Formação econômica da região oeste do Paraná**, analisamos as etapas de ocupação vividas pela região que desembocou em seu processo de colonização planejada, de modo empresarial, na década de 1940 e na fundação do município de Toledo. Nesta parte do trabalho, procuramos questionar o mito da existência de um “vazio demográfico” no oeste paranaense, mostrando que a recente ocupação do território, liderada pelas empresas colonizadoras, foi marcada por severos conflitos sociais pela posse da terra e serviu para inserir a região no sistema capitalista de produção, criando “um mercado de terras” no oeste do Paraná.

Na terceira seção, **O projeto educacional da Igreja Católica no Brasil (1889-1945)**, apresentamos o projeto educacional empreendido pela Igreja no Brasil durante o período que compreende desde a proclamação da República até o final da ditadura Vargas. Ainda sob a influência do Concílio Vaticano I, o projeto educacional católico, em consonância com o discurso do Estado, esteve alicerçado numa proposta de disciplinamento e doutrinação da sociedade. Destacamos que, após a instauração da República e uma momentânea perda de influência, a Igreja reorganizou seus quadros internos e, por meio de uma arrojada estratégia de atuação das Congregações religiosas, fez valer suas concepções na implantação de seu ideário educacional.

Na quarta seção, **Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo: seu modelo de educação**, apresentamos as características da vida religiosa e o modelo de educação das Filhas da Caridade, a partir dos documentos elaborados pelos fundadores da Congregação: Vicente de Paulo e Luísa de Marillac. As irmãs vicentinas se instalaram no Brasil, primeiramente em Mariana, Minas Gerais, no ano de 1849, e em 1904 chegaram ao Paraná, para atuarem na área da educação escolar.

Na quinta e última seção da tese, **A implantação do Colégio Vicentino Incomar (1948-1965)**, analisamos, a partir de fontes primárias e bibliografia pertinente ao tema das instituições educativas, a história da implantação do Colégio Incomar na cidade de Toledo, em 1948. A instituição foi criada e mantida pela Congregação das Filhas da Caridade, num período em que a Igreja Católica passava por um processo de consolidação institucional na região oeste do Paraná e foi usada como instrumento eficaz para que a Igreja continuasse a exercer influência nas decisões e nos rumos daquela sociedade. Apresentamos, também, a organização pedagógica da instituição, com destaque para os seguintes aspectos: corpo docente e discente; organização administrativa; modalidades de ensino; espaço escolar e estruturas prediais; currículo, formação cívica e práticas religiosas e regime educacional de internato: misto e feminino.

A exposição de fotografias escolares, nomes de ex-alunos, ex-professores, boletins escolares em que constam os dados pessoais e notas de alunos, atas de exames finais com informações pessoais, livros de matrículas e todos os documentos que dizem respeito ao funcionamento, às práticas educativas e à trajetória histórica do Colégio Vicentino Incomar que aparecem nesta tese foram devidamente autorizados.

2. FORMAÇÃO ECONÔMICA DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

A seção apresenta a formação econômica e o processo de ocupação planejada da região oeste do Paraná. O texto é dividido em três partes, sendo que a primeira delas analisa a colonização do oeste paranaense, o sistema econômico das *obrages*, operacionalizado por meio da exploração da madeira e da erva mate e a implantação da Colônia Militar do Iguaçu, no ano de 1889.

A segunda parte da seção analisa o plano de nacionalização das fronteiras do Brasil implementado no período do Estado Novo, no primeiro Governo Vargas, que teve como principal programa a Marcha para o Oeste que preconizava a migração interna para essas localidades do país, visando à ocupação produtiva e planejada desses territórios, mediante sua inserção no sistema capitalista de produção. Na região oeste do Paraná, as propostas de nacionalização foram materializadas, especialmente em 1943, por meio da criação e da implantação do Território Federal do Iguaçu.

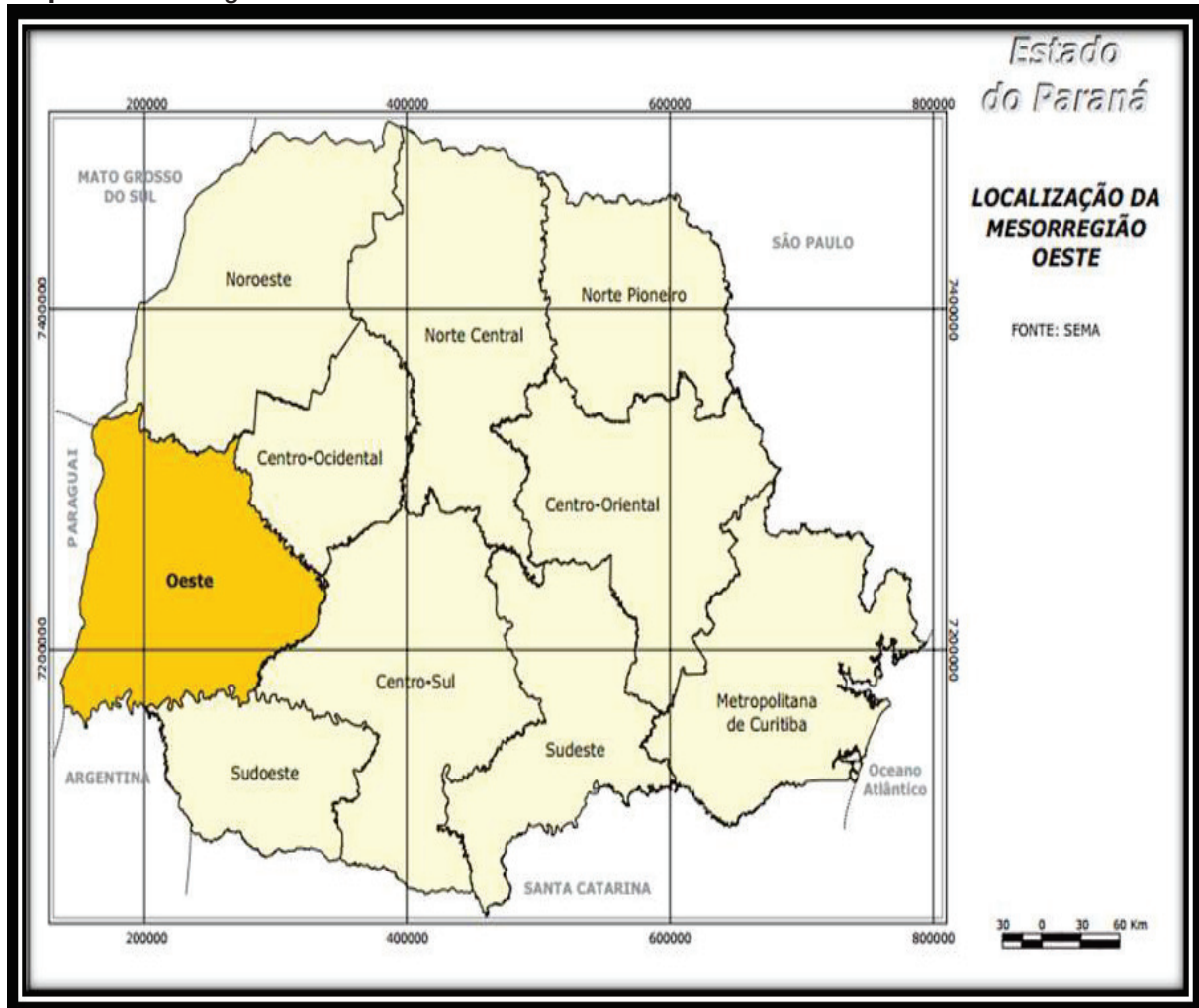
Na terceira parte da seção é estudada a colonização planejada e empresarial do oeste paranaense e a atuação das empresas colonizadoras, com destaque para a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPA), responsável por organizar o processo de migração para a região e por criar o primeiro núcleo urbano, em 1946, onde atualmente é a cidade de Toledo. Nesta parte do texto, utilizamos o conceito de Comunidades Imaginadas, que auxiliou na análise das propostas e da divulgação das propriedades rurais da região feita pela MARIPA, que afirmava uma ideologia de superioridade dos colonos, clientes da empresa, que iriam se estabelecer na região.

O debate apresentado pretende questionar o mito do “vazio demográfico” e demonstrar que o oeste paranaense passou por várias fases de ocupação, sempre alinhadas ao cenário nacional e internacional de desenvolvimento das forças produtivas e atendendo aos interesses dos grupos sociais que, no período, detinham o poder econômico e faziam valer seu domínio. O texto destaca também que o processo de ocupação planejada da região não se deu de maneira amistosa, como foi propalado pelas instituições e empresas responsáveis pela colonização, mas foi marcado por intensos conflitos sociais e disputas pela posse da terra.

2.1 A colonização do oeste paranaense

O oeste paranaense compreende o total de cinquenta municípios⁴, com uma área aproximada de 22.811.242 km², 11, 5% da área total do estado do Paraná.

Mapa 1- Atual região oeste do Paraná.



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 1997.

⁴Anahy; Assis Chateaubriand; Boa Vista da Aparecida; Braganey; Cafelândia; Campo Bonito; Capitão Leônidas Marques; Cascavel; Catanduvas; Céu Azul; Corbélia; Diamante D'Oeste; Diamante do Sul; Entre Rios do Oeste; Formosa do Oeste; Foz do Iguaçu; Guaíra; Guaraniaçu; Ibema; Iguatu; Iracema do Oeste; Jesuítas; Lindoeste; Marechal Cândido Rondon; Maripá; Matelândia; Medianeira; Mercedes; Missal; Nova Aurora; Nova Santa Rosa; Ouro Verde do Oeste; Palotina; Pato Bragado; Quatro Pontes; Ramilândia; Santa Helena; Santa Lúcia; Santa Tereza do Oeste; Santa Terezinha de Itaipu; São José das Palmeiras; São Miguel do Iguaçu; São Pedro do Iguaçu; Serranópolis do Iguaçu; Terra Roxa; Toledo; Três Barras do Paraná; Tupãssi; Vera Cruz do Oeste (IPARDES, 2012).

O processo de ocupação do território paranaense foi produto de três frentes pioneiras. A mais antiga é a do Paraná Tradicional, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e, depois, para as zonas dos Campos Gerais. Essa primeira fase foi composta, majoritariamente, por imigrantes europeus. A segunda fase foi a colonização da região Norte, impulsionada principalmente pelo cultivo do café. Após a Primeira Guerra Mundial, incrementada por frentes migratórias internas de paulistas e de mineiros, o norte paranaense foi intensiva e racionalmente povoado. A última e mais recente área de ocupação do território se deu nas regiões oeste e sudoeste do estado em meados do século XX, sendo composta especialmente por migrantes gaúchos e catarinenses (GREGORY, 2005; SCHNEIDER, 2008).

Grande parte dos documentos oficiais sobre a história do Paraná difundem a ideia de que os territórios da região oeste, antes de sua ocupação recente, estavam totalmente desocupados e que havia um “vazio demográfico”. Construiu-se a imagem de um território totalmente despovoado, que deveria ser ocupado pela colonização pioneira. Essa concepção acabou influenciando a produção de grande parte da historiografia regional, que difundiu e perenizou essa visão do “vazio demográfico” nas publicações de livros e materiais de divulgação. Até mesmo os livros didáticos sobre a história regional utilizavam termos como “sertão”, “terras desocupadas”, “mata virgem” ou “boca do sertão” (MOTA, 2005).

Essa imagem de um território completamente desocupado confluiu para os interesses daqueles que detiveram o poder na época, pois as chamadas “novas terras” seriam incorporadas ao sistema de produção capitalista, que, no período da colonização da região, estava em franca expansão. Sobre as atribuições sociais, e principalmente econômicas, que são dadas à terra, Octávio Ianni esclarece:

São as relações sociais de produção que conferem à terra as muitas formas sociais que ela ganha. A fertilidade não é uma qualidade tão natural como se poderia imaginar; está intimamente vinculada às relações sociais de produção vigentes em cada ocasião. Conforme o estado de desenvolvimento das relações econômicas e políticas no lugar, a terra e os outros elementos da natureza terão determinadas destinações sociais; transformaram-se em condição e produto dessas mesmas relações econômicas e políticas. Nesse sentido é que a idade da terra é a mesma idade dos homens, da sociedade dos homens, das distintas formas sociais de organizar a produção. As diversas metamorfoses da terra - tribal, devoluta, invadida, ocupada, grilada, propriedade titulada - não se dão a não ser no curso do desenvolvimento das relações econômicas e políticas dos homens; nas ocasiões do extrativismo, do campesinato, do latifúndio,

da ocupação, da grilagem, da propriedade privada legalizada (IANNI, 1979, p. 230).

O próprio conceito de colonização é carregado de complexidade. Há que contextualizá-lo, pois seu significado muda no tempo e no espaço. O ato de colonizar não está desvinculado das questões políticas, sociais e econômicas, pois no processo de colonização existem diferentes interesses envolvidos. Trata-se de um ato político, de uma forma de produção social complexa. Em todos os processos de colonização há diversos atores e forças sociais em conflitos, onde entram em cena sonhos, esperanças, desejos, interesses econômicos e decisões políticas.

[...] o termo colonizar traz, basicamente, o sentido de ocupação territorial, combinado com a ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica. Por isso, há que pressupor o esforço de estabelecer em algumas áreas certos grupos de pessoas, quando, então, duas espécies de contingentes distinguem dois tipos de ocupação: 1) ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; 2) ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país (LARANJEIRAS, 1983, p. 3-4).

Toda ação colonizatória traz consigo um elemento econômico, visto que geralmente, tem por objetivo o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Está na origem de todo o processo de colonização a proposta da expansão territorial e alargamento das fronteiras que se dá a partir do avanço de um determinado grupo humano, que conquista novos espaços e os incorpora à sua área de habitação (PRADO JR., 1970; TAVARES DOS SANTOS, 1993).

A fronteira não é um espaço vazio, pois a expansão territorial e a maneira como o homem valoriza e lida com a terra sempre foi entendida no sistema capitalista como relação social de produção.

Nenhuma ação colonizadora é desprovida de interesses, mas a conquista de novos espaços pelo homem indica a maneira como ele se apropria da terra e os usos que faz de seu novo *habitat*. O movimento colonizador pode ser entendido como uma forma específica de valorização do espaço, pois representa um processo de “expansão sobre a nova terra, a constituição de novos territórios contínuos ou não ao de origem” (COSTA; MORAES, 1987, p. 139).

Os projetos de colonização estão permeados de interesses e de conflitos sociais. Ao analisar a disputa social pela posse da terra no processo de formação

econômica do município de Conceição do Araguaia, na região amazônica, Octávio Ianni afirma que as relações econômicas de produção conferem à terra as diferentes formas sociais que ela ganha. A colonização é, portanto, uma ação do homem para inserir a terra nas relações capitalistas de produção; assim, pouco a pouco, ou de súbito, dependendo do caso, a terra deixa de ser apenas, ou principalmente, objeto e meio de produção de valores de uso (IANNI, 1979).

O ato de colonizar, num primeiro momento, denota o deslocamento que os agentes fazem de seu mundo para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar. Alfredo Bosi enfatiza que o processo de colonização “[...] consiste em um projeto totalizante cujas forças motrizes poderão sempre buscar-se ao nível do solo: ocupar um novo chão, explorar seus bens” (BOSI, 1992, p. 12).

A colonização do oeste paranaense não esteve desarticulada da colonização das demais regiões do estado. O início do século XVII representou para o Paraná sua ocupação pelos povos não indígenas, especialmente por espanhóis, jesuítas e bandeirantes. Nesse período, com a descoberta e a extração do ouro, o Paraná começou a ser territorialmente organizado, mas somente no início do século XIX, após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, o território foi efetivamente organizado. As Comarcas de Paranaguá e de Curitiba foram criadas em 1811 e ficaram vinculadas à Capitania Geral de São Paulo até 1853, ano em que foi criada a Província do Paraná. Curitiba foi escolhida como Capital da Província e Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877) foi nomeado seu primeiro presidente (WACHOWICZ, 1982).

A região oeste do Paraná foi inicialmente habitada por indígenas das etnias *Guarani* e *Kaingang*. Entre os anos de 1541 e 1542, o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca fez uma viagem a pé, em que cruzou parte do atual território de Santa Catarina e Paraná em direção a Assunção. Em seus relatos de viagem, destacou a presença dos *Guarani* nas proximidades e nas barrancas dos rios Iguaçu, Piquiri e Paraná.

Eram lavradores e criadores, além de ótimos caçadores e pescadores. Entre suas caças estão os porcos montanhese, veados, antas faisões, perdizes e codornas. Entre suas plantações, além da mandioca, milho e batata, figuram também o amendoim. Também colhem muitas frutas e mel. [...] esse lugar possui grandes campinas, excelentes rios e arroios, muitas árvores e muita sombra, sendo a terra a mais fértil do mundo (DE VACA, 1999, p. 166).

No período do Império, a região recebeu pouco ou nenhum investimento do Governo Monárquico. Mesmo após a criação da Província, durante a segunda metade do XIX e nas primeiras três décadas do XX, o oeste paranaense continuava um território pouco habitado, devido à sua localização em área de fronteira, o que acabou contribuindo para seu isolamento do restante do estado.

2.1.1 Sistema econômico de *obrages* e a implantação da Colônia Militar do Iguaçu

Com a ampliação das atividades comerciais e das navegações no rio Paraná, a região oeste passou a ser explorada com mais intensidade. Devido à falta de fiscalização por parte das autoridades brasileiras na fronteira, a exploração das riquezas naturais se intensificou, principalmente pela ação dos argentinos que implantaram um modelo de exploração já praticado em algumas regiões de seu território, principalmente em *Corrientes e Misiones*; tratava-se da extração e do comércio de produtos de origem agrícola, principalmente da erva-mate, em grandes propriedades denominadas de *obrages*⁵ (WACHOWICZ, 1982; GRONDIN, 2007).

A erva-mate, como produto nativo da terra, foi amplamente explorada na Argentina, a ponto de se esgotar no país, levando os argentinos a migrarem para as terras do oeste paranaense a fim de extrair o produto. No final do século XIX e primeiras décadas do XX, se radicaram na região muitos *obrageros*, tornando-se os principais exploradores de erva-mate⁶ (LINHARES, 1969; ARRUDA, 2000).

As fotografias a seguir, da década de 1920, foram tiradas em duas diferentes *obrages*, na Argentina e no oeste paranaense, respectivamente. A primeira imagem,

⁵ As *obrages* foram imensos domínios rurais que se estabeleceram, primeiro no norte argentino e, posteriormente, no oeste do Paraná e na parte sul do Estado do Mato Grosso para a exploração da erva-mate e da madeira, empregando, geralmente, mão-de-obra paraguaia, em sistema de quase escravidão (GRONDIN, 2007). Ruy Wachowicz define *obrages* como: grandes extensões de terras fornecidas através de concessões dadas pelo governo do Estado, principalmente para a exploração de erva-mate, eram empreendimentos de exploração de propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna do Paraná. O nome *obrages* significa originalmente o local onde se trabalha manualmente (WACHOWICZ, 1982).

⁶ *Obreiro*: termo em espanhol utilizado para designar o proprietário ou dono da concessão denominada de *obrage* (WACHOWICZ, 1982, p.182).

com mulheres no “carro de boi” que servia para carregar a erva-mate, eram, provavelmente das famílias dos *obrageros* argentinos. Já a segunda fotografia mostra os trabalhadores no processo de colheita do produto.

Figura 1: Trabalhadores das *obrages* na Argentina e no oeste do Paraná, 1920.



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

Devido ao baixo custo da mão-de-obra dos trabalhadores paraguaios, a exploração do produto era vantajosa e propiciava grandes lucros aos *obrageros*. Por isso, muitos se estabeleceram na região, organizando empresas e comprando terras do governo paranaense. Eles geralmente tinham conhecimento de que suas embarcações poderiam navegar até as Sete Quedas do rio Paraná. Por essa razão, muitos montavam expedição para se fixarem na localidade. Contudo, conforme destaca Angelo Piori, o meio mais comum de ingresso em território paranaense se dava “por vias ilegais” (PRIORI, et al. 2012, p. 79).

Desde o período imperial, os *obrageros* conseguiram concessões de terras para explorar as vastas vegetações nativas de erva-mate e retirar madeira do oeste paranaense. Com a autorização do governo republicano, que permitia a venda ou a concessão dessas terras a estrangeiros, a possibilidade da Província do Paraná organizar o território da região, como pretendiam os políticos paranaenses, ficou bastante dificultada, pois as concessões eram consecutivamente renovadas. Piori afirma que, a despeito das sucessivas tentativas de intervenção dos governos

estadual e federal, o funcionamento do sistema de *obrages* dificultava a “criação de colônias de povoamento e [...] proporcionou a elevação do desmatamento e esgotamento das reservas naturais, além de incentivar o regime de trabalho semiescravista” (PRIORI, et al. 2012, p. 81).

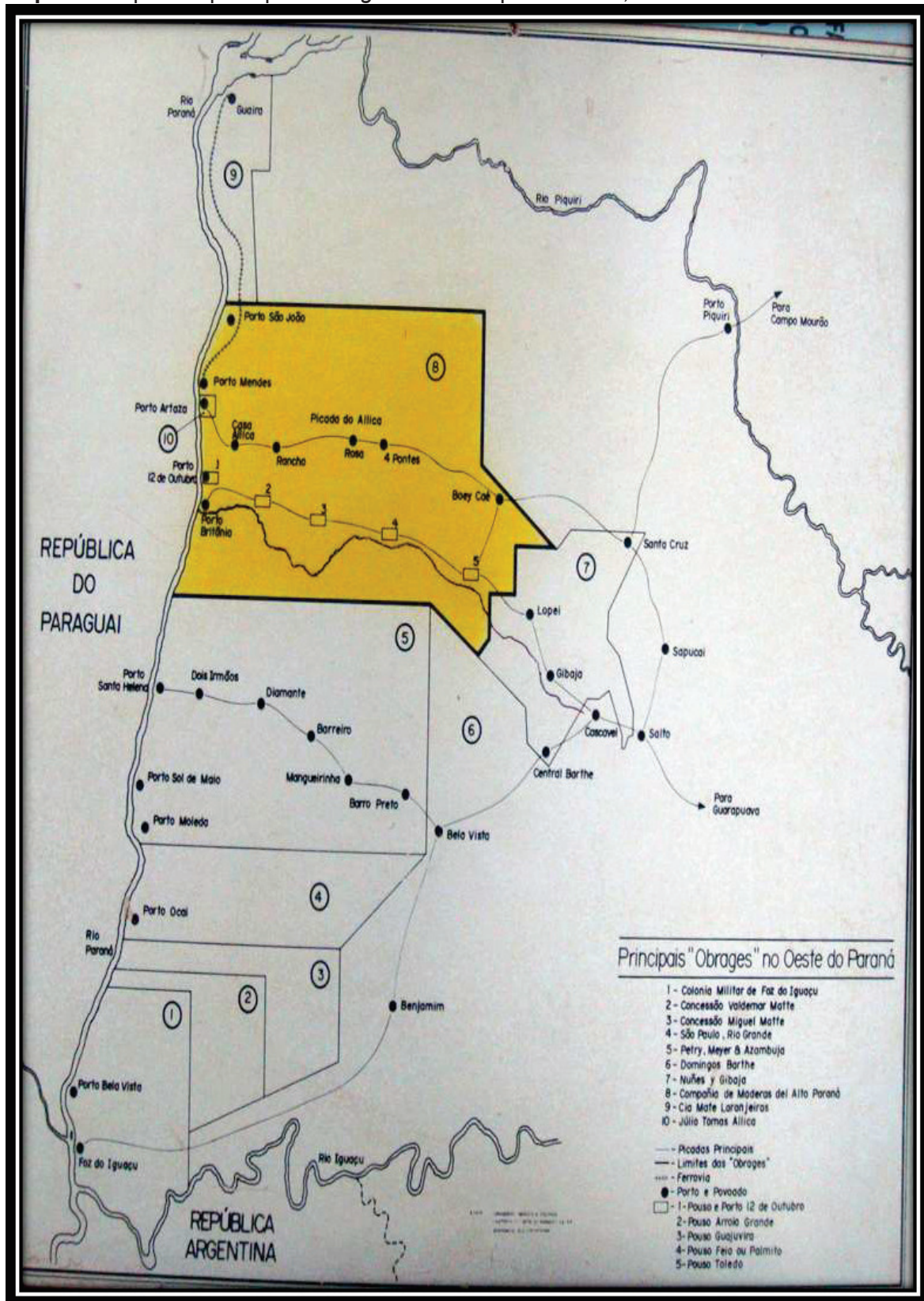
As *obrages* acabaram determinando a estrutura produtiva e econômica do oeste do Paraná. A realidade de isolamento das demais regiões do país, somada à falta de estrutura básica e à preocupação em ocupar produtivamente as extensas áreas do território, levou o governo do estado a criar uma política de concessão de terras, cedidas principalmente às empresas estrangeiras que tinham o objetivo de extrair erva-mate e madeira (PRIORI, et al. 2012).

No início do século XX, em 1905, o governo cedeu parte das terras localizadas à margem do rio Paraná para um grupo de empresários ingleses, que estabeleceu sede administrativa em Buenos Aires, e formou a *Compañia de Maderas Del Alto Paraná*. O projeto era explorar e comercializar os recursos naturais da região, o que significou uma espécie de oficialização do sistema de *obrages* no oeste paranaense (PADIS, 1981).

As *obrages* encontraram na região todos os requisitos para obter sucesso: havia uma grande quantidade de erva-mate; pouca fiscalização do governo brasileiro; liberdade para transporte do produto pelo rio Paraná e mão-de-obra com custo muito baixo. Todos esses fatores contribuíram para a longa duração desse modelo de exploração na região.

As principais *obrages* que legalmente se estabeleceram no oeste do Paraná foram: a *Braviaco*; a *Compañia de Maderas del Alto Paraná*; a *Lopeí*; a Companhia Paranaense de Colonização Espéria-Ltda e a Mate Laranjeiras. No início da década de 1930, totalizavam cerca de 10.000 habitantes estrangeiros que formaram povoados nas barrancas do rio Paraná (WACHOWICZ, 1982). O mapa a seguir, mostra as principais *obrages* do oeste no final do século XIX e início do século XX.

Mapa 2 - Mapa das principais *obrages* no oeste paranaense, 1940.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo-PR.

Grande parte dos trabalhadores das *obrages* eram paraguaios. Os *mensus*, como eram conhecidos, eram aliciados pelos latifundiários argentinos e chegavam

ao território brasileiro munidos de produtos de primeira necessidade e instrumentos para a colheita da erva mate. Angelo Priori destaca que, na maioria das vezes, esses trabalhadores saíam dos navios e se fixavam nas margens dos rios da região, formando povoados conhecidos como ‘porto’, por onde era escoada a produção. Nesse período, foram construídos muitos desses ‘portos’, que funcionavam sem registro na Marinha brasileira, de modo clandestino. Até o ano de 1920, havia no oeste do Paraná os seguintes portos: Bela Vista, Itaoquita, Leonor, União, Alberto, Marnik, Rossani, Mbaeluy, Lequê, Sol de Maio (com parte pertencendo ao Banco Francês-Italiano), São Vicente, São Miguel, São Francisco, Artaza (propriedade de Julio Allica), Mendes e São João (PRIORI, et al. 2012; WACHOWICZ, 1982).

Esses trabalhadores eram praticamente obrigados pelos *obrageros* a desenvolverem trabalhos num regime servil. Logo ao chegar à *obrage*, os trabalhadores eram praticamente obrigados a recorrer ao antecipo⁷, contraíam empréstimos antes mesmo de iniciar as atividades, se endividavam e passavam a trabalhar demasiadamente para pagar.

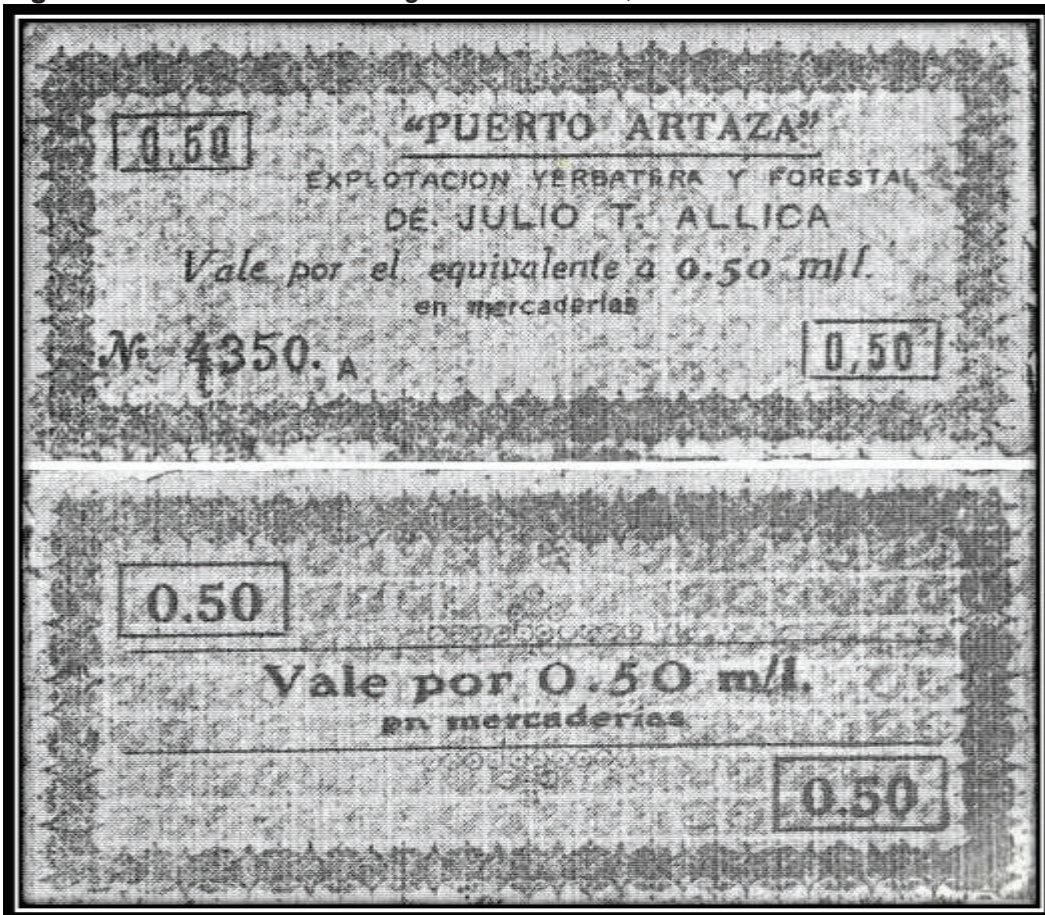
Essa prática de levar o trabalhador ao completo endividamento foi um mecanismo perverso utilizado pelos *obrageros*. Octávio Ianni, ao examinar o mesmo problema da mão-de-obra semiescrava em Conceição do Araguaia, afirma que num território com muita terra disponível, o endividamento permanentemente renovado serve para impedir que o trabalhador escape das relações de produção estabelecidas. Para tal, o proprietário da terra fazia de tudo para impedir que o trabalhador acumulasse reservas e fizesse economias que poderiam torná-lo independente. Assim, nesse modelo, “a estabilidade do trabalho tem sua maior garantia no endividamento do empregado” (IANNI, 1979, p. 51).

Os trabalhadores praticamente não tinham acesso a dinheiro; recebiam um vale escrito, recurso amplamente utilizado nas *obrages*. Esse era um mecanismo que tornava os *mensus* cada vez mais dependentes do *obragero*, que, por sua vez, emitia seu próprio vale que serviria para realização do pagamento dos trabalhadores. A imagem abaixo é de um “Vale” usado na propriedade de um dos maiores *obrageros* que atuaram no oeste paranaense, o argentino Júlio Tomaz

⁷ *Antecipo*, de acordo com Ruy Wachovicz, era a prática utilizada pelo latifundiário em adiantar a remuneração do trabalhador, antes mesmo dele iniciar suas atividades. Por isso, sem dinheiro, endividado, e obrigado a comprar os recursos para sua sobrevivência como comida, roupas, o trabalhador ficava totalmente dependente do *obragero*, que era também o dono do mercado que fornecia esses produtos ao trabalhador cobrando-lhe um preço altíssimo (WACHOWICZ, 2001).

Allica, que construiu um verdadeiro império às margens do rio Paraná. Com a ajuda do Estado, mediante a doação de terras e a utilização de um trabalho semiescravo de indígenas e paraguaios, Júlio Allica enriqueceu e se tornou uma figura de renome na região.

Figura 2 – Vale usado na *obrage* de Júlio Allica, década de 1920.



Fonte: WACHOWICZ (1982).

Além do antecipo, os trabalhadores recebiam crédito no armazém da *obrage* para comprar produtos de primeira necessidade. Esse mercado, que vendia todos os tipos de produtos, também era de propriedade do *obragero*. Assim ele ganhava com o trabalho e com a comercialização dos gêneros alimentícios, vendidos sempre por um valor mais alto do que o praticado no Mercado (RITT, 2011).

Todo esse sistema estruturado a partir da mão-de-obra barata e da matéria prima brasileira contrabandeada, não gerava nenhuma arrecadação de impostos ao governo paranaense, o que potencializava a lucratividade dos *obrageros* e dificultava o acesso dos brasileiros às terras da região. O governo e as autoridades brasileiras tinham pouca informação sobre a realidade do oeste. À época, a região

contava com um grande contingente de estrangeiros. As primeiras iniciativas do governo federal para incentivar a migração interna para a região teve início efetivamente a partir de 1888, por meio da criação da Comissão Estratégica do Paraná, vinculada ao Ministério da Guerra⁸, que tinha a missão de viabilizar uma expedição para instalar uma Colônia Militar em Foz do Iguaçu, com a finalidade de defender os interesses nacionais na região.

Para a criação de uma Colônia Militar era necessário que fosse criada uma comissão responsável para avaliar as atividades que seriam realizadas pela Colônia nas fronteiras. A comissão estaria vinculada ao Ministério da Guerra e teria a função de apresentar relatórios sobre seus avanços e retrocessos. Assim, em 1889, foi enviada pelo governo federal uma expedição com o propósito de coibir a atividade das *obrages* e nacionalizar as fronteiras. O responsável foi Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (1850-1913), que defendia o projeto de criação da Colônia Militar como a melhor escolha para assegurar o direito à posse do território brasileiro, proteger as fronteiras e formar um núcleo de colonização (MYSKIW, 2009). Em seus relatórios provinciais, Capitão Belarmino evidencia que a preocupação primordial que justificava a implantação da Colônia Militar era a falta de “brasilidade” na região e a ameaça territorial por causa da tríplice fronteira (RITT, 2011). O território da Colônia Militar de Foz do Iguaçu foi desmembrado da Comissão Estratégica do Paraná em 20 de outubro de 1892.

A fotografia abaixo, com um prédio em alvenaria, construído especificamente para abrigar a Sede da Colônia Militar, explicita a preocupação do governo federal em oferecer condições adequadas para as atividades dos militares em Foz do Iguaçu, pois à época não eram comuns construções em alvenaria, especialmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos do país, como era o caso de Foz do Iguaçu.

⁸Essa expedição foi criada e dirigida pelo engenheiro militar Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo e ficou assim composta: Tenente engenheiro José Joaquim Firmino, Sargento José Maria de Brito, 24 soldados, 12 operários civis, 3 mulheres casadas com soldados, 4 tropeiros encarregados de 34 cargueiros carregados de bagagens. A expedição partiu em 1889 e se instalou em Guarapuava, núcleo urbano mais próximo da região de Foz do Iguaçu (BRITO, 2005).

Figura 3: Militares em frente ao prédio que abrigou a Sede da Colônia Militar de Foz do Iguaçu (década de 1910).



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

Em 1910, a Colônia Militar cessou suas atividades e os militares deixaram sua administração. Em 09 de abril do mesmo ano, pela Lei n.º 971, a Colônia Militar passou a se denominar Vila Iguaçu, distrito do município de Guarapuava. Em 16 de junho de 1912, a Vila Iguaçu foi emancipada pelo Ministério da Guerra, tornando-se povoamento civil, e foi entregue à administração do estado do Paraná, continuando como distrito de Guarapuava. Em 14 de março de 1914, foi criado o município de Vila Iguaçu. Em 05 de abril de 1918, pela Lei Estadual n.º 1.783, foi criado o município de Foz do Iguaçu (COLETÂNEA DE DADOS, 1993; LIMA, 2001).

Mesmo com a criação da Colônia Militar e a iniciativa de “nacionalizar” a região, no início do século XX o oeste paranaense continuava geográfica e economicamente isolado do restante do país. O meio mais seguro de chegar à região era pelo rio Paraná, passando por Buenos Aires, e dependia das navegações argentinas (WACHOWICZ, 1982).

A Colônia Militar do Iguaçu encerrou suas atividades administrativas sem cumprir seus principais objetivos. Em documento enviado ao Ministério da Guerra, o administrador da Colônia, informou que, mesmo depois de sua instalação, a fronteira

não havia sido “nacionalizada” e a exportação ilegal de madeira e de erva-mate continuavam sem o controle do governo brasileiro. Nem mesmo as atividades comerciais e de fiscalização no comércio da tríplice fronteira tinham sido alteradas após a implantação da Colônia Militar (MYSKIW, 2009).

Embora o projeto dos militares fosse construir mecanismos para a autonomia de uma produção agrícola diversificada que promovesse a colonização da região por meio de pequenas propriedades rurais, pode ser verificado no relatório do Ministério da Guerra apresentado ao Presidente da República, elaborado por Bernardo Vasques (1837-1902), que o comércio da erva mate foi a principal atividade mercantil na Colônia Militar. “A única indústria existente na colônia é a preparação de herva-matte que, mesmo sem o aperfeiçoamento necessário é muito bem vendida na República Argentina” (VASQUES, 1895, p. 55).

Pode-se dizer que os militares que se radicaram na região para serem representantes do Estado acabaram se inserindo no modelo de desenvolvimento econômico predominante. Ao invés de coibirem o domínio estrangeiro, os administradores da Colônia Militar acabaram se aliando aos *obrageros*, mantendo assim a relação de dependência das *obrages* para praticamente todas as atividades, desde a compra de mercadorias básicas de subsistência até o transporte de produtos (WACHOWICZ, 2001).

Na segunda metade da década de 1920, a necessidade de colonizar a região se apresentava como um tema candente para os governos estadual e federal. A discussão sobre a excessiva presença de estrangeiros no território já vinha sendo discutida nos anos anteriores, como pode ser verificado no documento emitido pelo Congresso Legislativo do Paraná no final de 1910:

A vasta zona oeste paranaense, cuja flora encerra preciosos elementos de riqueza ainda não explorada, deve merecer nossa atenção no sentido de valorizar nosso Estado [...] em direção ao Piqueri, há grande massa de trabalhadores na extração da erva-mate e madeira, alguns desses trabalhos são feitos legalmente, mas outros não; está provado que alguns indivíduos invadem legalmente os terrenos nacionais [...] e estabelecem grandes empresas extrativas de erva [...] com prejuízo manifesto para os cofres do Estado (JORNAL DOS DEBATES DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ, 1910).

Nesse período, as *obrages* entraram num processo de decadência devido à crise na comercialização do produto, pois a Argentina, maior consumidor da erva-mate brasileira, além de extrair a erva-mate nativa, passou cultivar o produto por meio de plantações no território de *Misiones*, diminuindo assim o valor do produto exportado pelo Brasil. Algumas *obrages* acabaram abrindo falência e suspendendo suas atividades (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).

Nesse contexto de crise, foi instalado em Foz do Iguaçu o posto aduaneiro, que contribuiu para organizar o comércio e pôr fim a esse sistema de exploração aplicado na região. Outro fator que contribuiu para a derrocada do sistema *obragero* foi a passagem da Coluna Prestes⁹. A presença dos revolucionários paulistas e gaúchos, sob o comando de Luis Carlos Prestes (1898-1990) na região, revelou ao país o domínio de empresários estrangeiros no oeste do Paraná, fazendo chegar ao conhecimento da opinião pública. Esse fator acabou resultando no enfraquecimento desse modelo econômico e em propostas para nacionalização da região. Dias e Priori destacam que:

Até em 1924, com a passagem da Coluna Prestes pelo oeste paranaense, os tenentes rebeldes ficaram chocados com as cenas que viam, principalmente quanto à desnacionalização da fronteira e as relações de exploração estabelecidas pelas empresas estrangeiras (DIAS; PRIORI, 2009).

No período em que estiveram na região de Foz do Iguaçu, de setembro de 1924 a abril de 1925, os revolucionários da Coluna Prestes denunciaram a situação de miséria e abandono da região. Essas revelações alcançaram grande projeção

⁹ A Coluna Prestes leva o nome de Luis Carlos Prestes, que chefiou um grupo de militares de origem tenentista, que percorreram o país entre 1924 e 1927, pregando reformas políticas e sociais. A revolução teve início em São Paulo e foi desencadeada pela revolta de jovens oficiais do exército, inconformados com as atitudes políticas tomadas pelos detentores do poder da época. Este fato marcou muito a região de Foz do Iguaçu, pois o município serviu de estadia aos revolucionários paulistas e gaúchos da Coluna Prestes (Luis Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes, Juarez Távora e outros), que em 15 de novembro de 1924 chegaram, permanecendo e comandando a localidade por oito meses, causando a fuga de grande parte da elite iguaçuense que, em grande número, buscou asilo na Argentina. A escolha do local foi devido à localização de Foz do Iguaçu, por ser um ponto estratégico e útil, caso a revolução, conhecida como tenentismo, fosse derrotada e houvesse a necessidade de buscar asilo político nos países vizinhos. Entretanto, tanto a tomada de Foz do Iguaçu pelos revolucionários, quanto a desocupação, que ocorreu em meados de 1925, foram pacíficas. Este fato foi considerado importante para o município, por projetar nacionalmente a situação precária e de exploração estrangeira dessa parte do território brasileiro (WACHOWICZ, 1982).

nacional, resultando em matérias veiculadas por jornais de várias localidades do país, marcando o início do fim do domínio econômico estrangeiro no oeste do Paraná, que seria definitivamente desarticulado por meio dos investimentos realizados pelo governo federal.

As ações do governo do estado do Paraná vieram ao encontro das iniciativas federais e somaram-se para o enfraquecimento das *obrages*. Em 03 de novembro de 1930, o governo paranaense baixou o decreto nº 300, que determinava que as concessões cedidas às empresas nacionais e estrangeiras deveriam voltar ao poder estadual. Isso significou o aprofundamento da crise que o sistema *obragero* já vinha enfrentando. Outro ato jurídico do estado, após o cancelamento das concessões, foi o decreto nº 800, de 08 de agosto de 1931, e a Lei nº 46, de 10 de dezembro de 1935, que autorizou o estado a vender, para empresas ou particulares, as terras devolutas recuperadas (PRIORI, et al, 2012). Tais atos representaram o fim da exploração estrangeira na região e o início de um processo de “brasiliação” do território por meio da migração interna que teve início no Governo Vargas.

2.2 O Estado Novo e o plano de nacionalização das fronteiras do Brasil

O período conhecido na historiografia como Estado Novo, com início e fim, respectivamente, em 1937 e 1945, representou a implantação de um regime ditatorial no Brasil. As questões políticas e econômicas internacionais, somadas às preocupações internas de dar continuidade aos rumos econômicos, sociais e políticos impostos ao país a partir do Golpe de 1930, levaram o Governo Vargas a formular políticas de Estado visando à nacionalização das regiões de fronteiras (BRITO, 2001).

O projeto de nacionalização foi materializado com a criação da Comissão Especial de Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras mediante o Decreto-Lei nº 1164, de 18 de março de 1939, que teria o trabalho de rever as concessões de terras feitas pelos governos estaduais e municipais nas regiões de fronteiras (BRASIL, 1939).

No ano seguinte, 1940, foram baixados mais dois Decretos-Leis que estabeleceram os procedimentos complementares e davam diretrizes para a regulamentação das atividades nas fronteiras e previam uma maior presença

nacional nessas localidades. Os Decretos Nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940, e o Nº 2.610, de 20 de setembro de 1940, reforçavam o regulamento do Decreto-Lei nº 1.164 de 1939, sobre a concessão de terras e a implantação de indústrias e atividades comerciais nas fronteiras do território brasileiro (BRASIL, 1940; BRASIL, 1940).

Fazia parte do plano de nacionalização arquitetado pelo Governo Vargas a inserção das fronteiras agrícolas nas relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, a abertura dessas regiões para a ocupação a fim de garantir sua inserção econômica. Nesse processo, o Estado exerceu o papel de articulador dos interesses econômicos e sociais conforme as necessidades de cada conjuntura política. No entendimento de Lara Elisa Schneider, a abertura das fronteiras agrícolas tem a finalidade de alavancar o desenvolvimento nacional e se constitui numa espécie de “válvula de escape para as tensões sociais geradas pela estagnação econômica, pelo crescimento populacional e pela rigidez da estrutura social” (SCHNEIDER, 2008, p. 13).

As propostas de expansão das fronteiras do Brasil, de acordo com José Graziano da Silva, estavam associadas a três elementos: plano econômico, que entendia as regiões de fronteira como um “armazém” de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão; o plano social, que concebia a fronteira como um espaço de orientação para os fluxos migratórios, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais; o plano político, que compreendia a fronteira como uma espécie de “válvula de escape” das tensões sociais no campo. O plano de ampliação e ocupação das fronteiras do país transformou essas regiões em locais de severos conflitos sociais pela posse da terra (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A proposta do Governo Vargas para a nacionalização das fronteiras inicialmente esteve baseada na ocupação do território com unidades rurais. O projeto empreendido priorizou a migração que se estabeleceria entre um meio rural e outro meio rural. A política migratória era a mudança de uma fronteira agrícola esgotada para outra em expansão, que representava novas e atraentes oportunidades. Dentro dessa política do governo federal emergiram diversas regiões tidas como lugares de oportunidades econômicas e sociais, dentre as quais, destacou-se o oeste do Paraná.

À época, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina o esgotamento do modelo de exploração agrícola desencadeou um processo de “desterritorialização” que impulsionou o deslocamento de contingentes populacionais em busca de áreas onde pudessem reproduzir seu modo de vida. O território do oeste paranaense foi apresentado como destino de viagem para esses grupos, que enxergaram na região uma oportunidade de se estabelecerem (SCHNEIDER, 2008).

As correntes migratórias que se deslocaram em direção ao oeste do Paraná acabaram por tornar-se importantes instrumentos políticos para fortalecer e proteger as fronteiras nacionais e inseriram a região, tida até então como improdutiva, no modelo de desenvolvimento do capitalismo nacional.

2.2.1 A Marcha para o Oeste e a implantação do Território Federal do Iguçu

Sob a liderança de Getúlio Vargas, o grupo que comandou o Brasil a partir de 1930 instituiu como eixo central de sua política econômica o desenvolvimento do país sob a égide de um capitalismo nacionalista, calcado nas propostas de desenvolvimento e de fortalecimento da indústria nacional e da agricultura. O projeto nacionalista implementado no primeiro Governo Vargas estabeleceu como estratégia econômica para o país o estímulo à produção com o objetivo de abastecer o mercado interno e criar base para a indústria nacional, independentemente da conjuntura econômica internacional.

Um dos principais programas de governo criados por Vargas para executar seu projeto nacionalista foi a campanha Marcha para o Oeste, que visava incentivar a ocupação dos territórios fronteiriços. O projeto estava ancorado num apelo que pretendia despertar o sentimento de “brasilidade”. Angelo Priori afirma que:

A ‘marcha para o oeste’ foi uma campanha de forte apelo nos meios de comunicação, produção cultural e educação no Brasil no decorrer da década de 1930. Com a busca da exaltação do sentimento da brasilidade e o resgate do valor do ‘sertão’, o povo brasileiro deveria voltar seus olhos para a descoberta de um novo país, rumando para o Oeste, antes explorado pelos bandeirantes e depois permanentemente esquecido (PRIORI et al, 2012, p.79).

Em discurso oficial dirigindo-se à nação, veiculado pela Rádio Nacional, no fim do ano de 1937, o presidente transmitiu ao país os ideais e as propostas do regime do Estado Novo em relação ao oeste do Brasil, destacando a importância histórica e econômica que aquela parte do território nacional possuía (ABREU, 1999).

O oeste deveria ressurgir no cenário brasileiro como o *novo Eldorado*, que anteriormente havia sido desbravado pelos bandeirantes. Embora o programa Marcha para o Oeste não tivesse sido implantado ainda, suas propagandas ideológicas já estavam sendo veiculadas. Por isso, Vargas foi enfático em seu discurso:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial (VARGAS, 1937, p.124).

Como programa de governo, a Marcha para o Oeste foi efetivamente criada no final de 1939 e representou uma imagem fabricada pelo Estado Novo, que incentivava a migração em direção ao oeste do país para ocupar os territórios definidos ideologicamente como “vazios demográficos”. Em discurso proferido em Goiânia, no dia 08 de agosto de 1940, Getúlio Vargas enfatizou que:

O programa “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Eis o nosso imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras. Era isto o que vos queria dizer, e devo acentuar que considero uma coincidência feliz a minha passagem por Goiás no momento em que surge a “Cruzada rumo ao Oeste” (VARGAS, 1940).

O objetivo desse projeto foi movimentar um grande contingente de brasileiros numa nova marcha, que representava a nação em movimento de conquista e de expansão. Essa marcha deveria despertar o sentimento de participação de todos os

brasileiros num plano de alargamento do território que seria realizado pelos trabalhadores. Por isso, a imagem de conquista do espaço físico, de modo que todos, simbolicamente, se sentissem coproprietários do território nacional (LENHARO, 1986). Nas palavras do próprio Vargas: “[...] precisamos de novo suprir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando definitivamente os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste. [...] E lá, teremos que ir buscar: - dos vales férteis e vastos” (VARGAS, 1940, p. 04).

O ideário da Marcha impôs como discurso estratégico a exaltação da grandeza da pátria. Num discurso proferido em agosto de 1940, na inauguração da Associação Cívica Cruzada Rumo ao Oeste, Vargas expressou a ideologia política de seu programa da seguinte maneira:

[...] se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução, figura no programa de Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes (VARGAS, 1940, p. 03).

O governo incentivou a mobilidade da fronteira econômica com o intuito de ampliar os núcleos habitacionais já existentes nessas regiões e aproveitar melhor os recursos pouco explorados pelo desenvolvimento das forças de trabalho capitalistas. Para tal, a população das outras regiões, especialmente da faixa litorânea, deveria migrar para o oeste (BÔAS; BÔAS, 1994).

A estratégia de propaganda associava a Marcha a um desafio de conquista nacional, que o governo definia como “imperialismo para dentro”. A fronteira econômica deveria coincidir com a fronteira política mediante a ampliação do mercado interno. Dessa maneira, seria aberto espaço para a industrialização e se estabeleceria um controle sobre as áreas de tensões sociais. Tratava-se, portanto, de uma ideologia da fronteira, uma vez que não eram “novas terras”, como fazia parecer o discurso de Vargas, mas sim de áreas marcadas por complicações de processos sociais que sempre recriam formas arcaicas de dominação e de

reprodução ampliada do capital, que são ressignificadas por meio de cenários de aparente modernização e, concretamente, pela forma dominante da acumulação capitalista (GUIMARÃES NETO, 2002; MARTINS, 1997).

A Marcha para o Oeste era formada por um variado conjunto de ações governamentais, que ia desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais, tudo visando ao desenvolvimento econômico, que se constituía na mola propulsora das ações do governo (OLIVEIRA, 2013; LOPES, 2004).

Esse programa representou o início de uma decisiva fase no processo de colonização do oeste paranaense, que teve no projeto federal de criação do Território Federal do Iguaçu sua maior expressão (MYSKIW, 2009).

A partir do início do Estado Novo, com a promulgação da Constituição Federal de 1937, o governo teve amparo legal para criar os territórios federais. Em seu Artigo 6º, a Constituição outorgou ao Poder Executivo a seguinte prerrogativa: “a União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial” (BRASIL, 1937). Segundo Sérgio Lopes:

[...] é sob a ótica do nacionalismo que pode se entender a preocupação do governo federal com as questões do povoamento e ocupação dos espaços vazios das fronteiras brasileiras. Nesse sentido, o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo vai ser determinante quando da implementação das políticas territoriais e da criação dos territórios federais de fronteiras (LOPES, 2002, p. 40).

O governo criou a Comissão Nacional de (Re)divisão Territorial, responsável por orientar a criação dos territórios federais, sob a justificativa de que se fazia necessário povoar adequadamente e proteger as fronteiras. Após o parecer exarado por essa Comissão, as providências em relação aos territórios federais começaram a ser tomadas pelo governo que determinou, por meio de Decretos Presidenciais, a criação de dez novas entidades administrativas federais: um originado das terras dos estados do Paraná e Santa Catarina, Território do Iguaçu; três no Mato Grosso, Territórios do Maracaju, do Guaporé e do Jaru; quatro no Amazonas, Territórios do Rio Branco, do Rio Negro do Acre e do Solimões e dois no Pará, Territórios do Óbidos e do Amapá (MEDEIROS, 1944; PORTO, 2015).

O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Abrangia o oeste e o sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. O Decreto-Lei nº 5.812 de 21 de setembro dividiu o Território em quatro municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó e determinou que a “capital fosse a cidade de igual nome¹⁰” (BRASIL, 1943a). Além das cinco cidades, o Território Federal do Iguaçu possuía as vilas de Guaíra (Foz do Iguaçu); Pato Branco (Clevelândia); Chopim (Mangueirinha); Catanduvas (Iguaçu); Xanxerê, Barracão, Mondai, Faxinal dos Guedes, Abelardo Luz e Guatambu (Chapecó) (LOPES, 2002; LEMIECHEK, 2014).

Esse Território possuía uma área de 65.854 km²; desse total, 51.452 km² eram provenientes do estado do Paraná e 14.402 km² oriundos do estado de Santa Catarina, o que dava uma densidade demográfica de 1,47 hab/ km². A área que passou a pertencer ao Território contava com 96.854 habitantes, sendo 90,34% residentes na área rural e 9,66% na área urbana (LOPES, 2004).

Seu primeiro governador, nomeado pelo presidente Vargas, foi João Garcez do Nascimento, do Paraná (BRASIL, 1943). Ao tomar posse, em 06 de janeiro de 1944, uma de suas primeiras ações foi verificar a situação em que a área se encontrava; como resultado desta vistoria, elaborou em 17 de abril de 1944 um relatório que foi enviado ao Ministério de Estado da Justiça e Negócios Interiores com ponderações de caráter mais geral sobre a localidade, destacando as necessidades mais urgentes, nas áreas da saúde, transporte e educação.

Ficou a cargo do governo territorial a viabilização de meios para facilitar o fluxo migratório e a ocupação produtiva da terra. Ao governo federal caberia propiciar benfeitorias de infraestrutura que incentivassem a vinda de colonos e facilitassem sua instalação. Em 1938, foi criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com o propósito de acelerar o desenvolvimento econômico da região. Nesse período, foi construída a BR 35, atualmente chamada de BR 277, que liga as cidades de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, passando por Prudentópolis,

¹⁰ A decisão para a escolha da capital do Território Federal do Iguaçu foi demorada e confusa. O primeiro decreto-lei determinou que a capital se instalasse na cidade de Foz do Iguaçu; porém, em seguida, foi transferida para Laranjeiras do Sul, o que fez a cidade ter de mudar o nome para Iguaçu. As autoridades justificavam essa contradição, argumentando que Laranjeiras do Sul estava mais próxima da ‘civilização’. Até a mudança de capital, a cidade não fazia parte do Território Federal. Essa medida ampliou as fronteiras do Território Federal do Iguaçu, colocando-as entre os rios Restinga Grande e Cavernoso (PRIORI, et al, 2012, p.70).

Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Cascavel, uma importante rodovia do oeste do Paraná (GREGORY, 2005).

Em visita ao Paraná, depois da criação do Território do Iguaçu, Getúlio Vargas discursou em Guaíra sobre o propósito que ensejou a criação dos Territórios Federais:

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a ideia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente alcance patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional. A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar. [...] Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais. A história dos povos está ligada à sua geografia. Segundo a distinção dos sociólogos, a geografia estuda a organização dos povos em sua forma estática e a geopolítica a dinâmica de sua evolução. É o destino dos povos plasmado pela energia criadora dos homens. E a nossa “Marcha para Oeste” significa precisamente uma das formas de manifestação desse destino (VARGAS, 1944).

A Constituição Federal de 1946 pôs fim ao Território do Iguaçu (BRASIL, 1946). Foz do Iguaçu tornou-se novamente um município pertencente ao estado do Paraná. Lucimara Lemiechek diz que a criação do Território “foi muito importante para a região, pois os moradores viveram num curto período as expectativas de que o progresso chegaria e, conseqüentemente, mudaria o padrão e a qualidade de vida das pessoas” (LEMIECHEK, 2014, p. 17).

Embora o período de atividades do Território do Iguaçu tenha sido curto, sua implantação, somada à criação da Lei das Fronteiras (Decreto n.º 1.968/40) - que estabeleceu a obrigatoriedade de prévia autorização do Conselho de Segurança Nacional para a abertura de empresas e para as concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira de todo território nacional, serviu para lançar as bases de um processo de colonização empresarial na região oeste do Paraná (BRASIL, 1940).

O governo paranaense planejou ações para dirigir e controlar o processo de ocupação produtiva da terra por meio de políticas públicas e ações que foram

direcionadas especialmente para a região oeste do estado, rapidamente incorporadas. As terras das antigas concessões feitas às empresas estrangeiras foram retomadas pelo estado, mediante o Decreto Estadual nº 300 (WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA, 1968).

A política nacionalista do Governo Vargas resultou no início de uma nova fase no processo de colonização do oeste paranaense, que podemos chamar de ocupação planejada e empresarial do território. Em meados da década de 1940, a região se transformou num lucrativo negócio imobiliário que atendeu, concomitantemente, as propostas do governo federal, dos migrantes sulistas que chegavam à região à procura de propriedades rurais e os interesses do governo estadual, chefiado por Moysés Lupion, responsável pela mediação de todo processo.

2.3 “Comunidades Imaginadas”: a colonização planejada da região oeste do Paraná

O termo “comunidades imaginadas” foi cunhado por Benedict Anderson, em sua obra: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*¹¹; designa as comunidades socialmente construídas e que percebem a si próprias como parte de um grupo homogêneo. Nesse sentido, todas as comunidades maiores que as aldeias primitivas, onde havia contato cara a cara (e talvez mesmo estas), são imaginadas. O que distingue uma comunidade da outra, portanto, é o modo como ela foi imaginada (ANDERSON, 2012).

A discussão central que Benedict Anderson propõe é a análise do fenômeno do nacionalismo, que em sua percepção é um artefato cultural de um tipo especial. Sua tese é a de que tanto a nacionalidade (ou condição nacional) quanto o nacionalismo são produtos culturais específicos. Ele discute o conceito de nacionalismo a partir de uma clara aproximação com as noções de religião e

¹¹ A obra **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**, foi originalmente publicada em 1983 e fez rapidamente grande sucesso mundial. No Brasil, a primeira edição do livro foi publicada no ano de 1989, pela editora Companhia das Letras. A edição mais recente no Brasil é de 2008, também da editora Companhia das Letras. Nesta tese, utilizamos uma edição portuguesa de 2012.

parentesco, enfatiza que o nacionalismo tem uma dimensão pertencente ao imaginário que vai além de ideologias políticas conscientemente adotadas e se alinha a sistemas culturais. Por isso, tal qual a religião, o nacionalismo foi estruturado de forma a ser incontestável. Nesta perspectiva, o conceito pode ser definido da seguinte maneira: “uma comunidade política imaginada - e que é imaginada e ao mesmo tempo intrinsecamente soberana” (ANDERSON, 2012, p. 25).

A nação é uma comunidade imaginada porque seus membros constroem uma imagem mental de afinidade, portanto, idealizada, sobre a comunidade à qual pertencem, pois independente da desigualdade ou da exploração que possam existir em seu interior, a nação, como comunidade, é concebida sempre como uma profunda “camaradagem” horizontal. A formação das nações como comunidades imaginadas, segundo Anderson, é possível pelo desenvolvimento do capitalismo editorial ou tipográfico, que colaborou para a construção de um elo imaginado, capaz de unir determinados indivíduos numa “rede de parentesco” que proporciona aos seus membros certa particularidade, que os distingue das demais comunidades. Nesse sentido, “comunidades imaginadas” não é sinônimo de sociedades falsas, mas, sim, da formação dessas “redes” que historicamente foram criadas e sustentadas pela proliferação de jornais e de outras publicações no contexto do surgimento da prensa mecânica (ANDERSON, 2012).

Embora o termo “comunidades imaginadas” esteja intrinsecamente relacionado ao nacionalismo, entendemos que é possível utilizá-lo de uma forma mais ampla, ou seja, partir da assertiva de que todas as comunidades humanas são, em alguma medida, também “imaginadas”. Assim, a questão da imigração e mesmo da migração é uma atividade constituída de significados culturais e não apenas de transferência do seu local de origem.

Os membros de uma comunidade, embora não tenham uma real interação uns com os outros, acabam compartilhando interesses ou aspectos identitários comuns.

As variáveis que cercaram o processo de colonização e ocupação produtiva do oeste do Paraná estiveram permeadas de elementos ideológicos que apontavam para a constituição de uma “comunidade imaginada”. Desde a divulgação das propriedades rurais que seriam vendidas na região, até o encaminhamento do processo migratório, indicavam para essa direção.

O projeto que desembocou na ocupação planejada do oeste paranaense tinha o claro propósito da ocupação produtiva das terras da região e sua imediata incorporação ao modelo capitalista de produção. Tal modelo, à época, estava em expansão no país, que vivia um acelerado processo de industrialização, urbanização e consolidação do agronegócio.

O programa federal que deu sustentação e incentivo à migração para a região e produziu um discurso que estabelecia um contraste entre o Leste e o Oeste do Brasil, com a alegação de que no Leste (região amplamente ocupada e com excedente de mão-de-obra) prevalecia o coronelismo e a grande propriedade rural; em contrapartida, no Oeste, predominava a pequena propriedade, lugar de oportunidades para o desbravador que estivesse disposto a ser um “bandeirante moderno”. Tal pressuposto, evidentemente, era muito mais ideológico do que real, pois, neste caso, ocorria exatamente o contrário do que proclamavam os órgãos governamentais (ABREU, 1999; SODRÉ, 1997).

Embora o projeto de ocupação planejada tivesse o incentivo e o amparo legal dos governos federal e estadual, foi a iniciativa privada, por meio de empresas imobiliárias, que coordenou todo o processo de colonização. Para alcançar seus propósitos, as empresas utilizaram uma arrojada estratégia publicitária de divulgação, intencionalmente canalizada para os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, visando a atrair para a região colonos descendentes de imigrantes europeus, especialmente de alemães e de italianos que viviam nessas localidades.

Toda a estratégia de ocupação empreendida para o oeste paranaense tinha como base o ideário de formar uma “nova região”, uma comunidade imaginada. O discurso previa a formação de uma comunidade composta por moradores que iriam desenvolver suas relações socioeconômicas e comunitárias a partir de elevados princípios cristãos, do trabalho árduo como valor moral; da solidariedade na luta para a superação de problemas coletivos; da prática da religião cristã; da família bem constituída dentro dos padrões tradicionais, leia-se, cristãos, e da valorização da educação como patrimônio cultural necessário para comunidade (FREITAG, 2007).

Esse ideário de uma “comunidade imaginada” foi amplamente veiculado pelo Jornal **O Oeste**. Esse foi o primeiro periódico de circulação local durante as

primeiras décadas do processo de migração para região¹². O Jornal **O Oeste** difundiu matérias de exaltação das riquezas naturais da localidade e das qualidades das pessoas que nela residiam por ocasião da migração, chamados de “pioneiros”.

[...] região nova onde a população é laboriosa, dinâmica, devotada ao trabalho heróico, ao desbravamento da mata virgem, transformando-a em uma das mais promissoras regiões agrícolas do estado, faz com que esta mesma região que até pouco figurava nos nossos mapas ilustrados como zona selvagem, assinalada por um índio empenachado e uma onça pintada, cubra-se de cidades, vilas, povoados e núcleos agrícolas. Faz com que, em plena floresta surjam indústrias que transformam as incalculáveis reservas de essências florestais em fabulosas fontes de riqueza (O OESTE, 1953).

Assim, a ocupação do espaço da região oeste do Paraná, além de resultar de práticas e ações políticas e sociais, foi construída também a partir de uma diversidade de valorações, tanto funcionais quanto afetivas. Isso implica dizer que, em diferentes momentos, foi projetada utopicamente a formação de uma localidade, com valores idealizados, ou seja, a constituição de uma “comunidade imaginada”.

2.3.1 Em busca da “terra da promessa”: migração, conflitos sociais e disputas pela posse da terra na região oeste do Paraná

A partir da segunda metade da década de 1940, os fluxos migratórios para o oeste do Paraná se intensificaram. A maioria dos colonos que migraram para a região eram camponeses oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que deixaram suas localidades em busca de melhores condições de vida para suas famílias e de novas oportunidades econômicas. Imbuídos do ideário de encontrar no oeste paranaense uma região próspera, os migrantes se deslocaram em direção à “nova terra”, caracterizada pelas companhias

¹² O jornal **O Oeste** foi a primeira iniciativa relacionada à imprensa em Toledo. Os exemplares das primeiras edições do jornal, dos anos de 1953 a 1955, estão disponíveis para consulta no acervo do Museu Histórico Willy Barth, em Toledo.

colonizadoras como “terra da promessa”, expressão vinculada à memória religiosa da Terra Prometida¹³.

No imaginário coletivo dos migrantes existia a crença, idealizada, de que estavam a caminho de um local perfeito, como um paraíso a ser explorado, uma terra fértil, sem pedras, plana, de abundante produção agrícola, de oportunidades e de enriquecimento. Contudo, quando chegaram à região, se depararam com uma realidade bem diferente daquela que lhes fora apresentada pelas propagandas. Muitos, ao se depararem com a falta de alimentos, com os animais selvagens e peçonhentos e com os conflitos pela posse da terra, acabaram decidindo retornar para suas localidades de origem.

Embora os documentos oficiais apresentem um discurso de que a ocupação do território tenha sido organizada e pacífica, na prática o processo foi marcado por renhidas disputas pela posse da terra. Isso aconteceu, de acordo com Angelo Priori, “porque geralmente as terras doadas ou vendidas às colonizadoras estavam em sua maioria ocupadas por posseiros e essas empresas se encarregaram de expulsá-los” (PRIORI, et al, 2012, p. 84).

A história regional por vezes apresenta o oeste do Paraná como uma região constituída por uma igualdade de interesses econômicos, políticos, culturais e religiosos, e os migrantes agiam e pensavam da mesma forma. A construção dessa imagem do oeste paranaense como uma comunidade homogênea, segundo Antonio Marcos Myskiw, tem um caráter ideológico e serve aos interesses dos grupos dominantes, pois, “para quem domina, é importante que ela (região) se pareça uma, sem diversidades, conflitos e contradições” (MYSKIW, 2000, p. 36).

A ideia de que os migrantes se estabeleceram pacificamente e criaram uma sociedade na qual os interesses pessoais e mesmo de pequenos grupos não vieram à tona, mas apenas os anseios da comunidade como um todo foram atendidos, é parte de um discurso construído para expressar uma idealização sobre o processo de ocupação produtiva do território. Octávio Ianni explica que “a transformação da terra em mercadoria - ou, em âmbito mais geral, a metamorfose da natureza em

¹³ Expressão utilizada na tradição teológica judaico-cristã para falar do êxodo israelita quando do Cativo Egípcio e a promessa divina da terra de Canã que Israel possuiria. Terra Prometida na religião judaica está associada a um lugar de bonança, que, na linguagem da Torah, “mana leite e mel”. Quando a expressão era utilizada para falar das terras do oeste paranaense, remetia o migrante a um lugar de abundância e prosperidade. Por isso, a figura foi tão utilizada pelas empresas responsáveis pela colonização da região.

história - não é um processo pacífico. Ele envolve tanto a violência dos homens contra a natureza como dos homens entre si” (IANNI, 1979, p. 164).

A colonização da região teve a presença de grupos étnico-culturais plurais, além das empresas colonizadoras, os posseiros¹⁴, colonos¹⁵, jagunços¹⁶ e grileiros¹⁷. A convivência desses diferentes grupos, com interesses distintos, nem sempre foi tranquila e pacífica. Os conflitos sociais pela posse da terra na região foram frequentes. Leandro de Araújo Crestani destaca que “no oeste do Paraná, os conflitos agrários estiveram permeados por ações judiciais, procedimentos governamentais, ações de pistoleiros, jagunços. [...] a pouca presença, ou a falta total da justiça, seja da União, do governo do estado, transformou a região em uma área de permanentes conflitos” (CRESTANI, 2012, p.45).

Na análise desenvolvida por Octávio Ianni, evidencia-se que as empresas colonizadoras, ao se instalarem numa região, imprimem uma nova estrutura de classes na região e acabam entrando em confronto com as sociedades preexistentes, pois elas não se radicam em espaços vazios. O que está em curso, nesses casos, “é a expansão, paulatina ou rápida, da empresa capitalista no campo, da qual o grileiro é a vanguarda e o posseiro a vítima” (IANNI, 1979, p. 146).

Numa conjuntura de constantes conflitos sociais pela posse da terra no oeste paranaense, os maiores prejudicados foram os posseiros. Desapropriados de suas terras, ora pelos grileiros, ora pelas empresas colonizadoras, os posseiros foram

¹⁴Posseiro é aquele que adquire (ou ocupa) e faz uso de uma determinada área de terra sem ter título de propriedade expedido, em seu nome, pelo Estado ou pela União. José de Souza Martins comenta que “os posseiros são invariavelmente legalistas. É muito pouco provável que invadam a terra em que há sinal de trabalho, portanto de ocupação, ou que invadam uma terra que, com certeza, tem proprietário” (MARTINS, 1984, p. 25).

¹⁵ A história regional utiliza o termo “colono” para designar indivíduos brasileiros que têm suas raízes num contexto cultural e social europeu, ou seja, são trabalhadores de ascendência europeia que vieram para o Brasil em busca de oportunidades e procuraram reproduzir no país seu modo de vida (GREGOY, 2005).

¹⁶ Os jagunços eram pessoas contratadas pelo suposto proprietário ou grileiro para amedrontar, afugentar, expulsar e muitas vezes matar os colonos, posseiros, meeiros e arrendatários. No processo de colonização da região oeste do Paraná, é perceptível a clara relação existente entre alguns colonos e posseiros com a figura do jagunço. Como forma de intimidação, algumas empresas colonizadoras também contratavam jagunços para impedir que os posseiros realizassem queimadas e o preparo de novas lavouras. Muitas vezes os jagunços incendiavam casas, matavam animais domésticos, violentavam mulheres e crianças, entre outras coisas (MYSKIW, 2000; SERRA, 1991).

¹⁷Grileiro era o indivíduo que, por meio de documentos falsificados, se estabelecia nas terras do oeste paranaense e formavam os povoados não legalizados que recebiam o nome de “grilos” (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968, p. 39). O grileiro na perspectiva do Direito Agrário é aquele indivíduo que, “por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade de imóvel alheio” (SANTOS, 1983, p. 284).

alvo de severa violência e expropriados do seu principal meio de subsistência. De acordo com Ianni, nos processos de colonização planejada o grande proprietário geralmente é o principal beneficiado, pois, na maioria das vezes, ele dispõe de algum título que o qualifica como proprietário das terras. Além do mais, possui “conexões com autoridades policiais e governantes; ao passo que o posseiro, muitas vezes analfabeto, raramente dispõe de qualquer documento, mesmo quando reside e trabalha na terra a vários anos” (IANNI, 1979, p. 122-123).

Os conflitos pela posse da terra aumentaram gradativamente, isso devido à resistência dos posseiros frente ao ataque por meios ilegais dos grandes grileiros que usavam jagunços e pistoleiros e procuravam expulsar e tomar à força as terras. Na região oeste, assim como em todo o estado do Paraná, existiram muitos movimentos de resistência organizados pelos posseiros, com o objetivo de defender as suas terras e as benfeitorias nelas existentes¹⁸.

Os movimentos de resistência dos camponeses e posseiros na região oeste do Paraná explicitaram que a política praticada pelo governo do estado de concessão de grandes áreas de terras feitas às companhias colonizadoras desconsiderou a presença de colonos e posseiros que já estavam radicados na região, acarretando assim, na sobreposição de títulos e na gênese de severos conflitos (LEITE JÚNIOR; ESCUBEDO, 2006).

No Governo Lupion, a política de grandes concessões feitas a empresas nacionais foi amplamente utilizada. As colonizadoras pagavam ao estado um preço simbólico pelo hectare de terra e, em contrapartida, promoviam o loteamento e a instalação de infraestrutura mínima, o que resultava num lucrativo negócio imobiliário para essas empresas. Segundo Maurílio Rompatto, o governador Moysés Lupion notabilizou-se “pelas concessões de extensas áreas de terras a grupos econômicos em troca de favores políticos” (ROMPATTO, 1995, p.40).

As medidas tomadas pelo governador estiveram alinhadas à sua plataforma política, que preconizava a ocupação da região que o governo denominava de “o vasto sertão”. O estado intensificaria a oferta de terras devolutas e, para efetivar tal proposta, passou a emitir muitos títulos de domínio sobre a mesma área,

¹⁸A revolta camponesa de Porecatu foi um dos principais movimentos de resistência dos posseiros na região norte do Paraná. Sobre esse tema, conferir: (PRIORI, 2009). Na região sudeste e oeste do Paraná aconteceram outros movimentos de posseiros, em 1957, teve a revolta armada dos posseiros. Em 1964, o movimento conhecido como: “Levante de Posseiros de Três Barras”. Conferir (MYSKIW, 2000).

transformando o período do governo de Lupion no mais turbulento em termos de processos envolvendo disputas e conflitos pela posse da terra no estado do Paraná. Em relação à região oeste, o momento mais delicado foi durante os anos de 1957 a 1960, período em que o governador emitiu uma série de títulos em relação à mesma área (MYSKIW, 2009).

O discurso oficial sobre a colonização da região, construído pelas companhias colonizadoras e pelos representantes do poder político, procurou apresentar um quadro de pacificidade da ocupação do território. Possíveis excessos que teriam acontecido foram justificados como sendo sempre em prol do desenvolvimento da região. Diante dos conflitos sociais que envolveram a disputa pela posse da terra, pode-se afirmar que “a colonização do oeste do Paraná ocorreu de forma ‘irregular’. A ‘propriedade’, ‘posse’ e ‘titulação’ se tornaram questões importantes para a efetiva colonização dessa região” (PRIORI, et al, 2012, p.87). Na mesma direção, Leandro Crestani afirma:

A apropriação da terra dos colonos e posseiros na maioria dos casos aconteceu pela grilagem (utilizando escrituras falsas), corrupção administrativa (tanto por cartórios, como pelos departamentos que têm a função de legalizar a posse da propriedade), falta de controle do registro das terras pelo Estado e morosidade da justiça (em certos casos trabalhando a favor de grupos hegemônicos). O conflituoso mercado de terras no Oeste do Paraná foi responsável pelas condições de exploração, violência e injustiça social que prevaleceram no campo, tendo como resultado o êxodo rural (CRESTANI, 2010, p.137).

Foi nesse contexto que, na segunda metade da década de 1940 e durante toda década de 1950, a região oeste do Paraná recebeu uma grande quantidade de migrantes. Em algumas regiões do Rio Grande do Sul, devido à expansão do agronegócio, as pequenas propriedades foram incorporadas às grandes fazendas, adquiridas por grupos comerciais e os pequenos proprietários foram expulsos e perderam o direito à terra. Isso acabou motivando a migração para outras regiões em busca de oportunidades econômicas; o oeste e o sudoeste do Paraná foram o destino de muitos desses colonos.

Concomitantemente, havia um interesse por parte de grupos de empresários ligados ao ramo imobiliário de iniciar novos empreendimentos e destinar os deserdados da terra dos estados da região Sul para outras localidades. Nesse caso,

o oeste paranaense atendia tanto às expectativas do governo federal - por estar localizado numa região de fronteira, nas propostas do governo deveria ser ocupada - quanto das empresas imobiliárias, que viam na região uma similaridade com o clima e as condições da terra das localidades de origem dos colonos, o que facilitava a venda das propriedades rurais (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).

As questões da política nacional também acabaram interferindo no processo. O grupo empresarial do Rio Grande do Sul que dava sustentação política e econômica a Getúlio Vargas, também gaúcho, no afã de ganhar mais expressão política no cenário nacional, encampou a proposta de que os colonos deveriam migrar para as fronteiras do oeste do Paraná, pois isso favoreceria a consolidação do poder rio-grandense em todo o território nacional. As medidas administrativas do governo fundiram seus próprios interesses com os dos empresários do ramo imobiliário. Assim, a confluência desses interesses econômicos desembocou numa pujante migração de caráter interno para região oeste paranaense (ANDRADE, 2011).

A organização de todo o processo ficou a cargo de Companhias que tinham experiência em empreendimentos colonizatórios em outras regiões. Elas firmaram acordos com o governo paranaense para lotear as terras do oeste, dando início a um modelo de colonização planejada e empresarial, que esteve diretamente associado com as atividades econômicas do país e com a expansão das atividades agrícolas.

2.3.2 “Mercado de terras” no oeste paranaense: a atuação das empresas colonizadoras

As empresas privadas ligadas ao ramo imobiliário, de capital nacional, foram responsáveis por gerenciar a colonização de uma área superior a dois milhões de hectares no oeste paranaense. Até o ano de 1957, havia trinta companhias colonizadoras atuando na região, das quais destacaram-se, por lotear os maiores espaços, as seguintes: Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A; Terras e Pinhais Ltda.; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Pinho e Terras Ltda.; Colonizadora Matelândia Ltda. e Colonizadora Criciúma Ltda.

As ações dessas empresas na colonização da região significaram uma nova forma de organizar socialmente as forças produtivas e as relações de produção. No período imediatamente posterior ao início da atuação das colonizadoras, a terra transformou-se em mercadoria, teve o preço elevado e passou a ser objeto e meio de produção de valores de troca, ou seja, a terra ganhou novas configurações sociais (CRESTANI, 2010).

Ao ser apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma, a terra foi inserida nas relações capitalistas de produção como um elemento das condições de produção controladas pelas empresas privadas, se tornando, portanto, objeto e meio de produção de valores de mercado, nos moldes exigidos pelas colonizadoras, em consonância com a lógica da acumulação capitalista. Nessa conjuntura de colonização planejada e privada, “a terra é transformada em mercadoria, objeto e meio de produção de valores de troca; é colocada no circuito da reprodução do capital, como propriedade privada, principalmente da grande empresa estimulada e protegida pelo poder estatal” (IANNI, 1979, p. 158-159).

O trabalho dos colonos e posseiros no período anterior à presença das colonizadoras serviu para construir as bases de um sistema mercantil das propriedades privadas no oeste, que pode ser caracterizado como um “mercado de terras”¹⁹, pois os posseiros fizeram a “limpeza do solo”, retiraram a mata, as árvores e mecanizaram a terra, tornando-a produtiva; depois de todo esse trabalho, as companhias colonizadoras invadiram e retiraram o posseiro, dando início assim, a “indústria da posse da terra”(CRESTANI, 2010).

Com o início da colonização empresarial da região, quando as terras passaram a ter valor comercial, os conflitos pela posse da terra aumentaram. Maria Cristina Colnaghi, analisando o processo de ocupação da região sudoeste do Paraná, destaca que a luta pela posse da terra aconteceu, principalmente devido à divergência de interesses de grupos que exerciam o domínio político e econômico sobre a região.

¹⁹O conceito de “mercado de terras” é tributário da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que buscou sistematizar “os elementos legais que permitiam definir como uma posse se tornava uma propriedade, ou seja, um domínio correspondendo ao fechamento da fronteira. Dessa forma, permitia que a terra viesse a ter valor de mercado, instituindo dessa forma o mercado de terras no Brasil. [...] A Lei de Terras não apenas transformou a terra em mercadoria, como impossibilitou o seu acesso a todos que não tivessem dinheiro para adquiri-la” (CRESTANI, 2010, p.33-34).

O que efetivamente estava em jogo eram grandes interesses econômicos e políticos manifestos na região, por um lado, na transformação da terra em mercadoria e, por outro, no vínculo que unia o governador do estado ao grupo econômico proprietário das companhias imobiliárias. [...] evidenciava a submissão da ordem pública à ordem privada, ou ainda, o exercício político do capital, selava grandes interesses econômicos e políticos contrários às reivindicações imediatas dos camponeses do Sudoeste do Paraná (COLNAGHI, 1991, p. 19).

Em relação à região oeste, o processo foi semelhante, a partir do momento em que a terra se tornou mercadoria, os conflitos recrudesceram e se tornaram inevitáveis. Todavia, apesar dos litígios ocorridos que envolviam a questão da luta pela posse da terra, podemos dizer que as ações das colonizadoras contribuíram para integrar definitivamente a região oeste do Paraná à economia nacional. As ações dessas empresas acabaram por materializar os objetivos do Estado Nacional e ao mesmo tempo atenderam seus próprios interesses, transformando a terra num objeto de especulação. O sucesso da consolidação do mercado de terras no oeste contou com o apoio do governo estadual, especialmente do governador Moysés Lupion, que por meio do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, atuou em favor das colonizadoras, medindo e demarcando núcleos coloniais situados dentro da faixa de fronteira (GREGORY, 2005; FREITAG, 2007).

No afã de atrair mais compradores, as colonizadoras propiciaram assistência religiosa, educacional, abriram estradas e aplicaram um modelo de construção de pequenos núcleos populacionais denominados de sedes, que serviriam para dinamizar as relações comerciais e facilitar o escoamento da produção agrícola.

2.3.3 Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (MARIPA)

Das companhias que atuaram na colonização do oeste do Paraná, merece destaque a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. Fundada em 13 de abril de 1946, com sede administrativa em Porto Alegre, a empresa organizou uma filial no Paraná (NIEDERAUER, 2004). Segundo consta de seu estatuto, as ações projetadas para o empreendimento no oeste paranaense deveriam contemplar, conforme o Art. 2º:

- a) aquisição por compra e exploração das terras, campos e matas da Fazenda Britânia, com os respectivos prédios, instalações e benfeitorias, situada no Território do Iguazu, pertencente a *Companhia de Madeiras del Alto Paraná*, com sede em Buenos Aires, na República Argentina;
- b) extração, produção, industrialização, beneficiamento e comércio em geral de madeiras e derivados, inclusive sua exportação para os mercados estrangeiros;
- c) produção, industrialização e exportação da erva-mate;
- d) compra e venda de terras e colonização em geral;
- e) replantio em geral;
- f) agricultura e pecuária em geral;
- g) comércio em geral;
- h) a participação em qualquer ramo de indústria e comércio, a qual será resolvida a critério da diretoria e do Conselho Fiscal com a aprovação da Assembleia Geral (INDUSTRIAL MADEIREIRA E COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1946).

A estrutura da empresa foi organizada a partir da associação de vários acionistas (ANEXO A), a maioria deles provenientes do Rio Grande do Sul e com experiência no ramo imobiliário. Os maiores acionistas e diretores da empresa MARIPA eram: Alberto Dalcanale, Luiz Dalcanale Filho, Willy Barth, Alfredo Pascoal Ruaro, Leonardo Júlio Perna, Azeredo Bastian e Egon Bercht. Dentre estes, a não ser Alberto Dalcanale e Luiz Dalcanale Filho, residentes no Paraná, todos os outros eram provenientes do Rio Grande do Sul e exerciam como atividades o comércio e a indústria. Os sócios fundadores participaram diretamente do projeto de colonização. Mas, como uma sociedade anônima, a MARIPA tinha a participação de outros subscritores provenientes da Argentina e de outras regiões brasileiras, com o predomínio de Porto Alegre (CASAGRANDE, 2002).

O modelo de colonização implementado pela MARIPA esteve alicerçado em características de planificação e racionalização: escolha do elemento humano para a ocupação, divisão das terras em pequenas propriedades e estímulo à policultura. A empresa estabeleceu um conjunto de regras tidas como essenciais para o sucesso do empreendimento, são elas:

- a) ELEMENTO HUMANO: A fim de ter êxito no empreendimento, povoar densamente a Fazenda Britânia, com agricultores que mais se adaptarem à região;
- b) PEQUENA PROPRIEDADE: Proporcionar a todo o agricultor que vier residir na “Fazenda Britânia” a faculdade de se tornar proprietário, livre e independente, das terras por ele cultivadas para si e sua família. Estas terras, divididas em glebas de 10

- alqueires ou 25 hectares, trariam para a região maior quantidade de gente.
- c) POLICULTURA: Garantir o perfeito equilíbrio econômico à região, dirigido à produção agrícola, sempre que possível, no sentido da policultura;
 - d) ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO: Na medida em que as terras forem sendo vendidas e cultivadas, auxiliar os agricultores na colocação de seus produtos nos grandes centros consumidores;
 - e) INDUSTRIALIZAÇÃO: Para industrializar a região na proporção do desenvolvimento do Brasil, evitando que o ritmo normal da produção agrícola dependa de determinadas indústrias mantidas no litoral e evitando o desperdício de tempo e despesas de transporte e outros prejuízos com longas viagens (INDUSTRIAL MADEIREIRA E COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955, p.3).

A área total da região oeste do Paraná era de 23.128 Km²; a MARIPA tinha sob seu controle um total de 11,87% dessas terras. A empresa adquiriu, em 1941, da *Companhia Madeireira del Alto Paraná*, uma área de 274.846 hectares (2.748 Km²), localizada à margem esquerda do rio Paraná. Tratava-se de um espaço com boa localização, próximo ao Porto Britânia, situado nas margens do rio Paraná, o principal meio de escoamento da produção e de transporte que ligava a tríplice fronteira. Essa área atualmente é onde estão os municípios de Toledo, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Entre Rios do Oeste, Mercedes e Pato Bragado (SCHNEIDER, 2001; WACHOWICZ, 1982).

Num primeiro momento, a empresa MARIPA canalizou suas atividades para a extração, beneficiamento e exportação de madeiras para os mercados platinos. Posteriormente, suas atividades se voltaram para a venda de propriedades rurais. A empresa atuou como uma instituição de controle, de direcionamento e de referência, investindo em atividades comerciais por meio da instalação de serrarias, moinhos, oficinas mecânicas, funilarias, entre outros (GREGORY, 2005).

Os três primeiros itens do Relatório de Atividades da MARIPA explicitam que o projeto da empresa era direcionar a migração e povoar as terras com agricultores adaptáveis à pequena propriedade destinada à agricultura²⁰. Era uma estratégia de

²⁰ O relatório de atividades aparecia como uma espécie de “vitrine” da empresa. Na expectativa de apresentar uma boa imagem da área de colonização, a MARIPA dedicou a maior parte do relatório para mostrar as qualidades do local: sua boa localização geográfica; o fácil escoamento dos cereais; a qualidade das terras e sua capacidade de produção. O documento utilizou em torno de sessenta e duas fotografias para ilustrar o discurso de riqueza natural (produtos agrícolas como mandioca, café, pés de mamão, animais cevados, madeira em grande quantidade). Mas a grande ênfase esteve na questão da infraestrutura já disponível na região para atrair os futuros compradores (hospital, posto de gasolina, agência dos correios, escolas, igrejas, escritório de contabilidade, estradas em boa conservação, clubes) e a questão das oportunidades (famílias felizes, momentos de recreação,

planejamento que pretendia criar um espaço colonial inserido numa economia regional com potencial de desenvolvimento, a exemplo do que ocorrera com as colônias mais antigas do Rio Grande do Sul. Nesse espaço, além do retorno imediato dos investimentos, surgiriam novas possibilidades de negócios e seria uma estratégia para o rápido crescimento dos municípios (INDUSTRIAL MADEIREIRA E COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955; SCHNEIDER, 2001).

Consta do Plano de Colonização da MARIPA que a empresa projetava fomentar um espaço povoado por pequenos produtores familiares e de densidade populacional elevada²¹. A documentação referente ao projeto de colonização enfatiza a importância dos aspectos da organização do espaço colonial que se constituiriam como necessários para o funcionamento e sucesso do empreendimento (GREGORY, 2005; MULLER, 1986).

O modelo adotado pela empresa MARIPA, de pequenas propriedades rurais, foi exitoso no período inicial da colonização, pois os colonos que adquiriram os lotes não tinham recursos financeiros para comprar propriedades maiores, contudo, esse modelo, segundo Roberto Antonio Casagrande chegou ao fim na década de 1970, quando se intensificou o processo de mecanização e concentração de terra, isto é, nesse período aconteceu “a inserção do Brasil nas relações comerciais internacionais capitalistas, na produção de grãos. Nesse momento a região passa a ser intitulada como sendo o celeiro do Brasil, como se fosse o sujeito região quem produzisse” (CASAGRANDE, 2002, p. 84).

Os documentos disponíveis no escritório da MARIPA (Plano da Colonização, 1955, Cadernetas de Anotação sobre a hidrografia, fauna e flora da região, 1946,

práticas de atividades esportivas). Aparecem, também, gráficos que enfatizam o sucesso que o empreendimento já tinha obtido (SCHNEIDER, 2001).

²¹O “Plano de Colonização” foi um documento organizado pela MARIPA no ano de 1955, que pretendia dar legitimidade ao modelo e aos procedimentos por ela aplicados na colonização da área que estava sob sua coordenação. O plano de colonização era composto pelo plano de ação e pelo relatório de atividades; o documento foi preparado pelos diretores da MARIPÁ e redigido por Ondy Hélio Niederauer, à época, contador da empresa. Nele se explicitam os procedimentos considerados adequados para a colonização. O exemplar original desse texto está disponível no Museu Histórico Willy Barth, da cidade de Toledo. O documento contém quarenta e cinco páginas que estão datilografadas, nelas estão descritas as atividades desenvolvidas pela empresa MARIPA até meados de 1955. O texto está dividido em duas partes, sendo que na primeira constam as informações referentes às estratégias que a MARIPA adotaria em sua atuação e, a segunda parte, divulga o sucesso já conquistado pela empresa nos primeiros anos do empreendimento. Podemos dizer que o plano de colonização foi um documento que apresentou uma leitura apologética que a empresa MARIPA fez de sua própria atuação no processo de ocupação planejada do oeste paranaense. Seu programa de colonização foi apresentado no documento como uma atividade vantajosa para a região, que trazia desenvolvimento e oportunidades (SCHNEIDER, 2001).

Mapas da divisão da área, década e 1940, Relatórios dos topógrafos contratados pela empresa para o trabalho de organizar o território, entre outros) apontam para a tentativa de se construir um modelo de assentamento chamado nos documentos de “disperso”. Para efetivar esse modelo de ocupação, a empresa decidiu por dividir a área em:

Longos lotes que sobem o rio para a parte mais alta da região em alinhamento com a drenagem natural podem dar a cada propriedade acesso imediato a ambos, rio e estradas. Mais além, um Sistema de Longos Lotes possibilita uma distribuição equivalente de vários tipos de solo e declives para cada propriedade. Essas são as razões principais para a escolha do Sistema de Longos Lotes pelos planejadores da MARIPÁ (INDUSTRIAL MADEIREIRA E COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955).

Esse modelo facilitava as atividades internas do núcleo colonial, pois acabava reduzindo as distâncias e o tempo para a execução das tarefas diárias no trato com a terra. Com base nesse modelo disperso de assentamento, o território foi dividido em aproximadamente onze mil propriedades rurais e mais de sete mil lotes urbanos, localizados em mais de treze núcleos urbanos. Para Vardir Gregory, a MARIPA preferiu um modelo de organização do espaço rural com uma vila central, visando a evitar as chamadas “vilas lineares”. Por isso, “planejou vilas mais compactas, centralizando-se os negócios para evitar dispêndio de energias e de tempo para as compras” (GREGORY, 2005, p. 114).

O deslocamento dos migrantes para o oeste paranaense ocorreu sob um rigoroso controle institucional. A estruturação do projeto de colonização foi elaborada e implementada visando à construção de uma nova distribuição do espaço. Por isso, a ideia da ocupação espontânea, mesmo considerando a pressão demográfica de outras localidades do Paraná e do país, não se aplicou inicialmente no caso do oeste. A forma como o território urbano e rural se apresenta hoje, embora tenha havido importantes alterações no espaço, evidencia os sinais de um planejamento ordenado de distribuição do espaço (GREGORY, 2005).

O discurso apresentado nos documentos da empresa indicava que a área colonial deveria ser ocupada por agricultores com habilidades no trato com a terra. Por isso, a preferência deveria ser dada ao agricultor nacional, trazido do Sul do Brasil. Consta do Plano de Colonização que a MARIPA deveria canalizar sua

propaganda especialmente para os estados de origem de seus principais acionistas: Rio Grande do Sul e Santa Catarina (INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955).

Observa-se nos panfletos de divulgação que a ênfase publicitária era direcionada para a qualidade do solo e para os valores éticos, morais e religiosos dos futuros compradores, propondo assim a formação de uma comunidade com costumes e identidade peculiares. A preferência pelo colono com experiência em produzir na pequena propriedade e dedicado à agricultura de subsistência significava, para a empresa, a opção pelo “elemento humano ideal” e a garantia do sucesso de seu empreendimento (INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955).

O panfleto de propaganda era veiculado em jornais e circulava de mão em mão. Enquanto um produto social, o jornal foi um importante espaço de ressignificação do real. As caracterizações da região e os referenciais de pertencimento que se construíram a partir dessas propagandas divulgadas em jornais serviram para construir uma paisagem do regional que indicava, além da ideia do vazio demográfico, as benesses do progresso da região.

Figura 4 - Panfleto de divulgação da MARIPA, 1949.

ATENÇÃO SNRS. AGRICULTORES

Antes de efetuar suas compras de terras visitem:

TOLEDO

NA FAZENDA BRITANIA -- MUNICÍPIO DE FÓZ DO IGUASSÚ -- ESTADO DO PARANÁ

Porque devo comprar terras em TOLEDO?

- 1.º — O maior desejo de cada Agricultor é: que seu filho deve ter uma vida melhor.
- 2.º — Por isso devem procurar comprar terras de cultura livre de morros, pedras, formigas e rica em águas, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Todos estes desejos o senhor encontra reunidos em TOLEDO na Fazenda Britania no Estado do Paraná.
- 3.º — O título da Fazenda Britania têm mais de 45 anos, oferecendo por tanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.
- 4.º — Porque TOLEDO hoje têm: Paróquia, Colégio de Freiras com 290 alunos, Médico, Hospital, Farmácia, Grandes casas comerciais, Hotels, Luz e Força elétrica, Carpintaria e Marcenaria, Matadouro, uma grande olaria, Frigorífico, Padaria, Alfaiataria, Sapataria, Diversos Bares, e Churrascarias, uma grande oficina mecânica, a serviço de qualquer espécie de veículo, Moinhos para trigo e milho, Serrarias para pinho e madeiras de lei, firma organizada para um grande Molho a cilindro para trigo.
- 5.º — Existem as seguintes madeiras: Cedro, Louro, Cangerana, Cabriuva, Guatambú, Angico, Maria Mole, Corticeiras, Ortigões e outras mais todas sintomáticas de terras férteis. Ha nos matos: Crescimnal, Larunjal, Palmitos e Taquaruçú.
- 6.º — A exportação de todos os produtos coloniais são feitos diretamente para a praça de S. Paulo, grande consumidor com fretes convenientes revertindo em benefício exclusivamente dos agricultores.
- 7.º — A Fazenda Britania proporciona aos seus agricultores uma grande via de comunicação que é o Rio Paraná, tanto para o Norte de S. Paulo como para a Argentina, todo ele navegável.
- 8.º — **Atenção agricultores muita atenção! TOLEDO tem uma grande área dedicada ao plantio de café. E' um negócio que a Companhia de Colonização está oferecendo a todos os interessados ao preço de Cr\$ a Colonia de dez alqueires. **30.000,00****
- 9.º — Os preços das terras são os seguintes: de Cr\$ ^{20.000,00} até Cr\$ ^{30.000,00} a colonia de 10 alqueires. Condições de venda: 1/3 a vista, 1/3 a 6 meses e 1/3 a 12 meses, gosando o comprador para pagamento a vista um desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar das prestações.

Proprietária da Fazenda Britania:

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S. A.
COM SÉDE EM PORTO ALEGRE, A RUA VOLUNTÁRIO DA PÁTRIA, 333 E FILIAL EM TOLEDO
11.325 COLONIAS

Colonização começada há 3 anos e em franco progresso. Bom emprego de Capital
Agentes: Aurelio Tissiani e Natal Zibetti - Sarandi, 1.º distrito
Dispondo de Caminhonete especial para viagem direta e comoda do comprador

Sub-Agente: _____

Fonte: Acervo do Museu histórico Wily Barth, de Toledo.

Observa-se no panfleto que a ênfase estava nas características positivas do território, superdimensionadas, conforme pode ser observado no seguinte trecho: “terras de cultura livre de morros, pedras e formigas, e rica em águas, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos. Atenção agricultores muita atenção! Toledo tem uma grande área dedicada ao plantio de café²²” (MARIPA: PANFLETO DE DIVULGAÇÃO, 1949).

As propagandas, além de dar ênfase às qualidades da terra, também exaltavam o perfil do indivíduo que ocuparia o território. Com a escolha de um “perfil ideal” de migrante, a proposta era construir uma identidade regional que produzisse a imagem do grupo que, além do conhecimento para realizar tarefas agrícolas, fosse também portador de uma “cultura superior”, dedicado ao trabalho e imbuído dos valores cristãos, diferente dos outros grupos, denominados por eles de “caboclos”²³, que não eram de ascendência italiana e/ou alemã (FREITAG, 2007).

O uso de expressões como “civilizado”, “ordeiro” e “honesto”, feitos pela MARIPA para descrever os sujeitos que habitariam sua área colonial, fez parte de um discurso mais amplo que indicava a constituição de uma localidade onde valores como trabalho, coragem e progresso seria uma realidade incontestável.

A ideia da formação de uma identidade regional foi propalada pelos políticos da região. O propósito, ao final, era construir a imagem de uma localidade idealizada e que se firmava como tal a partir das competências inerentes ao grupo de migrantes lá radicados que, devido às suas aptidões, contribuiriam para a expansão da fronteira agrícola do estado do Paraná e para a nacionalização do país. Esse vínculo entre o progresso da região e seus primeiros colonos fez emergir elementos distintivos do regional, ou seja, os migrantes que se estabelecessem naquela localidade fariam parte de um grupo seletivo que “se revelava o melhor colono do

²² Embora a colonizadora MARIPA tenha, em sua publicidade, estimulado a compra das propriedades rurais para o plantio do café, como acontecia na região norte do Paraná, a maior parte dos migrantes que se estabeleceram em Toledo não se dedicaram ao cultivo do café devido à própria inabilidade de lidar com essa lavoura e, também, porque as terras do oeste paranaense não eram apropriadas. Veja mais sobre a questão do café na economia paranaense nos trabalhos de: (CANCIAN, 1981; POZZOBON, 2006; ROSANELI, 2009).

²³ O termo “cabloco”, de acordo com Ivo Oss Emer, designa o grupo social constituído por antigos moradores do interior do Paraná, miscigenados com índios e conquistadores dos Campos Gerais. Na maioria das referências significa camponês pobre que vive isolado no interior, sem traços da cultura europeia ou da cultura da classe dominante (EMER, 1991).

Brasil - filho de alemães ou italianos para fazer nascer vertiginosamente uma cidade moderna” (O OESTE, 1953).

2.4 Fundação e desenvolvimento de Toledo (1946): “aqui se faz um milagre”

Toledo foi o primeiro núcleo urbano construído pela MARIPA no oeste paranaense. Os primeiros migrantes chegaram à localidade, conforme consta da documentação da empresa, em 27 de março de 1946. Logo depois, no dia 30 de março do mesmo ano, chegou um novo grupo, todos oriundos do Rio Grande do Sul. Em abril de 1946, e depois em junho, novos grupos chegaram ao núcleo construído às margens do rio Toledo; depois outros grupos foram chegando e constituindo novos núcleos populacionais, conforme a seguinte ordem cronológica:

Toledo, Porto Mendes, Porto Britânia e Porto Rio Branco (1946), Dez de Maio, Cerro da Lola e Novo Sarandi (1949); Vila Nova, Esquina Ipiranga, Linha São Paulo, Dois Irmãos e Nova Concórdia (1950); Sede Curvado, Vila Margarida, Quatro Pontes, Novo Sobradinho e São Miguel (1951); Marechal Cândido Rondon, Vila MARIPÁ, Nova Santa Rosa, Mercedes e Novo Três Passos (1952); Ouro Preto (1953); Pérola Independente (1954); Entre Rios (1959); São Roque (1960); Santa Fé (1961); São Luís do Oeste (1964); Boa Vista (1971) (SILVA, et.al.1988, p. 91).

Quando os primeiros migrantes se estabeleceram, a empresa MARIPA abriu estradas e criou uma infraestrutura urbana básica (igreja, escola, casa comercial e salão comunitário) para atendê-los. Segundo consta do relatório da empresa, no primeiro ano de fundação Toledo tinha: “10 casas destinadas à moradia; 5 para instalação de refeitório, hotel, armazém, escritório e ferraria, 1 grande para instalação provisória da igreja e escola e 2 depósitos. Para o abastecimento d’água desta incipiente vila foram construídos 5 poços” (INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1955).

Os migrantes que se estabeleceram em Toledo, em sua maioria, eram oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No quadro abaixo, que fornece um demonstrativo da origem dos colonos radicados em Toledo, por local de nascimento, fica claro que projeto de ocupação planejada do oeste paranaense e especificamente de Toledo, privilegiou o migrante sulista.

Quadro 1: Local de nascimento dos migrantes em Toledo (década de 1960).

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO DE MIGRANTES	PERCENTAGEM
Rio Grande do Sul	5.895	68,6%
Santa Catarina	1.400	16,4%
Paraná (Campos Gerais)	600	7%
Paraíba	35	0,4%
Bahia	30	0,4%
Pernambuco	20	02%
Matogrosso	1,0	0,1%

Fonte: OBERG, K.; JABINE, T. **Toledo:** um Município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960. [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1960.

No final de 1948, o traçado da cidade de Toledo já estava concluído. Na medida em que a infraestrutura foi melhorando, e principalmente quando a empresa ampliou sua estratégia de propaganda, a migração aumentou e houve uma expressiva expansão demográfica. Conforme consta dos documentos, a MARIPA arrojou sua estratégia de publicidade contratando mais agentes e incentivando os colonos que já estavam instalados a divulgar o empreendimento em suas localidades de origem, com a finalidade de trazer seus familiares e conhecidos para contribuir na construção de uma “nova”, “prospera” e “moderna” cidade que serviria como modelo para o restante do estado e quicá do país (INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1958).

A partir do ano de 1950, a colonizadora passou a utilizar nas suas divulgações, além de panfletos, jornais regionais e programas de rádio visando a atrair mais compradores para suas propriedades em Toledo. A ênfase da propaganda não estaria mais na produtividade da terra, como fora nos primeiros anos; o objetivo era veicular informações que explicitassem a constituição de um espaço urbano em transformação (ANEXO B). Esses materiais de divulgação destacavam a existência de hospital, escola, hotel, linha telefônica, clube social, campo de aviação e igrejas.

A propaganda apontava para uma localidade imaginada, em que o futuro migrante compraria não apenas sua propriedade, mas principalmente oportunidades para ele e para sua família. Esse discurso idealizado pode ser visto nos escritos dos historiadores oficiais da empresa MARIPA e da cidade de Toledo: “o nosso progresso é consequência lógica do determinismo histórico de uma cidade

incrustada na Canaã brasileira, que é o oeste paranaense. Ninguém deterá a marcha de Toledo” (SILVA, et al, 1988, p. 8).

Apesar do otimismo do discurso, o início do progresso da vila Toledo só aconteceria efetivamente quando o município fosse criado. Em 1951, o governador do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), visitou Foz do Iguaçu (o único município da região até aquele período). Na ocasião, os diretores da empresa MARIPA articularam politicamente uma visita do governador a Toledo²⁴. Na oportunidade, Willy Barth, diretor da MARIPA, fez um pronunciamento que explicitou as intenções políticas da empresa com a visita do governador (ANEXO C). Utilizando eufemismos, Barth falou dos anseios dos moradores e da empresa colonizadora:

É, senhor Governador, com o coração cheio de ardor cívico e patriótico que Toledo recebe de braços abertos tão nobre visita, sincera e bem intencionada. Vive este lugar um de seus melhores dias [...] uma emoção que representada no semblante alegre dos que o recebem, dos que aqui habitam, dos que, lutando pelo pão de cada dia, lutam também pelo engrandecimento do Paraná. [...] Toledo se sente esperançoso, porque vê, na feliz administração de hoje, uma era feliz e promissora para o estado, cheia de dinamismo jovem, refletida num governo eficiente e de mãos honradas, marcando as diretrizes progressista, dignas do atual desenvolvimento do Paraná (MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1951).

A partir da visita do govenador, todo empenho da MARIPA e dos grupos políticos, constituídos como classe dirigente local, foi no sentido de viabilizar a criação do município, que representaria a possibilidade de recebimento de maiores aportes financeiros do estado para a ampliação da infraestrutura. Surgiu nesse período a ideia de Toledo como a “Capital do Oeste”.

A empresa MARIPA passou a apresentar a imagem de uma região em franco desenvolvimento e com ótimas oportunidades para os investidores, como pode ser verificado nesta transcrição de um comercial veiculado no programa **A voz de São Paulo** (ANEXO E), na Rádio Record, em 15 de junho de 1951:

Boas condições de vida se apresentam, pois é dada especial atenção ao homem individualizado e por isso muitas lições se pode

²⁴ Todo movimento político de bastidores para acertar a visita do governador a Toledo pode ser verificado nas correspondências que os diretores da empresa MARIPA, Eghon Berchet e Willy Barth, trocaram nos dias que antecedeu a visita do governador (ANEXO D).

tirar dessa iniciativa vitoriosa, que já venceu as primeiras etapas do ciclo urbano. Basta notar que Toledo já possui em seu derredor cerca de 400Km de estradas de rodagem, dispendo de assistência médica e hospitalar e uma variedade e abundância de alimentos (MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1951).

Em sua visita à cidade, o governador, fazendo referência à colonização de Toledo disse: “aqui se faz um milagre”. Essa frase se tornou um *slogan* na divulgação da cidade para as outras regiões do país e despertou na comunidade as iniciativas de reivindicações pela emancipação política e administrativa.

O uso da expressão “Milagre de Toledo” nas propagandas serviu para “fabricar” a imagem de que em Toledo tinha acontecido algo excepcional, associado ao projeto colonizador e ao trabalho dos migrantes recém-radicados na localidade (SANTOS, 2010). Por isso, explorou-se ao máximo a ideia do “milagre” como estratégia que despertava nos potenciais investidores uma questão que remetia ao imaginário cristão.

Além dos recursos de uma cidade moderna, Toledo, para o escoamento de sua produção e intercâmbio com os demais centros, construiu até agora, por iniciativa da Empresa Colonizadora Rio Paraná S/A, mais de quatrocentos quilômetros de estrada de rodagem (MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1951).

A **Revista do Globo** (ANEXO F), de Porto Alegre, à época com circulação em todo o estado do Rio Grande do Sul, foi contratada pela MARIPA para publicar uma reportagem que deveria destacar a urbanização e o crescimento de Toledo. O título da matéria publicada em 29 de setembro de 1951 era a fala do governador: “O Milagre de Toledo”. Fica claro na reportagem que o propósito era atrair um público interessado em adquirir propriedade no espaço urbano. Na página inicial da reportagem, há um apelo aos potenciais compradores: “venha trabalhar e enriquecer conosco. Venha fazer parte deste milagre” (MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1951).

Figura 5: Revista do Globo. Porto Alegre, 29/09/1951. p. 67.



TOLEDO, o novo centro de colonização gaúcha no estado do Paraná, tem apenas quatro anos de idade e já conta com assistência médico-hospitalar, igreja, escolas e moinhos de trigo movidos a turbina. Dista 200 quilômetros de Foz de Iguaçu.

O Milagre de Toledo

Reportagem de Tullo Sertório BUENO DE CAMARGO



Em recente discurso, disse o governador do Paraná (à esq.): "Visitando Toledo pude presenciar um milagre que repete no Sudoeste do Estado aquela transformação espetacular do Norte e mostra os resultados benéficos que a colonização, orientada por uma grande organização particular, pode obter. São colonos que vêm do Rio Grande do Sul, descendentes de Italianos e alemães, lavradores que vêm com máquinas e com grandes recursos, podendo adquirir sua terra e estabelecer sua lavoura. Visitet vários colônios chegados há pouco tempo e já estabelecidos com muito bom faz e moinhos de trigo abundantemente movidos a turbinas elétricas, aproveitando a energia hidráulica."

NÃO só ao norte do Paraná as colônias se desenvolvem em ritmo vertiginoso e aparecem novas cidades e vilas como por obra de um milagre. O mesmo acontece em outras regiões da Terra das Araucárias. Onde ontem era a mata virgem, a floresta densa e quase impenetrável — hoje surge um núcleo colonizador, que amanhã dará origem a uma nova cidade, a um novo centro de progresso, de cultura e civilização.

E o caso da região sudoeste do estado, onde se situa Toledo, um dos mais futuros centros de produção agrícola e manufatureira do Paraná. Ainda no ano de 1948, o local onde assenta Toledo era uma selva indômita e hostil. Nesse ano, porém, a "Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A." adquiriu ali uma usina de força. E deu início à colonização, que constitui um dos mais notáveis exemplos da capacidade de trabalho do camponês brasileiro, quando bem orientado e armado dos indispensáveis recursos para realizar a sua atividade fecunda, num solo verdadeiramente uberrimo.

Os colonos que foram trabalhar em Toledo procederam, em sua totalidade, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Chegados à mata virgem, começaram imediatamente os preparativos de desbravamento e instalação no seu novo campo de atividade.

Em decorridos apenas três anos, o fruto do labor desses colônios gaúchos e catarinenses é simplesmente assombroso. Hoje, vêem-se em Toledo magníficas realizações urbanísticas, um comércio ativo, residências confortáveis e higiénicas, uma perfeita assistência

66 REVISTA DO GLOBO 29.9.51

Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo.

A ênfase da reportagem era que Toledo havia se tornado uma localidade com claros sinais de “cidade”; tornara-se urbana, um local promissor, estando em processo de desenvolvimento.

Hoje se veem em Toledo magnificas realizações urbanísticas, um comércio ativo, residências confortáveis e higiênicas, uma perfeita assistência médica e hospitalar, escolas dotadas do mais moderno material pedagógico (instaladas em prédios padronizados e dirigidas por professores competentíssimos). [...] ali começa a surgir as perspectivas mais promissoras (MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH, 1951).

A matéria exaltou a qualidade dos meios de transportes e a facilidade para comunicação, novamente um destaque que remetia a uma cidade “moderna”. A ideia do “Milagre de Toledo” constituiu-se na alavanca que geraria novos objetivos e novas práticas e que impulsionaria a MARIPA a reafirmar o discurso que Toledo deveria continuar a crescer e se tornar a “Capital do Oeste”, sobrepujando Foz do Iguaçu. Para tal, deveria ser elevado à categoria de município (SANTOS, 2010).

No mesmo ano de sua visita à Toledo, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto sancionou a Lei Estadual n.º 790, em 14 de novembro de 1951, que criou o município de Toledo, tendo todo seu território desmembrado do município de Foz de Iguaçu (PARANÁ, 1951). Em 14 de dezembro de 1952, o município foi formalmente instalado com a posse do primeiro prefeito e da Câmara Municipal. Estava instituída legalmente a esfera burocrático-administrativa local, que permitiria dar legitimidade aos anseios das elites locais de pleitear mais recursos públicos para ampliação da infraestrutura e dos serviços urbanos que fariam de Toledo a tão propalada “Capital do Oeste”.

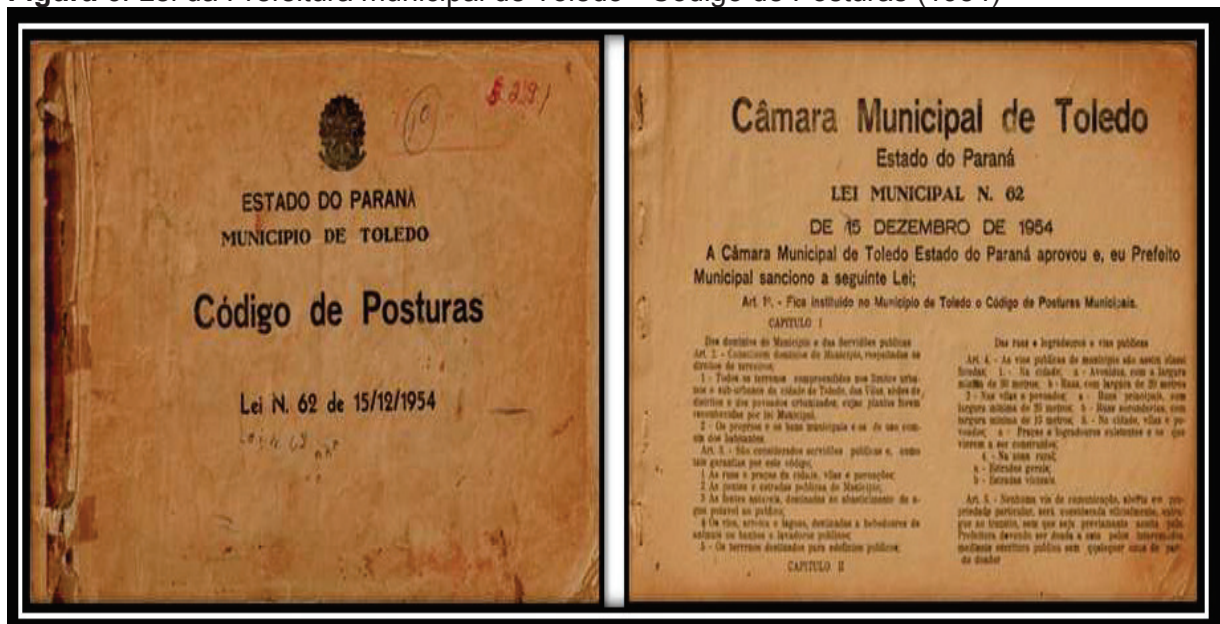
Após a criação do município, Toledo iniciou um processo de ampliação de sua infraestrutura. Os diretores da empresa MARIPA, em sintonia com os políticos locais, iniciaram uma jornada de buscas por recursos para aumentar a capacidade energética e melhorar as estradas do município, elementos tidos como sinônimo de uma cidade desenvolvida e moderna. Todo empenho da classe dirigente de Toledo por meio da imprensa local era motivar a população a continuar acreditando no futuro. Na edição de 31/01/1954, o jornal **O Oeste** (ANEXO G), representando os anseios da colonizadora e da classe política local, conclamou os comerciantes, empresários e toda a população a investir no projeto de construção de uma hidroelétrica, visto como uma necessidade e um meio para acelerar o desenvolvimento de Toledo:

“cada uma das atividades comerciais contribuem cada vez mais para o progresso deste “Pouso Frio” desde a cinco anos, este Toledo de hoje que, na sua trajetória luminosa, projeta-se incessantemente para o lugar para o lugar que lhe reservado no cenário paranaense” (O OESTE, 1954). Neste mesmo ano, em 9 de junho de 1954, mediante a Lei Estadual n.º 1.542, Toledo foi elevada à categoria de Comarca, sendo a primeira do oeste paranaense (TOLEDO, 2015).

Na década de 1950, as ações do poder público municipal somaram-se aos anseios da empresa colonizadora, e o uso dos espaços do município começou a ser regulamentado para que Toledo fosse “representada” como uma nova cidade, com características modernas, semelhantes às das grandes cidades. Uma das ações do poder público para normalizar o uso dos espaços do município foi o Decreto Nº 04, de 15/12/1953, que proibia o uso de correntes nos pneus dos veículos - prática muito comum em zonas de colonização, sob a justificativa de que isso não “era compatível com uma cidade moderna” (SANTOS, 2010).

Em 1954, visando a modelar o comportamento da população, o poder público municipal criou um documento de lei chamado de Código de Posturas, que apresentava regras de como as pessoas deveriam se comportar em espaços urbanos de uso coletivo como: praças, estabelecimentos comerciais e mesmo nas ruas. Apresentamos, abaixo, as duas primeiras páginas do documento. A parte final da lei, com a sanção do prefeito municipal, consta nos anexos (ANEXO H).

Figura 6: Lei da Prefeitura municipal de Toledo - Código de Posturas (1954)



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo.

Apesar do esforço para difundir a imagem de Toledo como uma localidade com amplo desenvolvimento, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confrontam esse discurso oficial. No ano de 1956, a população urbana não passava de 2.720, enquanto que os habitantes da área rural chegavam a 9.945 (IBGE, 1956).

Na década de 1950, a maioria da população estava concentrada no meio rural, 78,24%. As fotografias da época retratam que, embora a cidade tivesse melhorado sua infraestrutura, continuava ainda uma localidade com características e população rurais.

Figura 7: Região central de Toledo: fotografias de 1950 e 1953, respectivamente.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo.

As fotografias acima, da década de 1950, mostram ruas não asfaltadas, construções em madeiras, poucos estabelecimentos comerciais e poucos veículos, elementos que explicitavam o caráter rural de Toledo.

A questão da educação escolar também ajuda a entender a predominância do campo sobre a cidade. Desde o início do núcleo populacional em 1946, até 1958, havia na área urbana apenas uma escola, o Colégio Vicentino Incomar, enquanto na zona rural havia um elevado número de escolas que foram criadas pelo poder público municipal durante toda década de 1950 nos antigos núcleos de colonização, que posteriormente tornaram-se distritos de Toledo. Alguns foram emancipados, tornando-se municípios.

O quadro abaixo, sobre as escolas rurais criadas nos distritos de Toledo na década de 1950, foi elaborado com base nos dados disponibilizados em documentos da Secretaria Municipal de Educação de Toledo, especialmente a cartilha: “Com licença somos distritos de Toledo”, de 1987.

Quadro 2: Escolas municipais existentes na área rural de Toledo na década de 1950

NOME DO DISTRITO	ANO DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA
Vila General Rondon	1951
Dez de Maio	1951
Xaxim	1952
Dois Irmãos	1953
Novo Sarandi	1953
Vila Nova	1954
Novo Sarandi	1954
Nova Santa Rosa	1954
São Pedro	1959

Fonte: TOLEDO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1987.

Os dados revelados pelas fontes apontam que o poder público priorizou a construção de escolas nas localidades rurais porque a maioria da população de Toledo neste período residia nos distritos. O cenário urbano foi construído efetivamente a partir da segunda metade da década de 1960, com o início da modernização agrícola, e se consolidou na década de 1970, com a especialização do setor agroindustrial.

Os anos de 1980 representaram importantes transformações para a cidade. A produção agrícola ficou diretamente atrelada à demanda do mercado e impôs tecnologias emanadas dos interesses do capital internacional, o que resultou na completa dissolução da pequena propriedade rural, estruturada a partir da necessidade de subsistência, de base familiar de produção.

Até o final dos anos de 1970, Toledo concentrava apenas 21,76% da sua população na área urbana. Na década de 1980, este contingente populacional aumentou para 52,89%, conforme consta dos dados do IBGE, e o número de habitantes da área urbana ultrapassou o da zona rural, ficando assim constituído: 42.994 habitantes na área urbana e 38.288 na rural (IBGE, 1980).

As irmãs vicentinas se instalaram em Toledo e criaram o Colégio Vicentino Incomar no contexto do início da migração para região, antes mesmo da urbanização do município, sendo a primeira iniciativa educacional de Toledo.

3. PROJETO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL (1889 - 1945)

A seção apresenta o projeto educacional empreendido pela Igreja no Brasil durante o período que compreende a proclamação da República e o final da ditadura Vargas. O texto foi dividido em três partes, sendo que, na primeira delas, intenta-se investigar o modelo de educação Católica no Brasil sob a influência do Concílio Vaticano I, projeto que esteve alicerçado num discurso de disciplinamento e doutrinação da sociedade, que acabava por convergir com o discurso do Estado. Após analisar as propostas de romanização e recatolização da Igreja e da sociedade brasileira, o estudo volta-se para o estabelecimento das Congregações religiosas no Brasil, com particular ênfase para as Congregações femininas que atuaram no campo educacional.

Na segunda parte da seção, discute-se a relação entre Estado, Igreja Católica e educação escolar durante a Primeira República (1889-1930). Destaca-se que a proposta republicana de laicidade do Estado significou para a Igreja o fim do regime do Padroado e a extinção do ensino religioso nas escolas públicas. Porém, mesmo após a separação oficial entre o poder espiritual e o temporal, a Igreja, durante a Primeira República, reorganizou seus quadros internos, alinhou seus postulados doutrinários e eclesiais à Santa Sé e, no plano nacional, procurou manter um posicionamento pragmático, visando garantir, num cenário de restrições imposto pelo novo regime, um espaço para sua instituição.

Na terceira e última parte da seção, é analisada a relação entre a Igreja Católica e a questão da educação escolar no Governo Provisório de Vargas (1930-1937). Nesse período, o governo trouxe a escola para um lugar central nas discussões sobre a modernização do país e a apresentou como via de reconstrução da sociedade brasileira. A estratégia católica foi de reaproximação do Estado, por meio de um pacto de colaboração recíproca - que se consolidou no período do Estado Novo (1937-1945).

O debate apresentado nesta seção da tese pretende explicitar os conflitos e interesses em torno da educação escolar no Brasil no período de 1889 a 1945, que teve como protagonistas a Igreja Católica e o Estado, ora em lados opostos, ora agindo como aliados.

3.1 A educação católica no Brasil sob os auspícios do Concílio Vaticano I: romanização e recatolização

Em 29 de junho de 1869, o papa Pio IX (1792-1878, papa desde 1846) publicou a bula *Aeterni Patris*, com a qual convocou o Concílio Vaticano I. Os trabalhos tiveram início em 08 de dezembro de 1869, na basílica de São Pedro, com a presença de setecentos e sessenta e quatro religiosos. O contexto que antecedeu a convocação do Concílio, a transição do final do século XIX para o XX, representou para Igreja, sobretudo na Europa ocidental, a perda da hegemonia de pensar o mundo. O período foi marcado por novas alternativas e valores que conduziram às importantes mudanças no campo religioso. O Estado secular passou a operar por meio de propostas amparadas em princípios, como: competência do poder político; educação escolar pautada na racionalidade científica e liberdade dos indivíduos em relação às crenças, gerando assim, uma alternativa em relação ao catolicismo e sua forma de conceber a realidade, o que acabou por provocar sérias mudanças nas práticas religiosas.

Os documentos emanados do Concílio reforçaram a autoridade do papa como Sumo Pontífice e a autonomia da Igreja frente ao poder temporal do Estado. Ao confirmar a doutrina da infalibilidade do papa, o Vaticano I contribuiu para consolidar o centralismo da Igreja e solidificar a ideia de que o poder papal tinha sido concedido por Cristo a São Pedro e deste, aos seus sucessores (GUTIERREZ, 1995). Segundo Ana Cristina Pereira Lage, a necessidade por parte da Igreja de confirmar e fortalecer o poder papal sobre toda a comunidade católica “partia do pressuposto de tentar controlar as divisões no seio da administração do próprio clero, principalmente delimitando o poder dos bispos e o relacionamento com os poderes políticos locais” (LAGE, 2011, p. 41).

Após os debates realizados no Concílio Vaticano I, a Igreja Católica passou a ser concebida como uma *Societas perfecta* e as ações da Igreja deveriam estar pautadas por uma autonomia em relação ao Estado. O Vaticano I representou para o catolicismo uma reação frente à secularização e sua consequente perda de espaços nas decisões que determinavam os rumos da sociedade. A Igreja no período pós-Concílio fechou-se ao diálogo com a chamada cultura moderna, iniciando um movimento de recuperação da fé, a partir das propostas tridentinas. Em 1874, Pio IX, mediante a publicação da bula *Quanta Cura*, se opôs à Modernidade,

por ele considerada como a grande inimiga da Igreja, e definiu, na lista chamada *Syllabus*, oitenta proposições consideradas como erros modernos, dando particular destaque às ideias iluministas, à maçonaria e ao liberalismo (SILVA, 2009).

Os projetos empreendidos pela Igreja a partir do Concílio foram no sentido de desvencilhar-se da ingerência do Estado e fortalecer o núcleo doutrinal e eclesial, centralizando todo seu poder de decisão em Roma. Arthur Rambo afirma que:

O desafio doutrinário posto pelas novas correntes de pensamento começou a ser enfrentado seriamente com o início do pontificado de Pio IX. Os debates sobre a questão sucederam-se, multiplicaram-se e estenderam-se a toda a Igreja durante as décadas de 1850 e 1860, culminando com a convocação do Concílio Vaticano I. Durante as sessões do Concílio Vaticano I, os padres conciliares, sob a orientação de Pio IX, empenharam-se em afirmar e a reafirmar as linhas doutrinárias e as diretrizes disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento (RAMBO, 2002, p.289).

O movimento de centralização da Igreja durante todo século XIX ficou conhecido como ultramontanismo²⁵, caracterizado por uma série de atitudes da Igreja Católica de reação a determinadas correntes teológicas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Ítalo Domingos Santirocchi afirma que o catolicismo ultramontano pode ser resumido nos seguintes pontos:

O fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864 (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

²⁵ O ultramontanismo foi um movimento que esteve ancorado nos seguintes pressupostos: 1) reforço do tradicional magistério; 2) condenação à modernidade em seu conjunto (sociedade, economia, política, cultura); 3) centralização de todos os atos da Igreja em Roma, decretando-se, para isso, a infalibilidade do Papa, no Concílio do Vaticano I, em 1870, de modo a reforçar a hierarquia, onde o episcopado foi bastante valorizado, submetendo todo o laicato ao seu controle; 4) adoção do medievo como paradigma de organização social, política e econômica. O objetivo dessa política era preservar a Igreja em face das ameaças do mundo moderno e recristianizar a sociedade, de modo a recolocar a Igreja como centro do equilíbrio mundial (MANOEL, 2004).

A influência dos pressupostos ultramontanos chegou ao Brasil ainda na primeira metade do século XIX, especialmente por meio de eclesiásticos brasileiros que estudavam na Europa. Ao retornarem ao país, procuraram disseminar a cultura ultramontana no Brasil, num contexto marcado pela subserviência da Igreja em relação ao Estado e pela interferência da Coroa nas questões eclesiásticas que resultavam num entrave para a ação da Igreja no Brasil (VIEIRA, 1980; RIGOLO FILHO, 2006).

Durante todo o período colonial do Brasil, a Igreja havia sido uma forte aliada do Estado em seu projeto colonizador, tornando-se uma espécie de órgão estatal. Porém, no início do Império, a Igreja começou a ter conflitos com o Estado. Em 27 de maio de 1827, o papa Leão XII (1760-1829, papa desde 1823) emitiu a bula *Praeclara portugaliae*, por meio da qual o Império brasileiro passaria a ter os mesmos privilégios concedidos aos reinos de Portugal e Espanha. Com isso, o imperador do Brasil passava a ter plenos poderes sobre a Igreja. A interferência do Estado nos assuntos eclesiásticos acabou por gerar sérios problemas institucionais entre membros da Igreja do Brasil e a Santa Sé. O imperador determinava as leis de ingresso e permanência nos seminários; a criação de paróquias, de dioceses e de irmandades; restringia e dificultava a vinda de novas Congregações religiosas para o país. Diferentemente do período colonial, em que houve um predomínio cultural da Igreja Católica, ao longo do Império, com o regalismo, a Igreja foi deslocada para uma posição subalterna em relação ao poder temporal (GUMIEIRO, 2013; SALEM, 1982).

A Igreja sob a ingerência do Estado era conduzida para se tornar uma instituição cada vez mais nacional, não obediente à Sé de Roma. Os bispos brasileiros, por sua vez, não satisfeitos com esse cenário, desde o período do segundo reinado do Império já vinham procurando uma maior aproximação com a Santa Sé e uma gradativa desvinculação da Coroa Imperial. Os conflitos entre a Igreja e o Estado se acirraram, dando início a movimentos no interior da Igreja que pregavam sua liberdade e independência do poder temporal. A ação reformadora do episcopado brasileiro durante a segunda metade do século XIX para reforçar o vínculo com Roma e afirmar o primado pontifício marcou o período, pois tal ofensiva

dos bispos reformadores gerou a Questão Religiosa²⁶ (1872-1875), que opôs Igreja e Estado (LAGE, 2011; PEREIRA, 2002; MARIN, 2001).

Após a proclamação da República e a separação entre os poderes temporal e espiritual, a liderança do clero brasileiro empreendeu um projeto político e pastoral que objetivava mudar a condição jurídica da Igreja e reconquistar os espaços perdidos por ela na sociedade. A Igreja se mobilizou e acabou conseguindo algumas concessões do novo regime, que foram parcialmente reconhecidas na Constituição de 1891. O episcopado, a despeito dos conflitos e contradições, se empenhou para implementar um projeto que envolvia múltiplos campos de atuação para estruturar a Igreja, tomando-a centralizada e hierarquizada, diretamente ligada à Santa Sé. Em outras palavras, após a instauração da República, a Igreja brasileira começou seu processo de romanização²⁷ (MARIN, 2001; PEREIRA, 2002).

O termo romanização surgiu em meio a um conflito envolvendo ultramontanos e liberais, para designar, na perspectiva dos liberais, o projeto ultramontano de “romanizar todas as igrejas”, isto é, era uma proposta de centralização do poder católico em Roma e o início de um processo de desvinculação da Igreja do Brasil das interferências do poder do Estado. Tal processo, segundo José Oscar Beozzo, tem sua contrapartida na decisão da Sé de Roma de cuidar melhor da América Latina, por meio “de uma formação mais acurada e romana de seu clero e que se traduziu pela fundação em 1854 do Colégio Pio-Latino-Americano em Roma onde seria formada boa parte do episcopado latino-americano das décadas posteriores” (BEOZZO, 1977, p. 745).

A partir do início do período republicano, a Santa Sé passou a exercer um papel centralizador na organização e na hierarquia do clero brasileiro, funcionando como uma barreira de contenção contra divergências internas que, potencialmente, poderiam pôr em risco sua unidade. Esse movimento centralizador teve como um

²⁶ A Questão Religiosa foi a crise ocorrida entre o episcopado brasileiro e o Segundo Reinado, representado por D. Pedro II (1825-1891), contra a permanência de maçons em irmandades religiosas (VIEIRA, 2007).

²⁷ A romanização era pautada na afirmação de quatro aspectos, a saber: 1- a afirmação de uma Igreja institucional e hierárquica que se estende sobre todas as variações populares do catolicismo; 2- a emergência reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e do laicato; 3- a dependência cada vez maior da Igreja brasileira de padres estrangeiros vindos da Europa, principalmente das congregações religiosas, para realizar a transição do catolicismo colonial ao catolicismo de caráter mais universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral; 4- e por último, a busca desses objetivos independentemente e até contra os interesses políticos locais (HIGUET, 1984).

dos principais desdobramentos a restituição da autoridade dos bispos perante o clero como um todo, visto que, durante o período do Império, seu prestígio havia declinado (RIGOLO FILHO, 2006; BRUNEAU, 1974).

Podemos dizer que o processo de romanização da Igreja brasileira desenvolveu-se a partir da difusão de uma eclesiologia que fortalecia a função e as prerrogativas da Sé de Roma e do papa. Essa centralização, na prática, levou a uma intervenção mais sentida nas congregações e na vida de cada diocese e a uma maior uniformização da disciplina eclesiástica. O projeto romanizador caracterizou-se, sobretudo, pela integração sistemática da Igreja brasileira, nos planos institucional e ideológico, nas estruturas centralizadas da Igreja Católica. No plano diocesano, ela significou uma centralização do poder religioso na figura do bispo e um reforço da autoridade episcopal sobre o clero regular, secular e associações leigas (SANTIROCCHI, 2010; ALMEIDA, 1978; WERNET, 1987).

A consolidação do projeto romanizador contribuiu para que a Igreja assumisse um relevante papel na estrutura social, especialmente por meio de uma função moralizante, que transmitia e consolidava valores que asseguraram a coesão dos laços sociais e da ordem. A Igreja se afirmou na sociedade, ao conquistar espaço e aliados políticos. O episcopado brasileiro procurou se alinhar, eclesial e doutrinariamente, à Santa Sé e formar uma Igreja centralizada e hierarquizada, com sólida organização. De acordo com Jérri Roberto Marin, o movimento de romanização da Igreja brasileira, ao propor a centralização da gestão do sagrado na Sé de Roma e implementar diversas reformas institucionais (nas áreas da disciplina eclesiástica, da formação intelectual e espiritual do clero, e da intensificação da pastoral junto aos fiéis para purificar a religiosidade popular), indicava claramente que a Igreja no Brasil passaria por um movimento de “europeização” (MARIN, 2001).

O período da romanização durou até o final da primeira década do século XX e ficou marcado pela ação pastoral e administrativa do alto clero católico “que se preocupou muito mais com a sua organização interna do que, necessariamente, em apregoar uma colaboração efetiva com a República” (BENCOSTTA, 1999, p. 233). A partir de 1920, a Igreja iniciou um processo de reaproximação com o Estado, na expectativa de reconquistar seu lugar na condução dos rumos da sociedade brasileira. A Igreja começou, pouco a pouco, a dialogar com o poder político, especialmente por meio da organização de instituições que procuraram estender a

influência católica para as mais variadas esferas da sociedade, dando início a um período de restauração do catolicismo no Brasil (BENCOSTTA, 1999; AZZI, 1974).

O movimento que ficou conhecido como recatolização, ou renovação da Igreja, fundamentou-se no tradicionalismo, na ordem política e religiosa que teve como objetivo o combate à desordem social representada nas propostas anticatólicas, no pensamento moderno e na perda de espaço dos discursos do clero. As atividades do projeto Restauração deveriam promover a politização dos eclesiásticos, com o objetivo de se organizarem contra o processo de laicização do Estado e das instituições. Carlos André Silva de Moura salienta que “a Restauração Católica tinha o objetivo de propor uma resposta ao processo de secularização da sociedade e das instituições, além de garantir o espaço de atuação sociopolítica do clero” (MOURA, 2013, p. 43).

O projeto de recatolização implementado no Brasil foi concebido em âmbito internacional, e teve a participação de intelectuais de feição conservadora, que estiveram empenhados em atividades favoráveis à recristianização da sociedade e à politização do clero. O projeto teve início com as ações contrárias ao laicismo e esteve baseado em movimentos favoráveis ao retorno do ensino religioso nas escolas públicas (MOURA, 2013; MOURA, 2012).

O principal líder do movimento recatolizador no Brasil foi Dom Sebastião Leme (1882-1942), responsável por promover ações que reuniram intelectuais, políticos e eclesiásticos em torno do projeto de valorização do catolicismo. Dom Leme²⁸ articulou a participação de vários intelectuais brasileiros em defesa do ideário da Igreja, dentre os quais, destacaram-se Jackson de Figueiredo (1891 - 1928) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983). As ações práticas do projeto de recatolização tiveram como foco as propostas da Cúria Romana, que se

²⁸ Dom Leme nasceu na cidade do Espírito Santo do Pinhal, no Estado de São Paulo, em 20 de janeiro de 1882. Começou a vida sacerdotal matriculando-se no Seminário Episcopal de São Paulo, em 1894; recebeu a primeira tonsura clerical em 28 de agosto de 1895, seguindo diretamente para o Colégio Pio Latino Americano em Roma, onde se matriculou em 1896, a fim de aperfeiçoar e completar os seus estudos eclesiásticos. Completado o curso de humanidades, matriculou-se na Pontifícia Universidade Gregoriana em 1897, onde ficou até 1904, quando terminou o curso teológico e recebeu a sagrada ordem de presbítero, regressando imediatamente ao Brasil. Foi pró-vigário geral de São Paulo, entre 1909 e 1911, quando foi nomeado bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Promovido à Sé metropolitana de Olinda em 29 de abril de 1916, tornou-se arcebispo de Recife quando a Sé foi unida a Olinda, em 29 de abril de 1918. Nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, com direito de sucessão, em 15 de março de 1921. Sucedeu à sé metropolitana Rio de Janeiro em 18 de abril de 1930 e, em 02 de julho de 1930, D. Leme foi elevado ao grau de Cardeal (SILVA, 1995).

fundamentavam na retomada do poder político da Igreja (RAMBO, 2002; MOURA, 2013).

Esse processo representou no Brasil o abandono da posição defensiva imprimida pela Igreja durante a segunda metade do século XIX. O projeto de Renovação era a sinalização do catolicismo para estabelecer parcerias com o Estado. A partir da segunda metade da década de 1910, teve início uma reaproximação entre os eclesiásticos e os membros do poder político, com a organização de instituições católicas que trabalharam para a manutenção da independência dos dois poderes. O marco desse novo momento da ação da Igreja pode ser encontrado na Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, saudando a sua *Archidiocese*, publicada em 1916 ao assumir a Arquidiocese de Olinda. No documento, o bispo destacou a importância de um movimento que atuasse contra os males que atingiam a sociedade, leia-se: liberalismo, laicismo e positivismo. Essa Carta Pastoral de Dom Leme representou a estruturação das ideias sobre o movimento de recatolização no Brasil (MOURA, 2013; RAMBO, 2002; LUSTOSA, 1991).

Foi sob o pontificado de Pio XI (1859-1939, papa desde 1922), cujo lema era “**restaurar todas as coisas em Cristo**”, que o projeto de Restauração da Igreja se consolidou. As bases teológicas e pastorais do movimento de recatolização foram apresentadas em diversos documentos pontifícios, nas encíclicas papais e nas cartas pastorais publicadas no Brasil, especialmente a partir do final da década de 1910, que faziam duras críticas e alertas aos fiéis e líderes da Igreja contra os perigos do processo de secularização (LUSTOSA, 1991; MOURA, 2013).

Com o objetivo de dar uma resposta ao processo de secularização da sociedade e das instituições e garantir o espaço de atuação sociopolítica do clero, a Igreja Católica, sob a liderança dos bispos brasileiros, empreendeu uma verdadeira jornada por todo o país, para reorganizar e reestruturar a Igreja, a partir da formação de parcerias com o Estado, contudo, seguindo um caminho próprio, sem a relação de subserviência, comum no período imperial. O catolicismo brasileiro emvidou esforços para organizar seus quadros internos; reocupar postos de comando na sociedade; conseguir o retorno da catequese nas escolas públicas; criar escolas católicas em todas as regiões do país; implantar novas dioceses e atrair congregações religiosas estrangeiras (AZZI, 1977; VIEIRA, 2007).

A educação escolar se constituiu em importante aliada para o sucesso do programa de recatolização. Ela ocupou um espaço primordial na condução dos objetivos do movimento de renovação e tornou-se um meio de ratificar o saber da Igreja em um contexto no qual o Estado reivindicava para si o direito de controlar a educação (RAMBO, 2002; MOURA, 2013).

O trabalho da Igreja no campo educacional esteve alinhado às propostas doutrinárias da Santa Sé de “restaurar todas as coisas em Cristo”. Isso significava que a educação, bem como tudo aquilo que a ela dizia respeito (formação docente, métodos pedagógicos, livros e tudo o mais), deveria estar em conformidade com as orientações eclesiais. Era a incisiva afirmação de que a única e possível verdade estava depositada no berço da tradição eclesial (ROSSI; INÁCIO FILHO, 2006).

A construção de escolas, primárias e secundárias, foi um importante instrumento que a Igreja utilizou para efetivar seu projeto de romanização e recatolização no Brasil. A partir da instalação da República e da separação formal dos poderes temporal e espiritual, a Igreja, sem a interferência do Estado em suas questões internas, deu particular atenção para a criação de instituições educativas, pois a educação seria um meio importante para recatolizar a sociedade. As autoridades religiosas no Brasil recorreram às Congregações religiosas estrangeiras, masculinas e especialmente femininas, para atuarem no campo da educação escolar.

3.1.1 O estabelecimento de novas Congregações religiosas no Brasil após a Proclamação da República

Após a instauração da República, a Igreja Católica viu cair muitas barreiras que impendiam suas ações no Brasil. Houve um rápido aumento de dioceses, o que resultou em significativos avanços e conquistas políticas. O alto clero da Igreja brasileira teve como estratégia a instalação de dioceses em quase todos os estados. Em 1889 o Brasil constituía uma única província eclesial, compreendendo a

arquidiocese da Bahia e onze dioceses²⁹. Em 1900 o número de dioceses aumentou para dezessete; já em 1910, elevou-se para trinta e, em 1915, foram contabilizadas trinta e oito. Em 1930 a Igreja chegou ao número de dezesseis arquidioceses, cinquenta dioceses e vinte prelazias (MICELI, 1988; COMBLIN, 1966; MARIN, 2001).

A partir da República, aumentou também o número de seminários em todo o território brasileiro. Em 1890 havia oito seminários maiores e onze menores em todo o Brasil. Em 1927 o número subiu para quinze seminários maiores e trinta menores, sob o cuidado, principalmente, das Congregações estrangeiras. O número de vocações aumentou na medida em que foram surgindo novos seminários em diferentes localidades. No ano de 1889, havia no Brasil quinhentos e vinte padres seculares e cento e oitenta regulares; em 1953 o número subiu para quatro mil, seiscentos e vinte e seis padres seculares e sete mil, quinhentos e quinze regulares (MARIN, 2001). A proposta republicana de descentralização administrativa do Estado “favoreceu as alianças regionais para a instalação e a manutenção das congregações, que, atuando nas mais diversas áreas, conseguiram, em poucos anos, iniciar o recrutamento local” (LEONARDI, 2016, p. 14).

Esse período representou para a Igreja Católica brasileira a liberalização por parte do Estado para a vinda de Congregações religiosas para o país. Em sua maioria, as Congregações que desembarcaram no Brasil no final do século XIX, e principalmente nas primeiras décadas do século XX, eram europeias. Elas atenderam aos interesses internos de fortalecimento da Igreja e aos apelos da elite brasileira e dos bispos para sua instalação em determinadas regiões para desenvolver trabalhos na direção de colégios, hospitais, paróquias e santuários. Analisando a importância da atuação das Congregações no Brasil a partir da proclamação da República, Leonardi afirma:

Ao final do Império, com a liberdade de crença estabelecida e com as antigas ordens desgastadas, impedidas de reproduzir seus quadros, o catolicismo mostrou sua capacidade de reinvenção com a vinda de congregações estrangeiras para o País, assumindo setores nos quais a presença do Estado ainda era incipiente, como na educação. Mas não só. As congregações desenvolveram suas ações na sociedade e na cultura de maneira capilar e nas mais diversas

²⁹ À época, existiam no Brasil as seguintes dioceses: Belém, Mariana, Olinda, São Luiz, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará e Diamantina (MARIN, 2001).

frentes: editoras, impressos, formação de um novo clero e do laicato que, por sua vez, espalharia valores católicos nos mais diversos campos de atuação, deixando suas marcas nas paisagens urbanas, nos espaços sociais e culturais e nas políticas públicas (LEONARDI, 2016, p.4-5).

As Congregações religiosas estrangeiras começaram a chegar ao Brasil antes mesmo do período republicano. Paula Leonardi realizou um levantamento nos arquivos da Cúria Metropolitana de São Paulo, por meio da análise de um relatório do Centro de Estudos Religiosos e Investigação Social, documento datado de 1965, e constatou que grande parte das Congregações masculinas e femininas que chegaram ao Brasil no período de 1849 a 1912 afirmaram ter como finalidade principal a educação escolar (LEONARDI, 2011).

Das congregações masculinas que chegaram ao país e que mencionaram a educação escolar como finalidade da organização, destacaram-se as seguintes: Sociedade de Instrução São Francisco de Sales; Maristas; Sociedade do Divino Salvador; Ordem dos Clérigos Regulares de São Paulo; Irmãos das Escolas Cristãs; Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo (LEONARDI, 2016).

As congregações femininas que se estabeleceram no Brasil nesse mesmo período e que declararam ter a educação escolar como finalidade principal, segundo Leonardi, foram as seguintes: Irmãs do Imaculado Coração de Maria; Sociedade das Filhas da Caridade São Vicente de Paulo; Religiosas de Nossa Senhora do Bom Conselho; Irmãs de São José de Chambéry; Irmãs de Santa Dorotéia; Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã; Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils; Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor de Angers; Instituto Filhas de Maria Auxiliadora; Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade; Congregação dos Santos Anjos; Irmãs da Divina Providência; Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu; Religiosas da Instrução Cristã; Irmãs de Santa Catarina Virgem e Mártir; Irmãs Carmelitas da Divina Providência; Pequenas Irmãs da Divina Providência; Irmãs Franciscanas do Coração de Maria; Congregação da Sagrada Família; Missionárias do Sagrado Coração de Jesus; Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena; Religiosas do Santíssimo Sacramento; Congregação Romana de São Domingos; Irmãs Missionárias Capuchinhas de São Francisco de Assis; Irmãs de Nossa Senhora da

Imaculada Conceição; Irmãs da Providência de Gap; Religiosas do Sacré-Coeur de Jesus; Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora do Amparo; Irmãs Franciscanas da Sagrada Família de Maria; Irmãs Clarissas Franciscanas Missionárias do Santíssimo Sacramento; Irmãs Franciscanas Missionárias do Coração Imaculado de Maria; Irmãs do Sagrado Coração de Maria; Instituto das Irmãs de Caridade Filhas de Maria do Horto; Irmãs de Nossa Senhora do Calvário; Religiosas da Imaculada Conceição de Nossa Senhora de Lourdes; Congregação da Sagrada Família de Bordéus; Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus; Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; Filhas de Jesus; Congregação de Santa Catarina de Sena da Ordem Terceira de São Domingos; Concepcionistas Missionárias do Ensino; Irmãs de Santa Marcelina (LEONARDI, 2011).

Evidencia-se que, até o ano de 1900, o número de Congregações estrangeiras que vieram para o Brasil não foi tão expressivo; constam apenas dezesseis masculinas e dezessete femininas. No entanto, é possível constatar que foram criadas muitas Congregações internas, especialmente femininas (LEONARDI, 2006). A seguir, um quadro elaborado com base nos dados disponibilizados na obra: **A educação católica no Brasil**, de autoria de Laércio Dias de Moura, que apresenta as Congregações femininas existentes no Brasil no século XIX:

Quadro 3: Congregações femininas no Brasil no século XIX

Nome	Ano e local de fundação	Ano de chegada ao Brasil	Local de Instalação no Brasil
Filhas da Caridade	1633: Paris, França	1849	Mariana - MG
Irmãs do Bom Conselho	1853: Recife, PE	1853,	Recife - PE
Irmãs de São José	1650: Puy-en-Velay, França	1858	Itu - SP
Congregação das Irmãs Doroteias	1834: Gênova Itália	1866	Recife - PE
Congregação das Irmãs Franciscanas de São Leopoldo	1835: Heythuysen, Limburgo, Holanda	1872	São Leopoldo - RS
Congregação das Irmãs Dominicanas de Monteils	1851: Aveyron, França	1855	Uberaba - MG
Congregação das Irmãs do Bom	1829: Angers, França	1891	Rio de Janeiro - RJ

Pastor			
Filhas de Salesianas de Dom Bosco	1872: Mornese, Piemonte, Itália	1892	Guaratinguetá - SP
Congregação das Irmãs da Piedade	1892: Serra da Piedade - MG	1892	Serra da Piedade- MG
Congregação dos Santos Anjos	1830: Lons-leSaunier, França	1893	Rio de Janeiro – RJ
Congregação das Irmãs da Caridade	1842: Münster, Westphalen, Alemanha.	1895	Tubarão - SC
Congregação das Damas Cristãs	1823: Gand, Bélgica	1896	Olinda - PE
Congregação das Irmãs de Santa Catarina	1871: Braunsberg, Alemanha	1897	Petrópolis - RJ
Congregação das Irmãs Carmelitas	1899: Rio de Janeiro - RJ	1899	Rio de Janeiro - RJ
Congregação da Divina Providência	1899: Alexandria- Itália	1900	São Paulo - SP

Fonte: MOURA, 2000.

Na primeira década do século XX, aumentou significativamente o número de Congregações que se estabeleceram no Brasil, especialmente as femininas. Somente entre os anos de 1900 e 1910, chegaram trinta e quatro Congregações femininas e onze masculinas. Grande parte delas dedicou-se à criação de escolas em várias regiões do país, tornando-se importantes instrumentos da Igreja para execução de seu projeto de recatolização. Durante todo o século XX, muitas outras Congregações desembarcaram no Brasil e se radicaram em diferentes localidades; muitas delas desenvolveram trabalho específico voltado para a área da educação (LEONARDI, 2008; MICELI, 1988).

Quadro 4: Congregações femininas estabelecidas no Brasil no século XX

Nome	Ano e local de fundação	Ano de chegada ao Brasil	Local de Instalação no Brasil
Congregação da Sagrada Família	1816: Villefranche de Rouergue, França	1902	Recife - PE
Congregação da Sagrada Família de Bordéus	1820: Bordéus, França	1908	São Paulo
Congregação da Santíssima Cruz e	1720: Monte Argentário, Itália	1911	Rio de Janeiro

Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo			
Congregação das Filhas da Divina Providência	1946: São Paulo	1946	São Paulo
Congregação das Filhas de Jesus	1871: Salamanca, Espanha	1911	Rio de Janeiro
Congregação das Filhas de Nossa Senhora do Monte Calvário	1643: Gênova, Itália	1928	Não consta
Congregação das Filhas de São José	1850: Veneza, Itália	1927	Não consta
Congregação das Irmãs Agostinianas Missionárias	1890: Madri, Espanha	1921	Não consta
Congregação das Irmãs Auxiliadoras de Nossa Senhora da Piedade	1849: Pávia, Itália	1936	Não consta
Congregação das Irmãs da Providência	1762: Paris, França	1904	Não consta
Congregação das Irmãs de Nossa Senhora da Imaculada Conceição	1836: Paris, França	1904	Não consta
Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário	1833: Lot, França	1908	Não consta
Congregação das Irmãs de Santa Clara	1741: Fiuggi, Itália	1962	Não consta
Congregação das Irmãs de José Cluny	1807: Chalon-sur-Saône, França	1960	Não consta
Congregação das Irmãs do Sacré Coeur de Marie	1849: Béziers, França	1911	Não consta
Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida	1928: Porto Alegre	1928	Porto Alegre, RS
Congregação das Irmãs Franciscanas de	1867: Holanda	1926	Não consta

São José			
Congregação das Irmãs de Assunção	1865: Paris	1949	Não consta
Irmãs salesianas de dom Bosco	1872: Piemonte, Itália	1982	Não consta
Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor	1864: Madri, Espanha	1935	São Paulo
Instituto das Irmãs Sacramentinas	1882: Bérghamo, Itália	1947	Contagem, MG
Congregação da Sagrada Família	1900: Bréscia, Itália	1957	Recife – PE

Fonte: MOURA, 2000; sítio eletrônico <http://www.padrefelix.com.br/cur_ordens_congr.htm>.

A efetivação da presença das Congregações no interior da Igreja e sua expansão para todo o mundo foi um importante mecanismo para o fortalecimento do catolicismo em seu processo de centralização e hierarquização. No Brasil, ao desenvolver trabalhos direcionados à educação escolar e à saúde, as Congregações, além de suprirem uma deficiência do Estado republicano que não oferecia integralmente esses serviços a toda população, também serviram à Igreja em seu projeto de reconquistar proeminência no espectro social do país e influir nas decisões políticas.

O rápido avanço e o sucesso das Congregações que atuaram na área da educação escolar se deveu, em grande medida, ao *status* que foi dado à educação nos primeiros anos da República, tida como solução para os males sociais e para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade (LEONARDI, 2011; ROSSI; INÁCIO FILHO, 2006). No período republicano, o quadro de professores não era suficiente. Nesse contexto, as Congregações supriram a falta de docentes, atendendo aos diferentes grupos sociais e não somente às elites republicanas. Dentre as Congregações que mais se destacaram nesse período, estão as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que reunia o maior número de religiosas no Brasil. As irmãs vicentinas abriram asilos para idosos e crianças abandonadas, construíram hospitais para atender a população mais pobre e criaram escolas em várias regiões do país.

3.2 Estado, Igreja Católica e educação escolar na Primeira República (1889 - 1930)

O regime republicano brasileiro foi inspirado nos princípios liberais e positivistas, com raízes na Europa e nos Estados Unidos. Teve como proposta a construção de uma sociedade calcada nos princípios da ordem e do progresso, elementos fundamentais para se alcançar o desenvolvimento material e social. A proposta republicana era de superação, daquilo que eles denominaram de estagnação e atraso, legados pelo Império. Para tal, o país deveria passar por um processo de “regeneração” e modernização, que se daria por meio da implantação de um projeto que previa a incorporação de novos ideais para a nação, baseados nos princípios da laicidade e da cientificidade (CARVALHO, 2007).

Quando da instalação da República, o catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro, privilégio que lhe havia sido atribuído pela Constituição de 1824. Durante o período colonial e no Império, a Igreja Católica manteve uma relação estreita com o Estado que lhe proporcionou algumas vantagens, como por exemplo: uma relação estreita com as oligarquias, o que significava participação nas riquezas do país; o monopólio da religião do Estado e o controle da educação escolar em todo o Brasil. A proximidade com o Estado também trouxe para a Igreja algumas desvantagens, dentre elas destaca-se o distanciamento que o clero mantinha da população, o que acabou favorecendo o crescimento da política laica e a disseminação de um sentimento anticlerical e racionalista, que acabou por enfraquecer, pouco a pouco, o poder da Igreja Católica no país.

Desde o Império, o regime do Padroado vinha dificultando a criação de novas dioceses e a entrada de novas Congregações religiosas no país, dependendo sempre da autorização do imperador³⁰. A Igreja acabou por ficar refém e à mercê do poder político. A implantação da República trouxe, de algum modo, vantagens para

³⁰Regime jurídico tipicamente medieval, cuja designação diz respeito ao conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha, com o fim de que se tornassem “padroeiros” da manutenção e da propagação da fé cristã em seu reino e em suas colônias. Ao se comprometerem em financiar as atividades religiosas em seus domínios, em contrapartida, tornavam-se habilitados a interferir nos negócios administrativos, jurídicos e financeiros da Igreja, possuindo direitos como: coleta de dízimos, indicar religiosos para o exercício das funções eclesiásticas e, em Portugal, por meio de um padroado propriamente régio, criar novas dioceses, escolher bispos e apresentá-los ao papa para confirmação. Esses privilégios também se estenderam aos imperadores do Brasil (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2006).

a Igreja, que progressivamente se adaptou ao novo regime e acabou por tirar proveito dele. A sua separação oficial do Estado permitia-lhe reestruturar com mais liberdade os seus quadros e estreitar as suas ligações com a Sé de Roma (ROMANO, 1979; HORTA, 1994; CAMPOS, 2010).

O Estado republicano se declarou laico e procurou ancorar-se em princípios liberais, livres de qualquer confessionalidade. Para tal, iniciou um processo de separação da Igreja Católica, que foi oficializado em 17 de janeiro de 1890 pelo Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), chefe do Governo Provisório, que proibiu, por meio do Decreto nº 119-A, a intervenção do Estado em questões religiosas e estabeleceu a liberdade de culto, abolindo o regime do Padroado (HORTA, 1994; SKALINSKI JUNIOR, 2014).

Art. 1º E' prohibido á autoridade federal, assim como á dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear differenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 4º Fica extincto o padroado com todas as suas instituições recursos e prerrogativas (BRASIL, 1890).

A Constituição Federal de 1891 ratificou o Decreto nº 119-A e selou a separação entre o Estado e a Igreja. Esta, por sua vez, encontrava-se enfraquecida e sem condições de negociar um novo acordo que viabilizasse a substituição do regime do Padroado e mantivesse sua situação de religião oficial. Entre os dispositivos incluídos nesta Constituição para garantir a plena separação dos poderes temporal e espiritual estava a retirada do ensino religioso das escolas públicas (BRASIL, 1891; SKALINSKI JUNIOR, 2014).

Num primeiro momento, o episcopado brasileiro manifestou preocupação com a possível influência do positivismo na Constituição Federal de 1891. No entanto, a principal corrente ideológica que influenciou a Carta Constitucional foi o liberalismo, com uma clara proposta de secularização do Estado brasileiro. A Constituição de 1891 instituiu a obrigatoriedade do ato civil antes do casamento religioso; determinou a inelegibilidade de religiosos ligados por voto de obediência; declarou a

laicização dos cemitérios; o fim da subvenção estatal a qualquer culto religioso e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas (CAMPOS, 2010; BRASIL, 1891).

A Igreja, por sua vez ancorada nas possibilidades de avanço que o novo regime poderia oferecer, adotou uma política de conciliação e, por meio de suas práticas, mesmo que com as restrições impostas pela nova Constituição, não rompeu totalmente com o Estado (SKALINSKI JUNIOR, 2014). Segundo Névio de Campos, “a Igreja teve uma postura pragmática, qual seja: garantir, no mundo republicano que se denomina laico, um espaço para sua instituição” (CAMPOS, 2010, p. 43).

A despeito das restrições do novo regime à atuação da Igreja Católica no âmbito do Estado, é possível dizer que, nesse período, ela foi uma instituição necessária porque era um instrumento valioso para a manutenção da ordem. Embora tenha perdido alguns privilégios do poder do Estado, a Igreja continuou a exercer autoridade sobre a população, o que implicou o reconhecimento de sua importância social por parte do Estado. Paula Leonardi entende que a separação oficial entre Igreja e Estado no Brasil não significou sua saída de cena nos primeiros vinte anos de República, pois as mudanças sociais e ações da Igreja permitiram sua reestruturação no Brasil (LEONARDI, 2016).

Nesse período, a Igreja Católica brasileira passou a receber amplo apoio de Roma, que assumiu a responsabilidade de fortalecer o clero nacional. Para tanto, enviou ao Brasil um enorme contingente de padres e freiras europeus com a finalidade de fundar colégios, obras de caridade e assistência social, além de uma grande quantidade de missionários. A administração financeira dos Centros de Romaria e dos institutos passou a ser controlada pelos religiosos vindos do exterior especialmente para essa finalidade. Progressivamente, os institutos passaram a ocupar o primeiro plano da vida da Igreja, em substituição às antigas Ordens religiosas, em geral marginalizadas depois da proclamação da República, quando não desapareceram por completo (AZZI, 1978; VIEIRA, 2007).

A partir da chegada dos clérigos europeus, houve também uma acentuação do tradicionalismo católico, sob muitos aspectos atrelado ao movimento defensivo da Igreja contra as ideologias que lhe eram hostis, como por exemplo o liberalismo. Em sua maioria, as Congregações e os religiosos estrangeiros atuaram na solução de problemas sociais candentes no país e destinaram especial atenção à questão da educação escolar (RODRIGUES, 1981; BANDEIRA, 2000).

A segunda metade da década de 1910 representou para a Igreja Católica brasileira o aceleração em seu processo de renovação. A **Carta Pastoral Coletiva dos senhores bispos e arcebispos**, de 1915, exemplifica essa fase do catolicismo no país. Esse documento enaltece a importância da ação do indivíduo na preservação e propagação do catolicismo. Reforça-se no documento a necessidade de difusão da doutrina de modo sistemático por meio da catequese, da pregação e de ações educativas (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1950).

A ênfase na questão educativa é apresentada como uma importante chave para a renovação da Igreja no Brasil. O documento afirma categoricamente que pertence à Igreja Católica o direito “inauferível” e “inalienável” de erigir, fundar e organizar escolas para formar e educar a infância e a juventude nos valores cristãos; e, além disso, também exigia que as escolas em geral não ministrassem conteúdos contrários à religião e à moral católica (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1950; SKALINSKI JUNIOR, 2014).

As preocupações da Igreja com a questão educacional estavam em consonância com o discurso do Estado republicano, que via na educação um instrumento eficaz para a construção de uma nova sociedade, de característica urbano-industrial. O país deveria adaptar-se às demandas típicas de uma sociedade de mercado que emergiam naquele momento; para tal, seriam exigidas dos trabalhadores habilidades mínimas de leitura, de escrita e de aritmética, como requisitos mínimos para impulsionar a modernização do Brasil. A educação escolar deveria ser laica, gratuita e eficiente, com vistas à formação de um cidadão adequado às novas demandas socioeconômicas do país. Era, portanto, dever da educação escolar ocupar um papel de protagonismo e formar o “novo cidadão para a República” (SKALINSKI JUNIOR, 2014; BOMENY, 1999; CARVALHO, 2007).

Desde o início da República, a oferta educacional da Rede Pública não era suficiente para atender toda a população em idade escolar. A educação nos moldes implementados pela República não fugiu de um padrão de ensino elitizado e excludente, com as vagas escolares sendo reservadas às elites locais. Helena Maria Bomeny destaca que os dados do recenseamento de 1906 indicaram que 74,6% dos brasileiros em idade escolar eram analfabetos. Com exceção do Distrito Federal, com um índice de 48,1%, nos estados tinham números bem próximos aos da média nacional (BOMENY, 1999).

Esses dados explicitam que a educação básica não fazia parte das prioridades das elites que comandavam o país na Primeira República. Essa realidade começou a mudar apenas na segunda metade da década de 1910, com ações governamentais e de combate ao analfabetismo e propostas de difusão da instrução pública básica.

Foram realizadas reformas educacionais que previam, conforme a Constituição de 1891, entre outras medidas, a responsabilidade dos estados e municípios pela implantação e manutenção do Ensino Primário. No final da Primeira República, o direito à educação foi um tema frequentemente discutido, tanto por grupos políticos, que pensavam a escola como um instrumento para a formação do cidadão patriótico, como por movimentos comunistas e libertários, que acreditavam na transformação da sociedade por meio da educação das massas (BRASIL, 1891; CARVALHO, 2007).

Nessa conjuntura, a educação escolar passou a ser entendida como força propulsora ou mesmo elemento saneador das crises que afligiam o país. As propostas de universalização dos serviços públicos de educação, bem como as ideias relativas à reformulação de planos e métodos de ensino, ganharam força em diferentes segmentos da sociedade. A escola passou a ser vista como um mecanismo essencial para modernizar o Brasil e recaiu sobre ela a responsabilidade para resolver os mais variados conflitos da sociedade brasileira, ou seja, a educação seria a “salvação” para os problemas estruturais do país. Dois movimentos pedagógicos surgiram neste período: o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” (SAVIANI, 2008; NAGLE, 2001).

A proposta do movimento do “entusiasmo pela educação” era superar, por meio da escola, o “atraso da nação”. A erradicação do analfabetismo e a formação de pessoas com condições de participar politicamente das decisões do país eram vistas como eficazes mecanismos de melhoramento do Brasil e de sua inserção no grupo dos países desenvolvidos. Esse movimento se voltou prioritariamente para a necessidade de escolarizar uma grande parcela população que ainda não era alfabetizada (NAGLE, 2001; LUCKESI, 1994).

O “otimismo pedagógico”, por sua vez, concebeu a educação escolar a partir do pressuposto liberal que preconiza que a escola seria o mecanismo mais eficaz para redução da pobreza e das desigualdades sociais do país. A educação foi concebida como redentora. Tinha caráter salvacionista. Caberia a ela o dever de

tirar o analfabeto da situação de marginalidade, contribuindo, desta maneira, para a superação das mazelas sociais. Por isso, o movimento propunha uma renovação da escola. Para alcançar esse objetivo, seria necessário melhorar as condições didáticas e pedagógicas por meio de investimentos, sobretudo, na construção de novas escolas e na ampliação das escolas já existentes (CURY, 1998; SAVIANI, 2008).

Nessa mesma esteira de elevação da educação escolar a uma posição de relevância no processo de modernização e melhoria do país, a Igreja Católica ampliou seus investimentos e envidou esforços na construção de escolas. A partir da década de 1910 houve um aumento do número das escolas confessionais em todas as regiões do país, gerando um conflito entre ideias pedagógicas de extração religiosa e laicas. A Igreja buscou ampliar seu espaço de atuação e a escola passou a ser um instrumento estratégico para a veiculação de valores, normas morais e regras de conduta (PEREIRA, 2013; AZZI, 1992).

Os documentos episcopais do período reiteradas vezes trouxeram à tona a problemática do ensino religioso nas escolas públicas e o direito, considerado inquestionável, de que a Igreja era a única e verdadeira instituição responsável por organizar o sistema educacional. O episcopado brasileiro se empenhou em defender o ensino religioso nas escolas públicas, afirmando que a educação era uma forma privilegiada de combater o Estado laico e a ignorância religiosa do povo (HEERDT, 1992).

Os documentos apontavam para a importância da educação como meio de consolidar o saber da Igreja. A proposta da formação de uma rede de colégios de Ensino Primário, Secundário e Ensino Superior serviram para cristianizar as elites, para que estas, conforme afirma José Oscar Beozzo, “cristianizem o povo, o Estado e a Legislação” (BEOZZO, 1984, p. 34). Os documentos propunham uma ação conjunta, uniforme, coordenada e abrangente que deveria envolver os leigos, os institutos religiosos e os párocos.

A Carta Pastoral Coletiva de 1915, por exemplo, convocou os padres para estruturar escolas cristãs nas paróquias. O conteúdo desse documento demonstra uma especial atenção com a questão da educação escolar e declara que as Congregações religiosas deveriam ocupar-se deste trabalho: “desejamos ardentemente que se encarreguem da direção de nossas escolas os religiosos das diversas Congregações de ambos os sexos, aprovados pela Igreja, os quais deverão

adotar os métodos modernos mais aperfeiçoados” (EPISCOPADO BRASILEIRO, 1950).

A partir dos anos de 1920, a Igreja assumiu um papel mais combativo na sociedade, especialmente por meio da criação do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, da Revista **A Ordem**, da Liga Católica e da Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). No campo educacional, a Encíclica *Divini Illius Magistri*, do papa Pio XI, datada de 1929, foi o documento referencial para implantação do projeto da Igreja para a área da educação escolar. Essa Encíclica serviu de base teológica e doutrinal para as iniciativas da Igreja Católica no século XX para a área educativa. O documento apresentou, refutou e condenou as principais ideias educativas do laicismo (SKALINSKI JUNIOR, 2014; CAMPOS, 2010).

A educação escolar na Primeira República foi pensada como subsidiária do desenvolvimento econômico do país e, por isso, a sociedade criou um sentimento de euforia, expectativa e otimismo em relação à escola. As discussões sobre a educação escolar explicitavam a preocupação e os anseios de grande parte dos educadores brasileiros que cobravam um projeto nacional para a educação.

O episcopado brasileiro, por sua vez, não mediu esforços para incutir a ideia da legitimidade da educação religiosa nas escolas públicas e reforçou a necessidade da educação confessional. A Encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI, explicitou que a família, a Igreja Católica e o Estado deveriam cumprir a atividade educativa. O documento, que serviu de base para as ações da Igreja brasileira, reforçou a ideia de que os direitos educativos da família eram conferidos diretamente por Deus aos pais; por isso, são anteriores ao direito do Estado. O mandamento educativo da Igreja, portanto, é superior ao mandamento do Estado. Por isso mesmo, a Igreja teria de dedicar-se à criação e manutenção de escolas.

3.3 Reforma Francisco Campos, Igreja Católica e a educação escolar no Governo Vargas (1930-1937)

O Governo Provisório tem como marcos definidores o período entre os anos de 1930 a 1937, respectivamente. O início do governo Vargas foi marcado por um período em que o Brasil refletia os efeitos da crise econômica mundial: problemas

com a exportação de produtos agrícolas e falta de estradas para o escoamento da produção, além da necessidade de uma reforma tributária. Era o início do declínio das oligarquias agrárias e a ascensão da burguesia urbana brasileira.

Getúlio Vargas (1882-1954) foi conduzido ao poder em 1930 por um golpe de Estado. No final dos anos de 1920, com a crise econômica internacional, o setor cafeeiro no Brasil atravessou uma severa crise que resultou em transformações políticas no país, culminando com o fim da “política café com leite” - acordo entre oligarquias rurais dos estados de São Paulo e Minas e Gerais. O então presidente Washington Luís (1869-1957) apoiou o também paulista Júlio Prestes (1882-1946) para candidato à presidência da República, rompendo com o acordo entre paulistas e mineiros e favorecendo os interesses paulistas frente à crise econômica. Os mineiros, por sua vez, aliaram-se aos gaúchos, o que levou à indicação de Vargas como candidato à presidência da República. Em eleições tumultuadas, Júlio Prestes saiu vencedor. Porém, antes mesmo de sua posse, em 03 de novembro de 1930, aconteceu o golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao poder (FAUSTO, 2003; SEITENFUS, 1983).

Dentre as principais características do governo Vargas, estava certamente o papel que o Estado deveria desempenhar nas múltiplas facetas da vida social. Desde o início do governo, em 1930, Getúlio Vargas trouxe para a agenda do país políticas intervencionistas e reguladoras, com matriz ideológica de caráter nacionalista, que propunham a centralização e o intervencionismo do Estado. Vargas governou o Brasil sob a forma de Governo Provisório até a promulgação da Constituição de 1934, quando passou a ser o Presidente constitucional até 1937 (FAUSTO, 2001; CARONE, 1982).

Para a compreensão e análise do projeto nacionalista do governo Vargas, faz-se necessário entender o panorama econômico e político internacional, considerando a situação do modo de produção capitalista em termos internacionais. A década de 1930 ficou marcada como um período de crise no capitalismo mundial³¹. A Crise do final da década de 1920, que passou para história como a

³¹ Na perspectiva de análise proposta por Marx, as crises expressam um momento de declínio e esgotamento do sistema capitalista e explicitam o caráter anárquico e antagônico da sociedade do capital, abrindo e encerrando momentos de seu processo de produção, que por sua vez, é historicamente determinado; ele afirma que “as crises não são mais que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem, por um momento, o equilíbrio desaparecido” (MARX, 1982, p. 08). Podemos dizer, com base nas análises de Maurice Dobb, que a crise de 1930, assim como as demais crises capitalistas, podem ser entendidas como

Grande Depressão, teve como fenômeno emblemático o *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929, que resultou numa série de problemas nos fluxos de capital, na força de trabalho e nas relações comerciais, gerando um quadro de instabilidade no cenário político e econômico internacional (DOBB, 1981; BRITO, 2001).

A crise econômica de 1930, a exemplo das demais crises no interior do modo de produção capitalista, emergiu de uma realidade de superprodução, isto é, do aumento da produção de mercadorias, sem que estes produtos se reconvertessem em capital, por meio do consumo³² (BRITO, 2001). Luciano Coutinho e Luiz Gonzaga Belluzzo explicam que a crise de 1929 se estendeu até 1937 e pode ser chamada de crise de superacumulação, caracterizada por três fatores essenciais, a saber: 1) ausência de ondas de renovação tecnológica capazes de absorver os excedentes econômicos produzidos; 2) intensidade aparente do capital constante; 3) aumento tendencial da composição orgânica do capital, com o agravamento da ociosidade planejada para fazer frente aos custos de produção e ao desaquecimento da demanda (COUTINHO; BELLUZZO, 2000).

Como consequência da crise econômica, a década de 1930 e o início dos anos de 1940 tiveram as seguintes características: nova divisão de mercados; nova ordenação do comércio internacional; aparecimento de um novo sistema monetário com a hegemonia do dólar; estabelecimento das bases de um novo padrão de acumulação em meio a rápidos surtos de expansão, seguidos de recessões profundas; redução das importações e a suspensão do pagamento das dívidas externas em diversos países (BRITO, 2001; COUTINHO; BELLUZZO, 2000).

Toda essa conjuntura de crise econômica somada às duas guerras mundiais proporcionou, de acordo com o historiador Eric Hobsbawm, uma abertura para que projetos de caráter nacionalista e intervencionistas tivessem êxito. Nesse cenário, muitos países, na expectativa de expandir seus mercados internos, priorizaram a exportação de produtos, o que acabou gerando o acirramento da luta entre as economias nacionais (HOBSBAWM, 1995).

formas de existência do próprio capitalismo enquanto sistema econômico. Em outras palavras, as crises são fenômenos inerentes a este tipo de sociedade (DOBB, 1981).

³² De acordo com Engels, nos momentos de crise, todos os elementos envolvidos no processo de produção da riqueza social: os meios de produção; os meios de vida e a força de trabalho estão numa situação de superabundância dentro da sociedade capitalista. Disto decorre que a própria crise deve levar o modo de produção capitalista a procurar novas aplicações para esta riqueza que envelheceu, ou para o capital que não foi reaplicado, como forma de sanar os problemas decorrentes da superprodução (ENGELS, 1985, p. 327).

Frente a esse contexto internacional, marcado pelas crescentes dificuldades nos processos de exportação e pela divisão mundial explicitada na verticalização das disputas imperialistas, as medidas tomadas pelo Brasil tiveram como base as exportações de produtos primários, principalmente o café e o algodão. A política do governo Vargas para a área econômica foi de caráter intervencionista, com a atuação de órgãos estatais no planejamento das atividades econômicas (FAUSTO, 2003).

A Igreja Católica, num primeiro momento, avaliou o golpe de 1930 com restrições, pois entendia que se tratava de uma mudança brusca da ordem, algo visto como ruim segundo a perspectiva católica conservadora. Todavia, a aproximação da Igreja com o Governo Provisório começou a ser viabilizada por Francisco Campos (1891-1968), figura chave na articulação do governo de Vargas e que já tinha um histórico de diálogo com os católicos em Minas Gerais (SKALINSKI JUNIOR, 2014).

Do lado da Igreja, quem viabilizou a aproximação com o governo foi Dom Sebastião Leme. Desde 1921, após ser nomeado bispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Leme vinha ganhando proeminência no interior da Igreja, especialmente pela fácil interlocução que tinha com seus pares e com os diversos setores da sociedade. Névio de Campos afirma que, em seu papel político, Dom Leme foi “[...] um notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado” (CAMPOS, 2010, p. 43).

Em 1930, já ocupando a posição de cardeal, Dom Leme foi um importante interlocutor de Vargas com a Igreja Católica, com a sociedade e com o antigo governo no processo de transição. Esta aproximação entre Dom Leme e o presidente Getúlio Vargas viabilizou o estreitamento das relações entre a Igreja e o governo brasileiro, o que, à época, proporcionou benefícios para ambos os lados. O Estado atendia aos interesses e solicitações das lideranças católicas e a Igreja, por sua vez, utilizava sua influência junto à população para justificar e legitimar o novo governo. Aproveitando essa aliança com o governo, a Igreja Católica trabalhou para ampliar sua influência no campo educacional. Uma das principais causas defendidas pelos católicos foi o retorno do ensino religioso às escolas públicas, que, no entendimento de Oriomar Skalinski Junior, representou “o início das investidas do grupo católico de modo mais organizado, objetivo e vigoroso no campo educacional” (SKALINSKI JUNIOR, 2014, p. 39).

Getúlio Vargas, embora não fosse religioso, tinha como estratégia política acomodar diferentes setores sociais na burocracia estatal. A execução desse plano político implicou um verdadeiro loteamento do Estado, a fim de contentar as diferentes forças sociais que, naquele contexto, disputavam espaço na sociedade brasileira. Vargas reuniu em torno de seu governo diferentes grupos políticos e econômicos do país e concedeu benefícios e cargos para representantes desses mais variados segmentos. O governo foi capaz de edificar sua sustentação política por meio de um complexo arranjo de forças sociais, dentre as quais se destacou a Igreja Católica (BEOZZO, 1983; SKALINSKI JUNIOR, 2014; BRUNEAU, 1974).

O projeto católico que buscava reconquistar a influência da Igreja nos rumos da sociedade brasileira começou com uma mobilização nacional, empreendida pela Igreja a partir da realização de grandes concentrações religiosas no ano de 1931 no Rio de Janeiro e se estendeu até os anos de 1932 e 1933, com a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC). No campo político, não foi fundado nenhum partido de orientação católica, mas, conforme diz Carlos Roberto Jamil Cury, por meio de Dom Leme, a Igreja optou “por um esquema de pressão sobre os partidos, ou melhor, sobre os candidatos dos partidos, fundou a LEC” (CURY, 1988, p. 144).

No campo educativo, a Igreja Católica criou, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), com o objetivo de se contrapor à Associação Brasileira de Educação (ABE) e defender os projetos formativos católicos. Para a Igreja, a consolidação de um modelo educacional ancorado em valores liberais, com escolas laicas, representava a perda de espaços na sociedade. Por isso, o caminho escolhido pelas lideranças católicas foi de uma intensa luta pela reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Ao ter essa reivindicação atendida, a Igreja preservaria sua influência no cenário educacional e cultural brasileiro (CAMPOS, 2010; LUSTOSA, 1991).

A Igreja atuante no período Vargas mostrava-se muito diferente daquela do início da República, fechada dentro de si mesma e ocupada em organizar seus quadros internos. Na década de 1930, ela estava aberta ao diálogo e disposta a negociar seu apoio e a reivindicar firmemente seu espaço político na nova ordem. Durante a inauguração da imagem do Cristo no Corcovado, em 1931, diante de quarenta e cinco bispos de todo o Brasil, Dom Leme entregou a Getúlio Vargas, em nome do episcopado brasileiro, a lista de reivindicações católicas para a futura Constituição e advertiu: “o nome de Deus está cristalizado na alma do povo

brasileiro. Ou o Estado reconhece o Deus do povo, ou o povo não reconhecerá o Estado” (HORTA, 1994, p. 107).

Era o início de uma campanha da Igreja para firmar seu poder nos vários setores da sociedade brasileira, iniciando sua ofensiva na busca por reconquistar espaço no campo educacional. José Silvério Baía Horta transcreve o discurso de Dom Leme numa concentração popular no Rio de Janeiro, em maio de 1931, quando, perante todo governo, Leme explicita as reivindicações da Igreja:

Que os responsáveis pelo país não deem créditos aos observadores superficiais que só nos julgam capazes de defendermos os nossos direitos ao perfume das flores que ajardinam os altares ou das flores de retórica que trescalam em nossas assembleias. Enganam-se! Para defender os direitos de Cristo, sabemos também sair às ruas e cerrar fileiras junto às urnas (HORTA, 1994, p. 108).

As lideranças católicas articularam o encaminhamento de um projeto propondo a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Padre Leonel Franca (1893-1948), seguindo as orientações de Dom Leme, consultou o ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos, sobre uma ação da Igreja nessa direção e recebeu parecer favorável para elaborar um projeto de decreto. Antes mesmo de atender as reivindicações católicas, Campos sugeriu concessões à Igreja, argumentando que, ao atender as solicitações sobre a matéria, o presidente receberia o apoio dos católicos. Anexo ao projeto, o ministro enviou, em 18 de abril de 1931, uma carta pessoal a Getúlio Vargas falando dos benefícios pedagógicos que a aprovação do projeto teria para a juventude brasileira (SILVA, 1995; HORTA, 1994).

Meu caro presidente.

Afetuosa visita.

Envio-lhe o decreto, que submeto ao seu exame e aprovação. Como verá, o decreto não estabelece a obrigatoriedade do ensino religioso, que será facultativo para os alunos, na conformidade da vontade dos pais ou tutores. Não restringe, igualmente, o decreto o ensino religioso ao da religião católica, pois permite que o ensino seja ministrado desde que exista um grupo de pelo menos vinte alunos que desejam recebê-lo. O decreto institui, portanto, o ensino religioso facultativo, não fazendo violência à consciência de ninguém, nem violando, assim, o princípio de neutralidade do Estado em matéria de crenças religiosas. Assinando-o, terá V. Excia. praticado talvez o ato de maior alcance político do seu governo, sem contar os benefícios que da sua aplicação decorrerão para a educação da juventude brasileira. Pode estar certo de que a Igreja Católica saberá agradecer

a V. Excia. esse ato, que não representa para ninguém a limitação da liberdade, antes uma importante garantia à liberdade de consciência e de crenças religiosas (CAMPOS, 1931, apud SCHWARTZMAN, 2000, p. 292-293).

Ao expor os motivos que ensejavam a promulgação do Decreto que previa o retorno do ensino religioso, Francisco Campos enfatizou o papel moralizador da educação escolar, que deveria formar o homem integralmente, ou seja, o indivíduo deveria ser um bom cidadão, fiel a Deus e cumpridor dos deveres cívicos. Ele afirmou que era necessário ao país uma religião única, diretamente ligada ao plano de nacionalismo proposto pelo governo federal; por isso, a defesa de Campos para que o governo fizesse uma parceria com a Igreja Católica e sancionasse o projeto de reintrodução do ensino religioso. Em seu entendimento, isso resultaria na efetivação do projeto nacionalista do governo Vargas (SILVA, 1995; HORTA, 1994).

Tanto a Igreja, por meio de Dom Leme, como o governo, através de Francisco Campos, encamparam o discurso de que a crise da República era resultado da ausência da religião Católica na vida nacional. Só a Igreja poderia frear o avanço dos movimentos revolucionários e unir pátria e religião. O maior foco estava na família, com a defesa da indissolubilidade do matrimônio, e na escola, com a defesa do ensino religioso (AZZI, 1977; LEONARDI, 2016).

Desde o momento de sua posse como chefe do Governo Provisório, em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas insistiu sobre o caráter moralizador da nova ordem, que deveria sanear o ambiente moral da República. Para cumprir sua missão moralizadora, o governo procurou apoio das forças mais conservadoras do país; dentre todas, destacou-se a Igreja Católica, que, com suas doutrinas, foi usada pelo Estado como instrumento legitimador e garantidor da preservação da nova ordem, além de transmitir valores ligados à religião, à grandiosidade da pátria, à família, à moral e aos bons costumes. O ensino religioso, conforme afirmou Francisco Campos, seria ao mesmo tempo, um instrumento de formação moral da juventude e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo (HORTA, 1994; SILVA 2012; REMER, 2013).

O governo defendeu por meio de Francisco Campos que, a partir da introdução do ensino religioso nas escolas públicas, haveria uma transformação substancial, uma modificação nos valores da educação, porque só assim os valores como religião, amor e devoção à pátria e à família poderiam ser recuperados. A

proposta era transferir para a Igreja a educação moral dos cidadãos. Isso significava “atender às reivindicações dos educadores católicos e, também, ser fiel à concepção autoritária, procurando estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade” (HORTA, 1994, p. 101).

Assim, em 30 de abril de 1931, foi baixado o Decreto n.º 19.941, que reintroduziu o ensino religioso nos estabelecimentos de ensino primário, secundário e normal de todo país. Os quatro primeiros artigos do Decreto determinavam:

Art. 1º Fica facultado, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião.

Art. 2º Da assistência às aulas de religião haverá dispensa para os alunos cujos pais ou tutores, no ato da matrícula, a requererem.

Art. 3º Para que o ensino religioso seja ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino é necessário que um grupo de, pelo menos, vinte alunos se proponha a recebê-lo.

Art. 4º A organização dos programas do ensino religioso e a escolha dos livros de texto ficam a cargo dos ministros do respectivo culto, cujas comunicações, a este respeito, serão transmitidas às autoridades escolares interessadas (BRASIL, 1931).

O documento foi publicado concomitantemente em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Era a primeira vez no regime republicano que a disciplina fazia parte do currículo das escolas oficiais brasileiras. Na prática, era a introdução do ensino da religião católica nas escolas públicas. Politicamente, a promulgação do decreto representava a consagração da aliança que reaproximou o Estado e a Igreja Católica. Pouco a pouco, o governo Vargas e os católicos foram se aproximando e as relações entre os poderes temporal e eclesiástico migraram da condição de separação para a de colaboração recíproca (RUCKSTADTER, 2012; CURY, 1988).

A promulgação do decreto n.º 19.941 selou a aliança entre o Estado e a Igreja no Brasil, seguindo o que acontecera em outros países que tinham implantado a República e o princípio da laicidade e que, posteriormente, também retomaram as relações com o catolicismo. A doutrina católica foi para o Estado não apenas um instrumento capaz de garantir a preservação da ordem e da legitimação do autoritarismo, mas também um instrumento indispensável para transmissão e inculcação dos valores ligados à grandeza da pátria, à família, à moralização dos costumes, que serviram de subsídios para os discursos anticomunistas (SAVIANI, 2008; LUSTOSA, 1991).

É possível afirmar que a relação entre o governo e Igreja foi de benefício mútuo. Segundo Alcir Lenharo, o Estado precisava manter o espírito cristão, e Vargas precisava ser visto como “pai da nação” em uma perspectiva cristã. A Igreja tinha muitas demandas relacionadas, sobretudo, à educação. Por isso, houve apoio recíproco (LENHARO, 1986). A educação escolar foi um dos principais instrumentos usados pela Igreja para consolidar seu projeto de disciplinamento e doutrinação da sociedade. Ela investiu na criação e manutenção de escolas e o Estado não ficou alheio a esse trabalho empreendido pelos católicos, mas subvencionou a criação de muitas escolas católicas e contribuiu para a manutenção dessas, sob a alegação de que, numa conjuntura de amplas mudanças pelas quais passava o país, a educação escolar deveria ocupar lugar de destaque. Por isso, todas as iniciativas voltadas para o campo educacional deveriam receber apoio governamental (BOMENY, 1999; XAVIER, 1990).

A escola como instituição doutrinadora e formadora do sentimento nacional ganhou protagonismo nos discursos governamentais. José Silvério Baía Horta descreve o discurso de Getúlio Vargas, no Manifesto à Nação, de outubro de 1931, quando ele relacionou a educação do povo com a glorificação da pátria e afirmou: “o Brasil está destinado à conquista das mais puras glórias, mas a glorificação da pátria somente será alcançada através do aprimoramento da educação de seu povo e da valorização de sua capacidade de trabalho” (HORTA, 1994, p. 146).

Em 1931 foi baixado pelo então ministro Francisco Campos um conjunto de sete decretos que deram origem à reforma educacional que levou seu nome. A Reforma abrangeu três áreas da educação brasileira: o Ensino Superior, o Ensino Médio (escolas secundária e comercial). Para o Ensino Superior, a instituição do regime universitário, pela implantação do Estatuto das Universidades Brasileiras, por meio do Decreto nº 19851, de 11 de abril de 1931 (BOMENY, 1999; CUNHA, 1981). No Ensino Secundário, os Decretos nº 19890, de 18 de abril de 1931 e nº 21241, de 4 de abril de 1932, tiveram o objetivo de dar organicidade a essa modalidade, “estabelecendo o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e o outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior” (ROMANELLI, 1986, p. 135).

A Reforma Francisco Campos não legislou sobre o Ensino Primário e as demandas educacionais do país naquele momento de urbanização e industrialização não foram totalmente atendidas. Isso resultou na mobilização de intelectuais e

educadores brasileiros, que elaboraram em 1932 o documento com o título: **A Reconstrução Educacional no Brasil - Um Manifesto ao Povo e ao Governo**, que ficou conhecido na História da Educação brasileira como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. O texto final foi redigido pelos professores Fernando de Azevedo (1894-1974) e Anísio Teixeira (1900-1971) e seus outros signatários³³ (FAUSTO, 2003; CAMARA, 2003).

O Manifesto dos Pioneiros apresentou a necessidade de se construir de um programa educacional de âmbito nacional, em que os princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade da escola fossem valorizados. Esse posicionamento esteve ancorado nas propostas pedagógicas de intelectuais como: Auguste Comte (1798-1857), Émile Durkheim (1858-1917) e John Dewey (1859-1952). O documento estava embasado nos pressupostos da Escola Nova e propôs a criação de um sistema escolar público, laico, gratuito e obrigatório (HISDORFER, 2005).

O documento trouxe à tona para a opinião pública os problemas educacionais brasileiros e discutiu a necessidade de criação de um sistema de ensino único no país, pautado numa autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar, que teria liberdade para realizar planos educativos adequados para os diferentes contextos brasileiros, com base num currículo mínimo comum e propôs a criação de um sistema nacional de educação (FAUSTO, 2003). Na opinião de Octávio Ianni, o Manifesto foi “um notável esforço de reflexão sobre o dilema educacional brasileiro” (IANNI, 1965, p. 108).

Outro marco importante na área educacional no período do Governo Provisório foi a promulgação da Constituição Federal de 1934, que reafirmou muitos dos princípios da Reforma Francisco Campos e representou um avanço para o campo educacional, pois estabeleceu como direito de todos o acesso à educação escolar, com ênfase especial ao ensino primário, considerado obrigatório (AZEVEDO, 1960).

³³ Foram Signatários do Manifesto: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Afrânio Peixoto de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, Miguel Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, Julio de Mesquita Filho, Raul Brique, Mario Casassanta, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Antônio Ferreira de Almeida Junior, José Paranhos Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes (SILVA, 1969).

Ficou a cargo dos estados federados o trabalho de organizar seus respectivos sistemas de ensino, e coube à União a fiscalização do Ensino Superior e do Ensino Secundário. “Para a organização e manutenção de suas escolas, estados e municípios deveriam investir 10% de seus tributos, enquanto ao governo federal caberia o investimento de 20% deste mesmo tipo de receita” (REMER, 2013, p. 56).

A Constituição Federal de 1934 confirmou a conquista católica obtida com o Decreto n.º 19.94 de 1931, ratificando a presença da disciplina de Ensino Religioso nas escolas públicas e atendendo as principais reivindicações da Liga Eleitoral Católica, entre elas o apoio financeiro do Estado à Igreja, a proibição do divórcio, o reconhecimento do casamento religioso e subvenções estatais para instituições escolares católicas. A Carta Magna de 1934 foi um marco na colaboração entre o poder temporal do Estado e o poder espiritual da Igreja, explicitado na apresentação do documento, que foi “consagrado a Deus” (OLIVEIRA, 2015; SKALINSKI JUNIOR, 2014).

O governo Vargas trouxe a escola para um lugar central nas discussões sobre a modernização do país e a apresentou como meio de reconstrução da sociedade. Nesse contexto de valorização da educação escolar, a Igreja Católica, mediante uma aliança de colaboração recíproca com o Estado, influenciou todo o campo educacional brasileiro e o ideário católico passou a ter mais inserção nas escolas públicas.

3.3.1 Estado Novo e Reforma Capanema: a consolidação do “pacto de colaboração recíproca” entre o governo e a Igreja

A ditadura do Estado Novo teve início em 10 de novembro de 1937. O espectro político nacional, no período de 1935 a 1937, foi marcado por um acirramento das disputas políticas e sociais, o que resultou em movimentos de protestos e revoltas. O ano de 1937, especialmente o mês de novembro, foi marcado por revoltas que questionavam a legitimidade do governo e chamaram a atenção do país. Nesse mesmo ano foi instalado pelo governo Vargas um Tribunal de Segurança Nacional e decretado estado de sítio, comparado ao estado de guerra. Os direitos individuais foram cerceados, a imprensa censurada e os sindicatos e associações fechados. O inimigo determinado pelo governo a ser batido

era o comunismo, muito bem encarnado nas figuras de Luís Carlos Prestes (1898-1990) e Olga Benário (1908-1942), alvos de incessante perseguição (REMER, 2013; DUTRA, 1997).

O discurso do governo para justificar suas ações autoritárias foi caracterizar os protestos como uma “insurreição comunista”, que deveria ser contida pelas forças militares do país. Assim, em 10 de novembro de 1937, o Congresso foi cercado por tropas militares e não permitiram a entrada dos congressistas. Nesse mesmo dia, no período da noite, Getúlio Vargas anunciou uma nova fase da política brasileira e a entrada em vigor de uma nova Carta Constitucional. Estava iniciando o Estado Novo, implantado autoritariamente e com amplo apoio dos meios de comunicação (FAUSTO, 2003; LENHARO, 1986). O propósito declarado para a implantação do Estado Novo foi:

[...] corrigir o rumo da Revolução de 1930 desviado nas discussões da Constituinte de 1934. Seria identificado pelo clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se fez guia e condutor. Somente o chefe pode tomar decisões porque ele encarna, na excepcionalidade de sua natureza, a vontade e os anseios das massas. É essa potencialidade intransferível que assegura o caráter popular do Novo Estado, uma perfeita simbiose entre as duas entidades do regime: o povo e o chefe (BOMENY, 1999, p.146)

O Estado ampliou sua intervenção em todos os aspectos da vida social, suspendendo os direitos individuais, proibindo as greves e manifestações de massa, criminalizando os que insurgiam contra a ordem pública e a organização do Estado. No campo político, os estados perderam sua autonomia e os poderes Legislativo e Judiciário ficaram subordinados ao Executivo (REMER, 2013). Os meios de comunicação (cinema, jornais e rádios) tiveram sua atuação controlada pelo governo. Mediante a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado à presidência da República, a ditadura do Estado Novo passou a controlar a imprensa e a cultura. “O DIP era orientado a produzir e divulgar o discurso destinado a construir certa imagem do regime do Estado Novo, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e com o povo” (CAPELATO, 1998, p. 70).

Na área econômica, nos primeiros anos do Estado Novo foi mantida e aperfeiçoada uma política nacionalista, embasada no fortalecimento do mercado

interno, na defesa do café, que ainda era o principal produto de exportação naquele período, e numa arrojada política de exportação de produtos primários que se efetivaria por meio da intervenção do Estado na política de desvalorização da moeda e controle monopolizado do câmbio. Uma das primeiras medidas efetivas que Getúlio Vargas adotou após o início do Estado Novo foi a moratória da dívida externa e o monopólio cambial, que pretendia reduzir os fluxos de capital para o exterior; uma espécie de “desafogo” das contas públicas, tido como necessário para liberar recursos para investimentos em diferentes setores da sociedade (DINIZ, 1996; SILVA, 1999). Sobre o projeto nacionalista do governo Vargas no início do Estado Novo, Ianni diz:

[...] O nacionalismo econômico brasileiro era dado importante do pensamento e da atividade do governo e empresários. Em especial, era elemento básico da política econômica governamental. Durante essa época à medida que se tornava maior o controle estatal sobre as decisões econômicas, tornava-se também mais acentuado o componente nacionalista em sua ideologia e prática (IANNI, 1965, p.69).

O desenvolvimento econômico foi considerado pelo governo Vargas como o elemento chave para a soberania do Brasil, que seria concretizado com suporte econômico interno. A partir de 1939, diante da insuficiência dos fundos públicos, a orientação da política econômica do Estado Novo começou a mudar e o governo passou a considerar a abertura para o capital externo, que deixaria de ser visto como inimigo do projeto nacionalista e se tornaria parceiro no processo de industrialização para levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento (CORSI, 2000; FURTADO, 2000).

Essa abertura econômica do governo Vargas explicitava que suas políticas para a área econômica estavam relacionadas com as preocupações em torno da questão da unidade nacional, sem preocupação em se contrapor ao capital estrangeiro. Tratava-se de um projeto econômico pragmático, que a partir dos anos de 1940 foi outra vez modificado. O modelo econômico do Novo Estado, de nacionalização do sistema financeiro e de participação do capital externo na exploração dos recursos minerais, entrou num processo de decadência, assim, “em princípios de 1942, fechou-se o período da política externa independente do Brasil frente aos blocos imperialistas em luta” (BRITO, 2001, p. 205)

De 1943 até o fim do Estado Novo, 1945, o Brasil teve que alinhar seu projeto econômico aos padrões da nova fase do capitalismo internacional, marcados pela presença hegemônica do capital monopolista. O avanço do processo de industrialização do país dependeria da importação de capitais e de tecnologias, tanto em relação a novos produtos como a processos, contando com a presença do Estado como gestor preferencial (SILVA, 1999).

No campo educacional, antes mesmo do início do Estado Novo, Francisco Campos deixou o cargo de Ministro da Educação e Saúde Pública em 26 de julho de 1934; para seu sucessor, Vargas nomeou Gustavo Capanema (1900-1985), que reorganizou administrativamente o ministério e elaborou as Leis Orgânicas do Ensino. Tão logo assumiu a pasta, Capanema iniciou o trabalho de reforma do sistema educacional (REMER, 2013; HORTA, 2010).

Um novo conjunto de reformas educativas foi implementado, refletindo as adequações necessárias à nova fase pela qual o país passava. Entrou na pauta das discussões a proposta de difusão do ensino primário para todas as camadas da população brasileira. O Decreto n.º 868, de 18 de novembro de 1938, determinou a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário. José Silvério Baía Horta afirma que na exposição dos motivos que Capanema enviou ao presidente Vargas para justificar a criação da Comissão, o ensino primário foi identificado como um dos problemas mais sérios que o governo teria de resolver no campo educacional, e afirmou:

Para remediar tais males, só uma solução se oferece: é a intervenção do governo federal. Esta intervenção não significará, em nenhuma hipótese, que o governo federal entre a dirigir as escolas primárias do país. A administração do ensino primário é tarefa que não deve ser arredada das atribuições estaduais e municipais. O papel da União será outro. Cumprir-lhe-á, por um lado, traçar, em lei federal, as diretrizes fundamentais do ensino primário, e, por outro lado, cooperar financeiramente, com os governos estaduais e municipais, na medida das necessidades de cada qual, a fim de que, em período o mais curto possível, se liquide o analfabetismo em todo o território nacional, se nacionalize integralmente a escola primária dos núcleos de população de origem estrangeira e se eleve, obedecidos os padrões próprios e cada nível cultural do país, a qualidade da nossa escola primária (CAPANEMA, apud, 1938, HORTA, 2010, p. 32).

A Comissão Nacional do Ensino Primário iniciou seus trabalhos em 18 de abril de 1939. Essa iniciativa do governo estava em consonância com os preceitos da Constituição Federal de 1937, que previa a modalidade de ensino primário como prioridade do Estado. Por isso, deveria se processar de forma intensiva e rápida, estendendo-se a todos os rincões do país. O propósito era alfabetizar o maior número possível de pessoas e também difundir os princípios de disciplina cívica e moral do Estado. Caberia à escola primária formar o caráter das novas gerações, inculcando nelas os valores do nacionalismo (BRASIL, 1937).

Foi nessa esteira de modificações e novos rumos da educação escolar que foram promulgadas, em 1942, por iniciativa de Gustavo Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino. Dermeval Saviani afirma que, embora de forma parcial, houve uma reorganização na estrutura educacional baseada em oito Decretos-lei:

a) Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro, que criou o SENAI; b) Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; c) Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril: Lei Orgânica do Ensino Secundário; d) Decreto lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino comercial; e) Decreto lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; f) Decreto lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; g) decreto lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC; h) Decreto lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2008, p. 268).

As leis da Reforma Capanema modificaram o sistema educacional brasileiro e estiveram em consonância com os discursos do Estado Novo, que enfatizavam a valorização e a afirmação da identidade nacional brasileira. A educação, nesse projeto, teria uma função estratégica, a saber: formar o bom trabalhador que auxiliaria no processo de crescimento econômico do país (CUNHA, 1981; HORTA, 2010).

Nesse período, a educação escolar foi usada como um instrumento ideológico a serviço do Estado. Na Proclamação ao Povo Brasileiro, divulgada no momento em que foi instaurado o novo governo, Getúlio Vargas falou da implantação de reformas radicais em diferentes setores da sociedade, inclusive na área educacional. Horta cita um discurso proferido por Vargas em Porto Alegre, no ano de 1938. Após exaltar as qualidades do novo regime, o então presidente disse:

Eu vos direi agora que para a consolidação desta obra, precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isto, todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo. Desapareceu e tem de desaparecer a exterioridade do livre dinamismo. Agora precisa ser estabelecida a doutrina do Estado (VARGAS, 1938, apud, HORTA, 1994, p.172).

A educação escolar foi um instrumento de luta ideológica durante o Estado Novo. O governo defendia que numa nova ordem era imprescindível para infundir nas pessoas a disciplina necessária para compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. A escola seria o meio mais eficaz para preparar as novas gerações a participarem ativamente na obra de reconstrução nacional iniciada pelo Novo Estado (CUNHA, 1981). Horta destaca que Getúlio Vargas sempre deixou clara sua intenção de inculcar os princípios do nacionalismo por meio da escola.

O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. É necessário formar nestas crianças e nestes adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos, mas conservando os traços fundamentais da nossa fisionomia histórica, com o espírito tradicional da nacionalidade, que o regime instituído é o único apto a cultivar na sua verdade. A essa necessidade correspondem os artigos da nova Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista (HORTA, 1994, p. 174).

A relação do governo com a Igreja Católica após a instauração do Estado Novo só se fortaleceu. Embora a Constituição de 1937 fosse menos específica em relação às questões atinentes à Igreja, Vargas manteve uma relação próxima com os católicos e se comprometeu com a Igreja de que daria ampla liberdade para agir e favoreceria a criação de um ambiente propício para sua atuação. Oscar de Figueiredo Lustosa afirma que:

De maneira geral, não há equívoco em afirmar que o relacionamento entre Igreja e Estado continuará no mesmo ritmo de compreensão, começado em 1930. Portanto, a Igreja não dá uma palavra sequer a respeito do Estado Novo instaurado em 10 de novembro de 1937 e tampouco acerca da Constituição, outorgada então por Getúlio Vargas e discretamente silenciosa em torno de pontos religiosos, que tinham sido explicitamente consagrados em 1934 (LUSTOSA, 1991, p. 57).

As principais demandas católicas para o campo educacional continuaram atendidas no Estado Novo. A Igreja deu sua anuência para as ações do governo em relação às questões da educação escolar. Oriomar Skalinski Junior diz que Dom Leme não foi surpreendido pelo golpe que levou ao Estado Novo, antes mesmo de vir a público, ele tomou conhecimento do texto da Constituição de 1937. A própria escolha de Gustavo Capanema para o Ministério da Educação, em 1934, foi viabilizada por meio de articulações entre Alceu Amoroso Lima e o antigo ministro Francisco Campos, que viram em Capanema um nome que agradava a militância católica e poderia fortalecer a cooperação entre o governo e a Igreja (SKALINSKI JUNIOR, 2014).

Em relação ao ensino religioso nas escolas públicas, a Constituição de 1937 manteve o dispositivo da Constituição de 1934, mas diminuiu seu alcance; enquanto a Carta de Constitucional de 1934 tornava obrigatória a inclusão da disciplina no currículo escolar, mantendo facultativa a frequência, na Constituição de 1937 era a própria inclusão do ensino religioso no currículo que se tornava facultativo (HORTA, 1994; FAUSTO, 2001).

O período do Estado Novo serviu para consolidar a aliança entre a Igreja Católica e o governo. Durante este período, o pacto de “colaboração recíproca”, celebrado no início da era Vargas foi mantido e aplicado também no setor da educação escolar. A Igreja foi amplamente beneficiada. O Estado forneceu substancial ajuda financeira para manutenção de escolas confessionais católicas e possibilitou à Igreja a implantação de seu ideário religioso nas instituições escolares públicas. O Governo, por sua vez, se beneficiou tendo a Igreja como aliada para imprimir seu discurso de disciplinamento, manutenção da ordem e ardor cívico e patriótico na sociedade.

No oeste paranaense, especificamente em Toledo, a relação entre Estado e Igreja nas questões relativas à educação escolar, se materializou com a chegada das irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, em 1948, para implantarem na cidade o Colégio Vicentino Incomar, com o propósito de por em prática as orientações conciliares do Vaticano I, que propunha que a educação cristã era a mais perfeita e adequada para a formação da juventude; assim, as freiras vicentinas, ao se instalarem em Toledo, estavam cumprindo uma missão religiosa e política da Igreja, de formar meninas cristãs, fiéis a Deus e a Igreja, que difundissem os valores do catolicismo na família e na sociedade, naquela região de colonização recente.

4. FILHAS DA CARIDADE DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO: SEU MODELO DE EDUCAÇÃO

Esta seção pretende analisar a história da fundação da Congregação das Filhas da Caridade da Sociedade Vicente de Paulo a partir da análise das condições históricas do período, a França do século XVII, e como elas interferiram no modelo de vida religiosa, no método pedagógico e na elaboração das propostas de atuação da Congregação. Para tal, primeiramente o texto descreve a trajetória de vida, a obra e o contexto histórico dos fundadores da Congregação, Vicente de Paulo e Luísa de Marillac.

Na segunda parte da seção, são analisadas as características da vida religiosa e o modelo de educação das Filhas da Caridade. É dado particular destaque para o documento **Regras Comuns**, em que constam os votos obrigatórios e o conjunto de regras elaboradas por Vicente de Paulo quando da fundação da Companhia. O documento servia para nortear as ações das irmãs vicentinas, inclusive no campo educacional.

Na terceira parte da seção é apresentado o processo de estabelecimento das Filhas da Caridade no Brasil, com ênfase em sua atuação na educação escolar de meninas. As vicentinas se instalaram no Brasil, em Mariana, Minas Gerais, no ano de 1849, para desenvolver trabalhos voltados ao serviço de atendimento aos mais pobres. As irmãs vieram da França para o Brasil, abriram asilos, creches, hospitais, hospícios e escolas para meninas em todo país.

A última parte da seção discute o processo de instalação das vicentinas no Paraná. Uma peculiaridade do estabelecimento das Filhas da Caridade em Curitiba é a origem polonesa das primeiras freiras que chegaram ao bairro de Abranches no ano de 1904, para trabalhar especificamente com a escolarização dos filhos dos imigrantes vindos da Polônia. Após a consolidação do trabalho em Curitiba, as irmãs expandiram suas ações educacionais para outras regiões do estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu em dezembro de 1947, e em Toledo no mês de fevereiro de 1948.

4.1 Fundação e fundadores: Vicente de Paulo e Luísa de Marillac

A Congregação dos vicentinos foi criada por Vicente de Paulo (1576-1660) e Luísa de Marillac (1591-1660). A Congregação foi instituída num contexto de pobreza e injustiça social na França, que passava por situações de miséria causadas pelas contínuas guerras e instabilidades políticas. Os vicentinos se dedicaram a cuidar dos excluídos na sociedade francesa do século XVII. Atenderam órfãos, crianças doentes, idosos desamparados e feridos em campos de batalha, dando-lhes assistência material, espiritual e educacional.

Os fundadores da Congregação eram religiosos com profunda devoção e senso de vocação e serviço. Vicente de Paulo e Luísa de Marillac, mesmo com origens e personalidades tão diferentes, encontraram um mesmo ponto de convergência, que se tornou o lema da Congregação: “os pobres em Cristo e Cristo nos pobres” (SAINT-LAURENT, 1997).

Figura 8: Imagens de Vicente de Paulo e Luísa de Marillac.



Fonte: Imagens vicentinas. Disponível em: <<http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

Quando de sua fundação, os vicentinos atuaram em duas vertentes distintas: a Congregação da Missão, voltada para o público masculino, fundada em 1626, e a

Congregação das Filhas da Caridade, voltada para o atendimento feminino, fundada em 1633. Vinícius Augusto Ribeiro Teixeira afirma que as grandes obras criadas por Vicente de Paulo foram:

As **Confrarias da Caridade** (1617), que logo se espalharam por muitas regiões da França; a **Congregação da Missão** (1626), que, por ocasião de sua morte, já tinha se estendido a vários países da Europa (Polônia, Itália, Irlanda, Escócia) e da África (Argélia, Tunísia e Madagascar); e, unido à Santa Luísa, a **Companhia das Filhas da Caridade** (1633), com mais de 60 casas erigidas na França e na Polônia (TEIXEIRA, 2015, p. 2).

Vicente de Paulo nasceu em *Pouy*, no Sul da França, foi o terceiro filho de uma família de cinco irmãos. Seus pais, João de Paulo e Bertranda de Moras eram pequenos agricultores e moravam na área rural. Vicente viveu numa época em que guerra, peste e fome assolavam a França. Desde muito novo se envolveu com as questões religiosas porque acreditava que a libertação dos pobres de sua carência espiritual e material só seriam possíveis por meio da fé cristã. Foi ordenado padre aos dezenove anos de idade e iniciou um trabalho de reunir sacerdotes, leigos, homens e mulheres para trabalhar com a libertação dos pobres. Embora tivesse a oportunidade de estar junto aos mais ricos, ele preferiu desenvolver trabalhos de evangelização e assistência aos pobres (ARRUDA, 2011; TEIXEIRA, 2015).

Desde 1616, quando assumiu a paróquia de *Châtillon-les-Dombes* e se deparou com a pobreza e a miséria do local, Vicente de Paulo preocupou-se com a situação das pessoas em estado de vulnerabilidade e mobilizou as primeiras iniciativas para a criação de uma instituição de caridade. Depois de sua experiência em *Châtillon-les-Dombes*, padre Vicente passou a dedicar-se mais às missões e aos trabalhos de atendimento aos mais pobres (GUMIEIRO, 2013).

Em 17 de abril de 1625, no território dos *Gondi*, na França, foi assinado um contrato de fundação de uma companhia missionária, liderada por Vicente de Paulo, com a adesão de três padres missionários: Antoine Portail (1675-1736); François Du Coudray (1678-1727) e Jean de La Salle (1651-1719). Contudo, foi somente em 24 de abril de 1626, quando o arcebispo de Paris aprovou a constituição da Congregação, que Vicente de Paulo iniciou efetivamente sua organização missionária, com o nome de Congregação da Missão (DODIN, 1980).

No ano de 1627, em meio aos conflitos entre França e Inglaterra, o rei Luís XIII (1601-1643, rei desde 1610) reconheceu juridicamente a Congregação da Missão. Em 1632, recebeu como doação o priorato de São Lázaro³⁴. Essa foi a primeira Casa dos missionários vicentinos. Por isso, ainda hoje, em alguns países, são chamados de lazaristas. Em 1633, depois de ter o pedido de aprovação da Companhia recusado por duas vezes, o Papa Urbano VIII (1568-1644, papa desde 1623), por meio da bula *Salvatoris Nostri*, reconheceu a Congregação da Missão (GUMIEIRO, 2013).

De características modestas e temperamento introspectivo, Vicente de Paulo foi um homem de ação, detentor de uma aguçada capacidade de organização e mobilização. Usou dessas habilidades para articular uma importante rede de iniciativas voltadas à caridade. Vicente de Paulo morreu em 27 de setembro de 1660. Em 16 de junho de 1737, foi canonizado pelo Papa Clemente XII (1652-1740, papa desde 1730) e declarado pela Igreja, em 1855, patrono de todas as Obras de Caridade (GOCH, 1998; MALONEY, 1998).

A vertente feminina dos vicentinos é chamada de Congregação das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo. Também denominadas de Servas dos Pobres, Irmãs de São Vicente de Paulo, Irmãs da Caridade ou simplesmente vicentinas. O objetivo de formar uma missão de mulheres, nas palavras do próprio Vicente de Paulo, era para que elas seguissem o exemplo maternal da Virgem Maria e atuassem mais diretamente no trato com os pobres, curando suas feridas, alimentando-os e ensinando-os.

La Compagnie des Filles de la Charité est établie pour aimer Dieu, le servir et honorer Notre-Seigneur, leur patron, et la sainte Vierge. Et comment l'honorerez-vous? Votre règle l'ajoute, en continuant de vous faire connaître le dessein de Dieu en votre établissement: Pour servir les pauvres malades corporellement, leur administrant tout ce qui leur est nécessaire; et spirituellement, procurant qu'ils vivent et meurent en bon état³⁵ (VINCENT DE PAUL, 1640, p. 18).

³⁴ O Priorato de São Lázaro, de acordo com Fábio Gumieiro, “era uma antiga leprosaria, um dos mais importantes estabelecimentos de Paris. Sua fundação era do início do século XVI e os responsáveis eram alguns cônegos regulares da ordem de Santo Agostinho que por motivos de divisão interna não puderam continuar com o trabalho de apoio aos leprosos” (GUMIEIRO, 2013, p. 63).

³⁵ A Congregação das Filhas de Caridade foi estabelecida para amar a Deus, servir e honrar o Nosso Senhor, e a Santa Virgem. E como honrá-los? Sua regra acrescenta: para fazer conhecer o desejo de Deus na sua implantação: para servir aos pobres doentes corporalmente, administrando-lhes tudo o que for necessário; e espiritualmente, procurando que eles vivam e morram em bom estado (TRADUÇÃO NOSSA).

A Congregação teve início em 1633, quando Luísa de Marillac juntou-se a Vicente de Paulo na Congregação da Missão. Durante vários anos, ela percorreu as cidades e aldeias da França promovendo reuniões com moças para instruí-las no auxílio aos pobres. A partir dessas reuniões, nasceu o projeto de fundar uma instituição de Caridade para atender às meninas pobres do interior do país. Segundo Maria Aparecida Arruda

A Companhia das Filhas da Caridade, confiada a Luíza e Marillac pelo seu idealizador e líder espiritual, o Padre Vicente de Paulo, estruturou-se em *Châtillon-lesDombes*, na França, com as primeiras iniciativas de assistência às famílias pobres da paróquia da cidade, estendendo essas ações, mais tarde, a outras localidades. Foi atribuída a elas a função de educar as crianças órfãs para as quais foram escolhidas por Deus; uma escolha divina que as aproximaria da imagem de Nossa Senhora (ARRUDA, 2011, p. 145).

Luísa de Marillac nasceu em Paris em 12 de agosto de 1591 e pertencia a uma família nobre. Era órfã de mãe e na adolescência perdeu o pai. Casou-se com Antônio LeGras com quem teve um filho. Em 1625, ficou viúva e decidiu se dedicar às obras de caridade como uma maneira de cumprir sua vocação religiosa. No ano de 1633, participou da fundação da Companhia das Filhas da Caridade. Segundo Roux, “Luísa reunia os membros da Confraria, ouvia, observava, animava, retificava, verificava, ensinava também a tratar dos doentes, a ensinar catecismo, a pôr em prática o regulamento, que adaptava se necessário, aos apelos dos pobres” (ROUX, 1990, p. 21).

Antes da organização formal das Filhas da Caridade, havia um grupo de mulheres religiosas que prestavam assistência aos pobres e doentes nas periferias de Paris, conhecidas como “servas dos pobres”. Esse grupo foi a gênese da Congregação das Filhas da Caridade, que passaram a ser chamadas assim após a expansão de suas atividades para outras regiões do território francês (LAGE, 2011).

Luísa de Marillac, como primeira Superiora Geral das Filhas da Caridade, teve a incumbência de liderar as freiras em suas ações, que teriam como missão máxima a educação e a catequização dos pobres. Após trinta e cinco anos de trabalhos realizados, o Papa Clemente IX (1600-1669, papa desde 1667) oficializou a Companhia da Caridade em 1668, após a morte de sua fundadora, falecida em 1660. Marillac tornou-se, no interior da Congregação e da Igreja Católica, um

modelo de vida dedicada à caridade e aos pobres. Em 09 de maio de 1920 foi beatificada pelo Papa Bento XV (1854-1922, papa desde 1914).

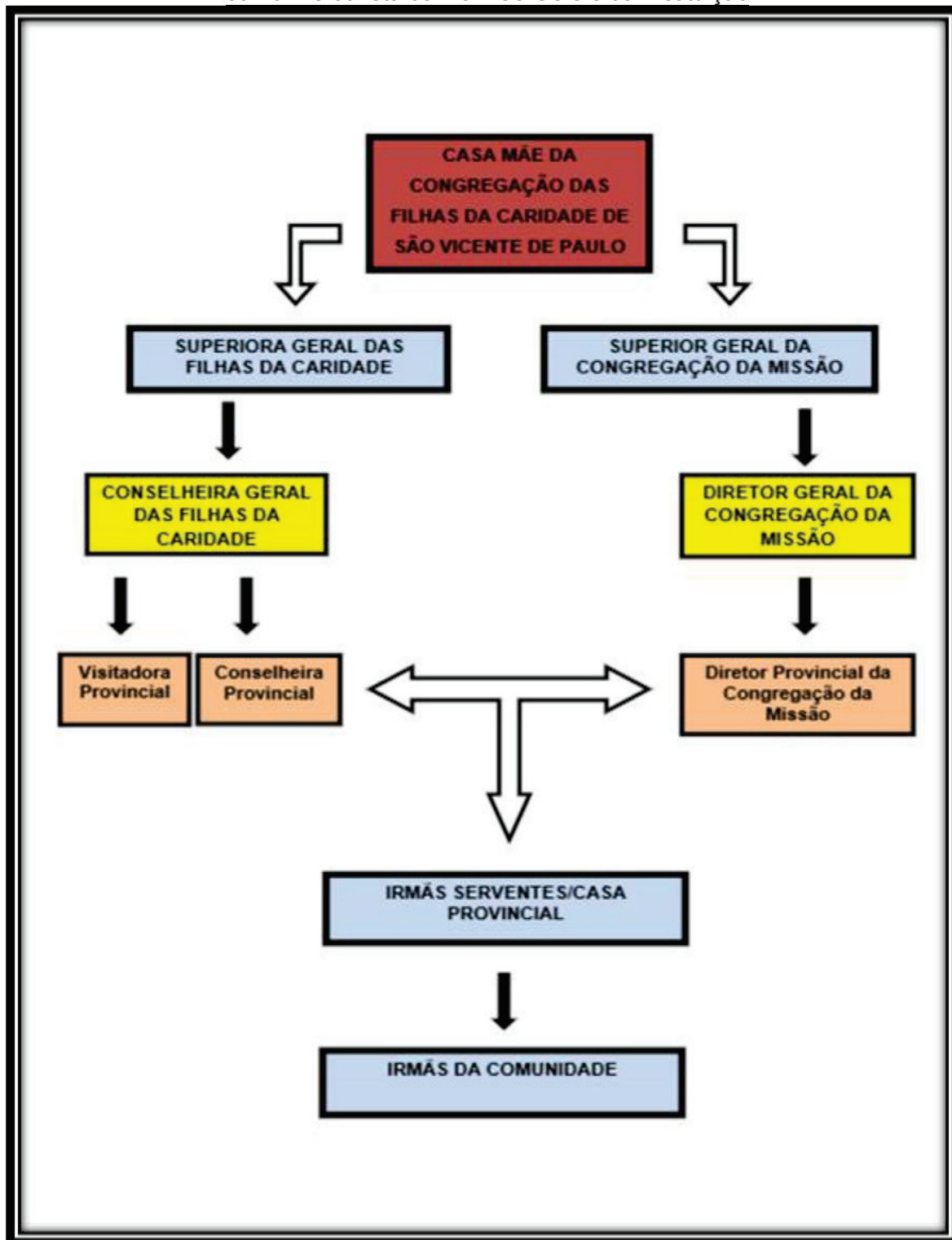
4.2 Vida religiosa, organização administrativa e método pedagógico das Filhas da Caridade da Sociedade Vicente de Paulo

A vida religiosa das irmãs vicentinas tem como base os preceitos fundantes do conjunto de doutrinas da Igreja Católica, cujos valores indispensáveis ao fiel são: o amor e o serviço ao próximo. Trata-se de uma Sociedade de Vida Apostólica que atua em diversas áreas: asilos, assistência social, educação escolar, creches, hospitais, entre outros. O serviço aos pobres é a principal vocação da Congregação, que tem nisso seu carisma³⁶.

Diferentemente das freiras que viviam enclausuradas, as irmãs vicentinas tinham o dever de ir ao encontro das pessoas para servi-las. Nesse período, a vida religiosa feminina era composta predominantemente pelas Ordens contemplativas. As vicentinas, como Congregação de vida ativa, tinham uma proposta religiosa considerada inovadora para a época (ARRUDA, 2011; LAGE, 2011). A partir da análise dos regulamentos das Filhas da Caridade da Sociedade Vicente de Paulo foi possível entender a organização administrativa da Congregação, como pode ser verificado no organograma abaixo:

³⁶ Carisma, numa perspectiva teológica, é a transliteração da palavra grega Χάρη (Kare ou Karis), que traduzida literalmente significa Graça. Na tradição Católica Romana, o termo adquiriu um significado para além de sua usual definição semântico/teológica, e está associado à missão desenvolvida pelas Congregações e Ordens religiosas no interior da Igreja. Cada Congregação tem um ou mais carismas, isto implica a área de atuação daquela determinada Congregação. Analisando a partir de uma vertente sociológica, Max Weber define carisma como uma qualidade extraordinária que um indivíduo possui e que o torna líder de um grupo de seguidores (WEBER, 1982). Já Pierre Bourdieu conceitua o termo como sendo uma espécie de ideologia profissional, que deve ser utilizado para designar as propriedades simbólicas (em primeiro lugar, a eficácia simbólica) que se agregam aos agentes religiosos na medida em que aderem à ideologia do carisma, isto é, o poder simbólico que lhes confere o fato de acreditarem em seu próprio poder simbólico (BOURDIEU, 1982). O carisma vicentino pode ser definido como o serviço aos pobres como um serviço a Deus, que se manifesta em diversificados meios de atuação. As referências bíblicas usadas para fundamentar o carisma são os seguintes textos dos evangelhos: Lucas 4: 18 “O Espírito do Senhor enviou-me para anunciar as boas novas aos pobres” e Mateus 25: 31 “Quando fizeres a um desses meus pequeninos, foi a mim que o fizestes”.

Organograma da Congregação das Filhas da Caridade, conforme consta da Normas Gerais da Instituição.



As Filhas da Caridade mantinham a mobilidade e a disponibilidade necessárias e viviam junto daqueles a quem serviam. Nas palavras de São Vicente de Paulo, as freiras deveriam ter por mosteiro “a casa dos doentes; por cela, um

quarto de aluguel; por capela, a Igreja da paróquia; por claustro, as ruas da cidade; por clausura, a obediência; por grade, o temor de Deus; por véu, a santa modéstia e uma confiança contínua na Divina Providência” (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960, p. 132).

Nas Regras Comuns da Companhia está explicitado que:

[...] pelo ordinário não tem outro Mosteiro que as casas dos enfermos, outra Cella que hum aposento alugado, outra Capella que a Igreja Parochial, outro Claustro que as Ruas da Cidade, ou as enfermarias dos Hospitaes, outra Clausura que a obediencia, outra Regra que o temor de Deos, nem outro véo que a santa modéstia; por estes mesmos motivos se vêm obrigadas a levar huma vida tam virtuosa, como se fossem professoras de huma Religião, e portarem-se em todos os lugares, adonde as chamarem seus ministérios no meio do mundo com todo o recolhimento, pureza de coração e de corpo, despego das Creaturas, e edificação, como vivem as verdadeiras Religiosas no retiro próprio dos seus Claustros (REGRAS COMMUNS DAS FILHAS DA CARIDADE E SERVAS DOS POBRES ENFERMOS, 1822).

A vida religiosa das Filhas da Caridade é direcionada pelos votos e pelas regras institucionais da Congregação. As regras internas foram estabelecidas para organizar o modo de ação das irmãs e estavam pautadas na supervalorização da figura da Virgem Maria, considerada exemplo de mãe, de simplicidade e de piedade. As vicentinas deviam se inspirar no exemplo da suprema Mãe como um meio para chegarem a um modelo ideal, que consistia na maneira como Maria correspondeu à iniciativa do amor divino, na sua vocação especial para a maternidade. Maria Aparecida Arruda afirma que:

Maria configura, assim, a prerrogativa de mãe, reproduzindo uma imagem de si no coração de quem a quer como modelo e exemplo. Assim é que aspectos próprios da maternidade modelada pela de Maria podem corresponder a esse ideal que inclui tanto o cuidado quanto a afetividade. Na relação com a caridade, o cuidado com os pobres necessita do coração maternal, comovido pela maternidade divina, que lhes faz ver, como filhos, os pobres e os indigentes indefesos. Na contemplação, de acordo com esta concepção, as pessoas se tornam amáveis e capazes de amar, ou seja, capazes de cooperar com a iniciativa divina (ARRUDA, 2011, p. 135-136).

Na primeira Assembleia Geral da instituição, Vicente de Paulo apresentou a primeira versão das regras para serem analisadas pelos demais membros. Para terem validade, as regras teriam que ser aprovadas pelo arcebispo de Paris. Após

um período de análise, o texto foi aprovado em 1655 e publicado em 1658 com um total de nove capítulos, intitulados: do fim e das virtudes fundamentais de seu instituto; da pobreza; da castidade; da obediência; da caridade, da união que hão de ter entre si; de meios para conservar a caridade e a união entre si; da caridade para com os pobres enfermos; dos exercícios espirituais; do emprego do dia (REGRAS COMMUNS DAS FILHAS DA CARIDADE E SERVAS DOS POBRES ENFERMOS, 1822).

A instituição das regras da Companhia, num primeiro momento, tinha a finalidade de estabelecer o modo de atuação das Filhas da Caridade, seus princípios de fé e valores éticos, bem como visava diferenciá-las das demais Congregações. Diferentemente das religiosas vinculadas às antigas Ordens, especialmente as “mulheres de vida perfeita”, que viviam sua espiritualidade na clausura e manifestavam sua fé realizando atividades de intensos períodos de oração e de jejum, as vicentinas tinham como modelo de espiritualidade a virtude da caridade, que se efetivava no serviço aos pobres e doentes. De acordo com Vicente de Paulo, o amor a Deus e o amor aos pobres representavam o vestuário interior das irmãs (ARRUDA, 2011; LAGE, 2011; SÃO VICENTE DE PAULO, 1960).

Numa conferência realizada no dia 16 de março de 1642, padre Vicente afirmou que a Companhia fora estabelecida pautada nos seguintes princípios: caridade; amor a Deus; compromisso de honrar ao Senhor Jesus Cristo; viver e orar como Maria, a Santa Virgem; simplicidade e humildade no serviço aos pobres, doentes corporal e espiritualmente, isto é, ajudá-los a conhecer a Deus por meio da catequização (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960).

Na perspectiva da teologia cristã, a prática da caridade sempre se constituiu num dever de todos os fiéis; uma obrigação decorrente da convicção religiosa, que deveria ser realizada tanto por meio de uma opção individual quanto por uma associação religiosa. No caso das irmãs vicentinas, a prática da caridade deveria ser o fundamento da vida religiosa. No regulamento da Companhia, padre Vicente exalta a importância da caridade como elemento que serviria para identificar as verdadeiras servas de Deus.

Porque a caridade para com o próximo é sinal infalível das verdadeiras filhas de Deus e um dos seus principais actos consiste em visitar e alimentar os pobres doentes, é que algumas piedosas jovens e virtuosas burguesas da cidade Châtillon-les-Dombes, diocese de Lião, desejosas de obter de Deus a graça de serem suas verdadeiras filhas, resolveram, em conjunto, assistir, espiritual e

corporalmente, os pobres doentes da sua cidade que, por vezes, sofreram mais por carência de organização em os ajudar do que por falta de pessoas caridosas (REGULAMENTO DA CONFRARIA DA CARIDADE DE CHÂTILLON, XIII, 1931).

Além de seguir o conjunto de regras institucionais, as Filhas da Caridade faziam os seguintes votos: pobreza, castidade, obediência e estabilidade³⁷. Os votos foram formulados por Vicente de Paulo para formar vínculos entre os membros da Congregação e gerar uma identidade institucional. Por não serem consideradas religiosas regulares e viverem numa Companhia secularizada, as vicentinas renovavam os votos anualmente. As congregadas tinham a possibilidade de optarem pela permanência ou não, eram livres para deixar a instituição a cada ano. Em 22 de setembro de 1655, o papa Alexandre VII (1599-1667, papa desde 1655) por meio da bula *Ex-commissa Nobis*, aprovou os votos vicentinos (GUMIEIRO, 2013; LAGE, 2011).

As Filhas da Caridade deveriam seguir também os diversos exemplos e explicações deixadas por Vicente de Paulo em seu epistolário, que era composto de dezenas de cartas trocadas entre os membros da Congregação e escritas para as Conferências. O conhecimento dessa ampla obra escrita deveria fazer parte da vida cotidiana das irmãs.

Nessas cartas, o Padre Vicente orienta os membros da companhia a praticar a humildade, a caminhar sempre na prática da renúncia, da paciência e mansidão, da obediência, a perseverar na vocação, por meio da qual Deus se faria presente como forma a promover a santificação. A disciplina, a hierarquia, a passividade e a submissão são requisitos necessários, segundo o padre Vicente, aos que servem ao estado eclesiástico no exercício da salvação do povo pobre. Uma missão para a qual nem todos estão aptos (ARRUDA, 2011, p. 140).

Na medida em que a Companhia se organizou, ampliou sua estrutura, conseguiu mais membros e obteve mais representatividade. Veio à tona a ideia de pertencimento e de distinção, que se manifestava nos votos, no *modus operandi* e nas vestimentas. As roupas eram caracterizadas com uma touca branca, um vestido

³⁷ O voto de estabilidade refere-se ao compromisso do membro da instituição em manter-se firme aos seus propósitos mesmo em momentos difíceis da sua fé, pois Vicente de Paulo entendia que a tentação das riquezas e de uma vida clerical cômoda era uma ameaça constante para as irmãs (COSTE, 1934, p.32).

cinza e um avental branco. Servia para identificar as irmãs como *Soeurs grises* - freiras cinza (LAGE, 2011). A touca branca era um adereço de uso obrigatório, servia tanto para diferenciar as freiras quanto para identificá-las como Filhas da Caridade.

Figura 9- Características do vestuário das Filhas da Caridade, século XIX.



Fonte: Imagens vicentinas. Disponível em: <<http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

A fotografia destaca as irmãs vicentinas usando o hábito, que tinha a finalidade de distinguir e identificá-las como vicentinas. As irmãs levaram sua cultura religiosa e vestimentas para todos os países onde a Congregação se instalou. Já em 1652, alguns anos após a fundação, as primeiras irmãs foram para a Polônia e para outros países europeus, dando início à execução do projeto expansionista da

Congregação, que previa a presença das Filhas da Caridade em todos os continentes. Pouco tempo depois de sua criação, a Congregação, com sede em Paris, expandiu-se e se instalou em muitos outros países e as freiras foram enviadas para missões em diferentes localidades. No século XVIII, as vicentinas chegaram à Suíça e à Espanha e, a partir do século XIX, expandiram suas atividades para a África e Ásia e posteriormente para as Américas. Nesse período, as religiosas vicentinas foram enviadas “para os quatro cantos do mundo, em uma perspectiva que pode ser entendida como de “mundialização” das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo” (LAGE, 2011, p. 61,62).

As Filhas da Caridade estão presentes em setenta e oito países, em todos os continentes. O mapa abaixo mostra que o trabalho da Congregação está presente numa maior quantidade de países no continente europeu, o que pode ser justificado por se tratar de uma instituição fundada na Europa, França.

Mapa 3: Presença das Filhas da Caridade



Fonte: Imagens vicentinas. Disponível em: <<http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

A Congregação alcançou o mundo e se tornou instrumento essencial para divulgar os preceitos da fé católica e consolidar o projeto da Santa Sé de Romanização da Igreja. Mediante a realização de um amplo trabalho em diversificadas áreas e esferas sociais, as vicentinas levaram adiante o ideário da Igreja de difundir uma educação moral e religiosa calcada na manutenção dos bons costumes, representados em valores éticos e cristãos (ARRUDA, 2011).

Com a efetivação de seu projeto expansionista, a Congregação voltou seus esforços exclusivamente para a educação escolar, notadamente a educação feminina, que se tornou a missão mais importante que as religiosas passaram a exercer nos países em que se estabeleciam. O analfabetismo foi visto como uma forma de real pobreza. Por isso, a criação de escolas seria usada como meio de atendimento ao pobre e, uma vez erradicando o analfabetismo, as Filhas da Caridade estavam também diminuindo a pobreza. Em outras palavras, a escola era concebida como redentora dos males sociais.

O método pedagógico vicentino, baseado no exemplo da Virgem Maria, propõe que a formação intelectual do sujeito depende de seu arcabouço moral e espiritual. Por isso, a educação escolar deve ter uma vertente moralizante e contemplar valores, tais como: incentivo à bondade em relação ao próximo; cultivo das virtudes cristãs da paciência e da humildade; obediência às autoridades civis e religiosas: amor à pátria e manutenção da ordem social. Os alunos devem ser educados aprendendo sobre o cuidado consigo e com o próximo. Esse perfil de homem civilizado, identificado como o bom cristão e, conseqüentemente, bom cidadão, atendia ao ideal almejado pela Igreja e pelo Estado (ARRUDA, 2011).

No âmbito da educação escolar, a atuação das Filhas da Caridade, num primeiro momento, foi voltada para a escolarização de meninas pobres. Luísa de Marillac, numa conferência realizada em 1652, orientou as irmãs sobre a importante missão que elas deveriam exercer junto às alunas, garantindo-lhes uma formação integral: “instruí vossas alunas com grande doçura, porém, não deixeis de corrigir seus erros. [...] Ajudai-as a crescer na fé e nos meios de bem viverem como cristãs” (MARILLAC, 1983, p. 522).

O modelo de educação aplicado pelas irmãs vicentinas, de acordo com Maria Aparecida Arruda, deveria “formar almas”, produzir “consciências, plasmar corações, dirigir vontades”. Para tal, as Filhas da Caridade precisavam ensinar às alunas o respeito aos regulamentos, o amor ao saber e, por último, nesta sequência, aos

estudos das disciplinas escolares. Seria necessário “incutir-lhes a convicção de cumprir o dever até nas pequeninas coisas e ainda fazer sentir a satisfação do dever cumprido, para o que incita o exemplo da Virgem Maria que, em última análise, é um símbolo da Igreja na busca pela perfeição” (ARRUDA, 2011, p.123-124).

As Filhas da Caridade deveriam educar as meninas com bondade, doçura, amor e abnegação. Segundo Vicente Paulo, as irmãs eram escolhidas por Deus para cumprir a missão de educar especialmente as crianças órfãs; tal escolha tinha o propósito de aproximar as irmãs missionárias da “virgem santíssima pura e imaculada” e, de suas virtudes, como por exemplo, sua obediência, sua castidade e sua perfeição (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960). Desde o momento da fundação, padre Vicente deixou claro que o cuidado dos órfãos deveria ser uma preocupação constante das Filhas da Caridade.

Voyez combien vous êtes heureuses de rendre service à ces petites créatures, qui donnent à Dieu une louange parfaite et dans lesquelles la bonté de Dieu prend si grand plaisir, plaisir en quelque sorte pareil à celui des mères, qui n'ont point plus grande consolation que de voir les petites actions de leurs petits enfants. Elles admirent tout et aiment tout. Ainsi Dieu, qui est leur père, prend de grands plaisirs à toutes leurs petites actions. Faites de même, mès chères soeurs. Estimez-vous leurs mères. Quel honneur de s'estimer mères d'enfants dont Dieu est le père! Et comme telles, prenez plaisir à les servir, à faire tout ce que vous pourrez pour leur conservation. En cela mes filles, vous ressemblerez en quelque façon à la sainte Vierge, car vous serez mères et vierges ensemble³⁸ (VINCENT DE PAUL, 1643, p. 133

A fotografia a seguir é de uma irmã Filha da Caridade cuidando de duas crianças órfãs, num orfanato francês do século XIX.

³⁸ Veja como você está feliz por estar servindo a estas criaturas pequenas, que dão um perfeito louvor a Deus, e em que a bondade de Deus tem grande prazer, prazer de alguma forma semelhante ao da mãe, que já não o consolo de ver as pequenas ações de seus filhos pequenos. Eles admiram tudo e amam tudo. Assim, Deus, que é o pai deles, tem grande prazer em todas as suas pequenas ações. Façam o mesmo, minhas queridas irmãs. Sejam suas mães. É uma honra serem mães de crianças cujo Deus é o pai! E, como tal, tenham prazer em servi-los, para fazer tudo que puderem para sua conservação. Nisso, minhas filhas, vocês parecerão de alguma forma à Santíssima Virgem, porque vocês serão mães e virgens ao mesmo tempo (TRADUÇÃO NOSSA).

Figura 10 - Irmã cuidando de crianças órfãs, Século XIX.



Fonte: Imagens vicentinas. Disponível em: <<http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

No âmbito da organização estrutural e pedagógica das instituições educacionais vicentinas consta a Pastoral Educativa Vicentina, cujos objetivos são: promover, aprofundar e dinamizar a espiritualidade e o trabalho social das irmãs, para servir a Jesus Cristo na pessoa do pobre. A Pastoral Educativa tem a proposta de desenvolver projetos sociais e organizar grupos de estudos e ação pastoral, com o propósito de transformar palavras em ações e gestos de serviços. Conforme consta das constituições da Pastoral, ela deve ser profética, celebrativa, transformadora, missionária e imbuída do espírito vicentino, qual seja: humildade,

simplicidade e caridade. O principal projeto da Pastoral é: “da indignação à digna ação”, em outras palavras, as irmãs vicentinas devem indignar-se com as injustiças sociais contra os pobres, os idosos, as crianças órfãs e os doentes e, a partir dessa indignação, devem atuar para que tais pessoas sejam dignificadas pela ação e pelo serviço (PASTORAL EDUCATIVA VICENTINA, 2004).

Os princípios orientadores das ações das escolas vicentinas e seus valores educacionais, quando da constituição da Congregação, estiveram diretamente embasados nas convicções religiosas de seus fundadores, que atribuíam à educação escolar o caráter de serviço a Deus em favor dos mais pobres. Todavia, devido às transformações e ao movimento da história, as Filhas da Caridade foram, pouco a pouco, modificando sua estratégia de atuação no campo educacional, passando a atender, além das meninas órfãs e pobres, as filhas da classe alta. Por conta da procura das famílias mais ricas que viam nas propostas pedagógicas vicentinas um modelo de educação considerado de qualidade, o ensino passou a ser cobrado. As vicentinas justificavam que a opção por atender as filhas da elite possibilitava os recursos econômicos necessários para continuação da missão de propiciar atendimento educacional às moças pobres.

4.3 As Filhas da Caridade no Brasil: atuação na educação escolar de meninas

Vindas da França, as Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo se estabeleceram no Brasil em meados do século XIX. A instalação das irmãs vicentinas esteve inserida num contexto de expansão das atividades pastorais e educacionais da Igreja Católica, como parte de seu projeto de romanização. O contexto histórico do estabelecimento das irmãs no Brasil pode ser entendido como resultado de um processo que envolveu dimensões políticas, ideológicas, religiosas e sociais. O período da Revolução Francesa (1789 - 1799) foi marcado por uma ideologia laica que era abertamente hostil às iniciativas confessionais, o que acabou resultando na supressão das Congregações religiosas na França. O decreto que proibiu a atuação dos institutos religiosos representou para as Filhas da Caridade uma ameaça, nesse sentido, a diáspora era uma alternativa para a sobrevivência da Congregação.

Como religiosas de vida ativa, as irmãs vicentinas encontram no Brasil questões sociais candentes que elas, por meio de suas atividades, poderiam resolver. Por isso, ao se instalarem no país, dedicaram-se ao atendimento às crianças abandonadas, aos doentes, aos idosos nas Santas Casas de Misericórdia e, especialmente à educação de meninas órfãs (ARRUDA, 2011; BOSCHETTI, 2016).

Numa sociedade de feição patriarcal, onde a atuação da mulher era restrita, a presença dessas educadoras religiosas, suscitou nas jovens brasileiras o desejo de romper com a tradicional forma de vida proposta à mulher. Por isso, após a instalação das vicentinas, houve um rápido crescimento do número de congregações femininas e de religiosas brasileiras nos institutos de origem europeia radicados no país (LEONARDI, 2016).

As primeiras irmãs vicentinas que chegaram ao Brasil saíram do porto de *Havre*, na França, no dia 28 de novembro de 1848, sob a orientação da Supervisora Geral e da Casa Mãe de Paris³⁹. Após setenta e seis dias de viagem, chegaram ao Rio de Janeiro e, logo depois, seguiram para Mariana, Minas Gerais, onde se estabeleceram em 03 de abril de 1849 e deram início às atividades no país. Enviadas pelo Superior Geral da Congregação da Missão, Padre Etienne, as irmãs vieram para o Brasil para desenvolver trabalhos de caridade nas mais diferentes áreas.

A primeira obra que as Filhas da Caridade iniciaram no Brasil, tão logo se estabeleceram, foi Casa da Providência, primeira missão de serviço aos pobres das irmãs vicentinas no país. Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), então bispo de Mariana, foi quem fez o convite para que as irmãs viessem para a cidade. Viçoso era membro da Congregação da Missão. Tinha sido enviado para Brasil em 1819. Nesse

³⁹ O modelo de organização das Filhas da Caridade, com Superiora Geral e Casa Mãe, foi o mais comum na França durante o século XIX. Essas Congregações tinham a possibilidade de se desenvolverem em diversos lugares, mas deveriam permanecer ligadas à Superiora Geral e a uma sede, chamada Casa Mãe, de onde saíam todas as ordens e decisões sobre os rumos da Congregação, desde recrutamento, trabalhos assumidos e compras de prédios. As superiores administravam a Congregação num modelo praticamente empresarial, com uma sede e as sucursais que se espalhavam por todo país e depois foram também para outras nações. Além desse aspecto, seus membros tinham uma característica particular em relação às antigas ordens: dirigiam-se para uma vida ativa como professoras ou enfermeiras. Muitas das congregações nascidas durante o século XIX desenvolveram-se a partir de associações leigas, como as confrarias, irmandades e ordens terceiras (LANGLOIS, 1984; LEONARDI, 2009).

mesmo ano assumiu a direção do Colégio Caraça, já em funcionamento desde 1721. Foi nomeado Superior Geral da Congregação da Missão no Brasil no período de 1837 a 1843. Foi bispo de Mariana entre os anos de 1844 - 1875 (KULAITIS, 2004).

Durante esse período, por meio de um discurso educativo fundamentado na valorização e no cultivo da moralidade, tendo como fundamentação a formação do homem religioso, Dom Viçoso se dedicou à educação escolar, especialmente de meninos, nas escolas da Congregação da Missão. Foi ele que viabilizou a vinda das irmãs Filhas da Caridade para o Brasil, para que estas se dedicassem ao trabalho de educar as meninas (LAGE, 2011; AZZI, 1977).

As primeiras religiosas da Companhia que se estabeleceram no país foram as irmãs: Dubost; Rouy; Laveissière; Mass; Lenormand; Rigail; Odet; Millet; Martinier; Irmã Bonnardet; Chazet e Leazart. Ao chegar à cidade de Mariana, a Irmã Virginie Morguerite Dubost assumiu a direção da Casa da Providência e deu início ao projeto educativo das Filhas da Caridade, que em pouco tempo se tornou “a maior e mais importante instituição religiosa feminina do Brasil imperial” (VIEIRA, 2007, p. 166).

Após a chegada das primeiras freiras, a Casa Geral da Congregação enviou outras religiosas para atuar especificamente na área educacional. A pedido do Imperador Dom Pedro II (1825-1891), as vicentinas fundaram o Colégio da Imaculada Conceição, na cidade do Rio de Janeiro, para a formação de jovens da elite brasileira. Ao atender a solicitação do Imperador, as irmãs deixaram o ideal fundante da Congregação, que era o trabalho exclusivo de formação educacional de meninas pobres. Ao optarem por atender moças das classes mais ricas, as vicentinas tinham a oportunidade de cobrar pelo ensino e, por isso, podiam amealhar recursos para dar continuidade ao serviço de assistência às moças pobres.

Em nove anos de atividade no país (de 1849 a 1858), as religiosas assumiram dezessete casas e passaram a atuar em cinco províncias do Império: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Pernambuco. Em todas essas regiões, as vicentinas desenvolveram variadas atividades, construíram creches, asilos, orfanatos, hospícios e escolas. Pouco a pouco, a Congregação restringiu sua atuação no campo da educação escolar de meninas.

No contexto do surgimento das escolas secundárias para mulheres em várias regiões do país, as vicentinas iniciaram suas atividades construindo, no ano de 1849, em Mariana, a Casa da Providência, instituição destinada exclusivamente à

formação de religiosas (LUSTOSA, 1991). Em 10 de março de 1850, foi criado o Colégio da Providência, uma das instituições escolares pioneiras na oferta do Curso Secundário para mulheres em Minas Gerais. Segundo Riolando Azzi, “a importância das Filhas da Caridade cresceu, se considerarmos que, pela primeira vez na história do Brasil, as religiosas passaram a ter um significado digno de destaque, especialmente pela sua atuação na área educacional” (AZZI, 1975, p. 31).

As Congregações femininas estrangeiras que vieram para o Brasil criaram e dirigiram escolas, instalaram conventos, educandários e escolas para meninas. Funcionando na dependência direta dos bispos, e sob um forte controle clerical, os colégios religiosos ocuparam um espaço importante no sistema educacional brasileiro (BOSCHETTI, 2016; NUNES, 1997).

No período do Império, as escolas para o atendimento das moças da elite brasileira não eram suficientes para atender à demanda. O Estado teve dificuldade em prover educação escolar para as mulheres. No decreto de 15 de outubro de 1827, o governo imperial estabeleceu um currículo não profissionalizante para a educação feminina, composto das seguintes disciplinas: leitura; escrita; doutrina católica e prendas domésticas. Ivan Manoel destaca que, embora o Estado tenha instituído um currículo específico para a educação feminina, não possibilitou as condições práticas para a execução deste, ou seja, o Estado não criou as escolas para meninas e transferiu a responsabilidade às províncias; estas, por sua vez, pouco fizeram para criar e manter escolas públicas para mulheres (ROSSI; INÁCIO FILHO, 2006; MANOEL, 1996).

Num contexto em que havia poucas instituições escolares públicas, a formação feminina foi duramente prejudicada. Muitas moças cresciam analfabetas, restando-lhes como alternativa apenas o trabalho doméstico, sendo preparadas tão somente para o casamento. Diante desse quadro, a Igreja Católica, mediante a atuação das Congregações, acabou ocupando a lacuna deixada pelo Estado e se tornou, durante todo o Império, a principal responsável pela educação feminina no país. As escolas de confissão católica eram reconhecidas pelo clero brasileiro como importantes espaços para a formação moral e religiosa, pois a catolização do povo brasileiro deveria passar pela educação escolar de meninas, que mais tarde exerceriam importante papel nas suas futuras famílias (ROSSI; INÁCIO FILHO, 2006).

A educação de meninas foi para a Igreja uma importante vertente de seu projeto para a sociedade brasileira. A formação da mulher correspondeu aos anseios católicos como um meio de evangelização e interiorização da própria religião na sociedade. A proposta católica para a educação das meninas estava pautada na formação da conduta estética, religiosa e na formação para o lar. O ensino que seria ministrado às alunas deveria priorizar as virtudes da função natural da mulher, especialmente a maternidade. Nesse sentido, o discurso católico ia ao encontro dos anseios das elites brasileiras, pois o modelo de educação católica que propunha uma formação integral, com base na moralidade e na obediência à ordem instituída, não fugia aos interesses da oligarquia (ROSSI; INÁCIO FILHO, 2006; MANOEL, 1996).

Ao voltarem sua ação educativa para as filhas da elite imperial, as vicentinas se propuseram a preparar essas jovens para serem mulheres dóceis, meigas e cristãs, que estivessem aptas a contribuir para a manutenção da ordem vigente. Essa proposta católica de educação da mulher encontrou amparo na sociedade brasileira, que vinha resignificando o papel feminino. Assim, as escolas para meninas implantadas pelas irmãs vicentinas no Brasil tiveram ampla procura. Ao ingressarem nessas instituições, as jovens recebiam uma educação com ênfase nas virtudes cristãs pregadas pela Igreja e pelos segmentos conservadores da sociedade (ARRUDA, 2011; LAGE, 2011).

Podemos dizer que a educação de meninas foi um instrumento eficaz que a Igreja usou para difundir os preceitos da fé católica ao povo brasileiro e para reforçar seu poder e sua influência nos rumos da sociedade. O sucesso do projeto de escolarização feminina empreendido pelas religiosas vicentinas justifica-se, segundo Ana Cristina Pereira Lage, por dois motivos indissociáveis: “tanto a localidade necessitava educar meninas, quanto o catolicismo necessitava utilizá-las como agentes em defesa do cristianismo” (LAGE, 2011, p. 64).

A Congregação das vicentinas se consolidou como uma pujante instituição católica no país. Atualmente, possui seis províncias no Brasil, espalhadas por todas as regiões, totalizando cento e oitenta e oito comunidades compostas por mil trezentos e vinte e uma irmãs. Abaixo apresentamos um quadro que detalha as províncias das Filhas da Caridade nas diferentes regiões brasileiras.

Quadro 5: Províncias das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Brasil.

Província	Nome da Casa Provincial	Número de Comunidades	Número de Irmãs
Amazônia	Virgem Poderosa	18	88
Belo Horizonte	João XXIII	25	198
Curitiba	Medalha Milagrosa	55	371
Fortaleza	Maria Medianeira	25	198
Recife	Nossa Senhora das Graças	29	217
Rio de Janeiro		36	249

Fonte: Sítio eletrônico das Filhas da Caridade: <<http://filles-de-la-charite.org/pt/who-we-are/where-we-are/contact-central-and-south-america>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

A Congregação das Filhas da Caridade priorizou ampliar territorialmente sua atuação no Brasil. Desde sua fundação, foi considerada missionária, pois sempre priorizou a capacidade de mobilidade das irmãs, sua versatilidade e disponibilidade de trabalhar em diferentes locais de acordo com as necessidades de cada país e/ou região (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 1999).

O programa educacional católico, ainda sob a influência doutrinária do Concílio Vaticano I, implantado pela Igreja no final do período imperial brasileiro, teve na atuação das Congregações religiosas, especialmente aquelas que atuaram no campo da educação escolar, como foi o caso das irmãs vicentinas, a materialização de um projeto de organização e funcionamento racional e disciplinado da sociedade que, por sua vez, esteve em consonância com as propostas políticas e ideológicas dos grupos que dominavam o Estado.

4.3.1 O estabelecimento das irmãs vicentinas no Paraná

A institucionalização do catolicismo no estado do Paraná teve início efetivamente a partir dos anos de 1890, com a criação da Vigararia Geral de Curitiba, uma espécie de subdiocese, instalada em 27 de abril de 1891, período em que a Igreja paranaense estava vinculada à diocese de São Paulo. Em 27 de abril de 1892, o papa Leão XIII (1810-1903, papa desde 1878) promulgou a bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, que criou a diocese de Curitiba, oficialmente instalada em 30 de setembro de 1894, com nomeação de José Camargo de Barros (1858-

1906) como seu primeiro bispo⁴⁰. A diocese abrangia os estados do Paraná e de Santa Catarina, com um total de setenta e oito paróquias, sendo trinta e nove delas no território catarinense.

A instalação da diocese foi um marco para o processo de estruturação do catolicismo no estado do Paraná. A partir desse acontecimento, a Igreja iniciou um processo de consolidação de seu ideário, especialmente combatendo os movimentos que se opunham às propostas católicas sobre a organização da sociedade e os preceitos morais por ela defendidos. Foi um período que marcou a reação da Igreja frente aos anticlericais e deu início à proposta de organização do clero e do laicato católico no Paraná. A partir desse momento, sob a liderança de Dom José, a Igreja começou a ampliar seus espaços de atuação em Curitiba e em todo o Paraná. A Igreja passou a incentivar a vinda de Congregações religiosas para desenvolverem trabalhos voltados para as mais diferentes áreas: asilos, hospitais, manicômios, centros de educação infantil e escolas (CAMPOS, 2010).

A primeira instituição educacional criada na diocese de Curitiba foi o Seminário Diocesano, inaugurado por Dom José de Barros em março de 1896. Neste mesmo ano, chegaram a Curitiba os primeiros padres da Congregação da Missão, vindos do Rio de Janeiro. Esses missionários vicentinos vieram para assumir a direção do Seminário. Em 1899, Dom José de Barros solicitou ao padre Antoine Fiat, Superior Geral da Congregação da Missão, que enviasse padres da Polônia para trabalhar com os imigrantes radicados em Curitiba (GUMIEIRO, 2013).

O processo de imigração polonesa para o Paraná teve início no final do século XIX e início do XX. Os primeiros imigrantes chegaram ao estado em 1873. Cerca de duzentos e sessenta pessoas se fixaram nas proximidades de Curitiba, formando a colônia de Abranches (NADALIN, 2001; REMONATTO, 2015). Nos anos seguintes, os imigrantes foram para as regiões que correspondem atualmente às cidades de Araucária, Cruz Machado, Contenda, Irati, Mallet, Ponta Grossa, Rio Claro, Reserva, São Mateus do Sul, Tomaz Coelho e União da Vitória. Teresa Jussara Luporini explica que:

⁴⁰O primeiro bispo da diocese de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, era paulista da cidade de Indaiatuba. Nasceu em 24 de abril de 1858 e foi ordenado sacerdote em 11 de março de 1883 e consagrado bispo em junho de 1894, em Roma. Permaneceu em Curitiba até o ano de 1904, quando foi nomeado bispo da diocese de São Paulo. Dom José faleceu aos 48 anos (GUMIEIRO, 2013).

De 1907 a 1914 radicaram-se no Paraná 27 mil poloneses. Em Curitiba, considerada a maior colônia polonesa do Brasil, ocuparam vários núcleos coloniais localizados nos atuais bairros de Abranches (1873); Santa Cândida (1875); Lamenha, Santo Inácio, Órleães, D. Pedro II, Dona Augusta (1876); Ferraria, antiga Rivière (1877); Murici, Zacarias, Inspetor Carvalho e Coronel Accioly (1878) (LUPORINI, 2012, p. 1649).

A preocupação primeira dos imigrantes poloneses no Paraná foi com a questão da religiosidade. Em 04 de junho de 1903, Dom José de Barros teve sua solicitação atendida pelo Superior Geral da Congregação da Missão, que enviou para o Paraná os primeiros padres vicentinos: Boleslau Bayer, Hugo Dylla, Francisco Chylaszek e Alexandre Wengrzyn. Eles se estabeleceram no bairro de Abranches, com o propósito de desenvolver o trabalho pastoral com os imigrantes (PROVÍNCIA DE CURITIBA, 2004).

As ações dos missionários vicentinos foram um importante instrumento para a implementação do projeto de Romanização da Igreja no estado Paraná. Nesse período, a maior parte dos imigrantes vivia em localidades distantes e isoladas dos grandes centros urbanos, onde desenvolviam um catolicismo marcadamente popular. Devido à pouca presença da Igreja, muitos realizavam orações em suas casas ou em pequenos grupos na comunidade, sem a presença de um sacerdote ou da Igreja institucionalizada.

A prioridade dos imigrantes poloneses era construir nos núcleos de colonização, primeiramente, os meios materiais de subsistência e, na sequência, voltavam seus esforços para a construção da capela, com o objetivo primeiro de fixar na colônia um sacerdote polonês. Somente após a construção dessa infraestrutura básica é que eles se dedicavam a construir escolas para atender seus filhos. Por isso, depois que resolveram as necessidades consideradas prioritárias, passaram a ocupar-se da educação escolar (WACHOWICZ, 2002).

Assim, em 1904, Dom José de Barros solicitou a vinda das Filhas da Caridade da Sociedade de São Vicente de Paulo para o bairro de Abranches, com o exclusivo propósito de trabalhar com a escolarização dos filhos dos imigrantes. As primeiras Filhas da Caridade vindas da Polônia foram: Luiza Olstyunska, Leocácia Suchosuviat e Natalia Zietak, todas com formação educativa adequada para o

magistério e com habilidades em trabalhos manuais, música e piano (PROVÍNCIA DE CURITIBA, 2004).

Figura 11: Primeiras irmãs vicentinas que chegaram a Curitiba no ano de 1904.



Fonte: Acervo da Casa Geral da Província de Curitiba.

Nos anos seguintes, a Casa Vicentina de Curitiba recebeu muitas outras freiras polonesas, que vieram para trabalhar especificamente com a educação escolar de meninas. À época, o número de crianças em idade escolar entre os imigrantes crescia rapidamente e o acesso à escola era difícil. Nesse período, a comunidade de Abranches não tinha nenhuma escola e a região central da cidade de Curitiba, onde estavam localizadas as escolas, ficava distante. Por isso, a vinda das vicentinas para trabalharem na área educacional foi vista com otimismo pela comunidade local e também pelo governo, que não atendia efetivamente a demanda escolar dos imigrantes.

As vicentinas que vieram da Polônia chegaram ao Paraná no dia 17 de outubro de 1904. Um mês após a instalação, as irmãs criaram a primeira escola e colocaram-na sob a proteção de São José, dando início às atividades escolares com um total de vinte e cinco alunos. O Colégio, em seus primeiros anos de funcionamento, atendeu apenas alunos poloneses, cujas famílias eram ligadas à religião católica. A instituição foi organizada a partir da valorização da cultura, hábitos, crenças e costumes poloneses; inclusive, as aulas eram ministradas em língua polonesa (PROVÍNCIA DE CURITIBA, 2004).

Além da questão educacional, as Filhas da Caridade desenvolveram em Curitiba atividades de alfabetização de jovens e adultos; aulas de corte e costura; de música; de piano; de pintura; de teatro e trabalhos em madeira. Em 1908, abriram um internato que se tornou um importante centro de referência nesta área no estado do Paraná (PROVÍNCIA DE CURITIBA, 2004).

Desde o início das atividades no Paraná, as freiras atuaram na área da educação escolar de meninas. O período de 1915 a 1926 foi um marco para a Congregação, pois muitas jovens procuraram as vicentinas para ingressarem na vida religiosa; outras tantas foram enviadas pelas suas famílias para estudarem numa escola com formação intelectual e moral rígidas, considerada de qualidade. Deste modo, em 1927 foi criado na província o Internato de Abranches, uma instituição de formação católica que atendia moças com vocação religiosa que aspiravam se tornar Filhas da Caridade. Esta foi a primeira instituição de formação religiosa para mulheres da província vicentina de Curitiba.

Uma peculiaridade da província que a distingue das demais é a origem polonesa das primeiras religiosas e a relação administrativa que ela manteve com a Polônia até o ano de 1946. Até essa data, Curitiba esteve administrativamente ligada à província de *Chelmno*, que supervisionava e auxiliava enviando subsídios, orientações e pessoal preparado. Em 1945, a comunidade vicentina de Curitiba foi elevada à condição de vice-província de *Chelmno*. No dia 01 de março de 1947 tornou-se a Província Brasileira das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo de Curitiba. Em 1964, as dezenove Casas Vicentinas localizadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pertencentes à província do Rio de Janeiro, passaram a integrar a província de Curitiba (FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO, 2004).

Em termos práticos, a influência polonesa na constituição e na ação das Filhas da Caridade de Curitiba pode ser verificada na incorporação de valores e costumes próprios da cultura polonesa no modo de organização e ação dessas irmãs. As demais províncias das Filhas da Caridade em outras regiões do Brasil são todas tributárias das iniciativas e ações das freiras de origem francesa. O caso de Curitiba é a única exceção.

Essa província tem atualmente setenta e cinco comunidades em quarenta e quatro cidades, assim distribuídas: Paraná, cinquenta e seis casas; Santa Catarina, quatro casas; Rio Grande do Sul, treze casas. A Província que abrange toda a

região Sul do Brasil tem sede administrativa em Curitiba e conta com um total de trezentos e setenta e uma religiosas.

Curitiba é a maior província vicentina em número de religiosas, de comunidades e de escolas. Atuando em diferentes áreas, que abrange desde colégios internos, escolas, centros de educação infantil e obras socioeducativas, a província de Curitiba fortaleceu suas ações voltadas para o campo educacional e tem hoje mais de treze mil estudantes e mil e setecentos educadores (REMONATTO, 2015).

Com base nos dados disponíveis no acervo da Casa Geral Vicentina de Curitiba, foi possível elaborar o quadro a seguir, que detalha os nomes das instituições educacionais sob a jurisdição desta província: a cidade e a data em que foram criadas.

Quadro 6: Escola vicentinas da província de Curitiba

Escolas da Província de Curitiba		
Nome da escola	Cidade	Data de fundação
Colégio Vicentino São José	Curitiba - PR	16/11/1904
Escola Vicentina Santa Sofia	Prudentópolis - PR	15/07/1907
Escola Vicentina Sagrado Coração de Jesus	Araucária - PR	15/06/1928
Instituto Nossa Senhora das Graças	Irati - PR	12/08/1930
Escola Estadual Imaculada Conceição (Instituto Imaculado Conceição)	Jacarezinho - PR	04/06/1930
Escola Vicentina Nossa Senhora das Mercês	Curitiba - PR	03/01/1932
Escola São Vicente de Paulo	Treze Tílias - SC	10/10/1934
Escola Vicentina Cristo Rei	Barão de Cotegipe - RS	03/03/1935
Escola Vicentina Santa Ana	Laranjeiras do Sul - PR	10/04/1938
Instituto Santa Luzia	Porto Alegre - RS	01/03/1941
Escola Vicentina Santa Terezinha	Pitanga - PR	12/01/1942
Colégio Vicentino Santa Cecília	Porto Alegre - RS	21/05/1946
Casa da Criança Santa Ana	Ponta Grossa - PR	03/07/1947

Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria	Toledo - PR	11/02/1948
Colégio Vicentino São José	Foz do Iguaçu - PR	28/11/1948
Colégio Vicentino Nossa Senhora das Graças	Pato Branco - PR	28/01/1949
Colégio Vicentino Santa Cruz	Campo Mourão - PR	14/02/1950
Escola Vicentina Santa Luiza	Porecatu - PR	17/07/1952
Escola Vicentina Técnica de Enfermagem Catarina Labouré	Curitiba - PR	06/05/1956
Escola Vicentina Nossa Senhora de Fátima	Cruzeira do Oeste - PR	03/02/1957
Escola Vicentina Nossa Senhora das Graças	Nonoai - RS	22/01/1958
Escola Vicentina Nossa Senhora Aparecida	Paraíso do Norte - PR	08/01/1959
Centro de Educação Infantil Santa Luiza	Porto Alegre - RS	27/11/1957
Escola Vicentina São Vicente de Paulo	Paranavaí - PR	30/01/1960
Escola Vicentina Santa Helena	Reserva - PR	11/02/1961
Centro Vicentino de Educação Infantil Santa Rita	Londrina - PR	14/02/1961
Centro de Educação Infantil Anjo da Guarda	Campo Largo - PR	03/07/1976
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição	Foz do Iguaçu - PR	09/10/1983
Centro de Educação Infantil Cantinho da Amizade	Ribeirão do Pinhal - PR	1983
Centro Vicentino de Educação Infantil São Vicente de Paulo	Curitiba - PR	20/02/2001
Centro Vicentino de Educação Infantil Santa Luíza	Curitiba - PR	11/07/2001

Fonte: Província de Curitiba 100 anos no sul do Brasil 1904-2004.

Com uma ênfase no trabalho voltado para a educação escolar de meninas, o setor educacional da província tornou-se um dos mais pujantes da comunidade vicentina brasileira. As irmãs estavam imbuídas do senso de missão e atendendo às

recomendações de São Vicente de Paulo, que dizia: “aquela que tem o espírito de uma verdadeira Filha da Caridade está disposta a ir a todos os lugares, pronta para deixar tudo pelo serviço do próximo” (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960, p. 631).

As Filhas da Caridade da Casa Geral de Curitiba não mediram esforços para ampliar territorialmente o campo de atuação da Congregação vicentina no estado do Paraná. Nessa conjuntura de expansão, as religiosas chegaram ao oeste paranaense com a missão de começar um trabalho voltado para a educação escolar. As primeiras irmãs chegaram à região em dezembro de 1947, na cidade de Foz do Iguaçu; em fevereiro de 1948, as vicentinas se estabeleceram em Toledo. Nesse mesmo ano, no mês de março, iniciaram as atividades escolares em ambas as cidades, criando em Foz do Iguaçu, o Colégio Vicentino São José, e em Toledo o Colégio Vicentino Incomar.

5. A IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO INCOMAR (1948-1965)

O objetivo desta seção é analisar a história da implantação do Colégio Vicentino Incomar, na cidade de Toledo, em 1948. Trata-se de uma instituição escolar católica, vinculada à Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que foi criada num período em que a Igreja Católica passava por um processo de consolidação institucional na região oeste do Paraná e foi usada como instrumento para que a Igreja continuasse a exercer influência nas decisões e nos rumos da sociedade.

É analisada a presença do catolicismo na colonização de Toledo, inicialmente por meio da atuação do padre Antônio Patui, primeiro pároco da cidade, que construiu, em 1949, a primeira instituição de formação religiosa do oeste paranaense, o Seminário Cristo Rei, e lançou as bases para que, em 1960 fosse criada e instalada em Toledo a primeira diocese da região, um fator determinante para que a Igreja se firmasse na cidade.

Nessa mesma esteira que analisa o papel do catolicismo nos primórdios de Toledo é apresentada a atuação das Filhas da Caridade na cidade. Em 1948, as religiosas chegaram a Toledo com o propósito de instituir uma escola naquela localidade, em vias de colonização. Oriundas da província vicentina de Curitiba, as primeiras religiosas que se estabeleceram em Toledo foram: Verônica Sawtczuck, Lúcia Mikosz e Elia Bassani, responsáveis por iniciar a primeira escola da cidade, o Instituto Imaculado Coração de Maria.

Por fim, é feita a análise da organização pedagógica do Colégio Incomar, que contempla os seguintes aspectos: corpo docente; discentes; internatos (misto e feminino); currículo, formação cívica e práticas religiosas e estruturas prediais. A investigação desses elementos, entre outros, auxilia no entendimento da filosofia educacional da instituição, bem como de sua relevância social. A análise da origem social dos diferentes atores que compuseram ou compõem a escola é uma chave importante para definir seu sentido social.

O entendimento da complexidade que existe nos elementos que estão dentro e no entorno da escola só é possível de ser apreendido e descrito a partir de uma análise que relacione a instituição educativa ao contexto social, histórico, político e religioso em que ela foi criada. A pesquisa sobre a história da implantação e da

organização pedagógica do Colégio Vicentino Incomar contempla, como propõe Justino Pereira de Magalhães, três indissociáveis aspectos:

- a materialidade (o instituído): projeto arquitetônico, prédio, seus equipamentos, material didático e estrutura organizacional;
- a representação (a institucionalização): papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo tradição, modelos pedagógicos, currículo e funcionamento institucional;
- a apropriação (a instituição): as práticas pedagógicas propriamente ditas, os referenciais pedagógicos que norteiam as práticas e a identidade da escola e dos atores envolvidos nela (MAGALHÃES, 2004).

Estão na base da pesquisa sobre a implantação do Colégio Incomar as seguintes questões: o que ensejou sua criação? Que público atendeu? Como era seu projeto educacional? Qual a trajetória traçada pelos seus ex-alunos? Qual a relação entre o projeto colonizador implementado no oeste paranaense e o projeto da Igreja naquele período histórico?

Ao propor estas questões, trazemos à tona o modelo de educação praticado na escola. Para tal, o desafio da pesquisa foi transitar entre as dimensões micro e macro e analisar as particularidades da escola sem desconsiderar o seu entorno, com vistas a discutir o funcionamento interno da instituição e suas práticas pedagógicas e, ao mesmo tempo, averiguar as múltiplas dimensões sociais e políticas que cercaram sua implantação, consolidação e desenvolvimento. Portanto, não foi objetivo estudar o Colégio Incomar como fim em si mesmo, pois essa instituição escolar não pode ser concebida como um recorte autônomo de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Como as demais instâncias da sociedade, ela está inserida nas intrincadas teias de relações sociais.

5.1 O catolicismo na colonização de Toledo

O catolicismo esteve presente desde o início da colonização da região oeste do Paraná. Em Foz do Iguaçu, primeira cidade da região, a presença da Igreja remonta ao ano de 1906, data em que foi celebrada a primeira missa. A primeira capela foi construída em 1910, por iniciativa de João Soares Neiva de Lima, coronel

responsável pela Colônia Militar do Iguazu que a consagrou a São João Batista, padroeiro da cidade de Foz do Iguazu. Nesse primeiro momento da Igreja na região, até 1922, toda assistência religiosa era feita por padres de *Posadas*, capital da província argentina de *Misiones*. Uma vez por ano vinha um padre da cidade de Guarapuava. Conforme consta do Livro Tombo da Paróquia São João Batista, documento histórico mais antigo sobre a atuação da Igreja na região oeste do Paraná, com relatos que se iniciam em 1923 e vão até 1975, o primeiro vigário que se estabeleceu em Foz do Iguazu foi o padre Guilherme Maria Thiletzek, que trouxe mais dois padres auxiliares e dois irmãos leigos: irmão Bianchi e irmão Bruno. Segundo relato histórico apresentado no Livro Tombo, “o primeiro passo foi comprar a propriedade do Sr. Augusto Werner. Instalaram-se provisoriamente e numa casa dos fundos fundaram a primeira escola, que tinha grande frequência e tiveram que contratar algumas professoras porque não davam conta do serviço” (PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, 1924).

O ano de 1926 representou a consolidação do catolicismo como religião predominante no Paraná, com reflexos sobre toda a região oeste do estado. No dia 10 de maio daquele ano, por meio da Constituição Apostólica *Quum in dies*, o papa Pio XI elevou a diocese de Curitiba à arquidiocese. Nesse mesmo documento papal, foram criadas as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguazu. Esse ato da Igreja de criar a prelazia de Foz do Iguazu representou sua institucionalização no oeste paranaense. O primeiro prelado foi o padre Guilherme Maria Thieletzek, vinculado à Congregação do Verbo Divino⁴¹ (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985; PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, 1924).

⁴¹A Sociedade do Verbo Divino (SVD) é uma Congregação religiosa constituída de padres e irmãos, que surgiu na Holanda no ano de 1875, fundada pelo padre Arnaldo Janssen; sacerdote e professor, difusor da imprensa católica. Padre Arnaldo faleceu em 1909. Foi beatificado pelo Papa Paulo VI em 1975 e canonizado por João Paulo II, em 2003. Os primeiros missionários da SVD foram enviados para a China. Logo depois, para às Américas, África e Europa. Hoje, a Congregação do Verbo Divino está presente em oitenta países. Quando da fundação da congregação, não havia planos de enviar missionários para o Brasil. O propósito era enviar missionários para a China, Índia e Japão, lugares onde o catolicismo ainda não era tão pujante. A história da SVD no Brasil iniciou-se com os padres missionários Francisco Dold e Francisco Tollinger, que foram enviados pela Congregação para trabalhar na Argentina e, ao visitarem as colônias alemãs de Santa Isabel e Santa Leopoldina, no Brasil, ambas no Estado do Espírito Santo, acabaram iniciando um trabalho de “assistência espiritual” àquelas comunidades. O dia 19 de março de 1895, festa de São José, é considerado a data da fundação da SVD no Brasil; com a celebração de duas missas para os colonos, o Padre Dold optou por se radicar em Santa Isabel e o padre Tollinger em Tirol, dando início às atividades missionárias da SVD no Brasil (VIEIRA, 2007; AZZI, 1978; MOURA, 2000).

Quando do período da colonização planejada da região oeste, na segunda metade da década de 1940, o elemento religioso foi parte constitutiva de todo o processo. Em Toledo, desde a chegada dos primeiros migrantes, a presença religiosa foi associada ao sucesso do empreendimento e apresentada como garantia de investimento seguro. Já no processo de divulgação das terras (realizado nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) é possível identificar as referências à religião e ao imaginário religioso cristão para descrever as riquezas da região. Frank Antonio Mezzomo afirma que a participação religiosa na divulgação das propriedades rurais foi proposital, pois existia um programa da própria Igreja Católica incentivando a migração. Assim, no imaginário do migrante ficava registrado, como dizia a *homilia*, que sua luta era comparada a uma missão religiosa de encontro com o sagrado. Tal qual acontecera com os “santos reis”, na passagem bíblica, que caminharam para ofertar incenso, mirra e ouro ao Menino Jesus, o migrante deveria marchar para oferecer um futuro promissor à sua família (MEZZOMO, 2000).

No processo de colonização da região de Toledo, a estratégia usada pelas empresas imobiliárias para que os agricultores comprassem suas propriedades rurais na região era, por meio de agentes do sagrado, desenvolver a propaganda com base em expressões religiosas como: Toledo é a Canaã brasileira; a Terra Prometida; o bosque do Éden. Tudo isso contribuiu para construir um imaginário em torno de Toledo como uma localidade onde predominava a religião cristã, notadamente o catolicismo. Assim, nos primeiros anos da colonização houve uma pujante migração de agricultores descendentes de italianos e alemães de confissão católica, marcando o pioneirismo e predomínio da Igreja Católica em Toledo (MEZZOMO, 2000).

Os dados sobre o número de fiéis de confissão católica no oeste paranaense foram apresentados por Kalervo Oberg, antropólogo contratado pela empresa MARIPA em 1956, para fazer uma pesquisa sobre a questão religiosa na região. À época, Toledo tinha uma população que totalizava 9.945 habitantes, dos quais, 5.840 eram católicos, perfazendo um total de 59% da população (OBERG, JABINE, 1960).

É correto afirmar que a instituição do catolicismo no oeste paranaense teve decisivo apoio da colonizadora MARIPA, que auxiliou na construção de capelas, centros comunitários e incentivou a vinda de padres e freiras, para se dedicarem exclusivamente à assistência religiosa e educacional. Todo empenho da empresa

deve-se ao entendimento que a presença da Igreja, numa região em vias de colonização, era um fator determinante para atrair novos compradores para seu empreendimento (MEZZOMO, 2000).

A empresa MARIPA considerou o fato de que a maioria dos migrantes era de confissão católica, por isso, envidou esforços para oferecer-lhes assistência religiosa, estabelecendo assim, uma relação de cooperação com a Igreja. Oscar Silva destaca que:

A empresa colonizadora procurou trazer para Toledo padres e pastores e, indistintamente, colaborou na construção de templos de diversas religiões. A Maripá percebeu que, numa colonização planejada e bem organizada, como era em Toledo, a presença da igreja era imprescindível para atrair compradores, pois isso representava a possibilidade de dar continuidade à formação e convicção das famílias que vinham para a região (SILVA, 1988, p. 254).

Assim, podemos dizer que o elemento religioso contribuiu para a organização social da comunidade, que encontrou na capela e nas escolas católicas, centros para promover e organizar a vida comunitária. Roberto Antonio Casagrande destaca que:

Em Toledo, a Igreja Católica foi detentora de grande influência na busca de uma colonização racionalizada, pretendida pela colonizadora “Maripá”. A presença da Igreja, alicerçada pela figura do sacerdote era a representação plena de que no contexto da colonização havia apoio moral e espiritual para solucionar os mais variados tipos de problemas (CASAGRANDE, 2002, p. 127).

Nesse contexto, destacou-se a atuação dos líderes religiosos, notadamente os padres, que se tornaram peças-chave no período da colonização:

De um lado, estava a projeção de sua educação superior, ou seja, era tido como uma pessoa de maiores estudos; por outro, sobrevinha o seu papel de guia espiritual da comunidade. Daí que poderemos compreender o quanto era decisiva a sua participação nas decisões que eram tomadas pelos colonos. A sua opinião muitas vezes, era imediatamente acatada por todos, que viam na sua argumentação um momento de lucidez (TOLEDO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 1987, p. 35).

O primeiro padre que se estabeleceu em Toledo foi Antônio Patui. A primeira missa foi celebrada por Patui em 30 de julho de 1946, alguns meses após os

primeiros migrantes se estabelecerem (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

5.1.1 Padre Antônio Patui

Antônio Patui chegou a Toledo em 1946, poucos meses depois da chegada das primeiras famílias que se radicaram na localidade. Além de exercer o papel de líder espiritual, também era visto pela comunidade como uma pessoa com formação superior e com conhecimento mais elaborado. Por isso, teve decisiva participação na tomada de decisões e na organização da vida social da cidade. Foi uma importante personagem no processo de fundação do município. Sua contribuição perpassa o campo religioso. Por meio de sua influência, Patui contribuiu para a emancipação política e administrativa de Toledo e foi um dos principais responsáveis pela criação da diocese. Implantou, em 1948, o Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria, a primeira instituição escolar do município e uma das primeiras instituições escolares confessionais da região oeste do Paraná.

Antônio Patui nasceu no dia 13 de fevereiro de 1905, em *Casarsa Della Delizia, Udine*, região Norte da Itália. Foi o décimo quinto filho de uma família de dezessete irmãos. Seus pais, Valentino Patui (1854-1930) e Tereza Salvador Patui (1866-1945), eram de profunda vivência religiosa. Por isso, transmitiram os valores da religião católica aos filhos, desde a mais tenra idade. Antônio Patui foi batizado conforme o ritual católico na paróquia de sua cidade natal, onde também foi crismado aos sete anos de idade; desde então participou regularmente das atividades religiosas (BEAL, 2012).

Concluiu sua formação educacional na província de *Údine*; depois continuou seus estudos e, mesmo antes de ingressar no seminário, já tinha concluído a graduação em filosofia. No ano de 1928, foi enviado para Noviciado de Santo Agostinho, na Alemanha. Posteriormente foi residir em Roma, na Casa Generalícia da Sociedade do Verbo Divino. Coursou Teologia na Universidade Gregoriana em Roma e, no dia 29 de outubro de 1933, Antônio Patui foi ordenado ao sacerdócio. Dois dias depois, em 01 de novembro do mesmo ano, celebrou sua primeira missa (PERBECHE, 1980; JORNAL TRIBUNA DO OESTE, 1977).

Figura 12- Fotos do Padre Antônio Patui. Décadas de 1960 e final de 1980, respectivamente.



Fonte: Acervos do Museu Histórico Willy Barth e do Colégio Incomar, Toledo, PR.

Em 1934, Patui saiu de Hamburgo, Alemanha, em direção ao Brasil para cumprir sua vocação religiosa. Ao desembarcar no país, foi para Juiz de Fora, Minas Gerais, onde passou alguns meses. Depois, por orientação da Congregação do Verbo Divino, o padre foi para a cidade de Taquaruçu, Rio Grande do Sul, onde iniciou suas atividades pastorais com ênfase na questão da preparação de vocacionados. Por isso, logo se propôs a construir um seminário para formação teológica. Sua permanência nessa cidade e no Brasil foi breve. Retornou à Itália em 1939, atendendo ao convite do Superior Geral, padre Grendel. Foi para Verona, Norte da Itália, para auxiliar no processo de fundação do Seminário Menor da Sociedade do Verbo Divino (PATUI, 1984).

Antônio Patui retornou ao Brasil em 1945 e foi para Foz do Iguaçu, onde permaneceu até o ano de 1946. Além do serviço religioso na paróquia São João Batista, em Foz do Iguaçu, Patui prestava assistência religiosa a outros povoados da região. Numa viagem a Cascavel, o padre foi convidado pelo diretor da empresa colonizadora MARIPA, Alfredo Ruaro, para ir ao vilarejo onde hoje atualmente é o município de Toledo, para atender às famílias que lá residiam. Em sua chegada, Antônio Patui foi aclamado pela população, que ainda não tinha a presença de um

sacerdote desde que tinham se estabelecido na localidade. Patui afirma que foi recebido com gritos de “o padre! viva o padre”. Numa correspondência enviada à Itália, no mesmo ano de sua chegada à Toledo, 1946, padre Antônio Patui descreve como foi recebido pelos colonos e como realizou a primeira missa: “à minha chegada (desta vez num caminhão), todos aqueles homens correram para dar-me boas vindas com gritos de alegria. [...] Terminado o jantar, houve novena, da qual todos tomaram parte com orações e cânticos” (PATUI, 1946).

Patui comandou a organização das comunidades, realizando visitas mensais às capelas e envolvendo-se constantemente nas questões políticas e econômicas. A partir de julho de 1946, com as doações de madeira e materiais de construção da empresa MARIPA, e com o trabalho voluntário da comunidade, o padre iniciou a construção da primeira capela em Toledo, num terreno escolhido por ele e doado pela empresa MARIPA.

As fotografias abaixo retratam momentos diferentes da obra de construção da primeira capela em Toledo. A primeira foto data de 1946, início da chegada dos primeiros migrantes, quando, sob a liderança do padre Patui, a comunidade local iniciou a construção da primeira capela. Já a segunda imagem mostra a capela com a construção finalizada, embora construída em madeiras, pode-se verificar que a arquitetura era apropriada para um templo, com ênfase em detalhes religiosos, como a cruz, por exemplo.

Figura 13 - Foto da primeira capela construída pelo padre Antônio Patui.



Fonte: Acervo da Paróquia Cristo Rei, de Toledo.

A construção da capela representava um marco importante para uma localidade de colonização recente. Além de um lugar para reuniões religiosas, a capela era também um centro social onde a comunidade poderia se reunir para realizar suas festas e tomar decisões relativas à sua vida social.

Analisando a colonização de Matelândia, José Augusto Colodel destaca que para os fiéis ligados à Igreja Católica, a construção de uma capela “era uma das primeiras medidas a serem tomadas quando do seu estabelecimento em uma determinada região. Comunidade e igreja eram inseparáveis. Não se concebia a existência de uma sem a presença da outra” (COLODEL, 1992, p. 112).

As iniciativas do padre Patui acabaram por contribuir no processo de organização da vida material e ajudaram na consolidação de uma cultura amparada nos valores cristãos católicos. Por isso, ele ocupa um lugar de destaque na memória e na história da cidade de Toledo (COLODEL, 2003; MEZZOMO, 2000).

A atuação de Antônio Patui durante os dez anos em que esteve em Toledo, de 1946 a 1956, pode ser mensurada pelo lugar que ocupa na memória coletiva da cidade. Sua imagem aparece sempre associada à constância no trabalho, ao cuidado em relação aos fiéis e ao empenho em construir uma comunidade onde o sagrado fosse a referência. Num contexto de falta de estrutura básica para a vida em sociedade, a presença de um padre representava a possibilidade de organização social em torno do sagrado, pois, por meio de um discurso persuasivo, ele ocupava um lugar de destaque e de influência nas decisões importantes da sociedade. No caso do padre Patui, um estrangeiro com sólida formação intelectual e boa cultura geral, foi-lhe conferido pela comunidade local o *status* de intelectual, homem capaz de influir decisivamente na organização social e nos rumos da colonização emergente.

5.1.2 Seminário Cristo Rei

O envolvimento do padre Patui com as questões educacionais se evidencia desde os primórdios de seu trabalho em Toledo. Em 1948, numa casa aos fundos da casa paroquial, ele iniciou as atividades do internato Cristo Rei, que acomodava meninos que desejavam ingressar na carreira religiosa. Nos primeiros anos, mesmo

sem um prédio próprio, o internato funcionou nas dependências paroquiais, tendo o padre como único professor (SEMINÁRIO CRISTO REI, 1950).

A fotografia abaixo data de 1949, foi tirada em frente à casa paroquial, utilizada como alojamento dos alunos internos do Seminário, à época, como pode ser verificado na imagem, com dezoito (18) alunos.

Figura 14: Padre Patui com os primeiros alunos do Seminário Cristo Rei, 1949.



Fonte: Acervo da Paróquia Cristo Rei, de Toledo.

A partir de 1952, Patui conseguiu a doação de alguns terrenos e iniciou a construção de um galpão que, inicialmente, foi usado para as festas paroquiais. Porém, em 1953, as instalações passaram a ser usadas para alocar os alunos e toda a estrutura do internato. Novos professores foram contratados e começou a aumentar a quantidade de alunos. Em 01 de maio de 1953, a construção do prédio foi concluída, sendo inaugurado o Seminário Cristo Rei, primeira instituição de formação de sacerdotes de Toledo.

Em agosto de 1953, começaram a acontecer as primeiras modificações na estrutura interna do Seminário Cristo Rei. O padre Henrique Hellingge foi enviado pela Congregação do Verbo Divino para assumir a direção da instituição e iniciar um processo de reformulação, tanto educacional como estrutural. Em 1954, o número de alunos aumentou significativamente. Nesse mesmo ano, as estruturas foram

ampliadas, novas salas de aula foram construídas e o espaço predial foi melhorado. Em 1955, de acordo com o padre Henrique Hellinge, “deu-se a transferência do noviciado dos irmãos Missionários de Santo Amaro para o Seminário em Toledo. Foram efetuadas para eles novas construções. Padre Francisco Schlueter da Congregação do Verbo Divino assumiu a administração” (HELLINGE, 1979, p.2).

No período posterior ao ano de 1960, o Seminário Cristo Rei teve um rápido crescimento, aumentando a quantidade de rapazes que passaram a optar pela vida religiosa. Isso resultou numa maior procura por vagas no Seminário. Por isso, nesse período, novos professores foram contratados e a instituição passou a receber alunos de outras cidades e regiões do Brasil. Em 1963, o número de alunos matriculados passava de setenta. Em 1966, quando o padre Bernardo Wolters foi nomeado reitor, o seminário atendia mais de cento e vinte alunos com vocação religiosa para o sacerdócio (SEMINÁRIO CRISTO REI, 1967; HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

A instituição do seminário em Toledo foi resultado do empenho pessoal do padre Antônio Patui. A primeira fase da expansão do catolicismo no oeste paranaense é tributária de sua ação, que envidou esforços para implantar a religião católica na região.

Com a instalação da diocese em Toledo, o Seminário ampliou seus quadros, ganhou mais visibilidade e tornou-se, pouco a pouco, uma importante instituição de formação teológica da Igreja Católica no estado do Paraná. Muitos padres formados no seminário tornaram-se bispos e passaram a ocupar cargos proeminentes na Igreja.

O Seminário Cristo Rei foi a gênese da implantação do ensino superior em Toledo, especificamente do curso de filosofia para os seminaristas maiores. No período posterior à instalação da diocese, as lideranças eclesiais, com apoio das classes dirigentes locais e de lideranças políticas, conseguiram criar em Toledo, em 1980, a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busato, FACITOL, com dois cursos: Filosofia e Ciências Econômicas, que atualmente é um dos *campi* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com cursos inscritos nas mais diversas áreas (CASAGRANDE, 2002).

5.1.3 Instalação da diocese

A consolidação e a institucionalização do catolicismo em Toledo aconteceram com a instalação da diocese. A primeira e a única prelazia do oeste paranaense tinha sido criada em 1926, em Foz do Iguaçu. Desde essa data, a realidade demográfica da região oeste havia se modificado muito. Após o início da colonização planejada, em 1946, houve uma modificação em toda a estrutura econômica, social e até mesmo religiosa na região. Por isso, a Igreja percebeu a necessidade de transformar a antiga prelazia de Foz do Iguaçu em diocese. De imediato, surgiram três cidades candidatas à sede episcopal: Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo (DIOCESE DE TOLEDO, 1973 b).

O vigário paroquial de Toledo, padre Antônio Darius, após consultar a comunidade, no dia 15 de julho de 1958 decidiu oficializar a candidatura da cidade de Toledo para receber a diocese. A partir desta data foi criada uma comissão pró-diocese, com pessoas representantes de diferentes *nichos* sociais, que tinham a tarefa de defender a viabilidade da candidatura de Toledo, apresentada como a cidade com maior número de católicos na região e a que possuía melhor estrutura econômica para construir o prédio da futura catedral e o palácio episcopal.

A comissão “pré-diocese” foi presidida pelo pároco da futura catedral, padre Antônio Darius, e contou com pessoas com forte influência política e econômica na cidade que se empenharam para que o projeto obtivesse êxito, pois, caso o desfecho fosse favorável, esses líderes locais teriam um prestígio ainda maior junto à comunidade. Assim, após intenso trabalho, ampla mobilização e empenho por parte da classe política e da comunidade local, a comissão entregou um dossiê à Dom Manuel Koenner, prelado de Foz do Iguaçu (MEZZOMO, 2000).

O parecer pontifício tão aguardado pela comunidade local foi recebido no dia 20 de junho de 1959. Por meio do decreto *Cum Venerabilis*, o papa João XXIII (1861-1963, papa desde 1958) determinou a criação da primeira diocese da região oeste do Paraná com sede em Toledo. O primeiro administrador apostólico foi Dom Ignácio Krause, nomeado para organizar o processo de instalação da futura diocese, que se deu com a posse de Dom Armando Círio como primeiro bispo de Toledo, nomeado pela Santa Sé no dia 14 de maio de 1960 (AGNELO, 1979).

Nascido em 30 de abril de 1916, na Itália, Armando Círio foi ordenado sacerdote em 29 de junho de 1940, tendo servido como capelão militar na segunda

Guerra Mundial. Vinculado à Congregação dos Padres Oblatos de São José, Armando Círio chegou ao Brasil em 1947 e iniciou seu trabalho no país, na diocese de Botucatu, São Paulo, até 14 de novembro de 1948, quando foi transferido para Apucarana, no Paraná. Em 1959, foi nomeado Provincial da Ordem de São José. Logo em seguida, em 28 de agosto de 1960, na Paróquia de Apucarana, sob a direção de Dom Armando Lombardi, núncio apostólico no Brasil, Círio foi consagrado bispo. Alguns dias depois, em 11 de setembro de 1960, em meio a júbilo de toda a comunidade, e na presença da classe política e de religiosos, Dom Armando Círio tomou posse na diocese de Toledo, dando início a um trabalho de organização, consolidação e avanço do catolicismo em todo o oeste paranaense (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

Na cerimônia de posse de Dom Armando Círio estavam presentes o arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira, tendo ao seu lado o bispo de Jacarezinho, Dom Geraldo de Proença Sigaud e o bispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes. Na imagem abaixo é possível observar que os religiosos caminharam pela região central da cidade de Toledo em direção ao local onde seria realizado o ato de posse. A fotografia mostra a grande presença da comunidade católica de Toledo na cerimônia de posse do primeiro bispo da cidade, explicitando que se tratava de um importante evento, que ficaria marcado na memória religiosa de Toledo.

Figura 15: Dom Manuel da Silveira, arcebispo de Curitiba; Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de Jacarezinho e Dom Geraldo Fernandes bispo de Londrina, caminhando para o local da posse de Dom Armando Círio.



Fonte: Acervo pessoal de Dom Armando Círio.

Quando foi instalada, a diocese de Toledo era a maior do estado do Paraná. Abrangia todo o oeste paranaense, com uma extensão de 28.109 km² e uma população de, aproximadamente, 140.000 habitantes no ano de 1960. O território era tão vasto que a assistência do bispo às paróquias ficava prejudicada. Em 1966, houve o primeiro desmembramento, com a criação da diocese de Guarapuava, que ficou com aproximadamente 5.000 km² do território da diocese de Toledo, compreendendo, entre outras, as cidades de Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Quedas do Iguaçu e Canta Galo (AGNELO, 1979; HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

A segunda metade da década de 1960 representou para a região oeste do Paraná um período de amplo desenvolvimento econômico, modernização agrícola, urbanização e significativo aumento populacional. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1970 indicava que o contingente populacional da região tinha crescido vertiginosamente. O número de habitantes já era de 752.432 (IBGE, 1970).

Com o início dos trabalhos de construção da Hidroelétrica de Itaipu, o oeste paranaense passou por importantes transformações sócio-políticas e econômicas, exigindo da Igreja ações para se adequar ao novo momento e continuar mantendo seu poder e influência nas decisões e nos rumos da sociedade. Foi nessa conjuntura que foram criadas outras dioceses na região. Em 5 de maio de 1978, pela bula papal *Cum Toletanus*, Paulo VI (1897- 1978, papa desde 1963) criou a diocese de Cascavel e nomeou Dom Armando Círio como seu primeiro bispo. Na mesma ocasião, a bula papal *De Chistianis Populi*, determinou a criação da diocese de Foz do Iguaçu e nomeou como bispo Dom Olívio Fazza (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

A diocese de Cascavel, um ano após sua instalação, em 1979, foi elevada à Arquidiocese. Nesse mesmo ano, pela bula *Maiori Christifidelium*, de 16 de outubro de 1979, o papa João Paulo II (1920-2005, papa desde 1978), elevou Dom Armando Círio a Arcebispo Metropolitano.

Sob o comando de Dom Armando, o catolicismo avançou em a toda região oeste do Paraná. Sempre mantendo estreita relação com o poder político e econômico local, o primeiro bispo de Toledo organizou a criação de novas comunidades; organizou paróquias e enviou cartas pastorais, dando orientações doutrinárias; promoveu movimentos de leigos; propôs o engajamento do laicato local com as questões sociais; organizou festas comemorativas que apontavam para o poder e a influência da Igreja nos rumos da sociedade (DIOCESE DE TOLEDO, 1973c).

O resultado das ações de Dom Armando Círio à frente da diocese de Toledo pode ser verificado pelo significativo aumento do número de paróquias construídas em várias cidades, explicitando o avanço institucionalizado da Igreja Católica na região. No período anterior à instalação da diocese, em toda a região oeste do Paraná existiam apenas quinze paróquias. A partir das informações disponíveis nos arquivos da Mitra Diocesana de Toledo e na obra **Histórico da Diocese de Toledo (1960-1985)** elaboramos os quadros a seguir, que apresentam as paróquias existentes antes da instalação da diocese em Toledo e as que foram criadas durante bispado de Dom Armando Círio em Toledo.

Quadro 7: Paróquias existentes na região oeste do Paraná até a instalação da diocese em 1960.

NOME DA PARÓQUIA	CIDADE	DATA DE CRIAÇÃO
São João Batista	Foz do Iguaçu	1923
Cristo Rei	Toledo	01/01/1952
Nossa Senhora Aparecida	Cascavel	03/06/1952
Nossa Senhora de Fátima	Garaniaçu	27/07/1954
Nossa Senhora Medianeira	Medianeira	03/11/1952
Nossa Senhora dos Navegantes	Guaíra	01/02/1955
Nossa Senhora da Glória	Quatro Pontes	09/02/1955
Nossa Senhora da Consolata	Cafelândia	20/06/1958
Sagrada Família	Dez de Maio	01/01/1958
São Vicente Palotti	Palotina	01/01/1958
São Miguel	São Miguel do Iguaçu	01/01/1958
São Judas Tadeu	Corbélia	11/01/1958
Sant'Ana	Laranjeiras do Sul	1959
Nossa Senhora do Monte Claro	Virmond	1959
Imaculado Coração de Maria	Marquinhos	1959

Fonte: Histórico da Diocese de Toledo e acervo da Mitra Diocesana de Toledo.

A instalação da diocese representou uma nova fase para o catolicismo em Toledo e em toda região. Serviu para acentuar o movimento de formação de comunidades e de criação de novas paróquias. Durante o período do bispado de Dom Armando Círio, de 1960 a 1978, foram criadas vinte e uma novas paróquias (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

Quadro 8: Paróquias construídas na Diocese de Toledo por Dom Armando Círio, no período de 1960 a 1978

NOME DA PARÓQUIA	CIDADE	DATA DE CRIAÇÃO
Nossa Senhora Aparecida	Terra Rocha	01/05/1961
Sagrado Coração de Jesus	Marechal Cândido Rondon	28/02/1962
Santo Antônio	Cascavel	28/05/1962
Nossa Senhora do Caravaggio	Matelândia	23/01/1963
São José Operário	Céu Azul	01/08/1964
Nossa Senhora do Carmo	Assis Chateaubriand	1964
São Roque	Nova Aurora	1965
Santo Antônio e Santa Helena	Santa Helena	1965
São Sebastião	Catanduvas	14/01/1965
Santo Antônio	Formosa do Oeste	07/03/1965
Nossa Senhora da Assunção	Missal	14/08/1965

Nossa Senhora de Fátima	Vila Nova	17/10/1969
Santo Inácio de Loyola	Jesuítas	31/06/1966
Nossa Senhora Aparecida	Mercedes	14/07/1966
Nossa Senhora das Graças	Novo Sarandi	14/07/1967
Santo Antônio	Ibema – município de Catanduvas	13/07/1967
Nossa Senhora Aparecida	Guaíra	15/01/1967
Nossa Senhora Salete	Capitão Leônidas Marques	10/08/1968
São Luiz Gonzaga	Pato Bragado – município de Marechal Cândido Rondon	13/04/1969
Santa Rosa de Lima	Nova Santa Rosa	22/03/1970
Nossa Senhora da Penha	Penha – município de Corbélia	02/04/1970
São Paulo	Foz do Iguaçu	09/07/1971
Menino Deus	Toledo	09/05/1971
Nossa Senhora de Lourdes	Tupãssi	30/05/1971
São Cristóvão	Cascavel	16/04/1972
Santa Teresa	Cascavel	1973
São Paulo	Cascavel	05/05/1973
Nossa Senhora Aparecida	Três Barras	08/02/1974
Nossa Senhora da Salete	Braganey	08/03/1975
Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	Cascavel	10/01/1976
Nossa Senhora de Fátima	Cascavel	10/01/1976

Fonte: Histórico da Diocese de Toledo e acervo da Mitra Diocesana de Toledo.

Uma das áreas à qual Dom Armando deu particular atenção foi a questão do despertar de novas vocações e formação de sacerdotes. Já em seu segundo ano à frente da diocese de Toledo, em 1962, organizou o primeiro Seminário Diocesano do oeste paranaense, sediado em Toledo. Nos anos seguintes, Círio organizou a fundação de vários seminários em cidades pertencentes à diocese: Seminário da Sociedade do Verbo Divino, instalado em Corbélia; Seminário dos Padres Capuchinhos, Céu Azul; Seminário Servo dos Pobres, Cascavel; Seminário Consolata, Cafelândia; Seminário Diocesano São José, Cascavel (HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO, 1985).

Essa etapa do catolicismo em Toledo representou a institucionalização da Igreja e sua adequação ao cenário sócio-político e econômico do oeste paranaense. A expansão institucional católica foi acompanhada também de uma reforma litúrgica e uma guinada da Igreja para as dimensões sociais, políticas e econômicas,

conforme os documentos de orientação emanados dos debates do Concílio Vaticano II,⁴² que preconizavam a abertura do catolicismo para as questões contemporâneas e sua adaptação às transformações sociais do período. Os documentos do Concílio procuraram refletir sobre o momento histórico no qual a Igreja estava inserida e propor-lhe um diálogo (GARUTI DE ANDRADE, 2016).

No caso de Toledo, conforme consta da documentação do Livro Tombo da Paróquia Cristo Rei, as orientações conciliares foram incorporadas nas paróquias, sob a orientação de Dom Armando Círio, que manifestou claro apoio aos agricultores, auxiliou na criação dos sindicatos rurais, incentivou os movimentos de pastoral que visavam o envolvimento de famílias e jovens nas atividades paroquiais, fortaleceu os movimentos de laicato e envidou esforços para inserir os leigos nas atividades internas da Igreja (PARÓQUIA CRISTO REI, 1962).

As paróquias e capelas da diocese acompanhavam com novenas, rezas de terços, missas de ação de graças, procissões e adorações ao Santíssimo Sacramento as seções do Vaticano II. O Concílio e seus desdobramentos doutrinários representaram para o catolicismo em Toledo uma oportunidade para explicitar, por meio de festas e celebrações, que se tratava de uma instituição pioneira e com passado vitorioso. Até mesmo as participações do bispo Armando Círio nas seções do Concílio foram bem instrumentalizadas pela Igreja e serviram para consolidar sua atuação. Quando retornava das seções do Concílio, Dom Armando era recebido pela comunidade com carreatas, queima de fogos de artifício e festas.

A predominância do catolicismo em Toledo deveu-se à forte presença institucional da Igreja na vida comunitária, especialmente quando fez vir para a cidade as diferentes congregações religiosas femininas e masculinas e construiu colégios confessionais, capelas e paróquias. A primeira Congregação Religiosa a se estabelecer em Toledo, ainda no início do processo de colonização, em 1948, foi a Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, que chegou a

⁴² O Concílio Vaticano II foi um dos eventos de maior importância para Igreja Católica no século XX. Do ponto de vista doutrinário e eclesial, os documentos emanados do Concílio apontaram para uma abertura da Igreja em relação ao diálogo com os diferentes setores da sociedade. Um dos objetivos principais do Concílio Vaticano II foi promover a renovação em todas as esferas da Igreja. A primeira sessão de abertura do Vaticano II aconteceu em 11 de outubro de 1962, sob o pontificado de João XXIII. Em 6 de dezembro de 1965, portanto três anos depois, sob pontificado de Paulo VI, o Concílio Vaticano II encerrou sua última seção (GUTIERREZ, 1995; KLOPPENBURG, 1989).

Toledo com o propósito de trabalhar especificamente com a questão educação escolar, para tal, criaram, nesse mesmo ano, o Instituto Imaculado Coração de Maria, a primeira instituição escolar do município.

5.2 A atuação educacional das irmãs vicentinas em Toledo

A Congregação das Filhas da Caridade, desde sua fundação, foi considerada missionária, pois sempre priorizou a capacidade de mobilidade das irmãs, sua versatilidade e disponibilidade de trabalhar em diferentes locais de acordo com as necessidades de cada país. Em suas regras está previsto que as vicentinas devem ir para todos os locais em que forem solicitadas para exercer diferentes atividades, pois devem ser levadas por Deus e movidas pela caridade. Nas palavras de Vicente de Paulo, a Congregação tinha de avançar para todos os lugares do mundo e levar a palavra e os atos de Jesus Cristo. “Nossa missão é ir, não em uma paróquia ou apenas uma província, mas em toda a terra. O que fazer? Inflamar os corações dos homens e fazer o que o Filho de Deus fez” (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960, p. 397).

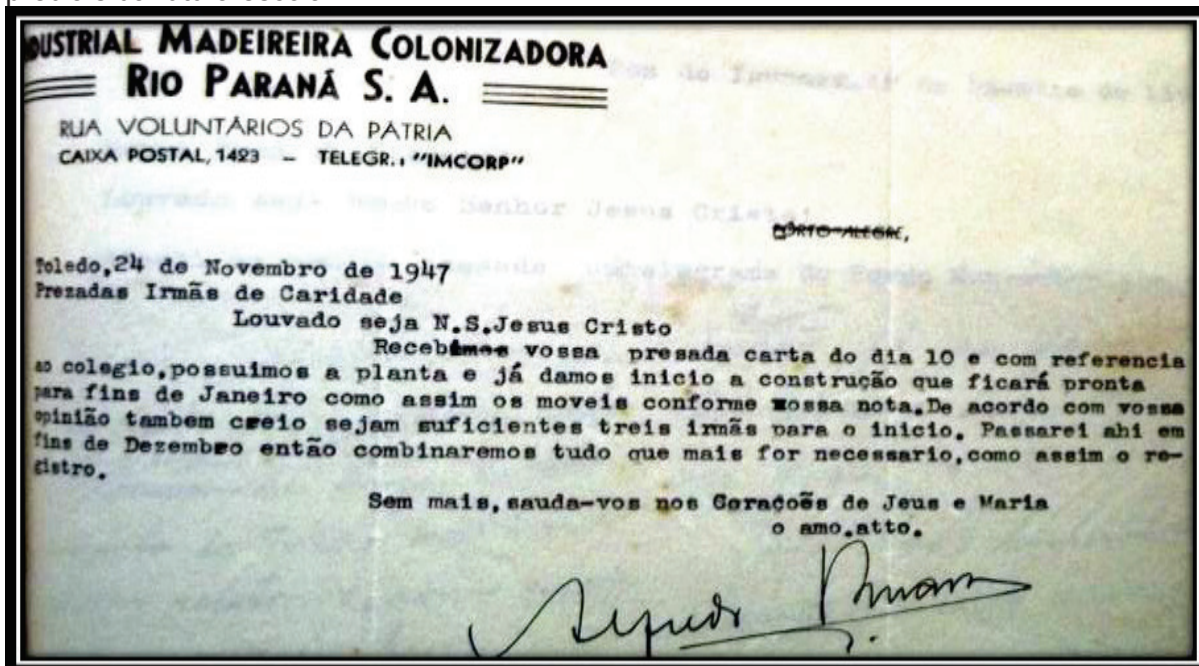
Foi seguindo essas orientações de caráter eminentemente vocacional que as irmãs vicentinas, vinculadas à província de Curitiba, aceitaram o desafio de começar uma instituição escolar em Toledo, região que, à época, estava iniciando seu processo de colonização, com infraestrutura precária, desenvolvimento pífio e reduzidos recursos materiais.

Para que a chegada das irmãs para Toledo se concretizasse, houve uma grande mobilização, que envolveu o pároco local, Antônio Patui, e Alfredo Ruaro, sócio/diretor da empresa MARIPA. As movimentações de bastidores seguiram a seguinte dinâmica: a primeira ação foi o contato de Alfredo Ruaro com o prelado de Foz do Iguaçu, Dom Manuel Koenner, pedindo que ele usasse sua influência junto à província vicentina de Curitiba para que a vinda das irmãs para Toledo fosse viabilizada. Conforme consta da documentação, ele atendeu à solicitação (ANEXO I), comunicando que a empresa MARIPA faria a doação de uma quadra de terrenos para a Congregação vicentina e, ainda junto com a comunidade católica local, a empresa colonizadora construiria o primeiro prédio escolar.

Após fazerem a planta das futuras instalações prediais da escola, padre Antônio Patui e Alfredo Ruaro entraram em contato com as Filhas da Caridade da província de Curitiba e apresentaram a viabilidade de criar uma escola no recém-criado vilarejo de Toledo. Após a análise da planta, a Casa Provincial solicitou algumas alterações para então deliberar sobre a implantação da escola. A empresa MARIPA, conforme consta do documento enviado à província de Curitiba em 20 de novembro de 1947 (ANEXO J), aceitou as exigências das irmãs vicentinas e se comprometeu em fazer os ajustes requeridos (INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1947).

A Superiora Geral enviou a Visitadora da Congregação, irmã Estanislava Perz, que foi a Toledo para verificar as condições e constatou que a única construção que havia era o prédio da igreja e algumas salas anexas à paróquia. Porém, havia o compromisso da empresa MARIPA que tão logo as irmãs aceitassem a proposta, a construção da escola seria iniciada. Diante disso, a irmã Visitadora garantiu que, no início do ano de 1948, as vicentinas se estabeleceriam em Toledo para começar um trabalho voltado para a área da educação escolar. Como pode ser verificado no documento abaixo, datado de 24 de novembro de 1947, a MARIPA se comprometeu a realizar a construção do prédio escolar até o mês de janeiro de 1948, para que as irmãs vicentinas pudessem se instalar em Toledo e iniciar as atividades escolares.

Figura 16: Documento da MARIPA assumindo compromisso de construir as instalações prediais da futura escola.



Fonte: Acervo da Província vicentina de Curitiba, 1947.

Após a celebração do acordo, a província vicentina de Curitiba enviou para Toledo as irmãs Verônica Sawtczuck, Lúcia Mikosz e Elia Bassani, todas de ascendência polonesa. Elas chegaram a Toledo no dia 01 de fevereiro de 1948, antes mesmo da organização política e administrativa do município (1952), para construir a primeira escola da localidade. Imbuídas de um forte fervor missionário, as religiosas se estabeleceram em Toledo com o desafio de se adaptar à realidade local, lidar com as mais variadas limitações e manterem-se fiéis às propostas educativas da Congregação.

As primeiras religiosas que se instalaram em Toledo tinham a percepção clara que haviam sido escolhidas por Deus para realizar a tarefa educacional. Como Filhas da Caridade, deveriam sempre perceber a importância da escolha divina para servir aos pobres e educar as crianças necessitadas. Movidas por esse ideário receberam com obediência a decisão da Superiora Geral de que elas seriam enviadas de Curitiba, uma grande cidade, para o povoado de Toledo, à época com apenas quatorze famílias residindo na localidade. Numa entrevista concedida ao Museu Histórico Willy Barth (ANEXO L), em 12 de setembro de 1985, a irmã Verônica Sawtczuck descreveu quais foram as primeiras impressões que teve sobre Toledo:

Ao chegar a Toledo fiquei admirada. Um lugarzinho no meio do mato, com apenas quatorze casas, a nossa e a igreja, eram a décima quinta casa. E não apareciam, não eram muito próximas; bem dispersas e quase no meio do mato. Uma área muito pequena das casas que estavam ali mais próximas. [...] a comunidade recebeu-nos com entusiasmo. Com entusiasmo começaram a vir pessoas, cada um já tinha o que trazer. Frangos, leitões, uva. O que tinham afinal vinham trazendo. Tanto que o primeiro trabalho que eu fiz foi fazer um galinheiro e um chiqueirinho para colocar tudo o que nós estávamos recebendo. Era muita coisa, dava para começar nosso trabalho aqui (SAWTCZUCK, 1985).

As vicentinas, quando iniciaram suas atividades em Toledo, procuraram exercer a caridade, que se efetivava, segundo Vicente de Paulo, mediante o amor a Deus e ao próximo. Por isso, a despeito dos problemas estruturais e econômicos, a motivação para realização do trabalho estava nas convicções religiosas de que educar era um meio para exercer a caridade. Nas palavras da fundadora e primeira Superiora Geral da Companhia, Luísa de Marillac, “a caridade há que completar-se pela educação” (MARILLAC, 1983, p. 827).

A instituição escolar que seria criada e mantida pelas Filhas da Caridade em Toledo estaria ao mesmo tempo alinhada à filosofia educacional vicentina e adequada às necessidades locais. As irmãs buscaram adequar o ideário vicentino de educação à realidade material que encontraram. Procuraram nos gestos singelos da comunidade, como a doação de alimentos e o auxílio na limpeza da escola, a justificativa para dar prosseguimento à missão para a qual acreditavam teriam sido designadas: criar uma escola para atender aos filhos daquelas famílias católicas radicados em Toledo. A irmã Verônica Sawtczuck disse que, quando chegaram a região oeste do Paraná, as irmãs foram recebidas “com entusiasmo. Não era muito fácil conseguir coisas, mas foguetes e fogos eles tiveram muito. Muitos. Era um estrondo. Um pipocar de fogos ali que até assustava” (SAWTCZUCK, 1985).

Esse discurso da irmã Verônica Sawtczuck mostra um esforço para justificar que a vinda das freiras para Toledo era um anseio da comunidade local. Por isso, houve alegria e festa com a chegada delas. Numa região em processo de colonização, a presença das irmãs e a possibilidade da implantação da escola representavam um marco de poder e influência da Igreja Católica, que teria o controle do magistério e, conseqüentemente, da formação dos futuros quadros de dirigentes daquela sociedade.

Por isso, o alvo mais elevado da educação escolar que seria implementado pelas Filhas da Caridade em Toledo era a formação de meninas cristãs, católicas fiéis a Deus e à Igreja. Deveriam as alunas difundir os valores do catolicismo na família e na sociedade, de acordo com os princípios doutrinários da Igreja, ainda sob a influência do Concílio Vaticano I, tão bem definidos e difundidos pela Encíclica *Divinis Illius Magistri*, publicada em 1929, pelo Papa Pio XI, que afirmava ser a educação cristã a mais perfeita e adequada para a formação da juventude:

É, portanto da máxima importância não errar na educação, como não errar na direção para o fim último com o qual está conexas íntima e necessariamente toda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação essencialmente na formação do homem como ele deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último, assim na ordem actual da providência, isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigênito que é o único caminho, verdade e vida, não pode dar-se educação adequada e perfeita senão a cristã (PIO XI, 1929, p.2).

A chegada e o estabelecimento das irmãs Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo em Toledo, com o propósito de criar uma escola, demonstra a estratégia de ação do catolicismo na região, que desenvolveu uma dinâmica de atuação pautada na ação pastoral, voltada para os problemas prementes daquela sociedade, dentre os quais se destacava a educação escolar. Seguindo as orientações conciliares, que insistiam na importância do ensino escolarizado como mecanismo eficaz para restauração da Igreja e sua ratificação como Mãe e Mestra superior aos ideais liberais, positivistas e laicos como preconizava a República, a atuação da Igreja em Toledo não esteve fora do projeto institucional de privilegiar a ação educacional em seu projeto de recatolização da sociedade brasileira (MEZZOMO, 2000).

Tão logo chegaram a Toledo, criaram o Instituto Imaculado Coração de Maria (INCOMAR), num momento que pode ser considerado estratégico tanto para a Igreja Católica como para o Estado e para empresa MARIPA. Da parte da Igreja, era importante ter o controle da escola, pois isso representava ter influência nas decisões locais. As propostas governamentais da época previam a expansão do ensino primário como instrumento de crescimento econômico do país. Assim, a implantação de uma escola numa localidade em vias de colonização representava

para o Estado a consolidação de seu projeto de expansão da oferta de escolarização. Para a empresa MARIPA, a criação da escola era estratégica, pois seria por ela usada nas propagandas de divulgação de seu empreendimento imobiliário, como pode ser verificado no trecho de um panfleto que a empresa veiculou em 1949: “em Toledo o senhor encontra paróquia, assistência religiosa e o Colégio de Freiras com 290 alunos. As irmãs estão aptas para educar os filhos do migrante” (MARIPA, 1949).

A importância da instalação da escola pode ser verificada quando de sua inauguração, que contou com a presença de autoridades políticas e religiosas de Toledo e de outras localidades, como lembrou a irmã Verônica Sawtczuck: “[...] que festa de inauguração! O Prelado D. Manoel Koenner, de Foz do Iguaçu, o então Inspetor de Ensino, Sr. Acácio Pedroso, também de Foz do Iguaçu, acompanhados de autoridades militares, estiveram presentes, admirados com o acontecimento: uma escola de religiosas em pleno sertão, num vilarejo de apenas 14 famílias” (SAWTCZUK, 1985).

A implantação do Colégio Vicentino Incomar em Toledo ocorreu ainda na primeira fase da expansão do catolicismo na região oeste, antes da instalação da diocese em 1960. Diferentemente do que ocorria em nível nacional, onde a disputa pelo magistério na sociedade era grande e os embates entre a Igreja e os defensores da escola pública estavam em franco recrudescimento, em Toledo houve um pacto colaborativo entre a Igreja, a administração pública e o poder econômico local. Ao criar a escola, o objetivo da Igreja era, tal como preconizavam os documentos conciliares, oferecer àquela comunidade um modelo educacional pautado no princípio de formação humana. A educação, conforme concebida pela Igreja, era o baluarte da sociedade. Por isso, era dever seu cumprir a missão de formar bons cristãos e virtuosos cidadãos, mediante uma educação escolar cristã.

5.3 A organização pedagógica do Colégio Vicentino Incomar

A análise da organização pedagógica do Incomar contemplará os seguintes elementos: corpo discente e docente; regimento interno e organização administrativa; grade curricular, atividades cívicas e religiosas; prédios e monumentos. O estudo desses aspectos da instituição contribui para a

reconstituição de sua história. Segundo Justino Pereira de Magalhães, reconstruir a identidade histórica de uma instituição implica sistematizar-lhe e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico. Tal tarefa é alcançada na medida em que a pesquisa se volta para os seguintes aspectos: revalorização dos acervos documentais, arquivísticos e museológicos das instituições educativas; organização das memórias e representações, incluindo estudos sobre o acesso à escola e os destinos do público por ela frequentado (MAGALHÃES, 1999b).

5.3.1 Regimento interno e organização administrativa

O Regimento Interno é um documento interno de uma instância, entidade ou órgão, tendo em vista detalhar a sua organização e o seu funcionamento, respeitando as determinações gerais das leis ou definições maiores. No caso de uma instituição escolar, constitui-se num conjunto de regras que são estabelecidas para regulamentar seu funcionamento. Nele está caracterizada a organização pedagógica e administrativa da escola, bem como as funções e atribuições de cada um dos seus segmentos e setores. É o documento que normatiza o processo do trabalho pedagógico no estabelecimento de ensino. Identifica a escola porque apresenta seus princípios filosóficos e descreve sua organização didático-pedagógica, administrativa e disciplinar. É um documento público e é feito pela direção da instituição educativa, por meio dele é possível ter informações sobre procedimentos pedagógicos, critérios de avaliação e seleção, atribuições hierárquicas, organização administrativa e estrutura as definições, que se configuram como tomadas de posição política, teórica e ideológica pelo coletivo da comunidade escolar (PARANÁ, 2007).

Integrante de um sistema de ensino mais amplo, inserido nas teias das relações sociais, o Regimento acaba sendo para a escola sua expressão política, pedagógica, administrativa e disciplinar e deve regular, no seu âmbito, a concepção de educação e as propostas e princípios da instituição educativa.

O primeiro Regimento Interno do Colégio Vicentino Incomar foi elaborado em 1961 e entrou em vigor no início do ano letivo de 1962, vários anos após a implantação da instituição. Constava do documento, aspectos ligados às finalidades

da instituição, organização pedagógica, modalidades de ensino, horário, matrículas, vida escolar, modos de avaliação do processo ensino e aprendizagem, prova final, exame de segunda época, organização administrativa: diretoria, secretaria, tesouraria, conselho de ação, conselheiro escolar, corpo docente e corpo discente, presidência do grêmio estudantil, penalidades e calendário. O documento estabeleceu normas relativas à organização da escola para a oferta do ensino primário e do ensino ginasial, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4024/61, com o ensino de disciplinas obrigatórias, complementares, optativas e práticas (BRASIL, 1961).

No início do ano letivo, sempre era feita a leitura pública do Regimento, com o objetivo de fazer com que todos os envolvidos no processo educativo conhecessem antecipadamente as normas e regras do Colégio o que acabava contribuindo para normatizar as relações entre dirigentes e dirigidos, professores e alunos.

O Regimento explicita que era dever da diretora a administração geral da escola, devendo presidir as atividades escolares, o trabalho dos professores e alunos, a orientação educativa e as relações da comunidade escolar com a sociedade. A diretora era a maior autoridade do Colégio, considerada o elemento fundamental no organograma administrativo.

Dentre as funções da diretora destacavam-se: representar o estabelecimento oficialmente perante as autoridades federais, estaduais e municipais, convocar reunião do corpo docente e presidi-la, assinar e rubricar todos os livros da escrituração do Colégio, aplicar penalidades aos professores, funcionários e alunos de acordo com a legislação em vigor e as disposições do Regimento escolar, organizar o horário escolar, fiscalizar as classes durante as aulas, dispensar e contratar professores e funcionários.

O primeiro Regimento escolar do Incomar, alinhado às normas gerais da Congregação das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo, instituiu que a direção da escola, sempre deveria ser ocupada por uma irmã vicentina; essa regra foi cabalmente cumprida. A Superiora Geral da Congregação era responsável por indicar a irmã que ocuparia a direção da escola (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 2015). A seguir, apresentamos um quadro, elaborado com base nos dados disponíveis nos arquivos do Colégio e no acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, de Curitiba, onde consta o nome das diretoras e o(s) ano(s) que estiveram na direção da instituição.

Quadro 9 – Relação das diretoras do Incomar.

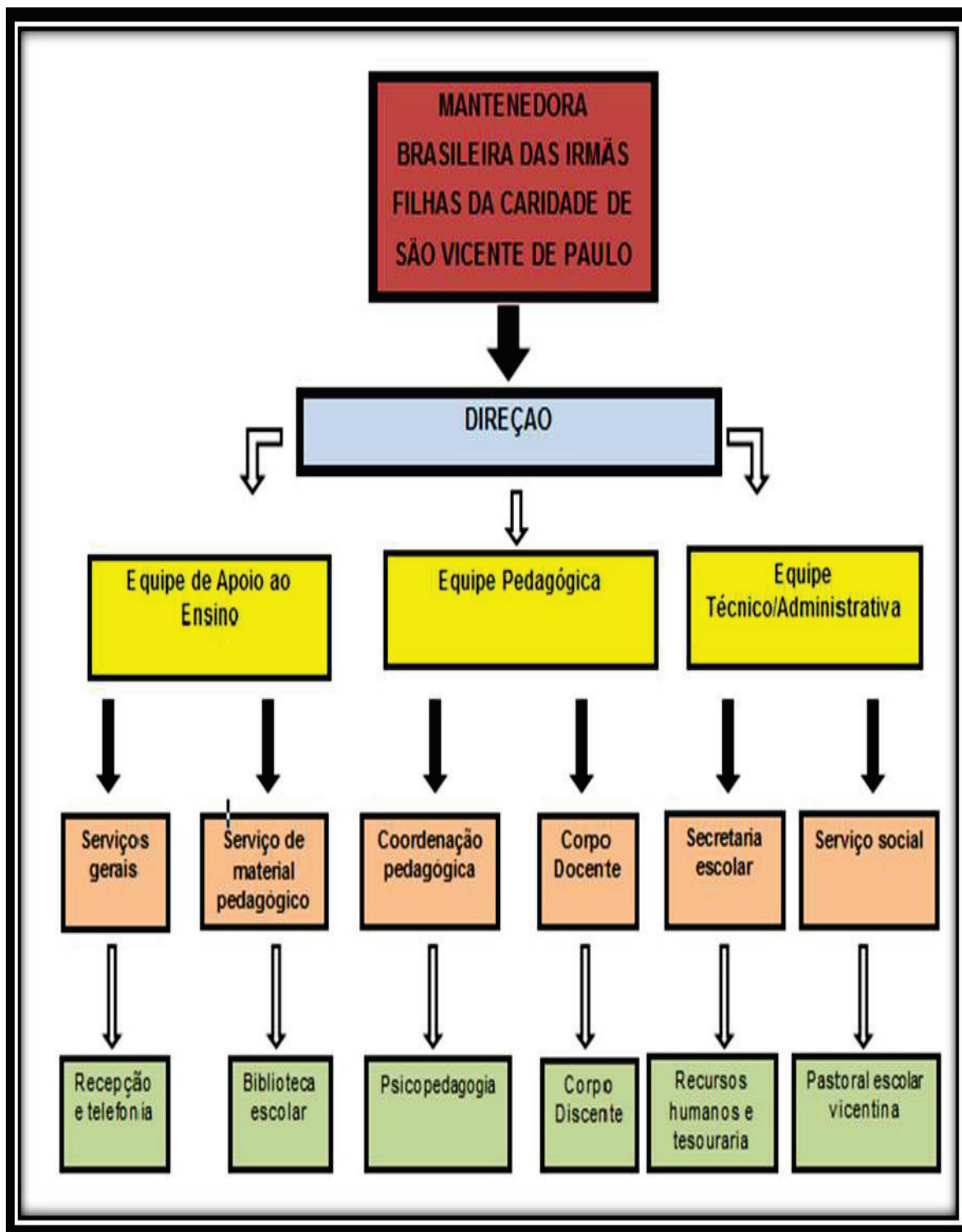
CURSO PRIMÁRIO (nome da diretora)	Período de atuação
Irmã Verônica Sawtczuk	1948 - 1950
Irmã Filomena Stopa	1951 - 1955
Irmã Regina Giovanella	1956 - 1957
Irmã Helena Pietrowski	1958 - 1960
Irmã Verônica Sawtczuk	1961 - 1969
Irmã Erinésia Rosa da Rocha	1970 - 1972
GINÁSIO (nome da diretora)	Período de atuação
Irmã Adelina Geacomel	1962 - 1972
ESCOLA NORMAL (nome do diretor)	Período de atuação
Irmã Verônica Sawtczuk	1965 - 1969
Irmã Adiles Maria Guardalben	1970 - 1972
ESCOLA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA (nome da diretora)	Período de atuação
Irmã Erinésia Rosa da Rocha	1973 - 1976
Irmã Amélia Eva Sangali	1976 - 1981
Irmã Joana Patrzyk	1982 - 1983
Irmã Denacis Isabela Stoltz	1984
Irmã Erinésia Rosa da Rocha	1985 - 1988
Irmã Apolônia Selhorst	1989 - 1991
Irmã Therezinha Maria Bertuol	1992
Irmã Amélia Teixeira Coelho	1992 – 2001
Irmã Noeli Schwaab	2001 - 2004
Irmã Edvirge Franceschi	2005 - 2009
Irmã Neriuza Franco	2010 - 2012
Irmã Maria Geralda Coelho	2013 – atual

Fonte: Acervos do Incomar e da Casa Geral das Filhas da Caridade, de Curitiba.

O Regimento passou por várias reformulações sempre que uma nova modalidade de ensino era inserida. Quando havia necessidade de adequação às novas demandas sociais e educacionais, o documento passava por modificações para contemplar tópicos relacionados à finalidade, organização administrativa, organização didática, registro estudantil, regime escolar, regime disciplinar e disposições gerais e transitórias da instituição. A última atualização do Regimento do Colégio foi realizada em 2016 e aprovada pelo Núcleo Regional de Educação de Toledo, mediante o Ato Administrativo 167/2016, de 29 de agosto de 2016. Conforme consta do documento, o Regimento entrará em vigor no início do ano letivo de 2017.

Com base no primeiro Regimento (1961) e no mais recente (2016), ambos disponíveis no acervo da instituição, elaboramos um organograma que apresenta a organização administrativa do Incomar.

Organograma do Colégio Incomar, conforme regimentos de 1961 e 2016.



O Regimento do Incomar, além de determinar a organização administrativa da instituição, também normatiza todo o seu funcionamento interno, deixando claro as funções e deveres de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional, sob pena de receberem sanções punitivas em caso de descumprimento.

5.3.2 Modalidades de ensino

O Colégio Vicentino Incomar, situado na Rua Rui Barbosa, nº 1324, no centro da cidade de Toledo, Paraná, iniciou suas atividades no dia 6 de abril de 1948, com o nome de Instituto Imaculado Coração de Maria, registrado na Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEEC, sob nº 223, tendo seu reconhecimento por meio da Resolução nº 5.624/74, conforme Diário Oficial de 18 de abril de 1975.

No dia 01 de março de 1948, as primeiras três Filhas da Caridade (Verônica Sawtczuck, Lúcia Mikosz e Elia Bassani) deram início às atividades escolares do Incomar, com um total de noventa e sete alunos⁴³. Foram utilizadas as dependências prediais da paróquia, as irmãs vicentinas atenderam alunos do Ensino Primário, de 1ª à 3ª série, num modelo de classe multisseriada⁴⁴ (DIOCESE DE TOLEDO, 1973a).

A trajetória do Incomar revela uma escola cuja história está imbricada com a colonização planejada do oeste paranaense e com a fundação de Toledo. A instituição modificou, quando necessário, suas propostas de ensino e adequou-se às novas demandas sociais e educacionais que surgiram.

Na década de 1960, a escola passou por importantes mudanças em sua infraestrutura e em suas modalidades de ensino. Já na segunda metade da década de 1950, diante da demanda da população de Toledo pela verticalização da educação escolar, foi implantado na cidade o ensino ginásial para meninos, no Ginásio La Salle, que iniciou suas atividades em 03 de março de 1958, com um total de 45 alunos (HISTÓRICO DO COLÉGIO LA SALLE, 1993). Essa instituição atendeu apenas alunos do sexo masculino, ficando as meninas sem a possibilidade de dar prosseguimento aos estudos. Nessa conjuntura de demanda pelo ensino ginásial feminino, em 1961 o Incomar implantou o curso ginásial para meninas, que

⁴³ Sobre o número de alunos da primeira turma do Incomar, constatamos uma discrepância nas informações, pois consta do histórico da instituição que as atividades escolares iniciaram com noventa e sete alunos; todavia, nos demais documentos analisados, consta o número inicial de quarenta e nove alunos.

⁴⁴ Nas classes multisseriadas, alunos que pertenciam a várias séries diferentes se reuniam numa única sala e ficavam sob os cuidados de um mesmo professor, que dividia o quadro em quantas partes fossem necessárias para atender às séries existentes. Esse modelo de ensino atendeu inicialmente a população das regiões periféricas e das áreas rurais (CAPELO, 2000; ARAÚJO, 2010). Para aprofundamento da temática, conferir a dissertação de Eliza Flóra Muniz Araújo, **A prática educativa nas classes multisseriadas: impasses e desafios**, 2010.

foi autorizado pelo Ministério da Educação pela Portaria Nº 455 de 05 de junho de 1962 e teve seu reconhecimento homologado pela Resolução nº 6.76/75, da SEEC, conforme Diário Oficial de 24/03/1975 (COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1998).

O curso ginásial, nos anos de 1960, representava a continuidade do ensino primário, que perfazia o total de quatro anos, de 1ª a 4ª série. A nomenclatura “ensino ginásial” foi utilizada pela educação brasileira para designar o período de estudos que atualmente corresponde do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, no que se refere à estrutura do ensino, “manteve as etapas: ensino primário de pelo menos quatro anos; ensino ginásial de quatro anos, com as subdivisões de secundário, comercial, industrial, agrícola e normal; e o ensino superior” (RIBEIRO, 2010, p. 132).

Em relação ao ensino secundário, a Lei n.º 4.024/61 destinou dois capítulos para normatizar a matéria. No capítulo dedicado exclusivamente ao ensino secundário, ficou definida a divisão das duas etapas, sendo uma denominada de ciclo ginásial, com duração de quatro anos, e a outra, de ciclo colegial, com duração de três anos. Sobre o ensino ginásial consta da lei que:

Art. 44. O ensino secundário admite variedade de currículos, segundo as matérias optativas que forem preferidas pelos estabelecimentos.

§ 1º O ciclo ginásial terá a duração de quatro séries anuais e o colegial, de três no mínimo.

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais (BRASIL, 1961).

A LDB não estabeleceu o ensino ginásial como obrigatório. Por isso, essa modalidade não se consolidou em todas as localidades do país. A obrigatoriedade escolar determinada pela Lei nº 4.024/61 relacionava-se apenas ao ensino primário. Conforme disposto no artigo 27, “o ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos” (BRASIL, 1961).

Em Toledo, diante da omissão do poder público e da necessidade de verticalização do ensino, a comunidade local teve de recorrer às instituições escolares da rede privada para que seus filhos dessem continuidade aos estudos. No documento sobre a história do ginásio feminino está dito que “frequentaram o estabelecimento alunos de diferentes níveis socioeconômicos, procedentes de

diversos distritos, vilas e da zona rural” (HISTÓRICO DO INSTITUTO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1965).

Para a efetivação da matrícula no curso ginásial, as alunas deveriam realizar o Exame de Admissão. Na década de 1960, a realização dessa prova era praticada em todos os ginásios do país. A Lei Orgânica de Ensino, de 1942, na seção cinco, determinava que o aluno também devesse apresentar documento comprovando que não possuía nenhuma doença contagiosa e o atestado de vacinação. Já o artigo 32 dessa mesma Lei ressaltava que o aluno deveria ter concluído satisfatoriamente o ensino primário, e deveria apresentar aptidão intelectual para ingressar no ensino secundário (SILVA, 1969; BRASIL, 1942).

Conforme consta da documentação, no exame de admissão do Ginásio Incomar foram avaliadas as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia e História, compostas de prova oral e escrita. A quantidade de matérias avaliadas era similar à avaliação aplicada nos ginásios de outras localidades do país, seguindo um padrão estabelecido por Lei⁴⁵. O curso ginásial em Toledo teve início com um total de trinta e oito meninas matriculadas (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

A implantação dessa modalidade de ensino feminino em Toledo nesse período, além de atender uma necessidade da comunidade local, serviu também para consolidar o empreendimento da empresa colonizadora MARIPA, que usou a existência desse curso que atendia ao público feminino para fazer propaganda de seu empreendimento e atrair mais compradores para as suas propriedades na região. Conforme afirmou a irmã Verônica Sawtczuk, “eles levavam fotografias dos alunos e da escola para fazer propaganda” (SAWTCZUK, 2005).

Após iniciar o curso ginásial, o Incomar, mesmo com a abertura para o ingresso de educadores leigos no corpo docente da escola, ainda tinha falta de professores. Para suprir essa necessidade de profissionais para exercer o

⁴⁵ Nas provas dos exames de admissão eram cobrados os seguintes conteúdos: Português: além da redação, o estudo das classes de palavras bem como a estrutura geral da oração; Matemática: cálculo elementar aritmético, morfologia geométrica essencial às aplicações desse cálculo e as unidades de uso mais comuns do sistema métrico brasileiro; Geografia: era enfatizada a geografia do Brasil que se limitava aos conhecimentos elementares de geografia física e política; História: era cobrada a história do Brasil de forma a permitir que fosse dado destaque aos fatos fundamentais e aos grandes fatos de nossa história (SILVA, 1969).

magistério, a instituição criou, em 1966, o Curso Normal. Com a implantação dessa modalidade, a escola passou a ser denominada de Escola Normal Colegial Imaculado Coração de Maria, cuja autorização de funcionamento ocorreu pelo Decreto 20.363, de 30 de dezembro de 1965. Seu reconhecimento deu-se em 14 de julho de 1970, pelo Decreto nº 20.569, conforme Diário Oficial nº 93, de 16 de setembro de 1970.

A modalidade de ensino denominada de Curso Normal foi criada em 1835, com o objetivo de formar professores para atuarem no magistério. As escolas normais no Brasil tornaram-se importantes instrumentos para difusão dos ideais republicanos ligados à educação escolar. No século XX, nas décadas de 1940 e 1950, o Curso Normal foi fundamental no papel de formar os quadros docentes em todo o país (VILLELA, 2008; TANURI, 1970).

A primeira escola normal brasileira foi instituída pelo Decreto nº 10, em 10 de abril de 1835, na Província do Rio de Janeiro, em Niterói. Claramente inspirado no modelo europeu, o Curso Normal tinha a função de habilitar pessoas para o exercício do magistério da instrução primária e oferecer formação adequada para os professores que já estavam em atividade e ainda não tinham recebido tal formação. Heloísa Vilella chama atenção para o fato de que a escola normal ocupa um lugar de destaque na História da Educação brasileira, pois trouxe uma nova perspectiva à formação de professores quando tornou possível, mediante a institucionalização da profissão docente, o “estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional” (VILLELA, 2008 p.30).

A implantação do Curso Normal no Incomar materializou um projeto das Filhas da Caridade de formar professoras que teriam a missão de instruir as futuras gerações. A função docente foi concebida pela instituição como um importante elemento de mediação entre Estado, Igreja e a população em geral, por isso, o projeto de formar normalistas em Toledo encontrou forte apoio da Igreja Católica e das classes dirigentes locais.

A implantação do Curso Normal visava primeiramente à formação de professores para as séries iniciais do ensino fundamental da própria instituição e para as novas escolas que estavam surgindo no município, num contexto de ampliação das instituições escolares, tanto na área urbana como na área rural de Toledo. A primeira turma de normalistas começou com trinta e oito alunas, sendo que, destas, trinta concluíram o curso. Muitas foram contratadas como professoras

do ensino primário do Incomar e outras foram trabalhar em diferentes instituições da rede municipal de ensino, à época, em expansão (REISDORFER, 2006).

Na fotografia a seguir, da formatura da primeira turma de normalistas, em 1966, é possível observar a presença de três irmãs vicentinas, que fizeram parte de todo processo formativo das jovens e as acompanhou até o momento da formatura.

Figura 17: Primeira turma do Curso Normal, 1966.



Fonte: Acervo do Colégio Incomar.

A inserção de novas modalidades de ensino explicitou as tentativas e o empenho da instituição em adaptar-se aos novos desafios educativos e sociais que se configuravam no período. Os quadros abaixo foram elaborados com base nos documentos disponíveis nos arquivos da própria instituição e da Casa Geral das Filhas da Caridade, em Curitiba. Eles descrevem o período em que funcionou uma determinada modalidade de ensino e as alterações de nome que a instituição teve de fazer para incorporar os novos cursos e modalidades em sua grade e as leis, resoluções e atos oficiais que autorizaram a criação e o funcionamento dos novos cursos (ANEXO M).

Quadro 10: Modalidades de ensino, período e modificação do nome da instituição.

Nome da Instituição	Período	Modalidade de Ensino
Instituto Imaculado Coração de Maria	1948 - 1962	Ensino Primário.
Ginásio Imaculado Coração de Maria	1962 - 1971	Ensino Ginásial
Escola Imaculado Coração de Maria	1971 - 1976	Ensino de 1º Grau.
Escola Imaculado Coração de Maria: Ensino de 1º Grau.	1976 - 1981	Ensino de 1º Grau completo.
Escola Imaculado Coração de Maria- Ensino Pré-escolar e de 1º Grau.	1983 – 1997	Ensino Pré-Escolar e Ensino de 1º Grau.
Escola Imaculado Coração de Maria: Ensino Pré-escolar de 1º e 2º graus.	1997 -1999	Ensino de 1º e 2º Graus.
Colégio Imaculado Coração de Maria: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.	1999- 2006	Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
Colégio Imaculado Coração de Maria	2006 – até os dias atuais	Ensino Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e cursinho pré-vestibular.

Fonte: Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

Quadro 11: Atos oficiais, resoluções, leis, documentos de autorização para criação de novos cursos.

Ato Oficial	Número do Documento	Data
Autorização para implantação do Curso Primário.	Resolução nº 5.624/47	1947.
Criação do Curso Ginásial.	Portaria nº 455	05 de junho de 1962.
Implantação do Curso Pré-escolar.	Portaria nº 6.538/75	24 de fevereiro de 1975.
Criação do curso de Dactilografia.	Resolução nº 4.849/74	13 de novembro de 1974.
Reconhecimento do Instituto Imaculado Coração de Maria com Utilidade Pública.	Decreto nº 50.280/61	1961
Autorização de funcionamento do Curso Normal.	Decreto nº 20.569	14 de julho de 1970
Aprovação do Regimento	Resolução nº 986/83	1983

específico para classe pré-escolar.		
Autorização de funcionamento do 2º Grau: Educação Geral	Resolução nº 4.194/96	1996

Fonte: Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

As Filhas da Caridade ao criarem em Toledo os cursos ginasial e Normal estavam a cumprir sua missão enquanto religiosas vicentinas, que deveriam, por meio da educação escolar, oferecer às meninas uma formação tida como de boa qualidade científica, com sólidos valores morais e com forte ênfase nas doutrinas do catolicismo. Esse ideal de formação integral a partir dos valores da religião foi trabalhado com as alunas, que manifestaram profundo zelo pela educação que haviam recebido na instituição e exaltaram a importância dessa educação católica para suas vidas. Isso pode ser verificado, inclusive, no convite de formatura da primeira turma do Curso Normal, de 1968. O lema da turma era: “prometemos educar em verdade e amor, forjando personalidades capazes de melhorar o mundo”.

Na formatura das primeiras normalistas, a oradora da turma, Shirley Lorandi, homenageou o Incomar e as irmãs professoras, afirmando que o exemplo e o ensinamento das irmãs indicavam o caminho que as novas professoras deveriam percorrer, reforçando um sentimento que se tornou comum entre os alunos e ex-alunos da instituição, que a colocaram num lugar de destaque para sua formação, como pode ser visto no trecho seguir ⁴⁶:

Adeus Incomar, colégio que tens para mim uma história singular. Cada recinto seu, guarda em segredo, um pedacinho de minha vida juvenil. O dever e o ideal chamam para outros caminhos. Caminhos abertos por ti, escola. Nós partiremos, nós deixaremos uma parcela de nosso coração. Serás sempre a bússola a nos indicar a via certa da virtude, da fé e da justiça. Adeus escola, precioso relicário do saber e do bem (LORANDI, 1968).

Para a Igreja, que procurava confirmar sua predominância em Toledo e na região oeste, as instituições educativas confessionais, o Incomar e também o La Salle foram meios estratégicos de definição e inculcação dos valores e das doutrinas católicas. As irmãs Filhas da Caridade empenharam-se para que o Colégio Incomar

⁴⁶ O texto foi transcrito como consta no original.

se consolidasse como uma importante instituição no cenário educacional de Toledo. Isso aconteceu na medida em que foram inseridas novas modalidades de ensino, resultando no aumento do número de matrículas e na melhoria das estruturas prediais.

5.3.3 Espaço escolar e estruturas prediais

Os espaços escolares possuem informações relevantes sobre a história e a filosofia educacional de uma instituição educativa e servem para cumprir uma função fundamental, como elementos disciplinadores, pois organizam, classificam, ordenam e hierarquizam os indivíduos em seu interior. Existe uma relação entre os espaços escolares e o processo de ensino e aprendizagem. No entendimento de Ester Buffa, o prédio e o espaço escolar podem revelar importantes aspectos da vida de uma instituição escolar. Questões como: quem construiu o prédio? Por que construiu assim? As inovações dele ocorreram por causa do crescimento da demanda, por causa de inovações pedagógicas ou por motivo de segurança? As respostas a essas questões, segundo a autora, ajudam a entender a história da escola (BUFFA, 2007).

O prédio de uma instituição educativa pode ser considerado documento, ou, monumento histórico no processo de reconstituição de sua história. As reformas e as mudanças na estrutura do prédio sempre resultam de necessidades materiais que, por vezes, relacionam-se às ampliações das modalidades de ensino e do currículo da instituição. Justino Magalhães destaca que:

No que respeita às transformações arquitetônicas, é provável que as instituições particulares reflitam uma maior capacidade de iniciativa, reajustando os espaços às necessidades de funcionamento, seja no quadro pedagógico e didático, seja no quadro da funcionalidade e da eficácia organizativas, por contraponto a instituições cujos objetivos e funções são submetidos aos condicionamentos da disposição e da volumetria espaciais. Esta problemática do campo de liberdade e da criatividade do plano e do projeto arquitetônicos dos prédios de raiz pode ser ilustrada pelos processos de licenciamento e de construção. Igualmente se pode perguntar como e em que circunstâncias foram feitas as obras de conservação, ampliação, reajustamento dos prédios. Nos processos de construção, como nos processos de adaptação, não deixa de haver áreas pedagógico-didáticas prioritárias. Quais e por quê? Nesta rubrica incluem-se ainda

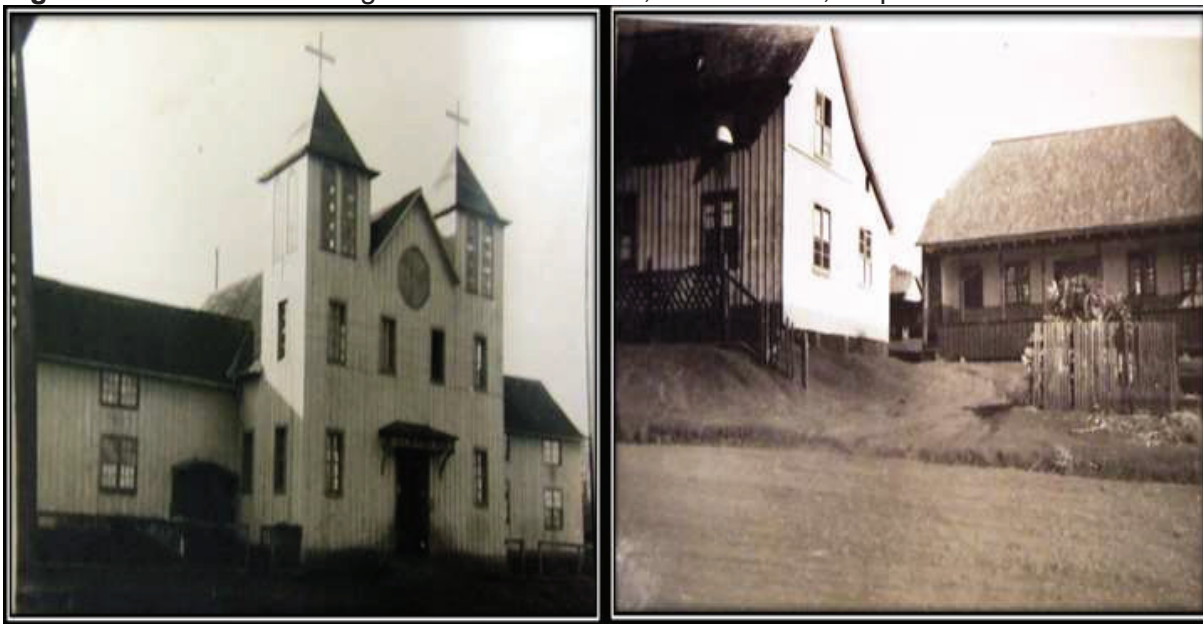
aspectos relativos à ocupação e saturação dos espaços, por reflexo do crescimento ou da regressão da população escolar; organização espaço-temporal e sua relação com o currículo (MAGALHÃES, 2004, p. 142; 143).

Informações relevantes sobre a trajetória, e mesmo as propostas educacionais de uma escola, podem estar aninhadas na arquitetura escolar. Como transmissão silenciosa, a arquitetura veicula os símbolos de cada momento histórico e, também, revelam a realidade de seu entorno. Magalhães afirma que, para a construção do prédio escolar, há que considerar importantes aspectos, tais como: localização, projeção e plano arquitetônico, processo de licenciamento, enquadramento paisagístico e urbanístico e tipo de construção, organização dos espaços, estado de conservação, adaptações arquitetônicas e espaciais, pois a implantação do edifício na paisagem física e humana, os acessos e formas de isolamento e de relação refletem, condicionam ou estimulam a relação com a comunidade envolvente (MAGALHÃES, 2004).

Em 1948, no início de suas atividades escolares, o Incomar utilizou as dependências do prédio paroquial. Dois anos depois, em 1950, com o auxílio da empresa MARIPA, que doou as madeiras, e o empenho das famílias dos alunos que doaram a mão-de-obra, a instituição construiu duas novas salas de aula. Analisando a relação entre a arquitetura escolar e a história das instituições educacionais, Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto esclarecem que o prédio escolar veicula os símbolos de momentos históricos específicos e revelam a realidade socioeconômica em que a instituição está inserida. Não é possível dissociar o modelo arquitetônico de uma escola das condições econômicas, sociais e culturais que a cercam (BUFFA, ALMEIDA PINTO, 2002).

As imagens a seguir, apresentam as primeiras instalações prediais do Incomar. Pode-se notar nas duas fotografias, a simplicidade dos prédios escolares, ambos construídos em madeiras como era comum no período em regiões de ocupação recente, com uma arquitetura modesta, cujo objetivo era notadamente que o prédio fosse funcional, sem uma maior preocupação com a questão estética.

Figura 18: Prédios do Colégio Vicentino Incomar, 1948 e 1949, respectivamente.



Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

Na primeira imagem da esquerda para direita, temos o primeiro prédio da paróquia Cristo Rei, que em 1948, com a criação do Colégio Incomar, teve suas dependências utilizadas pelas irmãs vicentinas como salas de aula. Neste período, segundo relatos da irmã Verônica Sawtczuck, os alunos eram separados por idade e dispostos em diferentes locais do prédio paroquial. As salas anexas serviam de dormitórios. Em uma das salas ficavam os meninos e em outra as meninas que estudavam em regime de internato, e o sótão era o dormitório das irmãs professoras. As instalações da igreja foram usadas como salas de aula e serviram também de refeitório. O Incomar funcionou no prédio paroquial por um período aproximado de dez meses. A segunda fotografia da esquerda para direita é do primeiro prédio próprio, construído em 1949, ao lado da casa paroquial. Embora fosse uma construção em madeiras, o prédio era mais amplo e funcional que o prédio da igreja, pois continha duas salas de aula e era de uso exclusivo da escola.

O período do início das atividades das irmãs em Toledo foi marcado falta de estrutura física adequada. Os materiais didáticos eram escassos, tinham apenas alguns cadernos, livros e poucos lápis. Esses materiais básicos foram trazidos pelas irmãs de Curitiba, quando elas chegaram a Toledo (REISDORFER, 2006). Quando perguntada sobre a estrutura do Incomar em seus primeiros anos de funcionamento, a irmã Verônica Sawtczuck disse:

Os alunos tinham que copiar tudo do quadro negro ou então nós ditávamos para eles, pois não havia outro jeito. [...] Os bancos da Igreja eram nossas carteiras. Ou os alunos sentavam no genuflexório e escreviam sobre o assento, ou colocavam os cadernos sobre a estreita tábua onde apoiamos as mãos ou os braços no genuflexório. Isto sempre em situação descômoda e por vários meses, até que a Comunidade conseguiu levantar o pavilhão da escola (SAWTCZUCK, 1985).

Os relatos históricos elaborados pela instituição coincidem com o depoimento da fundadora, que enfatiza a precariedade das estruturas prediais e os diversos desafios que as religiosas enfrentaram para levar a cabo o projeto educacional empreendido para a região. A fotografia a seguir revela a condições estruturais simples da primeira sala de aula do Incomar, num regime multisseriado, com alunos de 1ª a 4ª séries numa mesma sala de aula, com uma única professora, onde meninos e meninas partilhavam do mesmo espaço. Por falta principalmente de salas de aula, a instituição optou pelo modelo de coeducação, atendendo numa mesma classe meninos e meninas.

Figura 19: Sala de aula do primeiro prédio do Colégio Incomar, 1949.



Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

A figura acima traz à tona questões acerca dos móveis no interior da escola ou os elementos que compõem a sala de aula: lousas, mesas, carteiras,

equipamentos, brinquedos, que, segundo Funari e Zanakian, inserem-se no estudo da arquitetura escolar por serem “[...] elemento essencial que determina, em certo sentido, o próprio uso e a dinâmica dos artefatos móveis” (FUNARI; ZANAKIAN 2005, p. 137). As carteiras dos alunos não eram individuais, eles estão “aglomerados”, mostrando que a sala de aula era pequena e inadequada para atender uma turma tão numerosa.

As modificações da arquitetura predial do Incomar estiveram diretamente relacionadas com as transformações sociais e econômicas pelas quais passou a cidade de Toledo. Na medida em que a cidade começava seu processo de urbanização, novas construções em alvenaria surgiram, conduzindo o Incomar a acompanhar as modificações e modernizar suas estruturas físicas. Outro elemento em relação ao espaço escolar e predial da instituição que merece destaque foi a necessidade de sua ampliação devido a inserção de novas modalidades de ensino.

Quando foi elevado a Ginásio, o Incomar teve um grande aumento da demanda por vagas. Por isso, o prédio escolar, construído em 1950, já estava sem condições de acomodar as novas turmas. A inserção dessa nova modalidade esteve diretamente relacionada às mudanças no espaço escolar da instituição.

Ao implantar o Curso Ginásial, o Incomar teve de ampliar suas instalações prediais. Já no ano de 1961, teve início a construção do novo prédio. Observa-se que os padrões arquitetônicos da nova construção não destoaram do modelo vigente no país naquele período, evidenciando assim que a arquitetura escolar reflete os processos de urbanização e crescimento demográfico das cidades. Embora o prédio escolar, por si só, não tenha o poder de determinar os pressupostos educacionais de uma escola, ele pode ajudar ou atrapalhar suas práticas pedagógicas. Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto discutem a relação entre o espaço escolar e a prática pedagógica:

[...] o processo educativo não se restringe à relação individual entre professor e alunos. Quem realmente educa é um ambiente geral, uma Paidéia, um clima cultural complexo que envolve, num mesmo processo educativo, alunos professores, administradores da escola e população. O espaço físico da escola, sua fachada e estrutura, o jardim, as salas de aula, os corredores, a sala dos professores e do diretor, enfim, toda a organização arquitetônica do espaço é parte importante desse determinado ambiente que educa (BUFFA; ALMEIDA PINTO, 2002, p. 13).

Se as práticas materiais de formação social estão em constante transformação, os espaços escolares tendem a se modificar e se adequar às novas realidades. Para atender a demanda educacional, o Colégio Incomar acabou seguindo a tendência arquitetônica local, que naquele período estava substituindo as construções em madeiras, por alvenaria. Assim, a instituição, iniciou a construção de amplas instalações para atender ao novo público.

As imagens a seguir, datadas do dia 16 de julho de 1961, mostram as irmãs vicentinas, a comunidade escolar e a comunidade católica de Toledo acompanhando o lançamento da “pedra fundamental” do novo prédio escolar. Como era habitual na tradição do catolicismo, aconteceu a celebração de uma missa, com a presença das irmãs professoras do Incomar, para que os procedimentos todos fossem “abençoados” e o projeto tivesse êxito.

Figura 20: Lançamento da “pedra fundamental” do prédio do Incomar, 1961.



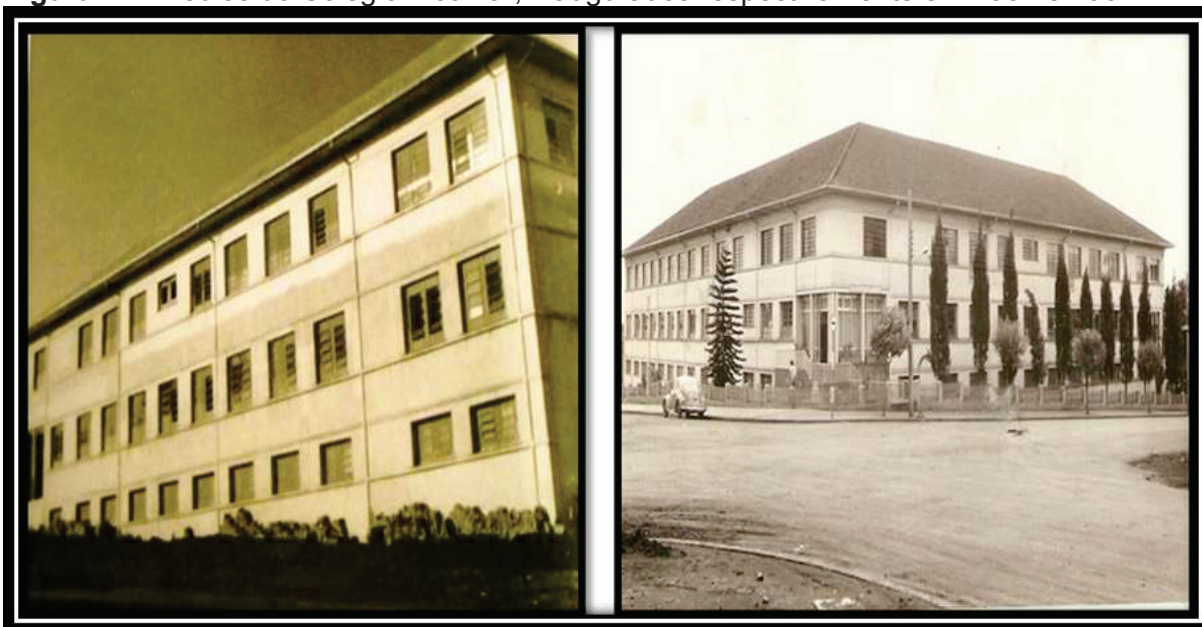
Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

Cabe destacar, conforme propõe Agostinho Escolano, que a “arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, [...] mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social” (ESCOLANO, 2001, p.33). Os espaços escolares são instrumento de transmissão de estímulos, conteúdos, valores e também, estabelecem normas disciplinares.

As imagens a seguir são das novas estruturas prediais do Colégio Incomar, iniciadas em 1961. O primeiro prédio da esquerda para direita foi inaugurado no ano de 1962, construído no contexto da criação do curso ginásial e da ampla procura por vagas. O prédio em alvenaria seguia uma tendência da cidade que iniciava seu processo de urbanização e por consequência, as construções existentes, em sua maioria em madeiras, passava por uma modificação, sendo substituídas por arquiteturas modernas. Assim, o prédio do Colégio Incomar, de dois andares, bem arejado, com várias janelas e acabamentos bem delineados, mostram o esforço para se manter como uma instituição de qualidade na cidade. A segunda fotografia da esquerda para direita é do prédio inaugurado em 1967 e retrata a ampliação e a melhoria das primeiras instalações em alvenaria, inauguradas em 1962.

Os detalhes arquitetônicos e o cuidado com os acabamentos dos prédios escolares chamam a atenção. Podemos destacar, por exemplo, as janelas altas, que mostram a preocupação com o conforto e a ventilação das salas de aula. Outro aspecto que merece destaque é a arborização, especialmente do segundo prédio da esquerda para direita, que além de servir de ornamento, também auxiliava para amenizar o calor, especialmente durante o verão.

Figura 21: Prédios do Colégio Incomar, inaugurados respectivamente em 1962 e 1967.



Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

O prédio era amplo e com boas acomodações e estava localizado na parte central da cidade. A empresa MARIPA, quando da instalação das irmãs vicentinas

em Toledo, doou uma quadra inteira composta por doze lotes urbanos, cercada pelas ruas: Barão do Rio Branco, Dom Manuel da Silveira, XV de Novembro e Largo de São Vicente. Diferentemente de outras escolas implantadas em regiões de colonização recente, que usavam prédios adaptados, as instalações prediais do Incomar foram construídas especialmente para a finalidade educativa. Por isso, a construção sinalizava que o Colégio havia sido idealizado para permanecer na cidade.

Entendemos que todas as modificações pelas quais o prédio escolar passou, estiveram relacionadas ao crescimento econômico e as modificações sociais e urbanísticas da cidade de Toledo, assim, suas ampliações tornaram-se necessárias para acolher as novas demandas e manter seu padrão de instituição considerada de qualidade e de referência local e regional. Também, a caracterização e a utilização de seu espaço, bem como seu entorno, lugar do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização do uso do tempo, a seleção de conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável na sociedade, fez parte de um projeto que objetivava consolidar a instituição naquela sociedade.

5.3.4 Docentes

Entende-se como pertinente na realização da pesquisa sobre a história da implantação do Incomar a análise referente à composição de seu corpo docente. Como afirmam Paolo Nosella e Ester Buffa, a atuação dos professores na instituição, sua formação acadêmica e suas trajetórias podem constituir-se em importantes chaves de análise do processo de reconstituição da história da escola (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Conforme consta do primeiro Regimento Interno, 1961, até 1959, o corpo docente da instituição era composto apenas por irmãs vicentinas. Após a ampliação das estruturas e a inserção de novas modalidades de ensino, aumentou a procura por vagas e conseqüentemente, mais alunos foram matriculados na instituição. Por isso, surgiu a necessidade de contratação de novos professores, que embora fossem leigos, eram diretamente ligados à religião, pois em sua maioria, compunham os quadros da Igreja Católica local.

A contratação dos professores envolvia uma série de questões importantes para a instituição e também para a comunidade de migrantes. O professor deveria ter o seguinte perfil: ser responsável, entendido como frequência assídua ao trabalho todos os dias e pontualidade no horário; disposição para ensinar tudo que soubesse; autoridade moral de se fazer obedecer, por meio do exemplo pessoal; “ser de bem”, ou seja, ter conduta social considerada adequada, exemplar, envolvendo aspectos ético-religiosos; frequentar uma igreja; ter bons modos nos encontros sociais da comunidade. Podemos dizer que questões relacionadas a ética, a religiosidade e a moral constituíam-se em elementos fundamentais para determinar o sucesso na carreira docente (REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

O Colégio, de certa forma atendia às reivindicações da comunidade, que esperava que os professores contribuíssem para perenizar, por meio da educação escolar, seus costumes, valores e crenças. Esperavam que seus filhos recebessem boa formação educacional. Por outro lado, ser professor significava *status* perante a comunidade. Era uma função que colocava a pessoa numa posição social de proeminência em relação ao grupo.

Os professores tinham o dever de elaborar os planos de ensino; auxiliar na organização da programação das atividades escolares em relação às suas respectivas turmas; informar sobre o trabalho desenvolvido na classe sob sua regência; fazer relatórios periódicos sobre o rendimento dos alunos para discussão sobre o processo ensino e aprendizagem nas reuniões de conselho de classe. A instituição promovia com frequência, cursos de aperfeiçoamento, treinamentos para docentes, seminários e palestras de formação.

O corpo docente, além da participação obrigatória nas reuniões para planejamento e estudos pedagógicos no início do ano letivo, frequentava também, quando convocado pela direção, reuniões para orientação e acompanhamento didático. As práticas pedagógicas dos docentes do Incomar explicitavam uma disciplinarização na organização do trabalho pedagógico no Colégio.

As primeiras docentes do Colégio foram as Irmãs Filhas da Caridade Verônica Sawtczuck, Lúcia Mikosz e Elia Bassani. Todas possuíam formação religiosa nas áreas de teologia e filosofia e tinham experiência docente. Na província vicentina de Curitiba, as irmãs atuaram no campo da educação de meninas, lecionando disciplinas curriculares, trabalhos manuais, aulas de canto e catequese.

Figura 22: Irmãs Lúcia Mikosz; Elia Bassani e Verônica Sawtczuck.



Fonte: Acervos do Incomar e da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

Na fotografia acima, da esquerda para direita estão: irmã Lúcia Mikosz; irmã Elia Bassani e irmã Verônica Sawtczuck, esta foi a primeira diretora do Incomar, esteve na direção da instituição em dois momentos distintos, no período de 1948 a 1950 e 1961 a 1969. Nascida em 14 de janeiro de 1928, em Rio Azul, Paraná, Verônica Sawtczuck ingressou na Companhia das Filhas da Caridade no dia 10 de fevereiro de 1946, sua primeira missão teve início no dia 27 de julho de 1947, quando foi enviada para a Comunidade do Instituto Santa Ana, de Laranjeiras do Sul, Paraná. No ano de 1948 a irmã chegou à Toledo onde se dedicou à tarefa educacional no Instituto Imaculado Coração de Maria e ao trabalho social na Casa Irmã Estanilava Perz, onde permaneceu até 1952 quando foi transferida para a cidade de Paranaguá (HISTÓRICO DO INSTITUTO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1997).

Os docentes do Incomar procuraram oferecer às alunas uma formação entendida pelas irmãs como de boa qualidade científica e com forte ênfase nas doutrinas do catolicismo. Esse ideal de formação integral a partir dos princípios da religião foi muito bem trabalhado com as alunas, que manifestaram consideração pela educação que haviam recebido na instituição e exaltaram a importância dessa educação católica para suas vidas. Isso pode ser verificado no discurso da oradora da primeira turma de normalistas, em 1968. Na ocasião, Sirlei Lorandi, falando em nome da turma, disse:

Se hoje penetramos na realidade da vida com o coração confiante e esperançoso, devemos-lo a vós. Se nos sentimos com força para lutar, se o futuro nos acena risonho e promissor, tudo é dívida que contraímos para convosco. O que podemos fazer para provar nossa gratidão? É-nos verdadeiramente impossível! Somente uma coisa é necessária: que nos mostremos dignas dos ensinamentos que nos ministrastes. O mais ficará nas mãos de Deus (LORANDI, 1968).

As docentes da instituição empenharam-se para que o Incomar fosse reconhecido como uma escola de referência em Toledo e em toda a região oeste do Paraná. O diferencial dos professores da instituição estaria não apenas numa formação acadêmica de qualidade, mas também por possuírem sólidos valores morais, o que era visto como fator determinante para a consolidação da escola no cenário educacional da cidade.

5.3.5 Discentes

A análise da composição do corpo discente do Incomar, quando de sua implantação, assim como a origem social e o destino profissional de seus ex-alunos, contribuirá para aprofundar a compreensão da relevância social da instituição, bem como a proposta educacional que ela procurou oferecer a esse público. Como destaca Ester Buffa, analisar a clientela que a escola atendeu pode servir de subsídio no processo de apreensão do formato de educação escolar que a instituição educativa desenvolveu (BUFFA, 2007).

É possível verificar na análise que, em sua maioria, os alunos eram filhos dos colonos fundadores da cidade, ligados à Igreja Católica. Durante um período de dez anos, o Colégio Incomar foi a única instituição escolar na área urbana de Toledo. Somente em 1958 foi construída a primeira escola estadual, um grupo escolar⁴⁷, com ensino de 1ª a 4ª séries. Como se tratava de uma escola privada, só poderiam se matricular no Incomar os alunos que tinham condições financeiras para pagar as mensalidades.

⁴⁷Os grupos escolares constituíram-se uma nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna. Implantados no Brasil no início do período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, no tipo predominante de escola elementar encarnando o sentido mesmo de escola primária no país. Dessa maneira, a história dos grupos se confunde com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.24 - 25).

Como no período não havia outra opção educacional, a maioria das famílias ficava sem alternativas, a não ser pagar as taxas estipuladas pela instituição e matricular seus filhos. Nos primeiros anos, as famílias completavam o pagamento das mensalidades com a doação de alimentos. Porém, com a urbanização do município e o desenvolvimento do comércio local, a partir da década de 1960 o Incomar deixou de receber doações de gêneros alimentícios como complemento da mensalidade e, com isso, acabou restringindo ainda mais o público por ela atendido.

Com base na análise das fichas de matrículas e das atas de exames finais do ano de 1948, foi possível elaborar o quadro a seguir, que apresenta os dados das primeiras turmas do Colégio (ANEXO N).

Quadro 12 – Quadro de alunos do Colégio Incomar em 1948.

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série	16	17	33
2ª série	04	04	08
3ª série	03	05	08
Total	23	26	49

Fonte: Livro de frequência do ano de 1948, disponível no acervo do Colégio Incomar.

Em 1949, o número de matrículas aumentou e foram abertas turmas de 4ª e 5ª séries. O grande aumento da procura por vagas se justifica, sobretudo, porque nesse período chegaram à cidade novas caravanas de migrantes, que adquiriram suas propriedades rurais em Toledo já com base na propaganda da empresa colonizadora MARIPA, segundo a qual na cidade existia uma escola de qualidade para atender seus filhos. Segundo consta do livro de matrículas, as atividades escolares tiveram início em fevereiro de 1949, com cento e quarenta e sete alunos matriculados, sendo oitenta e sete meninos e cento e dez meninas (ANEXO O).

Quadro 13 - Quadro de alunos do Colégio Incomar em 1949.

Série/turma	Sexo masc.	Sexo fem.	Total de alunos
1ª série	33	45	78
2ª série	28	34	62
3ª série	19	25	44
4ª série	06	04	10
5ª série	01	02	03
Total	87	110	49

Fonte: Livro de frequência do ano de 1949, disponível no acervo do Colégio Incomar.

Nos anos seguintes o número de matrículas diminuiu. Consta da documentação que, em 1952, foram noventa e sete alunos matriculados; em 1953, o total foi de setenta e cinco alunos (COLÉGIO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1952; 1953). Há, pelo menos, dois motivos que justificam esse fato: primeiro, a dificuldade em pagar as mensalidades escolares que muitas famílias enfrentaram; outro fator foram as dificuldades de infraestrutura básica que os migrantes enfrentaram na região, o que acabou levando muitos deles a retornarem para suas localidades de origem e/ou a migrarem para novas regiões de recente colonização.

Embora o Incomar fosse construído numa localidade urbana, seus alunos eram majoritariamente oriundos da área rural. Ao verificar os dados que constam nos livros de matrículas da instituição, é possível ter uma indicação da origem social dos primeiros alunos da instituição. De acordo com Rosa Fátima Souza e Luciano Mendes Faria Filho, os livros de matrículas, ao serem utilizados na análise do corpo discente de uma instituição, contribuem para o entendimento da origem econômica e social dos alunos.

Particularmente na questão das condições socioeconômicas dos alunos, é preciso considerar dados de livros de matrícula que possibilitem uma caracterização mais precisa e empírica do que a pressuposição apressada segundo a qual os grupos teriam servido inicialmente às camadas médias e às elites, uma vez que alguns estudos têm demonstrado a presença de grupos sociais heterogêneos e uma grande presença de crianças de camadas populares (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.47).

Conforme consta dos livros de matrículas, de 1948 a 1952, a profissão dos pais dos primeiros alunos da instituição, pode ser assim relacionada: agricultores; lavradores; pequenos comerciantes; profissionais liberais (ANEXO P). Os agricultores eram pequenos proprietários rurais, donos de sítios e chácaras vizinhas à cidade. A profissão de lavrador caracterizava pessoas que não eram proprietárias rurais, ou seja, trabalhavam na lavoura como empreiteiros ou como meeiros (OLIVEIRA, 2004). Os migrantes que se identificavam como comerciantes, eram proprietários de mercearias, serrarias e os profissionais liberais, em sua maioria eram carpinteiros e marceneiros. Essas profissões constituíam-se na base da organização da sociedade e eram muito comuns numa localidade em que a madeira era um dos primeiros recursos para a construção de casas e móveis.

Ao fazer constar em sua documentação esses dados sobre a origem econômica e social de seus alunos, o Colégio deixou evidenciar seu público alvo pretendido.

A fotografia a seguir, do ano de 1948, retrata a primeira turma do Incomar, com quarenta e seis alunos. Embora o uso do uniforme nesse período não fosse obrigatório, pode-se verificar que há traços comuns nas roupas das meninas, a maioria de roupas brancas, com um adereço preto em destaque. O mesmo acontece no caso dos meninos, em sua maioria com camisa branca e calça ou *shorts* preto. A respeito dessas características da fotografia, podemos inferir que houve agendamento prévio para o “evento”, ou seja, os pais dos alunos procuraram, possivelmente por orientação da escola, vestir seus filhos de modo semelhante para tirar a foto do final daquele ano letivo.

Figura 23: Primeira turma do Colégio Incomar, 1948.



Fonte: Acervo do Colégio Incomar.

A década de 1960 representou para a instituição uma substancial elevação no número de alunos, tanto no ensino primário como nos cursos ginásial e normal, implantados no período. Em comparação com a década de 1950, que teve durante todo período um total de dois mil e novecentos alunos, os anos da década de 1960 significaram um grande avanço numérico, pois ao longo do período o Incomar teve

seis mil e duzentos e cinquenta alunos. Uma justificativa para tamanha elevação foi a destinação de 20% das vagas da instituição para alunos bolsistas. Em 1966, a escola foi registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como instituição filantrópica, passando assim, por força de lei, a oferecer gratuitamente essa porcentagem de vagas (REISDORFER, 2006).

A análise dos livros de matrículas do Colégio explicita que, a despeito de ter aumentado o número de alunos, o público que a instituição atendeu a partir desse período era constituído pelos filhos da embrionária elite local que estava se formando, num contexto de modernização agrícola e de urbanização do município e da região. No período, estudar no Colégio Vicentino Incomar era um símbolo de distinção social e significava receber uma formação educacional e cultural de boa qualidade.

5.3.6 Currículo, formação cívica e práticas religiosas

A prática pedagógica do Incomar envolvia o conjunto do fazer escolar, determinando, desde o princípio da aprendizagem, o que se deveria ensinar, as intencionalidades e as finalidades da proposta educativa vicentina, as quais expressavam por meio do currículo, dos conteúdos e de suas práticas o projeto cultural e social da Igreja Católica. A concepção de currículo escolar está relacionada a uma prática social complexa, construída historicamente a partir de relações sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, o currículo deve ser concebido não apenas como sinônimo de conteúdos, mas como um conjunto de experiências de aprendizagem que contempla conhecimento escolar e experiências vividas; por isso, sua análise pode ser uma importante chave para a compreensão das práticas e da história das instituições escolares (ANDRADE, 2011). Miguel Arroyo destaca que:

Os currículos não são conteúdos prontos a serem repassados aos alunos. São uma construção e uma seleção de conhecimentos, valores, instrumentos da cultura produzidos em contextos e práticas sociais e culturais. Daí a preocupação em recuperar, nos currículos, a estreita relação entre conhecimento e cultura (ARROYO, 2007, p. 04).

O currículo escolar constitui um processo em que se consideram múltiplos fatores relacionados ao ensino-aprendizagem. Todas as atividades produzidas por uma escola fazem parte de seu currículo. Ele é um instrumento de ação política; é uma ação coletiva que se fundamenta numa concepção de mundo, de homem e de educação; deve ser concebido como um artefato cultural e histórico, pensado e repensado a partir de relações de poder. Ele é o canal pelo qual a macroestrutura social penetra na microestrutura escolar, é a corporificação dos interesses sociais e da luta cultural que se processa na sociedade (ARNAUT DE TOLEDO; GARUTI DE ANDRADE, 2016).

Ao analisar as disciplinas que compuseram o currículo do Colégio Vicentino Incomar, evidencia-se que, além das matérias consideradas de caráter científico, a instituição incorporou também em sua grade disciplinas diretamente ligadas ao ideário educacional da Igreja, que propunham a formação moral e religiosa das alunas. Com base nos documentos disponíveis no acervo da escola e no boletim de Lucrecia Welter (ANEXO Q), que estudou na instituição no final da década de 1950 e início de 1960, foi possível elaborar os quadros abaixo, com as disciplinas que compuseram o currículo do curso primário e do ginásio.

Quadro 14 - Disciplinas do Curso Primário do Incomar.

CURRÍCULO DO CURSO PRIMÁRIO				
DISCIPLINAS:	Séries			
	1^a.	2^a.	3^a.	4^a.
Português	X	X	X	X
Caligrafia	X	X	X	-
Aritmética	X	X	X	X
Comportamento	X	X	X	-
Religião	X	X	X	X
Educação Física	-	X	X	X
Ciências Gerais	-	-	X	X

Fonte: Boletins escolares de Lucrecia Welter, ex-aluna da instituição.

Quadro 15 - Disciplinas do Curso Ginásial do Incomar.

CURRÍCULO DO CURSO GINÁSIAL				
DISCIPLINAS:	Séries			
	1^a.	2^a.	3^a.	4^a.

Aplicação	X	X	X	-
Ordem	X	X	X	X
Português	X	X	X	X
Organização Política e Social	-	-	X	X
Inglês	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X
Ciências	X	X	X	X
História	X	X	X	X
Trabalhos manuais	X	X	X	X
Geografia	X	X	-	-
Desenho	X	X	-	-
Religião	X	X	X	X
DISCIPLINAS OPTATIVAS:				
Canto	X	X	X	X
PRÁTICAS EDUCATIVAS:				
Formação Social e Religiosa	-	X	X	X

Fonte: Acervo do Colégio Vicentino Incomar e boletins escolares de Lucrecia Welter, ex-aluna da instituição.

A proposta pedagógica do Incomar era calcada num modelo de educação que deveria ultrapassar a preocupação com o conteúdo científico e contemplar o ensino de boas posturas em sala de aula, de bons hábitos, de prática de esportes e assimilação dos valores morais cristãos. O enriquecimento curricular que incluía o ensino de língua estrangeira sugere certo refinamento cultural, que visava preparar as alunas do curso ginásial para o convívio nos mais diversificados ambientes sociais.

A composição da grade curricular da escola constituiu-se numa forte aliada da Igreja para a difusão de seu ideário doutrinal de formação cristã. Desde o primeiro ano de sua fundação, a matéria de religião passou a integrar o currículo da instituição. A Lei Orgânica do Ensino de 1942 preconizava que:

O ensino da religião constitui parte integrante da educação da adolescência, sendo lícitos os estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nas disciplinas do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único: Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica (BRASIL, 1942, p. 183).

No tocante a essa matéria, a Lei ditava que ela deveria se enquadrar no grupo das práticas educativas, ou seja, não seriam registradas notas aos alunos nessa disciplina. Contudo, no Colégio Incomar, segundo consta dos documentos e dos boletins, os alunos eram avaliados e recebiam notas na matéria de religião. A inserção dessa disciplina no currículo servia como instrumento de manutenção do poder da Igreja, que influía na formação do arcabouço moral e religioso dos alunos que, no futuro, seriam os dirigentes da sociedade.

A disciplina de religião era ministrada pelo pároco local e pelas irmãs vicentinas e tinha como finalidade levar as alunas a serem fiéis aos preceitos católicos. As aulas eram complementadas com atividades espirituais práticas, como orações no início e no fim da aula, e participação em eventos religiosos, como missas, procissões e festas. O currículo contemplava a participação nas práticas religiosas como parte formativa dos educandos; a participação, conforme previsto no regimento interno, era obrigatória.

As festividades religiosas e comemorações no ambiente da escola constituem-se como expressivos acontecimentos sociais pelos quais a instituição escolar ganhava visibilidade e ao mesmo tempo servia para compartilhar sentimentos sociais e culturais (SILVA, 2009). Nos eventos festivos, a população local sempre atendia ao convite da direção do Colégio Incomar e prestigiava a instituição, participando não só no momento da festa, mas também na sua preparação. Nas fotografias abaixo, da década de 1950, é possível observar os alunos participando de procissões, tidas pela instituição como atividades pedagógicas.

Figura 24: Procissão dos alunos do Incomar, 1950 e 1953, respectivamente.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo.

Na primeira imagem da esquerda para direita, os alunos caminham pela região central da cidade de Toledo, seguindo uma procissão em comemoração a *Corpus Christi*. Na fotografia é possível notar que os alunos estão com roupas específicas para a comemoração da festividade religiosa, os meninos estão com roupas pretas e as meninas com vestido branco. A segunda fotografia, de 1953, foi tirada de um ângulo diferente, o retrato captou uma imagem mais distante, que mostra os alunos saindo das instalações do Incomar para a procissão. À frente, organizando a fila, está uma irmã professora da escola, revelando o constante acompanhamento que se fazia das atividades dos alunos, com vistas a uma formação que contemplasse todos os aspectos considerados necessários para uma educação de qualidade. A imagem explicita, além da questão da prática religiosa, a disciplina e o rígido controle da instituição, mediante a constante presença das irmãs no cotidiano discente.

As festas religiosas escolares no Incomar eram acontecimentos frequentes. As práticas religiosas faziam parte do cotidiano dos alunos da instituição por meio dos retiros, palestras, procissões e missas. As festas e atividades religiosas eram necessárias para escola abrir-se para a população em geral e mostrar para comunidade suas práticas e elementos culturais. Além disso, era uma forma de dar vazão à alegria e fazer com que alunos e professores se conhecessem melhor em espaços diferentes ao da sala de aula.

O ano letivo começava com um ato religioso organizado pelas irmãs professoras da escola com a presença do pároco local, responsável pela celebração de uma missa, “assim o ano estava solenemente abençoado” (COLÉGIO VICENTINO INCOMAR, 1961). Nas atividades religiosas a participação dos alunos era obrigatória. Outro elemento que reforçava a importância das questões relativas à religião no Incomar, eram os retiros espirituais promovidos pelo Colégio. Assim, os ritos e celebrações religiosas faziam parte do currículo e da programação pedagógica do Incomar.

Os alunos, além de participarem de eventos de caráter religioso, participavam também de eventos sociais e cívicos, todos alinhados às propostas da Igreja e do Estado para aquele período, que previam um projeto de construção da nação que deveria estar ligado à comunhão cívica, ao culto à pátria e ao cultivo da harmonia e da ordem. Tais atividades, como parte da proposta pedagógica, figuravam entre os componentes curriculares que resultavam em prestígio para instituição, pois cumpriam um papel cívico-patriótico e, ao mesmo tempo, disciplinador. A matéria denominada de Comportamento, presente no currículo dos cursos primário e ginásial, servia para ensinar aos alunos normas de postura física, de solidez, obediência à ordem e de compromisso com o cumprimento dos deveres escolares, familiares e cívicos.

A participação dos alunos nas atividades cívicas fazia parte das estratégias utilizadas pelo Incomar para formar o sujeito considerado ideal para aquela sociedade. As datas comemorativas dos grandes desfiles constituíam-se em oportunidades para materialização dos conteúdos estudados na disciplina de Moral e Civismo e de Comportamento. As atividades desenvolvidas nesses eventos serviam para elevar o comprometimento patriótico e o respeito à ordem e à obediência.

No Colégio Incomar, todos os dias antes do início das aulas, os alunos ficavam reunidos no pátio da escola para o momento cívico. Isso significava cantar o Hino Nacional enquanto a bandeira do Brasil era hasteada. Após a execução do hino, ocorriam as orações e depois os alunos iam, em fila para as salas de aula, sempre acompanhados pelas irmãs professoras (COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1998).

As festas cívicas do Incomar eram realizadas pelos alunos, pais e professores, e tinham na população local, os espectadores que deveriam prestigiar

as comemorações. No calendário oficial da cidade e da instituição, o desfile de 7 de setembro era considerado um dos mais importantes. Nos dias que antecediam o desfile, os alunos se preparavam para realizar uma apresentação “impecável”. As fotografias abaixo mostram, respectivamente, alunos dos anos de 1954 e 1960, participando dos desfiles de 7 de setembro.

Figura 25: Desfiles de 7 de Setembro: 1953 e 1960, respectivamente.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Willy Barth, Toledo.

Ao incorporar em suas atividades pedagógicas essas datas cívicas instituídas pelo Estado, o Incomar, por meio delas, contribuía com o projeto de sociedade idealizado pelo governo e veiculava conteúdos que buscavam formar o bom cidadão.

Outro meio usado pelo Colégio para concretizar seu projeto educacional de formação integral do aluno era a valorização de atividades culturais e práticas educativas relacionadas à arte, à música e ao esporte, que pretendiam explicitar o empenho da escola em incentivar o esporte e a cultura. O currículo do curso ginásial, exclusivo para o público feminino, previa a disciplina de educação física, cuja ênfase estava nas práticas esportivas que visavam à formação de moças saudáveis, disciplinadas, elegantes e delicadas. As atividades culturais e esportivas realizadas inserem-se no contexto mais amplo do discurso, que José Gonçalves Gondra classifica como médico-higienista, que exerceu grande influência na educação escolar brasileira no período. A proposta higienista propunha que a

educação não seria eficaz e plena, caso não abrigasse a dimensão corporal de modo a se conquistar um corpo forte e saudável (GONDRA, 2004).

As práticas culturais e a utilização dos exercícios corporais possuíam também uma dimensão religiosa/moral, pois exigiam disciplina, empenho e dedicação, virtudes cristãs que poderiam auxiliar no combate à fraqueza e ao vício. Ao mesmo tempo em que concorriam para a constituição de um corpo forte e robusto, auxiliavam no processo de formação de uma moral cristã (ARRUDA, 2011).

Durante a década de 1960, a escola aperfeiçoou suas atividades ligadas à cultura e ao esporte, criando nesse período uma banda musical que fazia apresentações em Toledo e em outras cidades da região. Os documentos e relatos históricos ressaltam a importância da banca do Incomar como um patrimônio cultural que a escola legou à cidade.

Figura 26: Apresentação da banda do Colégio Incomar, década de 1960.



Fonte: Acervo do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria, Toledo.

A figura 26 mostra a região da Praça Willy Barth, localidade central da cidade de Toledo, onde estava ocorrendo as apresentações das bandas e fanfarras das escolas locais. No primeiro plano da fotografia, destaca-se a banda feminina do Colégio Incomar, que fazia sua apresentação para a comunidade local, presente ao evento. Ao fundo, pode ser vista outra banda de meninas e a direita, no alto,

bandeiras hasteadas, provavelmente do Brasil e do município de Toledo, explicitando o caráter patriótico do evento.

Os preceitos educacionais relativos às atividades esportivas e culturais, especialmente para o sexo feminino, eram destinados a produzir “um simétrico desenvolvimento muscular sem prejuízo da doçura das maneiras, da graça e elegância do talhe, da bela harmonia das formas femininas” (SOUZA, 2000, p. 16).

As atividades esportivas e culturais desenvolvidas no Colégio Vicentino Incomar, além de serem contempladas na estrutura curricular, eram parte importante do projeto pedagógico que visava a uma formação integral dos alunos, que correspondia a educação do físico, da mente e do espírito.

5.3.7 Regime educacional de internato misto

Os alunos das primeiras turmas do Colégio Incomar, em sua maioria, eram de Toledo e das comunidades rurais próximas que ainda não tinham escolas. Para atender esse público, a instituição manteve um sistema de internato misto, onde os alunos ficavam alojados na escola e recebiam uma educação em período integral, como estava previsto em seus documentos curriculares (COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

Muitas famílias de outras cidades enviavam seus filhos para serem alunos da “escola das irmãs”, pois entendiam que esse fator se constituía num distintivo em sua formação. Na lista da primeira turma, de 1948, onde constam o nome, a idade e a localidade de origem de cada estudante, é possível identificar alunos das seguintes localidades: Porto Britânia; Cascavel; Lopei; Santa Helena; Sol de Maio; Porto Mende e Toledo. Devido à distância dessas localidades e à precariedade das estradas, somado às dificuldades dos meios de locomoção, a presença diária nas aulas tornava-se difícil. Por isso, o Incomar trabalhou em regime de internato e semi-internato (SAWTCZUK, 1985; COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1948).

No período em que funcionou o regime de internato, a instituição manteve o modelo de educação implementada nos internatos católicos em todo país, que estava pautada num modelo de formação cuja ênfase estava nas questões moral, cívica e religiosa. O internato era um espaço pedagógico que deveria ser capaz de

propiciar aos alunos as virtudes desejáveis, associadas à instrução. Dilson Gonzaga Sampaio destaca que o regime educacional de internato se constituiu num espaço educativo com características próprias, um modelo de isolamento composto por várias regras, com um conjunto de ações orientadas por seus agentes educativos (SAMPAIO, 2016).

Nos séculos XIX e XX, o modelo de educação asilar tornou-se muito comum na Europa, tendo aumentado especialmente o número de instituições destinadas a atender às elites. Sobre esse contexto histórico e as características dessas instituições, Paula Leonardi explica que:

Frequentemente com um público de classe média e alta, as escolas católicas no pós-guerra, tanto para meninos quanto para meninas, privilegiaram o internato a fim de fazer face aos apelos das diversões das metrópoles, em um momento em que a industrialização e o avanço da tecnologia se confrontavam com noções tradicionais de hierarquia e autoridade. A identidade de valores entre as famílias e os colégios foi ponto importante para o sucesso da empreitada e para a formação de redes de sociabilidades que acompanhariam os alunos e as alunas por toda a vida (LEONARDI, 2016, p. 184).

Grande parte desses espaços educativos foram criados e mantidos por Congregações religiosas, que intentavam, por meio da vida reclusa, transmitir os valores e as doutrinas católicas. A proposta pedagógica da educação num espaço reservado, “isolado do mundo”, estava relacionada à possibilidade de vigilância e de controle constantes. Isso significava que as escolas em regime de internato guardavam, ensinavam e defendiam as “almas frágeis” que poderiam facilmente receber más influências externas. Assim, a função da educação nos internatos era “preparar para a vida”, fortalecer de tal forma os alunos que, ao voltarem para o “mundo exterior”, estariam protegidos da corrupção e em condições de atuarem como agentes de recristianização da sociedade (ARRUDA, 2011; LEONARDI, 2016).

Durante os anos de 1940, os colégios que funcionavam em regime de internato e o ensino de orientação religiosa como um todo ganharam destaque no Brasil, pois se propunham a oferecer uma formação integral, com particular ênfase na veiculação de elementos da fé cristã. Ao enviarem seus filhos para essas instituições, partes da população, especialmente as elites locais que se empenhavam para a sua manutenção, acreditavam estar oferecendo uma educação

completa, baseada na disciplina e nos princípios católicos (LINS, 2006; SOUZA, PACHECO, 2014).

A educação em regime de internato do Incomar enfatizava a instrução cristã, numa clara demonstração de que a escola tinha o objetivo de ensinar os alunos a partir das disciplinas científicas, mas não só; pretendia, sobretudo, oferecer uma formação pautada no ideário doutrinal da Igreja. Por meio da prática das virtudes e preceitos católicos, o “caráter dos alunos seria moldado”. A instituição dava uma ênfase especial nos seguintes aspectos: rigor disciplinar; ordenação do espaço escolar; práticas cotidianas e utilização do tempo escolar (COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1948).

Os internatos católicos sempre foram instituições que desenvolveram um modelo educacional baseado nos bons costumes. Funcionavam sob a lógica da autoridade e da vigilância, de maneira que fosse assegurado um determinado comportamento e evitados possíveis desvirtuamentos dos alunos. Para efetivar tais propostas, o modelo educacional implantado nessas instituições procurava formar nos alunos uma identidade cultural/religiosa própria da Congregação mantenedora. Segundo Justino Magalhães, essas instituições educativas de reclusão “são instituições que mobilizam, através de uma ideologia. Com vista a uma meta e uma identidade cultural” (MAGALHÃES, 2004, p.65).

O forte rigor disciplinar proposto pela pedagogia vicentina no regime de internato misto, que funcionou no Incomar até o ano de 1955, teve a função estratégica de fortalecer o projeto da Igreja de formar bons cristãos e cidadãos exemplares, e acabou por contribuir com o projeto do Estado, que previa o disciplinamento da sociedade e a rigorosa obediência à ordem instituída. A escola usou os mais variados mecanismos, visando a fiscalizar procedimentos e controlar condutas que destoassem dos preceitos educativos propostos pela pedagogia vicentina. Para tal, as irmãs professoras acompanhavam todas as atividades desenvolvidas pelos alunos (ARRUDA, 2011; COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

A imagem a seguir, de uma irmã professora servindo lanche, exemplifica a proposta de acompanhamento constante dos alunos, nos mais diferentes momentos escolares. A fotografia foi tirada na parte dos fundos do Colégio, um pátio destinado especificamente para atividades coletivas. O local é bem característico de regiões

em vias de colonização, com plantação de gramas e cerca de madeiras, instalações simples, feitas pela comunidade local, com madeiras doadas pela empresa MARIPA.

Figura 27: Alunos do internato misto no horário do lanche, 1949.



Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

Na fotografia aparecem meninos e meninas, porque neste período ainda vigorava no Incomar o regime educacional de internato misto. A proposta formativa do internato era a valorização dos conteúdos humanístico e de formação geral, mas não só, pois havia também uma grande preocupação por parte das irmãs vicentinas em trabalhar as matérias escolares, para que as alunas pudessem ter uma formação científica sólida.

Em 1955, quando se instalou em Toledo a Congregação dos Irmãos Lassalistas, e foi criado o Colégio La Salle, instituição cuja ênfase era a educação escolar de meninos, o regime de internato do Colégio Vicentino Incomar deixou de ser misto, passando a ser apenas internato de meninas (GERAÇÃO EM REVISTA, 1973).

5.3.8 Internato feminino

A partir de 1955, o Colégio Incomar restringiu sua atuação educacional à formação de meninas. Com a ampliação e o melhoramento do espaço escolar, e a ampliação de vagas para o internato feminino, muitas famílias de Toledo e de outras cidades da região levaram suas filhas para estudar na instituição.

O internato feminino do Incomar, a exemplo dos demais internatos católicos destinados a esse público, foi fortemente marcado pela transmissão dos ideais católicos, que pretendiam contribuir para a formação de meninas que se tornariam boas esposas, com refinamento, boas maneiras e rigorosa disciplina. De acordo com essa proposta educativa, o ensino ministrado seria para todos os momentos da vida, visando a modelar o caráter das alunas, tendo como princípio a prática da virtude e a assimilação do bom exemplo transmitido pelas irmãs (COLÉGIO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

A criação e manutenção de internatos femininos em todo Brasil contaram sempre com a anuência, apoio financeiro e político do Estado e das elites locais. As escolas confessionais não se dissociavam do campo político; pelo contrário, apropriaram-se de estratégias que legitimavam suas ações no campo educativo. No caso de Toledo, a ampliação das estruturas do Colégio para albergar o internato feminino só foi possível mediante uma aliança entre a Igreja, o Estado e a empresa MARIPA - representante da elite local. Esta, por meio da doação de terrenos e madeiras; o Estado mediante subvenções que foram revertidas em bolsas de estudos; e a Igreja, com um modelo de educação que reforçava os princípios da fé católica numa localidade que estava em processo de colonização (GONÇALVES, 2014; GERAÇÃO EM REVISTA, 1973).

Como parte do ideário doutrinal da Igreja, as alunas dos internatos católicos deveriam agir com humildade, recorrer sempre a Deus e entregar-se à sua misericórdia. Nas relações interpessoais, elas deveriam ter atenção, apoio, complacência sem exagero e deferência sem lisonja. Na relação consigo mesma, a interna deveria ter modéstia severa, humildade sincera, mortificação conservada, paciência a todas as provações. Para com seu espírito, tinha de ser sábia e ter desconfiança de suas ideias, ignorância feliz de seus méritos e santo uso de seus talentos (PILLA, 2016; GIORGIO, 1986).

A manutenção das alunas nos internatos exigia um grande investimento financeiro. Suas famílias tinham obrigações com as mensalidades, com o enxoval e com outras despesas que tinham no decorrer do ano. No Incomar, conforme consta do Regimento Interno, o objetivo da educação era formar mulheres com caráter cristão (COLÉGIO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

Concomitante ao internato funcionou a Casa de Formação religiosa das Filhas da Caridade, que atendeu meninas com vocação religiosa que ingressavam para cumprir as etapas estabelecidas pela Congregação e se tornarem irmãs vicentinas⁴⁸. Nas fotografias abaixo, das décadas de 1950 e 1960, respectivamente, é possível observar as alunas internas e as Filhas de Maria, meninas que se preparavam para dedicarem-se à vida religiosa.

Figura 28: Alunas do internato e da Casa de Formação, décadas 1950 e 1960, respectivamente.



Fonte: Acervo do Colégio Incomar.

⁴⁸Esta foi a primeira Casa de Formação religiosa da região oeste do Paraná. As etapas a serem cumpridas pelas internas para ingressarem na vida religiosa, à época, eram as seguintes: **1) Aspirantado**, que tinha a duração de um ano. Nessa etapa as meninas tinham os primeiros contatos com as freiras; adquiriam uma compreensão geral da realidade da Companhia. **2) Postulantado**, tinha a duração de um ano e meio. Nessa etapa as moças eram inseridas nas atividades cotidianas das irmãs: rezas; exercícios espirituais, entre outras. Porém, ainda não eram consagradas. **3) Noviciado**, uma etapa de formação teológica. Período de estudos das constituições da Companhia, dos principais documentos da Igreja, dos votos, da liturgia, da vida e história dos santos da Companhia. Em síntese, essa etapa era caracterizada pela dedicação a oração e ao estudo. **4) Irmã jovem**. Essa última etapa antes da Consagração tinha duração de quatro a sete anos. O principal propósito era a preparação para fazer os votos pela primeira vez, que depois seriam anualmente renovados, conforme preveem os Estatutos da Companhia (MARILLAC, 1983; SÃO VICENTE DE PAULO, 1960; VALENGA, 2015).

Na primeira imagem da esquerda para direita, com as alunas da Casa de Formação, podemos observar que na década de 1950, a instituição contava com um número elevado de meninas se preparando para o ingresso na vida religiosa. Na fotografia são cinquenta e três alunas e cinco irmãs professoras ao centro. A imagem contempla elementos interessantes: o vestuário das meninas, todas com vestidos brancos e adereços no cabelo, provavelmente um véu, algo comum para as religiosas; a presença das irmãs vicentinas ao centro, mostrando o constante acompanhamento que era feito com alunas.

A segunda fotografia, do final da década de 1960, é das alunas do internato, que não seguiriam na vida religiosa. Embora não fosse obrigatório o uso do uniforme, na imagem é possível observar que as alunas estão com roupas semelhantes, indicando que houve um agendamento prévio para o dia da fotografia. Outro elemento interessante da imagem é o olhar descontraído e sorridente das internas, bem diferente das alunas da Casa de Formação religiosa.

Ao ingressarem como internas da instituição, as meninas deveriam ter um enxoval específico, que ia desde tecidos para confeccionar as suas próprias roupas, como pertences de higiene pessoal e objetos para organização do quarto, tais como: colchão, cobertas, fronhas, entre outros. A proposta educativa do internato feminino estava pautada na ênfase em disciplinas de formação geral e profissional das alunas, isso se justificava porque muitas das internas não prosseguiram os estudos, era pequena a incidência de moças no ensino superior. Por isso, havia uma clara preocupação que as alunas aprendessem trabalhos manuais. Formar jovens orientadas para os trabalhos úteis à família e com habilidades para desempenhar os deveres de qualquer posição social, constituía-se no objetivo do internato do Incomar.

Os trabalhos manuais eram: corte e costura, bordados e crochê; ensino de pintura, costura lisa, trabalhos de lã, feitura de flores de escama de peixes, desenho artístico, confecção de tapetes, forros, jogos de quarto e cozinha, entre outras peças que poderiam compor um enxoval para a menina, futura esposa e mãe (COLÉGIO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1961).

Figura 29: Trabalhos manuais das alunas internas, década de 1950.



Fonte: Acervo da Casa Geral das Filhas da Caridade, Curitiba.

Na imagem acima, da década de 1950, as alunas do internato sob a orientação de uma irmã vicentina, estão fazendo aulas de corte e costura e bordados. A fotografia foi tirada no período de contra-turno, numa sala destinada especificamente para as aulas de trabalhos manuais, como pode ser verificado no mobiliário e objetos. Ao centro vemos uma mesa retangular de grande comprimento, apropriada para cortar tecidos; ao redor da mesa as máquinas de costura e bordados, sendo usadas pelas alunas. Os objetos escolares servem de indícios para a compreensão da organização pedagógica de uma determinada instituição educativa e auxilia a entender as práticas educacionais de um determinado período histórico. Rosa Fátima Souza salienta que os objetos escolares “manifestam um certo modo de entender e praticar o ensino, além de instituírem um discurso e poder, eles informam valores e concepções subjacentes à educação” (SOUZA, 1998, p. 223).

Aliado aos trabalhos manuais, as alunas tinham as disciplinas de Comportamento e Economia Doméstica, como pode ser verificado nos boletins dos egressos do Incomar. Por meio dessas disciplinas, as moças seriam preparadas para serem donas de casa exemplares. As famílias quando envidavam esforços

para manter suas filhas no internato tinham a convicção que estavam oferecendo a elas uma educação refinada com bons modos e instrução severa.

5.4 O Colégio Vicentino Incomar e as obras educacionais e assistenciais adjuntas

A primeira obra educacional e assistencial do Colégio Incomar foi a implantação da associação denominada de “Ação Social São Vicente de Paulo”, entidade filantrópica de Utilidade Pública Federal, criada pelo Decreto-Lei nº 50.280/61. No início da década de 1960, devido à mecanização agrícola, muitos pequenos agricultores venderam suas propriedades rurais e migraram para área urbana de Toledo, criando os bairros mais retirados da região central da cidade, com condições de infraestrutura precárias. O êxodo rural ocorrido no período resultou num aumento do número de meninos em situação de mendicância. Sem alternativas de trabalho e, em muitos casos, sem escolas públicas para frequentar, essas crianças e adolescentes aglomeravam-se no centro da cidade para pedir esmolas.

O Incomar atendia apenas os filhos das famílias mais ricas da cidade, que tinham condições financeiras de custear os estudos de seus filhos. Não realizava nenhum trabalho pedagógico voltado para os setores mais pobres, como previam os estatutos da Congregação vicentina. Contudo, no dia 30 de setembro de 1961, a irmã Luiza Menin, professora do Colégio, iniciou um trabalho de visitação às famílias em situação de vulnerabilidade social e organizou, no prédio do Colégio, um projeto social e assistencial que tinha o propósito de alimentar as crianças pobres.

Em 1962, as religiosas ampliaram as atividades da Ação Social São Vicente de Paulo, passando a oferecer gratuitamente cursos de alfabetização para adultos e cursos de trabalhos manuais para os meninos, tais como: tricô, crochê, corte e costura, tecelagem, artesanatos em couro, bordados e pinturas. Nos anos seguintes, as irmãs passaram a atender toda a comunidade, criando cursos para gestantes, cursos de domésticas e curso de primeiros socorros.

A partir de 1973, o trabalho assistencial das vicentinas voltou-se para a educação infantil gratuita. Abriram uma creche para atender meninos e meninas dos setores mais pobres da sociedade, que não tinham acesso à escola privada e não eram assistidos pelo poder público. Neste mesmo período, elas iniciaram outros

projetos sociais que ganharam destaque na cidade, como: Guarda Mirim, Clube dos Jornaleiros e Clube dos Engraxates, todos destinados aos meninos pobres, que viviam em situação de risco social, sem amparo da família e do Estado.

Figura 30: Meninos atendidos pela Ação Social do Incomar: Guarda Mirim; Clube dos Jornaleiros e Clube dos Engraxates, respectivamente (década de 1970).



Fonte: Acervo da Ação Social São Vicente de Paulo, Toledo.

A partir de 1982, a Ação Social adquiriu seu prédio próprio e ampliou seu leque de serviços à comunidade, passando a oferecer serviços educacionais gratuitos para meninos de 07 a 17 anos, oferecendo-lhes atendimento psicológico, odontológico, alimentação, reforço escolar e momentos de recreação. Para alinhar suas práticas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a entidade reformou seu programa no ano 2000. Segundo consta dos documentos, depois deste período, os meninos deixariam de “desenvolver educação pelo trabalho, mas são inseridos em atividades pedagógicas respeitando as diferentes características e o crescimento intelectual, emocional e social” (HISTÓRICO DA AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO, 2003).

Os adolescentes recebiam cuidados de higiene, alimentação, aulas de reforço, cursos profissionalizantes, cursos de informática, cursos de canto, arte marciais e práticas esportivas.

Diferentemente do Incomar, cujo público alvo eram as meninas, filhas das famílias da elite local, a Ação Social ocupou-se em atender os meninos, para que esses se tornassem “homens dignos”, dedicados ao trabalho e praticantes de uma

religião. Para tal, foram criados cursos profissionalizantes, muitos dos quais existem ainda hoje: eletricidade predial básico, modelagem e costura, panificação, tecelagem, artesanatos, auxiliar de dentista, tapeçaria e marcenaria (AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO, 2011).

Nesse mesmo contexto de inserção das Filhas da Caridade na comunidade por meio dos serviços sociais, foi criada, em 1984, a Casa Estanislava Perz⁴⁹, no Bairro Esperança, à época um dos mais pobres da cidade. Segundo consta da ata de fundação (ANEXO R), a finalidade da instituição seria atender, material e espiritualmente, a comunidade mais pobre de Toledo, por meio do contato direto das irmãs com as famílias carentes. As primeiras vicentinas da Casa foram as irmãs Alice Lopes Batista, Irene Roman e Barbara Valenga.

A criação das obras educacionais e assistenciais adjuntas do Incomar foi impulsionada por um forte senso de vocação e missão das irmãs, que procuraram servir aos mais necessitados inspiradas nas palavras de Vicente de Paulo. Ele instruíra as Filhas da Caridade a servirem aos pobres e doentes e, ao fazê-lo, deveriam saber que, embora fossem eles “rudes e maltrapilhos”, ao virar a medalha, as vicentinas veriam “Jesus Cristo nos pobres” (SÃO VICENTE DE PAULO, 1960).

Embora o ideário vocacional que motivou as irmãs tenha de ser levado em consideração, há que se destacar o caráter diferenciador das obras adjuntas que, de algum modo, contribuíram para legitimar a estratificação social, pois oferecia aos meninos pobres apenas capacitação técnica e profissional, sendo um mecanismo para solucionar um problema social que gerava desconforto na comunidade. Nos relatos históricos da Ação Social, está dito que “numerosos eram os meninos que perambulavam pelas ruas, noite e dia, sem orientação e direção. Eram apenas crianças, mas cresciam e estavam se tornando pavor e objeto de repugnância para a sociedade” (AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO, 2011, p. 14).

As atividades sociais adjuntas foram mecanismos que a Igreja, por meio do Colégio Incomar, usou para satisfazer as necessidades materiais e educacionais mínimas das crianças em situação de vulnerabilidade e, assim, evitar conflitos sociais e garantir a ordem.

⁴⁹O nome da Casa Estanislava Perz é uma homenagem à primeira irmã vicentina que veio a Toledo, antes mesmo da instituição formal do Colégio Incomar. Era Visitadora da Província vicentina de Curitiba no período em que seria criado o Colégio. Por isso, atendendo orientação da Superiora Geral da Província, Perz visitou Toledo para verificar a viabilidade de as vicentinas se instalarem na cidade.

Essas obras explicitavam a distinção entre os diferentes setores sociais, pois admitiam que os meninos pobres precisavam ser educados, porém deveriam receber uma educação profissionalizante, bem diferente daquela verticalizada que era oferecida na instituição destinada às meninas, filhas das classes dirigentes locais. A proposta educativa desenvolvida pela Ação Social estava centrada no cuidado moral e na tentativa de modelar o caráter dos meninos, tendo a finalidade de formá-los como bons cristãos e honestos cidadãos.

Diferentemente do Colégio Incomar, cujo projeto educacional era pautado na formação integral, com base na aprendizagem de conteúdos científicos que pretendiam preparar as alunas para o exercício de funções de comando na sociedade, a obra educacional adjunta tinha caráter eminentemente assistencialista. A ideia prevalente era da necessidade de profissionalizar os meninos para que esses, ao tornarem-se adultos, tivessem um ofício. Assim, o trabalho assistencial das vicentinas não era no sentido de incluir os alunos dos setores populares no Incomar, mas sim inseri-los nos projetos sociais profissionalizantes.

CONCLUSÃO

A análise dos dados revelados pelas fontes durante a realização da pesquisa demonstrou que na região oeste do Paraná o processo de escolarização esteve diretamente relacionado com as questões religiosas. A educação escolar fez parte da ocupação regional e esteve inserida num conjunto que aliava economia, posse da terra, desenvolvimento regional e religião.

Embora os órgãos públicos e as empresas responsáveis pela colonização planejada e empresarial, na segunda metade da década de 1940, tenham propalado o mito da existência de um “vazio demográfico”, a região passou por várias fases em seu processo de ocupação, sempre alinhadas ao cenário nacional e internacional de desenvolvimento das forças produtivas, atendendo aos interesses dos grupos sociais que no período detinham o poder econômico e faziam valer seu domínio. A educação escolar, por sua vez, não esteve desarticulada dessa conjuntura sócio-política e econômica.

A partir da década de 1940, por meio de incentivo do governo federal, e sob os auspícios do nacionalismo, o oeste paranaense foi intensivamente povoado. Nesse período, devido à aceleração da industrialização nos grandes centros e à expansão agrícola na região Sul, o país passou por um rápido crescimento populacional e um acelerado desenvolvimento do agronegócio. Isso resultou, para os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul, na desapropriação de suas terras e, conseqüentemente, na concentração das propriedades rurais nas mãos dos grandes fazendeiros.

Assim, devido a essas novas condições sociais determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, muitos foram impelidos a migrar, constituindo novos núcleos populacionais em diferentes regiões do país, trazendo consigo, além de suas características étnico/culturais, também claras percepções sobre a importância da educação escolar. Tal fato convergia com as ideologias políticas do Governo Vargas, que concebia a educação escolar como elemento essencial para a reconstrução da sociedade brasileira e como a principal solução para os problemas do país.

O projeto de Vargas pautava-se pelo discurso de desenvolvimento que buscava conquistar uma hegemonia econômica no país, o que acabava por explicitar a indistinção entre as esferas pública e privada que predominava no Brasil

naquele período. O Governo tinha no empresariado nacional seu maior aliado. Por isso, o programa de Marcha para o Oeste, divulgado como um programa nacionalista e de interesse do Estado, em sua aplicação na colonização do oeste do Paraná fez parte de um projeto econômico/empresarial de ocupação produtiva da terra que visava sua integração ao sistema capitalista de produção. A base desse projeto era a doação de terras públicas para empresas que, depois, as venderam com lucros grandiosos.

O projeto que desembocou na ocupação planejada do oeste paranaense tinha o claro propósito da ocupação produtiva das terras da região e sua imediata incorporação ao modelo capitalista de produção. Embora o projeto de ocupação planejada tivesse o incentivo e o amparo legal dos governos federal e estadual, foi a iniciativa privada, por meio de empresas imobiliárias, que coordenou todo o processo de colonização.

As empresas colonizadoras se empenharam para construir uma infraestrutura básica que visava, além de incentivar a permanência dos primeiros migrantes, atrair novos compradores para a região e, em última instância, aumentar seus lucros com o empreendimento. Nesse contexto, a existência da escola, ou a perspectiva de sua imediata instalação, fazia parte dos itens que contribuiriam para o sucesso dos negócios das colonizadoras.

Os migrantes vinham em busca de novas oportunidades e viam a educação escolar como um elemento necessário para a formação da nova comunidade. A educação fazia parte das crenças e esperanças que moveram as frentes de ocupação na região. Muitos migrantes, em suas localidades de origem, eram impossibilitados do acesso à escola. Por isso, viam na nova realidade geográfica e social a possibilidade da educação escolar para seus filhos. Apostaram nela e reafirmaram na comunidade a ideia que não era possível ter uma “cidade sem escola”. Essa mentalidade estava em consonância com o desenvolvimento capitalista do período, que entendia como necessário que as pessoas soubessem, ao menos, ler e escrever para fazer as atividades comerciais elementares como: ir ao banco, comprar e vender, fazer negócios.

O eixo central que confluía no movimento migratório para o oeste paranaense era composto dos seguintes itens: terra, trabalho, família e escola. A educação escolar fazia parte dos anseios dessas pessoas, que tinham na escolarização de seus filhos uma possibilidade de ascensão social. Os órgãos públicos e empresas

responsáveis pela colonização elevaram a educação escolar a uma condição de elemento garantidor de uma prosperidade futura, relacionando-a ao caráter comercial do empreendimento da colonização.

O programa do Governo Vargas, denominado de Marcha para o Oeste, responsável por viabilizar a instituição da escola no oeste paranaense, foi ideologicamente sustentado pelos grupos que detinham o poder no Brasil naquele momento e contou com um forte apoio da Igreja Católica, que estreitou suas relações com o governo e disso tirou proveito, tendo suas demandas atendidas pelo Estado. Este, por sua vez, beneficiou-se da influência da Igreja junto à população, justificando e legitimando o novo governo. Aproveitando essa aliança com o Estado, a Igreja Católica trabalhou para ampliar seu controle no campo educacional, tendo como causas principais o retorno do ensino religioso nas escolas públicas e a criação e manutenção de escolas confessionais em todo o Brasil.

Essa estratégia da Igreja Católica de expandir e consolidar seu poder mediante a criação de instituições educativas teve uma particular incidência em regiões de colonização recente, quando a sociedade ainda estava em vias de construção de seus valores. Nessas localidades, a Igreja, por meio das atividades desenvolvidas por suas instituições educativas, incitava uma participação social permeada pelos princípios católicos, transformando o *ethos* - sistemas de esquemas implícitos de ação e apreciação da comunidade- em ética: conjunto sistematizado de normas explícitas, ancoradas nos pressupostos doutrinários da Igreja.

Nos municípios criados durante a colonização planejada do oeste paranaense, as escolas eram construídas no entorno das igrejas e muitas vezes estas serviram de escolas ou vice-versa. As escolas criadas nesse período contaram com o apoio da Igreja, que implementou ações que visavam a garantir o controle do magistério e a formação educacional das famílias migrantes, contribuindo para criar, no contexto da colonização, uma aliança entre educação escolar e religião.

A aliança entre Igreja e Governo para a criação e manutenção de instituições educativas foi muito comum em regiões de colonização recente. A estratégia era parte importante do programa educacional católico, ainda sob a influência doutrinária do Concílio Vaticano I, de implementar um projeto de organização e funcionamento racional e disciplinado da sociedade que, por sua vez, esteve em consonância com as propostas políticas e ideológicas do Estado, de garantir a formação de uma sociedade ordeira.

A educação escolar foi uma importante aliada para o sucesso do projeto de recatolização da sociedade brasileira, empreendido pela Igreja. Ela ocupou um espaço primordial na condução dos objetivos do movimento de renovação e tornou-se um meio de ratificar o saber da Igreja em um contexto no qual o Estado reivindicava para si o direito de controlar a educação. O trabalho católico no campo educacional esteve alinhado às propostas doutrinárias da Santa Sé de “restaurar todas as coisas em Cristo”. Isso significava que a educação, bem como tudo aquilo que a ela dizia respeito (formação docente, métodos pedagógicos, livros e tudo o mais), deveria estar em conformidade com as orientações eclesiais. Em outras palavras, era a incisiva afirmação de que a única e possível verdade estava depositada no berço da tradição eclesial.

No oeste paranaense, por se tratar de uma região que estava recebendo fluxos migratórios intensos, a escola se constituiu num dos principais elementos do eixo de concentração das atividades da comunidade e contribuiu para estabelecer a identidade da região em formação. Por isso, a Igreja empenhou-se para consolidar seu projeto de doutrinação, utilizando como um de seus principais instrumentos a educação escolar.

A partir da instalação da República e da separação formal dos poderes temporal e espiritual, a Igreja, sem a interferência do Estado em suas questões internas, deu particular atenção para a criação de instituições educativas, pois a educação seria um meio eficaz para recatolizar a sociedade. O alto clero brasileiro recorreu às Congregações religiosas estrangeiras, masculinas e femininas, para atuarem no campo da educação escolar.

Vindas da França, as vicentinas se instalaram em Mariana, Minas Gerais, num contexto de expansão das atividades pastorais e educacionais da Igreja. A vinda das religiosas e a organização de suas obras podem ser situadas dentro do contexto de interesses do Estado Imperial e do grupo liberal que nos anos seguintes se firmou na República. No Paraná, as primeiras vicentinas chegaram em 1904 e se estabeleceram na cidade de Curitiba. Eram polonesas e vinculadas à Província Vicentina de *Chelmo*. No início da colonização planejada do oeste do Paraná, em 1948, as Filhas da Caridade da Província Vicentina de Curitiba foram enviadas a Toledo, primeiro núcleo urbano da região, com o propósito de realizar um trabalho voltado para o campo da educação escolar.

As atividades das irmãs em Toledo representaram a primeira iniciativa educacional empreendida para o oeste paranaense no período da colonização planejada, que ocorreu mediante uma aliança que envolveu a Igreja Católica e a empresa MARIPA, resultando na criação do Colégio Vicentino Incomar. A colonizadora, representante da classe dirigente local, deu incentivo à construção da escola por meio da doação de terrenos e madeiras visando à melhoria de seu empreendimento. A Igreja, por meio da Congregação vicentina, implementou um modelo de educação escolar que reforçava os princípios da fé católica.

A implantação do Colégio Incomar em Toledo ocorreu ainda na primeira fase da expansão do catolicismo na região oeste, antes da instalação da diocese em 1960. Diferentemente do que ocorria no restante do país, onde a disputa pelo magistério na sociedade era grande e os embates entre a Igreja e os defensores da escola pública estavam em franco recrudescimento, em Toledo houve um pacto colaborativo entre a Igreja, a administração pública e o poder econômico local. Ao criar a escola, o objetivo católico era tal como preconizavam os documentos conciliares: oferecer àquela sociedade um modelo educacional pautado no princípio de formação humana. A educação, conforme concebida pela Igreja, era o baluarte da sociedade. Por isso, era dever seu cumprir a missão de formar bons cristãos e virtuosos cidadãos, mediante uma educação escolar cristã.

As famílias dos migrantes radicados em Toledo acreditavam que a Igreja, representada pelo Colégio Incomar, proporcionaria uma educação sólida a seus filhos, que estaria alicerçada nos seguintes valores: civilidade; respeito à pátria e desenvolvimento integral do sujeito. Para essas famílias, a existência da instituição educativa confessional era a garantia de que as novas gerações receberiam instrução baseada em princípios cristãos. Para a Igreja, criar uma escola numa localidade que estava em processo de colonização representava controlar o magistério daquela sociedade, um importante instrumento de influência da população, e com isso garantir que as futuras gerações professassem e defendessem a fé católica.

A educação desenvolvida pelo Colégio Incomar estava de acordo com as propostas pedagógicas da Congregação Vicentina, que afirmava que a formação intelectual do sujeito dependia de seu arcabouço moral e espiritual. Nesta perspectiva, era exigido que a educação escolar tivesse uma vertente moralizante e contemplasse valores como: incentivo à bondade em relação ao próximo; cultivo das

virtudes cristãs da paciência e da humildade; obediência às autoridades civis e religiosas; amor à pátria e manutenção da ordem social. Em sendo executado tal ideário, a escola teria condições de formar o sujeito civilizado, identificado como o bom cristão e, conseqüentemente, bom cidadão, atendendo assim, ao ideal almejado pela Igreja e pelo Estado.

O esforço despendido pelo Incomar visava à formação de indivíduos fiéis a Deus, de famílias bem estruturadas e cumpridores dos deveres cívicos. Para tal, a instituição, desde o início de suas atividades escolares, trabalhou com o regime educacional de internato, modelo pautado numa educação moral e cívica, marcado por um forte rigor disciplinar.

De 1948 a 1955 funcionou no Colégio Incomar o modelo de internato misto. Em 1956, a instituição centrou sua atuação na educação escolar de meninas, mantendo o internato feminino até o ano de 1978. Ao ingressarem no internato, as jovens recebiam uma educação com ênfase nas virtudes cristãs pregadas pela Igreja e pelos segmentos conservadores da sociedade. O internato foi um instrumento eficaz que a Igreja usou para difundir os preceitos da fé católica e para reforçar seu poder e sua influência nos rumos daquela sociedade.

O Incomar se empenhou para formar jovens cultas, polidas, sociáveis como a sociedade exigia, mas, acima de tudo, moças que fossem católicas convictas, que difundissem, na família e na sociedade, os princípios da fé. A instituição procurou, por meio de sua prática pedagógica, cumprir os objetivos da Igreja, do Estado e da comunidade local, de ofertar às meninas uma formação pautada em sólidos valores morais que fossem eficazes para prepará-las para darem continuidade à tradicional função de mãe católica, responsável pelo espaço familiar, pela formação dos filhos nos preceitos da Igreja, porém, com novas habilidades, com polimento social e esmero intelectual.

Há que destacar, todavia, que o altruístico trabalho de caráter humanitário desenvolvido pelas religiosas, que envolvia forte senso de missão, sacrifício e sublimação, quando analisado a partir de uma perspectiva crítica, revela as deficiências e incapacidades do poder público, que transferia suas tarefas para as Congregações religiosas. Embora imbuídas de boas intenções, as ações das freiras serviram para encobrir problemas causados pela incapacidade do Estado em atender às necessidades básicas da população. A partir de uma visão teológica que naturalizava a condição social dos indivíduos, a atuação das vicentinas em Toledo

acabava fortalecendo a manutenção de uma determinada ordem social, injusta e desigual.

A investigação revelou que o Colégio Vicentino Incomar exerceu um importante papel no conjunto das relações sociais, sempre procurando reforçar os pactos de colaboração recíproca entre a Igreja, o Governo e os grupos que detinham o poder e exerciam influência sobre a sociedade. Num contexto onde poucos tinham acesso aos estudos, menor ainda era o número de pessoas que poderiam pagar para estudar naquela escola, assim, os alunos do Incomar constituíam-se num grupo privilegiado, que recebiam uma formação adequada para a ocupação de postos no comando político local, contribuindo para a formação da embrionária elite de Toledo.

As práticas escolares da instituição diferenciaram e moldaram o seu ensino e confirmaram sua identidade específica enquanto escola confessional, que se empenhou em fazer da educação um espaço de explicitação das doutrinas da Igreja sobre a pessoa humana e a sociedade. As irmãs que atuaram em Toledo souberam adaptar a proposta educacional vicentina às necessidades da comunidade local, que se preocupava em ver seus filhos atuantes na sociedade, com um ensino voltado para a formação do caráter cristão.

Assim, predominou a imagem do Colégio Incomar como uma instituição educativa de qualidade, sendo esta ideia associada à disciplina imposta pela escola e por seus professores, pela erudição dos docentes, bem como pelo sucesso dos seus ex-alunos na vida acadêmica e social. O Colégio era considerado um lugar social reservado àqueles que pudessem pagá-lo, no caso, as camadas médias e superiores da sociedade. Os alunos oriundos desses setores sociais tinham como opção o ensino secundário e, ao concluí-lo, poderiam seguir para outras cidades para ingressar no ensino superior, retornando posteriormente a Toledo para assumir cargos de destaque na sociedade.

Além dos conteúdos prescritos pelas políticas educacionais vigentes, fazia parte do ideário educativo implementado pelas Filhas da Caridade uma série de recursos metodológicos, tais como: competições, passeios, expressões artísticas, práticas religiosas, cumprimento das normas e deveres, vivência da boa moral e dos bons costumes, possibilitando, além do crescimento intelectual, o crescimento humano, religioso e cristão, orientando o projeto de formar o bom cristão e o bom cidadão que aquela sociedade almejava.

A pesquisa explicitou, enfim, que no oeste paranaense a institucionalização da educação esteve inserida num conjunto que congregava migração, posse da terra e religião. Assim, o modelo de escola que foi implantada na região se constituiu como subsidiária, ora do desenvolvimento econômico, ora da religião, sempre atendendo aos interesses de determinados grupos privados atuantes em espaços públicos. A educação escolar foi concebida no interior do processo histórico e social e tornou-se parte integrante dele. Ela não se constituiu por si só, mas foi organizada na sua relação com a sociedade, no interior do processo social, e esteve intrinsecamente envolvida com a história e a evolução da sociedade, recebendo uma forte influência religiosa, no caso da cidade de Toledo uma influência marcadamente da Igreja Católica. Não há como negar que o catolicismo foi determinante para a institucionalização da educação da cidade, para a formação dos valores morais e religiosos e na preservação da ordem social, política e econômica.

A presente investigação oferece subsídios para o entendimento da atuação da Congregação das Filhas da Caridade da Sociedade Vicente de Paulo no Brasil e também auxilia na compreensão da obra vicentina no conjunto da educação católica brasileira e da relação Estado/Igreja. A pesquisa contribui para a localização e recuperação de fontes sobre a colonização do oeste paranaense e sobre a instituição da educação escolar na região, muitas das quais já se encontram deterioradas pela ação do tempo, o que dificulta seriamente a sua leitura, permitindo, com a nossa intervenção, facilitar o conhecimento do seu aporte documental por parte dos futuros pesquisadores e do público em geral.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO. **Revista comemorativa dos cinquenta anos da Ação Social São Vicente de Paulo**. Toledo, 2011.

AGNELO, Dom G.M. **Plano de Pastoral de Conjunto da Diocese de Toledo: 1979 - 1980**. Toledo, 1979.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Boletim Informativo: edição histórica em comemoração aos 50 anos da instituição**. Toledo, 1998. 03f.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Livro de matrículas do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria**. Toledo, 1953. 04 f.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Livro de matrículas do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria**. Toledo, 1952. 04 f.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Livro-atas: fundação do Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria**. Toledo, 1948. 02 f.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Regimento Interno do Colégio Vicentino Incomar**. Toledo: 1961.

COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Relação dos diretores do Colégio Incomar**. Toledo, 2015.

DIOCESE DE TOLEDO. **Diocese de Toledo: a Igreja Católica na fundação de Toledo**. Toledo, 1973c. 01f.

DIOCESE DE TOLEDO. **Diocese de Toledo: a luta pela Diocese**. Toledo, 1973b. 02f.

DIOCESE DE TOLEDO. **Diocese de Toledo: nosso bispado**. Toledo, 1973a. 01f.

FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **100 ANOS NO SUL DO BRASIL: 1904-2004**. Província de Curitiba: 2004.

FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO. **150 anos de presença das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Brasil: 1849 – 1999**. Casa Geral das Filhas da Caridade: Mariana, MG, 1999.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FOZ DO IGUAÇU. **Acervo da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu**. Direção eletrônica:
<<http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1179>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GERAÇÃO EM REVISTA. Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria. **Geração em Revista**. Toledo, v. 1, n.3, p.3-4, 1973.

HELLINGE, Pe. H. **Histórico do Seminário Cristo Rei**. Toledo. Texto mimeografado, 1979.

HISTÓRICO DA AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO. **Histórico da Ação Social São Vicente de Paulo**. Toledo: 2003.

HISTÓRICO DA DIOCESE DE TOLEDO. **Histórico da Diocese de Toledo: 1960-1985**. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

HISTÓRICO DO COLÉGIO LA SALLE. Histórico do Colégio La Salle. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1993.

HISTÓRICO DO INSTITUTO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Colégio Vicentino Incomar**. Toledo: 1965.

HISTÓRICO DO INSTITUTO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Colégio Vicentino Incomar**. Toledo: 1997.

IMAGENS VICENTINAS. **Fotografias históricas das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo**. Disponível em: <<http://stvincentimages.cdm.depaul.edu/>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A, 1951. **Carta de Ergon Berchet para Willy Barth**. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1951.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 26 de dezembro de 1958**. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1958. 6 f.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Documento enviado pela MARIPA à província Vicentina de Curitiba em 20 de novembro de 1947**. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1947.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Estatutos da Industrial Madeireira Colonizadora rio Paraná S/A, Porto Alegre, 13 de abril de 1946**. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1946.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. **Relatório do Plano de Colonização**. Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1955. 45 f.

JORNAL DOS DEBATES DO CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ. **Jornal dos debates do Congresso Legislativo do estado do Paraná**. Curitiba, 1910.

JORNAL TRIBUNA DO OESTE. **Jornal Tribuna do Oeste**: depoimento do padre Antônio Patui. Toledo, 1977. 01f.

LORANDI, Shirley. **Discurso da oradora da turma na ocasião de formatura da la turma do Magistério da Escola Normal Imaculado Coração de Maria.** Toledo, 30 de novembro de 1968.

MARIPA. **Panfleto de divulgação das terras no período da colonização.** Toledo: [Acervo do Museu Willy Barth de Toledo], 1949. 1f.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Acionistas da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A em 1958.** Toledo: 1958. 1f.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Discurso de Willy Barth ao Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1951.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Discurso do Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1951.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Jornal: **“A voz de São Paulo” veiculado pela Rádio Record em 15 de junho de 1951.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1951.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Mapa das principais obras no Oeste Paranaense (década de 1940).** Toledo, 1940. 1f.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Quadro de funcionários da MARIPÁ no período da colonização (década de 1950).** Toledo, 1949. 4 f.

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. **Revista do Globo “O Milagre de Toledo”.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth]. Toledo: 1951, p. 67-70.

O OESTE. **Jornal O Oeste. Ano I. n. 1, p.1. 06/09/1953.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1953.

O OESTE. **Jornal O Oeste. Ano II. n. 6, p.3 31/01/1954.** Toledo: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1954.

PARÓQUIA CRISTO REI. **Livro Tombo da Paróquia Cristo Rei.** Toledo, 1962.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. **Livro tombo da Paróquia São João Batista.** Foz do Iguaçu, 1924.

PATUI, P.A. **Cartas.** Toledo: *mimeo*, 1946. 47f.

PERBECHE, Pe.H. **A serviço de Cristo Rei:** esboço da vida e das atividades de padre Antônio Patui. Sociedade do Verbo Divino: Ponta Grossa, 12 de dezembro de 1980.

PIO XI. **Encíclica *Divinis Illius Magistri*, publicada em 1929, pelo Papa Pio XI.** Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri.html > Acesso em 01 dez. 2016.

PROVÍNCIA DE CURITIBA. **Jubileu: um tempo de ação de graças.** Um futuro nas mãos na Providência Divina. 1904-2004. Publicação comemorativa. Curitiba/PR: JEDS Composições Gráficas & Editoras, 2004.

REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Colégio Vicentino Incomar.** Toledo: 1961.

REGIMENTO INTERNO DO COLÉGIO VICENTINO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Colégio Vicentino Incomar.** Toledo: 2016.

REGRAS COMMUNS DAS FILHAS DA CARIDADE E SERVAS DOS POBRES ENFERMOS. Lisboa, Typographia de Antonio Rodrigues galhardo, 1822. Acervo da Biblioteca Nacional da Portugal.

REGULAMENTO DA CONFRARIA DA CARIDADE DE CHÂTILLON. **Coleção das Fichas Vicentinas.** Biblioteca Nacional da Portugal: 1931.

SEMINÁRIO CRISTO REI. **Livro-atas do Seminário Cristo Rei.** Toledo, 1950.

SEMINÁRIO CRISTO REI. **Livro-atas do Seminário Cristo Rei.** Toledo, 1967.

TOLEDO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Com licença somos distritos de Toledo.** Prefeitura Municipal de Toledo: 1987.

VINCENT DE PAUL. **Conférence Du 07 Décembre 1643.** Sur l'oeuvre dès enfants trouves. Entretiens aux filles de la charité. Tome IX. Disponível em: <http://www.famvin.org/fr>. Acesso em: 08 jul. 2015.

VINCENT DE PAUL. **Conférence du 19 juillet 1640.** Saint Vincent Sur la vocation de fille de la Charité Vincent de Paul. Entretiens aux filles de la charité. Tome IX. Disponível em: <http://www.famvin.org/fr>. Acesso em: 08 jul. 2015.

WELTER, Lucrecia. **Boletins escolares de Lucrecia Welter, ex-aluna do Incomar.** Toledo, 1959, 1962, 1963.

Depoimentos

PATUI, Pe.A. **Padre Antônio Patui:** depoimento concedido em 21 de Abril de 1984 ao Museu Histórico Willy Barth. Toledo, 1984.

SAWTCZUCK, Ir.V. **Irmã Verônica Sawtczuck:** depoimento concedido em 12 de setembro de 1985 ao Museu Histórico Willy Barth. Toledo, 1985.

SAWTCZUCK, Ir.V. **Irmã Verônica Sawtczuck**: depoimento concedido em 15 de agosto de 2005 à Sandra Inês Reisdorfer. Toledo, 2005.

Literatura de apoio

ABREU, A.A. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ALMEIDA, J.M.G. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B.(Org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano - Sociedade e instituições (1889-1930)**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. Tombo: 3, v. 2. p. 321 -342.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Lisboa/Portugal: Grupo Almedina, 2012.

ANDRADE, R.P. **História e historiografia da Escola Luterana Concórdia de Marechal Candido Rondon (1955-1969)**. 2011. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.

ARAÚJO, E.F.M. **A Prática Educativa nas Classes Multisseriadas: impasses e desafios**. 2010. Dissertação 183 f. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade da Madeira. Funchal, 2010.

ARNAUT DE TOLEDO, C.A; GARUTI DE ANDRADE, F.A. O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel, Paraná (1962-1989). **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, nº 68, p. 157-181, jun2016.

ARNAUT DE TOLEDO, C.A; RUCKSTADTER, F.M.; RUCKSTADTER, V.C.M. Padroado. In: **Navegando na história da educação brasileira. Glossário**. Campinas: FAE; HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm>.

ARROYO, G. M. Educadores e educandos, seus direitos e o currículo. Salto Para o Futuro, boletim 17, set. 2007, p. 07 -11. **Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental**. Brasília: SEED-MEC, 2007.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

ARRUDA, M.A. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades**: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). 252 f. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

AZEVEDO, F. **A educação na encruzilhada: problemas e discussões**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

AZZI, R. **Filhas da Caridade e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**. São Paulo, 1975. Texto mimeografado.

AZZI, R. **O Altar Unido ao Trono: um Projeto Conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.

AZZI, R. **O catolicismo popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

AZZI, R. **O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1977.

AZZI, R. O Movimento de Brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 34, fasc. 135, set/1974.

BANDEIRA, M. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BEAL, V. **Um coração valente: história do padre Antônio Patui**. Toledo: GFM Gráfica e Editora, 2012.

BENCOSTTA, M.L.A. **Igreja e poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908 -1920)**. 1999. Tese. (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

BEOZZO, J.O. **A Vida Religiosa no Brasil, enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.

BEOZZO, J.O. **Cristãos na universidade e na política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BEOZZO, J.O. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. XXXVII, 1977, p.745-781.

BÔAS, O.V; BÔAS, C.V. **A marcha para o Oeste**. 4 ed. São Paulo: Globo, 1994.

BOMENY, H. M. B. Três decretos em um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 137 - 166.

BOSCHETTI, V.R. **A educação feminina em Sorocaba na perspectiva beneditina**. Disponível em:
<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo04/Vania%20Regina%20Boschetti%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 30 jan. 2017.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRASIL (1890). **Decreto nº 119-A**. 7 de janeiro de 1890. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

BRASIL (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

BRASIL (1931). **Decreto nº 19.941. 30 de abril de 1931**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.941-1931sobre%20o%20ensino%20religioso.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL, Constituição Federal. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** - 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso: 13 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto-lei n. 1164, de 18 de março de 1939**. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, [19--?]. v. 2: Atos do Poder Executivo – Decretos-leis (janeiro a março). p. 118-119.

BRASIL. Decreto-Lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. **Lei orgânica do Ensino Secundário**. Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.6, p. 179-194, 1942.

BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Lex**: Coletânea de legislação e Jurisprudência. São Paulo, v.25, p. 979-993, 1961.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de Janeiro de 1940**. Regula as concessões das terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento e indústria, na faixa de fronteira. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943**. Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 05 abri. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.610, de 20 de Setembro de 1940**. Interpreta disposições do Decreto-Lei nº 1968, de 17 de janeiro de 1940, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei->

2610-20-setembro-1940-412701-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jan.2016.

BRITO, J.M. **A descoberta de Foz do Iguaçu: a fundação da Colônia Militar**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

BRITO, S. H. A. **Educação e sociedade na fronteira oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001. 372 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

BRUNEAU, T.C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BUFFA, E. Os estudos Sobre Instituições Escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, M.I.M; SANDANO, W.; LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

BUFFA, E.; ALMEIDA PINTO, G. **Arquitetura e Educação: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos Grupos escolares Paulistas, 1893/1971**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

BURKE, P. Como confiar em fotografias. **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais, 04 fev. 2001.

CAMARA, S. Progredir ou desaparecer: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil moderno. In: MAGALDI, A. M.; GONDRA, J. G. (Org.). **A organização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CAMPOS, N. **Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926 - 1938**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

CAMPOS, S.M. **O processo de industrialização numa fronteira agrícola: o caso de Toledo, PR**. 2007.113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional de agronegócio). Programa de Pós-graduação em Ciência Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2007.

CANCIAN, N. A. **Cafecultura Paranaense: 1900- 1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

CAPELO, M.C. **Educação, Escola e Diversidade Cultural no meio rural de Londrina: quando o presente reconta o passado**. 2000. 287f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

CARDOSO, C.F. Iconografia e história. **Resgate**: revista interdisciplinar de cultura do Centro de Memória Unicamp. Campinas: Papirus, 1990.

CARONE, E. **A República Nova (1930- 1937)**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, C.H. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, 1905-1922. Uberlândia: EDUFU, 2007.

CASAGRANDE, R.A. **Igreja Católica e companhias colonizadoras na (re)ocupação da região oeste do estado do Paraná (1940 - 1970)**. 2002. 154 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2002.

COLETÂNEA DE DADOS (Foz do Iguaçu). **Educação e Desenvolvimento Módulo Educacional**. Curitiba, 1993.

COLNAGHI, M.C. **O processo político de ocupação do Sudoeste**. In: PAZ, F. Cenários de economia e política - Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

COLODEL, J.A. Cinco séculos de História. In: PARIS, A.F. (Org.). **Estratégias de Desenvolvimento Regional: região Oeste do Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. p. 29-75.

COLODEL, J.A. **Matelândia: História & Contexto**. Matelândia: Prefeitura Municipal; Cascavel, ASSOESTE, 1992.

COMBLIN, J. Situação histórica do catolicismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. XXVI, 1966, p. 575-601.

CORSI, F. **Estado Novo**: política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. UNESP- FAPESP, 2000.

COSTA, W.M.; MORAES, A.C.R. **Valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

COSTE, M. **Vincent**. Itália: 1934.

COUTINHO, L. G.; BELLUZZO, L.G.M. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. **Estudos CEBRAP**, Petrópolis, 2000, n. 23, p. 7-31.

CRESTANI, L. A. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do oeste do Paraná (1843/1960)**. 2012. 168f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento regional e agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo: 2012.

CRESTANI, L. A. **Memórias dos conflitos agrários na região Oeste do Paraná (1950-1980)**. 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010.

CUNHA, C. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

CURY, C.R.J. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988.

DE VACA, A.N.C. **Naufrações e Comentários**. Porto Alegre, L&PM, 1999.

DEITOS, N.J. **Presença da Igreja no oeste do Paraná: a construção do imaginário católico (1930-1990)**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

DIAS, E. S.; PRIORI, A. Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925). In: PRIORI, A. (Org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: EDUEM, 2009. p. 49-64.

DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (Org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral da Civilização Brasileira: t. 3, v. 3).

DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DODIN, A. **São Vicente de Paulo e a Caridade**. Curitiba: Vicentina, 1980.

DUTRA, E.F. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

EMER, I.O. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. 340f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

ENGELS, F. **Do socialismo científico ao socialismo utópico**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

EPISCOPADO BRASILEIRO. **Nova edição da pastoral coletiva de 1915**. Canoas: tipografia La Salle, 1950.

ESCOLANO, A.; VIÑAO FRAGO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FEBVRE, L. Profissões de fé à hora da partida. In: **Combate pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

FREITAG, L.C. **Extremo - oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. 2007. f. 209. Tese (Doutorado em História). Programa

de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Franca, 2007.

FREITAG, L.C. **Fronteiras Perigosas**: migração e brasilidade no extremo oeste paranaense. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

FUNARI, P. P.; ZARANKIN, A. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Proposições**, v. 16. n. 1, p. 135-144, jan./abr. 2005.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

GARUTI DE ANDRADE, F. A. **O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989)**. 2016. 386 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2016.

GIORGIO, M. O modelo católico. In: **História das mulheres no Ocidente**. São Paulo: Ebradil, 1986. v. 4.

GOCH, A.D. **O meu herói Vicente de Paulo**. Curitiba: Vicentina, 1998.

GOMES, M.V.F. **A expansão da escola pública primária na região oeste do Paraná (1970-1980)**. 2012. 189f. Dissertação. (Mestrado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste do Paraná). Cascavel, 2012.

GONÇALVES, A.M. Educação católica em Goiás: as Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário de Monteils. **Póiesis Pedagógica**, Catalão - GO, v.12, n.2, p. 45-60, jul./dez. 2014.

GONDRA, J.G. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GREGORY, V. **Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial**: migrações no oeste paranaense. Cascavel: EDUNIOESTE, 2005.

GRONDIN, M. **Alvorecer de Toledo, na colonização do Oeste do Paraná-1946 - 49**. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2007.

GUIMARÃES NETO, R.B. **A lenda do ouro verde**: políticas de colonização no Brasil Contemporâneo. Cuiabá: 2002.

GUMIEIRO, F. **Formação e consolidação do catolicismo brasileiro: os vicentinos no Paraná**. 2013. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tuiuti. Curitiba, 2013.

GUTIERREZ, E.R. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

HEERDT, M. **As escolas paroquiais em Santa Catarina, 1890 - 1930. 1992**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1992.

HIGUET, E. **O misticismo na experiência católica**. São Paulo: Paulinas, 1984.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOBSBAWM, E. A história progrediu? In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 68-82.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**. O breve século XX, (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, J.S.B. **Gustavo Capanema**. Recife. Editora Massangana: 2010.

HORTA, J.S.B. **O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

IANNI, O. **A Luta pela Terra: história social da terra e da luta pela terra numa região da Amazônia**. 2. Ed. Petrópolis, 1979.

IANNI, O. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IBGE. **Censo habitacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956**. Brasília, 1956. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=412770> > Acesso em 17 dez. 2016.

IBGE. **Censo habitacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1980**. Brasília, 1980. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?codmun=412770&search=parana%7Ctoledo%7Cinphographics:->> Acesso em 17 dez. 2016.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Mapas, 1997**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=756>> Acesso em: 04 mai. 2015.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses**. Curitiba, 2012.

KLOPPENBURG, Frei B. Introdução e índice Analítico. In: **COMPÊNDIO VATICANO II: Constituições, decretos, declarações**. 18a ed., Petrópolis: Vozes, 1989, p 7 - 36.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KULAITIS, L.F.M. **A trajetória social da irmã Tereza Araújo**: serviço e contemplação. 2004. 97 f. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

LAGE, A.C.P. **Conexões Vicentinas**: particularidades políticas e religiosas da educação confessional em Mariana e Lisboa oitocentistas. 2011. 246f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

LANGLOIS, C. **Le catholicisme au féminin: les congrégations françaises à supérieure générale au XIXème siècle**. Paris: Editions du Cerf, 1984.

LARANJEIRAS, R. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEITE JÚNIOR, H.T.; ESCUBEDO, M.L. **Moysés Lupion**: Civilizador do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

LEMIECHEK, L. **A organização da Educação no Território Federal do Iguazu no ano de 1946**: contribuições de Laudímia Trotta. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.

LEONARDI, P. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas no Brasil**. 2008. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

LEONARDI, P. Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina: segunda metade do século XIX. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 6, 2006, Uberlândia. UFU, 2006, p. 1255.

LEONARDI, P. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, v. 11, n. 2, p. 103-129, maio/ago. 2011.

LEONARDI, P. Educação e catolicismo. **Pensar a Educação em Revista**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 3 -23, out-dez/2016.

LIMA, P. **Foz do Iguazu e sua história**. Foz do Iguazu: Copyright, 2001.

LINHARES, T. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LINS, L.L.M. Um olhar sobre o Colégio Santíssimo Sacramento (1940 - 1960) alguns aspectos da educação feminina em Alagoinhas-BA. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n.21, p. 26 - 38, mar. 2006.

LOMBARDI, J.C. História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes. In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 141-160.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

LUCKESI, C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUPORINI, T.J. Educação Polonesa: os fundamentos da educação escolar étnica revisitados. **IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

LUSTOSA, O.F. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MACCARI, N.S.K. **Migração e memórias: a colonização do oeste paranaense**. 1999. 217 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das Instituições Educativas. In: SANFELICE, J.L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C. (Org.) **História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1999a. p. 66-72.

MAGALHÃES, J. P. **Contributo para a História das Instituições Educativas: Entre a Memória e o Arquivo**. Braga, Universidade do Minho, 1999b.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

MAGALHÃES, J. P. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C.P.; CATANI, D.B. (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MALONEY, Pe. R. P. **O caminho de Vicente de Paulo: uma espiritualidade para nossos tempos a serviço dos pobres**. Trad. Irmã Amélia Ferreira Ribeiro. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1998.

MANOEL, I. **A Igreja e a educação feminina (1859-1919). Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MANOEL, I. **O pêndulo da história**. Tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: EDUEM, 2004.

MARILLAC, S.L. **Correspondências e escritos**. São Paulo: Editora Legis Summa, 1983.

MARIN, J.R. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 30, p. 323-324, out. 2001.

MARINHO, N. A fotografia como fonte para a história da educação: um olhar sobre a Escola Profissional Feminina - Rio de Janeiro. **Cadernos de História da Educação**. v. 13, n. 2 – jul./dez. 2014 p. 671-686.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MARTINS, J.S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, K. **As crises econômicas do capitalismo**. São Paulo: Ched; Edições Populares, 1982.

MAUAD, A. M. Olhos para ver e conhecer: fotografia e os sentidos da História. In: GAWRYSZEWSKI, A. **Imagem em debate**. Londrina: EDUEL, 2011.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais: doutrina, legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional de Direito, de 1944.

MEZZOMO, F.A. **Dom Olívio Aurélio Fazza: trajetória eclesial de um bispo em uma região de conflitos**. 2009. 363 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MEZZOMO, F.A. **Religião, Nomos e utopia: o catolicismo na colonização da região de Toledo (Paraná, 1940 - 1970)**. 2000. 175 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988.

MIGUEL, M.E.B. A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária. **Cadernos de História da Educação**. v. 11, n. 1 - jan./jun. 2012. p.243-256.

MIGUEL, M.E.B. Os Arquivos e Fontes como Conhecimento da História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, M.I.M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 31-38.

MOGARRO, M.J. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, v.1, 2006, p. 71.84. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt>> Acesso em: 11 nov. 2013.

MOTA, L.T. **História do Paraná: ocupação humana e relações inter-culturais**. Maringá: EDUEM, 2005.

MOURA, C.A.S. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 - 1937)**. Prefeitura da Cidade do Recife: 2012.

MOURA, C.A.S. Trocas culturais entre intelectuais portugueses e brasileiros durante o movimento de recatolização (1910 - 1942). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, RN, Junho 2013.

MOURA, L.D. **A educação católica no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MULLER, K.D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. **Revista Brasileira de Geografia** Rio de Janeiro: Jan/Mar, 1986.

MYSKIW, A.M. **A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. 2009. f. 245 Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

MYSKIW, A.M. **Titulação de terras no Oeste Paranaense: uma análise documental**. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000.

NADALIN, S.O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NATH, V.A. **A primeira escola secundária pública de Cascavel: O Ginásio Wilson Joffre (1960-1980)**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2013.

NIEDERAUER, O.H. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. 2 ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

NOSELA, P.; BUFFA, E. As Pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS - Revista Científica**, São Paulo, v. 7, N.02, p. 351-368, jul./dez.2005.

NOSELA, P.; BUFFA, E. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.

NUNES, M.J.R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

OBBERG, K.; JABINE, T. **Toledo: um Município da fronteira Oeste do Paraná**. Rio de Janeiro: Edições SSR, 1960: [Arquivo do Museu Histórico Willy Barth], 1960.

OLIVEIRA, A.L. O conservadorismo católico frente ao processo de laicização: Cardeal Leme e a recatolização brasileira no regime varguista. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. De 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis.

OLIVEIRA, C.E. **Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra - MT.** Tangará da Serra: Sanches, 2004.

OLIVEIRA, R.R.R. “O “progresso” e a significação da sociedade em alguns dos primeiros dicionários monolíngues brasileiros”. **Revista Rua - Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=148>> Acesso em: 30 jan. 2017.

PADIS, P. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PARANÁ. **Lei Estadual n.º 790 de 14 de novembro de 1951.** Dispõe sobre a Divisão Administrativa do Estado no quinquênio de 1952 a 1956. <http://www.toledo.pr.gov.br/sapl/sapl_documentos/norma_juridica/294_texto_integral> Acesso em: 23 nov. 2016.

PARANÁ: SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO ESCOLAR. **Secretaria de Estado de Educação.** CURITIBA: 2007.

PASTORAL EDUCATIVA VICENTINA. **Constituições e Estatutos da Companhia das filhas da caridade de São Vicente de Paulo.** Curitiba: 2004.

PEREIRA, M.A. A trajetória da escola católica no Brasil: alguns apontamentos de história sobre a escola católica. In: TESCAROLO, Ricardo (Org.). **Escolas Católicas diante de um novo tempo.** Curitiba: Positivo, 2013. p. 17-40.

PEREIRA, M.S. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924).** 2002. 186 f. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

PERIS, Alfredo Fonseca. **Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

PIAIA, V. **A ocupação do Oeste Paranaense e a formação de Cascavel: as singularidades de uma cidade comum.** 2004. 213 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

PILLA, M.C.A. **Educação feminina e civilidade cristã.** Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/744_665.pdf>. Acesso em: 14 dez.2016.

PORTO, J.R.R. **Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil.** Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15jadsonluisrebeloportosterritoriosfederaiseasuaevolucao.pdf> Acesso em: 05 mai. 2015.

POZZOBON, I. **A epopéia do café no Paraná.** Londrina: Grafmarke, 2006.

PRADO JR., C.. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRIORI, A. A revolta camponesa de Porecatu. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**: Fortaleza, 2009.

PRIORI, A., *et al.* A história do Oeste Paranaense. In: PRIORI, A. *et al.* **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 75-89.

RAMBO, A. B. Restauração Católica no Sul do Brasil. **História: Questão e Debate**, Curitiba: Editora UFPR, n.36, p.279-304, 2002.

REISDORFER, S.I. **A trajetória histórica do Colégio Vicentino Imaculado Incomar: um estudo de caso de Toledo-PR**. 2006. 139f. Monografia. (Especialização em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel: 2006.

REMER, M. M.Z. **O ensino secundário público paranaense: o Ginásio Regente Feijó (1927-1961)**. 2013. 233 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

REMONATTO, Ir. T. **Memória Histórica da Educação**. Curitiba: Acervo da Pastoral Escolar Vicentina da Província de Curitiba, 2015.

REOLON, C.A. **A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião oeste paranaense**. 2007. 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2007.

RIBEIRO, M.L.S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2010.

RIGOLO FILHO, P. **A romanização como cultura religiosa: as práticas sociais e religiosas de D. João Batista Corrêa Nery, bispo de Campinas, 1908-1920**. 2006. 198 f. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2006.

RITT, E. **A Colônia Militar de Foz do Iguaçu - PR um projeto de consolidação de uma fronteira: 1880 - 1920**. 2011.142 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

RODRIGUES, A.M. M. **A Igreja na República**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

ROMANELLI, O.O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROMPATTO, M. Piquiri: **“O Vale Esquecido” - Memórias da luta pela terra em Nova Aurora, Paraná, desde os 50**. 1995. 171f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1995.

ROSANELI, A.F. **Cidades novas da fronteira do café**: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. 160f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ROSSI, M.P.S; INÁCIO FILHO, G. As Congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.24, p.79 –92, dez. 2006.

ROUX, M.G. No caminho de S. Vicente.... mulheres missionárias. In: **Revista Ecos da Companhia**, n. 1, jan. 1990.

RUCKSTADTER, F.M.M. **Padre Serafim Leite (S. J.): um intelectual entre o Brasil e Portugal no século XX**. 148 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, 2012.

SAINT-LAURENT, (Pe). **São Vicente de Paulo**. Porto: Civilização Editora, 1997.

SÃO VICENTE DE PAULO. **Conferências às Filhas da Caridade**. Lisboa. Casa Central das Filhas da Caridade, 1960.

SALEM, T. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMANN, S. (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNDCT, 1982. p. 97-134.

SAMPAIO, D.G. **Práticas pedagógicas do internato do Colégio Patrocínio de São José, na cidade de Aracaju (1940)**. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2279>>. Acesso em: 28 jan.2017.

SANFELICE, J.L. História de instituições escolares: apontamentos preliminares. Revista **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.08, out. 2002. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art13_35.pdf> . Acesso em: 10 agos. 2011.

SANTIROCCHI, I. D. Uma Questão de Revisão de Conceitos: Romanização - Ultramontanismo - Reforma. **Temporalidades**, Belo Horizonte, vol. 02, n.º 02, ago./dez. 2010.

SANTOS, R.A. **Narrativas urbanas**: cidade, fotografia e memória, Toledo – PR (1950-1980). 2010. f. 174. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010.

SANTOS, U.P. **O Usocapião. Doutrina, jurisprudência e prática.** São Paulo: Saraiva, 1983.

SAVIANI, D. Breves Considerações Sobre as Fontes Para a História da Educação. In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SAVIANI, D. **O Território Federal do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**: bases para a ocupação e colonização das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas Cascavel - 18 a 22 de Outubro de 2004.

SAVIANI, D. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em história da educação. In: GATTI JUNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 07-31

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2. ed. Rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. História de instituições escolares e micro história. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.39, p. 32-41, set. 2010.

SBARDELOTTO, D.K. **O desenvolvimento dos cursos de formação de professores primários na fronteira oeste paranaense: a criação da primeira Escola Normal Secundária pública de Foz do Iguaçu e do Oeste do Paraná.** 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009.

SCHNEIDER, C.I. **Empresas Colonizadoras e a (re)ocupação do oeste paranaense: uma análise documental.** 1998. 97f. Monografia. (Graduação em História). Licenciatura em História, Universidade do Oeste Paranaense. Marechal Cândido Rondon, 1998.

SCHNEIDER, C.I. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira. (Oeste do Paraná, 1946-1960).** 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2001.

SCHNEIDER, I.E. **Movimentos migratórios no contexto de abertura e fechamento das fronteiras agrícolas.** 99f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2008.

SCHWARTZMAN, S. **Tempos de Capanema.** São Paulo: EDUSP, 2000.

SEITENFUS, R.A.S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1939-1942.** O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Nacional, 1985.

SEITENFUS, R.A.S. O difícil aprendizado do nacionalismo. In: CPDOC. **A Revolução de 30: seminário internacional**. Rio de Janeiro: FGV, Brasília, UNB, 1983. p. 623-643.

SERRA, E. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 312f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1991.

SILVA, C.M.C.S. **História das práticas pedagógicas e cultura escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Corumbá-MS (1972 -1987)**. 2009. 191 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

SILVA, F. O. **O Cardeal Leme e a Revolução de 1930**. 1995. 81 f. Dissertação (Mestrado em História Eclesiástica) - Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma: 1995.

SILVA, G.B. **A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, O. et al. **Toledo e sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SILVA, P. J. A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a Era Vargas. **Anais do XI Encontro Nacional de História**. Porto Alegre: 23 a 27 de julho de 2012. p. 1300 -1309.

SILVA, S.L.Q. A Era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ; FGV, 1999.

SKALINSKI JUNIOR, O. **Alceu Amoroso Lima e a renovação da pedagogia católica no Brasil (1928-1945)**: uma proposta de espírito católico e corpo secular. 2014. 190 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2014.

SODRÉ, N.W. **Raízes históricas do nacionalismo brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, R, F.; FARIA FILHO, L.M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e socialização da infância no Brasil. (1893 -1971)**. Campinas: Mercado Aberto, 2006. p. 21 -56.

SOUZA, R.F. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Caderno Cedes**, ano xx, n. 51, p.9-28, nov. 2000.

SOUZA, R.F. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 -1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, S.T.; PACHECO, S.B. Colégio São José: a educação confessional da Congregação Estigmatina no Pontal Mineiro (1940-1971). **Revista de Educação Pública**. Cuiabá v. 23 n. 54 p. 897-918 set./dez. 2014.

STAMATTO, M.I.S. A fotografia em pesquisas históricas. In: ANDRADE, J.M.V.; STAMATTO, M.I.S. (Orgs.) **História ensinada e a escrita da história**. Natal: EDUFRN, 2009.

TANURI, L. M. Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. **Pesquisa e planejamento**. São Paulo, v.13, dez.1970, p. 7- 98.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Matuchos, exclusão e luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TEIXEIRA, Pe. V.A.R. **São Vicente de Paulo: inspiração e impulso**. Curitiba: Acervo da Pastoral Escolar Vicentina da Província de Curitiba, 2015.

THOMÉ, S.A. **A primeira escola primária em Cascavel**. 2005. 71 f. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2005.

VALENGA, Ir. B. **Valores institucionais e carisma vicentino: os fundadores e o carisma vicentino**. Curitiba: Acervo da Pastoral Escolar Vicentina da Província de Curitiba, 2015.

VARGAS, G. **Correspondência**. Rio de Janeiro: 1943-1944. (CPDOC-FGV).

VARGAS, G. Discurso do Presidente Getúlio Vargas de improviso inaugurando, em Goiânia, em 8 de agosto de 1940, a associação cívica “cruzada rumo ao oeste”. **Biblioteca da presidência da República**, 1940. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1940/25.pdf>> Acesso em: 16 jun.2015.

VARGAS, G. Discurso do Presidente Getúlio Vargas na visita a Guaíra, PR, em 21 de março de 1944. **Biblioteca da presidência da República, 1944**. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1944/05.pdf/at_download/file> Acesso em: 16 jun.2015.

VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, Vol. V.

VASQUES, B. **Ministério da Guerra. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General de Divisão Bernardo Vasques**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

VIDAL, D.G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.F. VALDEMARIN, V.T. (Org.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas: autores Associados, 2005. p.3-30.

VIEIRA, D.G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, UNB, 1980.

VIEIRA, D.R. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Santuário, 2007.

VILLELA, H.O.S. A Primeira Escola Normal do Brasil. In: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. Campinas: Alínea, 2008.

WACHOWICZ, R. **As escolas da colonização polonesa no Brasil**. Curitiba: Champagnat, 2002.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WACHOWICZ, R. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.

WEBER, M. **Burocracia e carisma**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WERNET, A. **A Igreja Paulista no século XIX: A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B.P.; BALHANA, A.P. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. n.º 7. Curitiba: Departamento de História, 1968.

XAVIER, M. E.S.P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus, 1990.

ZAGO, L.G. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo-oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE
PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO
VICENTINO INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**

Volume 2

RODRIGO PINTO DE ANDRADE

MARINGÁ, 2017

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**RELIGIÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA COLONIZAÇÃO DO OESTE
PARANAENSE: O CASO DA IMPLANTAÇÃO DO COLÉGIO VICENTINO
INCOMAR, DE TOLEDO (1948 - 1965)**

Volume 2

Tese apresentada por RODRIGO PINTO DE ANDRADE, ao programa de Pós-Graduação em Educação: Doutorado, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO.

Co-orientador:
Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães

MARINGÁ, 2017

SUMÁRIO - ANEXOS

ANEXO A - Acionistas da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A	256
ANEXO B - Panfleto de divulgação das terras no período da colonização - Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A.....	258
ANEXO C - Discurso do diretor da MARIPA, Willy Barth por ocasião da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto	260
ANEXO D - Carta de Ergon Berchet para Willy Barth no contexto da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à Toledo	263
ANEXO E - Transcrição do programa radiofônico A Voz de São Paulo, veiculado pela Rádio Record.....	265
ANEXO F - MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Revista O Globo: reportagem sobre a visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à Toledo. Ano XXIII. 29 de setembro de 1951. Toledo, 1951. 4 f.....	267
ANEXO G - Jornal O Oeste. Ano II. n. 6, p.3 31/01/1954	271
ANEXO H - Código de Postura: Lei municipal Nº 62 de 15/12/1954, última página com a sanção do prefeito municipal	273
ANEXO I - Solicitação de Dom Manuel Koenner à Província Vicentina de Curitiba para instalação do Colégio em Toledo	284
ANEXO J - Documento da MARIPA se comprometendo a alterar a planta da construção da escola	286
ANEXO L - Entrevista da Irmã Verônica Sawtczuck, concedida ao Museu Histórico Willy Barth, em 12/09/1985	288
ANEXO M - Resoluções e atos oficiais que autorizaram a criação e o funcionamento dos novos cursos no Incomar.....	291
ANEXO N - Livro de Presença do Colégio Incomar, ano de 1948.	293
ANEXO O - Livro de Presença do Colégio Incomar, ano de 1949	295
ANEXO P - Fichas de matrículas que consta os dados sobre a profissão dos pais dos alunos da primeira turma do Colégio Incomar	297
ANEXO Q - Boletim do ano letivo de 1960 da ex-aluna do Colégio Incomar Lucrécia Welter.....	299

ANEXO R - Ata de fundação da Casa Estanislava Perz301

ANEXOS

ANEXO A

**MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Acionistas da Industrial Madeireira
Colonizadora Rio Paraná S/A. Toledo: 1946. 01 f.**

NOME	Localidade	Estado	N.º de ações
Guilherme Renaux, Dr.	Brusque	Santa Catarina	10
Gustavo Walter Bueckmann	Brusque	Santa Catarina	30
Henrique Pacini	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Herbert Müller	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Hugo Beno Haase J.R.	Tuparendi	Rio Grande do Sul	20
Iony Roehé Bercht	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Ivo José Renaux	Brusque	Santa Catarina	10
João Wallig	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Carlos Augusto Fayet, Dr.	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Jorge Guilherme Schilling	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
José Celia	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Julio Cezar de Souza Araujo, Dr.	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Julio Gertum Azevedo Bastian, Dr.	Curitiba	Paraná	10
Karl Linder	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	40
Leonardo Julio Perna	Brusque	Santa Catarina	10
Luiz Dalcanale Filho	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	50
Mauricio Starosta	Joaçaba	Paraná	50
Otto Reginaldo Renaux	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Paulo Fayet, Dr.	Brusque	Santa Catarina	100
Raul Bés, Dr.	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	25
Sebastião Penteado Darcanchy	Buenos Aires	Argentina	25
Toledo Roberto Borne	Curitiba	Paraná	70
Victor Adalberto Kessler	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Diehl	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
Werner Erich Gros	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	5
Werner Hunsche	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	10
Willy Barth	Pôrto Alegre	Rio Grande do Sul	20
	Carazinho	Rio Grande do Sul	100

ANEXO B

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Panfleto de divulgação das terras no período da colonização - Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. Toledo, 1953. 1 f.

**O maior desejo de cada Agricultor é:
que seu filho deve ter uma vida melhor**

Por isso devem procurar comprar terra de cultura, livre de morros, pedras, formigas e rica em água, clima saudável, terra fértil e de fácil escoamento dos produtos.

Todos estes desejos o Senhor encontra reunidos em TOLEDO, na Fazenda Britânia no Estado do Paraná.

O título da Fazenda Britânia tem mais de 45 anos oferecendo portanto todas as garantias de uma terra legal e que proporciona ao comprador escritura imediata.

TOLEDO com apenas 3 anos de existência é paróquia, tem colégio de freiras com 170 alunos, médicos, hospital, farmácia, indústria, profissionais, bom comércio e cinema.

Há na Fazenda Britânia 285 quilômetros de estradas de rodagem, conservadas por tratores e tratores, oferecendo ao comprador o máximo acesso à sua colônia.

As terras são planas e são apropriadas para lavoura mecanizada.

O mato é formado por todas as espécies de madeira de lei que prova a fertilidade do solo.

PORTO MENDES, com seus grandes armazéns e moderna instalação maquinaria para carregamento de navios, construídos pelo governo Federal está aguardando tua produção.

Os preços das terras são os seguintes: Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 13.000,00 a colônia de 10 alqueires, com condições de venda 1/3 a vista, 1/3 em 6 meses, 1/3 em 12 meses, gozando o comprador para pagamento a vista com desconto de 10% ao ano pelo tempo que faltar do pagamento das prestações.

A passagem de Concórdia a Toledo ida e volta custa Cr\$ 300,00, quem comprar uma colônia tem 50% de abatimento, comprando duas ou mais tem a passagem grátis.

A passagem será devolvida ao comprador, uma vez que o mesmo pague a Colônia integralmente.

Eº Proprietário da Fazenda Britânia:
A Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A.
com sede em PORTO ALEGRE, a Rua Siqueira de Campos 1248 - Edifício Brasília - 7º Pavim. Sala 3
com Filial em Toledo.

Para maiores informações dirigem-se ao AGENTE AUTORIZADO de
IJUI, SANTO ÂNGELO e CRUZ ALTA - Sr. GUILHERME SCHMITT - Ajuricaba
Na cidade de Ijuí com o Sub-Agente sr. OSWALDO SCHMITT - Motel Familiar
Também o Sr. Jállo Kocoarek, Fabricação de Alambique em IJUI, Avenida Cel. Dico, está apto a prestar toda e qualquer informação, sobre viagens, condições, etc.

Procure adquirir tua colônia na Fazenda Britânia, que hoje é o paraíso dos caçadores e amanhã uma flôr da Agricultura Brasileira.

ANEXO C

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Discurso do diretor da MARIPA, Willy Barth, por ocasião da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto. Toledo, 1951. 1 f.

Nobre Governador do Estado.

Mui digna caravana visitante.
Meus Senhores.

Gloria a Deus nas alturas e paz na terras aos homens de boas vontade.

Ao Saudar V. Excia. podemos dizer, e sem medo de errar.- Gloria ao nosso Governador, porque temos a paz em Toledo, garantida por um governo de mãos honradas, capaz de nós proporcionar o bem estar comum.

É Senhor Governador, com o coração cheio de ardor civico e patriotico, que Toledo recebe de braços abertos tão nobre visita, sincera e bem intencionada. Vive este lugar, um de seus melhores dias, um dos dias mais felizes de sua existencia, ~~emocionada~~ numa emoção que é representada no semblante alegre dos que o recebem, dos que aqui habitam, dos que, - lutando pelo paz de cada dia, lutam tambem pelo engrandecimento do Paraná.

É para nós, enobrecedora a honra que nós traz a presença de um Governador, que, com a ilustração, talento e conhecimento de causa, dirige os destinos do Estado do Paraná.

É Toledo, nobre Governador, é, como já teve oportunidade de observar, uma vila que surgiu, e se pode dizer, que de um dia para o outro, caracterizando e demonstrando a vivacidade do trabalho do dinamismo, do esforço e da abnegação.

É a característica dos brasileiros, traduzida na vontade real de progredir, que tem seus olhos voltados para a grandeza da Patria comum.

Senhor Governador.

Foi em Setembro de 1946, que a Maripá adquiriu a Fazenda Britania. Iniciando os seus primeiros trabalhos no ano de 1947 e somente em 1948 é que se fizeram as primeiras medições.

Na Fazenda Britania, com ~~sede~~ não sendo nem sequer um distrito, conta com mais de 4.000 almas.

Gente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, aqui chegando, adquire as suas propriedades e, cooperando com os Paranaenses, neste curto lapso de tempo, creou mais uma célula de trabalho para o engrandecimento de produção Nacional.

As Empresas Colonizadoras aqui sediadas, já construíram 400 quilômetros de estradas de Rodagem, dentro deste sertão, proporcionando-nós as vias de comunicação, que tanto benefício nos trazem.

Toledo possui, assistencia escolar e instrue mais de 200 creações na sua sede. Matem mais três escolas no interior da Fazenda com assistencia e frequencia de cerca de 250 alunos. Tem assistencia religiosa e mantem um colegio dirigido pelas irmãs Vicentinas.

Possuindo tambem, com eficiencia a assistencia medica, patrocinada pelas firmas locais, que não vacilam em dar o conforto aos que aqui residem.

Toledo, tambem conta com 764 eleitorase ^e ainda é de Toledo que foi arrecadado pelos cofres do Estado, ~~uma~~ 40% dos impostos e taxas do Municipio de Fóz do Iguassu. - No ano de 1951, o proprio progresso ~~demonstrado~~ verificado indica certo, uma arrecadação muito maior.

Em saudando o nosso Governador, embora Toledo na esfera administrativa, não seja ainda um distrito sequer, o seu povo se sente dignificado, porque vê, o Governador, jovem, com um passado honrado e cheio de lutas pelo bem estar comum, com os olhos voltados

Toledo se sente esperançoso, porque vê, na feliz administração de hoje, uma era mais promissora para o Estado, cheia de dinamismo jovem, refletida num Governo eficiente e de mãos honradas, marcando as diretrizes progressistas, dignas do atual desenvolvimento do Paraná, dando ao povo uma garantia para o bem estar comum.

Feliz também Toledo se sente, porque vê, que a luta do povo que desbrava o sertão, está amparada na inteligência útil de um homem de Bôa vontade e que sabe ir ao encontro ~~da~~ ~~povo~~ de seus governados e dele sentir as suas necessidades, correspondendo assim a confiança que lhe foi depositada.

Senhor Governador.

A Simples saudação que óra lhe é tributada, parte de gente simples, mas dinâmica, que ama o progresso, que vive de um passado arduo, mas dignificante, e que, espera ter a honra de comungar dos mesmos propositos que o lançaram na luta pelo engrandecimento do Paraná.

O povo de Toledo, com satisfação imensa, grava a nobre visita e é com orgulho que lhe dá as boas vindas, esperando que digno Administrador do Estado, seja para nós, como foi Osorio para os seus soldados.

O Grande General afirmou: Para governar homens de bôa vontade, basta indicar-lhes o caminho.

Nós, somos como estes soldados e, esperamos de V. Excia. que nós indique o caminho, - que não dispense o apoio ~~na~~ ~~gestão~~ e a vontade desta gente, que quer hombrear com o seu governador e que também, nós leve junto, nesta jornada civica que o levou ao poder do Estado, que encetou a luta de elevar o Estado do Paraná ao nível dos Estado lideres brasileiros, não poupando esforços para vê o nosso querido Brasil, cada vez mais cheio de gloria.

ANEXO D

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Carta de Ergon Berchet para Willy Barth no contexto da visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à Toledo. Toledo, 1951. 1 f.



GRANDE HOTEL MODERNO

RUA 15 DE NOVEMBRO, 582

CURITIBA

PARANÁ - BRASIL

END. TEL. "HOTEL"
CAIXA DO CORREIO N.º 7

TELEFONE { 1430
1431
807

FRANCISCO L. JOHNSCHER & CIA.

16/3.51

Amigo Willy:

Depois de uma viagem muito acidentada, chegamos a Fóz às 2 horas da tarde de 4a. feira.

O crédito dos roliços para a Argentina ainda não havia chegado.

Falei com o Guaraná com respeito ao assunto do distrito, achava que não adiantava nada, porque a lei em questão seria revogada. Para a apresentação dos candidatos aos diversos cargos, é necessário também a conformidade dos partidos do PTB e da UDN e o prefeito, que é o representante da UDN também não quiz dar a carta por esse motivo.

O Guaraná pediu para que te mandasse um telegrama, pedindo a solução do assunto do caminhão e espero que o tenhas compreendido.

Estive hoje com o governador, Munhoz da Rocha, que me atendeu muito bem. Tratei com ele diretamente o assunto do distrito e município, a usina elétrica e outros pormenores. Também convidei-o para visitar Toledo. Disse-me que já havia sido posto ao par do progresso de Toledo e que seria criado o município de TOLEDO. Também se mostrou interessado pela usina elétrica, que estudará. O município de Toledo, como também de Fóz do Iguaçu terá uma ajuda especial do governo do Estado.

Também estive com o nosso amigo Rocha do Banco do Brasil, que será superintendente do Banco do Estado de Paraná. O Rocha é o nosso melhor amigo aqui em Curitiba e nos poderá auxiliar muito, talvez mais do que o Jamargo. Foi ele que falou ao governador sobre Toledo, fiz questão junto a ele que acompanhe o governador a Toledo.

É isso o que tinha a informar. Creio que o Dr. Egiberto não será transferido.

Saudações

ANEXO E

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Transcrição do programa radiofônico A Voz de São Paulo, veiculado pela Rádio Record. Toledo, 1951. 1 f.

Comentário feito no Programa "A Voz de S. Paulo" da Radio Record, em 15 de junho de 1951, pelo correspondente B-9 em Curitiba:

Imp. Toledo Ltda.

É, o Paraná, a despeito de tudo quanto se tem dito de sua fartura e de seu Futuro, uma região Brasileira ainda para ser descoberta.

Não descoberta apenas pelos Brasileiros ou Estrangeiros, mas pelos próprios Paranaenses.

Se ontem era Guaira, o Porto histórico do rio Paraná, na sua extrema separação de centro, distando de Curitiba cerca de mil quilômetros que nos revela uma nota triste em matéria de Justiça Social, hoje é Toledo, a nova Toledo que se ergue em plena mata, numa região que não é a do norte do Estado, mas que tende mais para o Oeste, pois, Toledo dista de Fóz do Iguaçu em perto de 200 quilômetros, - que nos faz mergulhar em polo oposto. Isto é, em qualquer coisa de surpreendente, de extraordinário, que não tem nada que ver com o que se passa na Toledo clássica de Espanha, diante de cujas obras de arte, em contraste com a aridez do solo e dos rochedos onde a cidade assenta, os viajantes célebres se extasiam.

O que se presencia aqui tem outro sentido e significa tudo quanto o dinamismo de gauchos ambiciosos, mas nem porisso destituídos de um ideal, pôde realizar, rumo a um futuro promissor muito próximo e fecundante.

A Toledo Paranaense já é quase uma cidade hoje, apesar de seus quatro ou cinco anos de existência. Amanhã sê-lo-á fatalmente. É uma cidade moderna, a nos fundarmos na comunidade de trabalho que éla abriga hoje, recebendo todos os dias famílias e famílias de colonos procedentes do Rio Grande do Sul.

Aliás, diga-me de passagem, Toledo abriga o melhor tipo de colono que o Paraná necessita: o colono já

nascido no Brasil, identificado com o nosso estilo de vida, não obstante descendente de Alemães ou de Italianos. As terras não possuem nada de áridas, mas são das mais férteis e exuberantes que temos. O que aqui já se fez, na esteira de projetos e também de sonhos, é que na verdade entusiasmo e empolga, fazendo antever para breve a cidade vertiginosa, mas que se conseguiu organizar através de seus dirigentes uma associação de esforços, onde o homem tem no seu semelhante o próximo, vendo no seu esforço não uma pena, mas uma retribuição justa, a consecução de um estádio feliz, para o qual também, contribuem as interações coletivas do ambiente, nivelador de uma grande e próspera classe: a dos homens que trabalham, no significado técnico e também ético da expressão. Todos são donos de suas glebas. Não há aqui os dramas gerados pelas questões de terras. Boas condições de vida se apresentam, pois é dada especial atenção ao homem individualizado e porisso muitas lições se pode tirar dessa iniciativa vitoriosa, que já venceu as primeiras etapas do ciclo urbano.

Basta notar que Toledo já possui em seu derredor cerca de 400 kms. de estradas de rodagem, dispendo de assistência médica e hospitalar e uma variedade e abundancia de alimentos, que desmente tese tão profundamente arraigada no espirito dos nossos nutriólogos - de que somos no Brasil sub e mal alimentados. Na verdade, em Toledo se planta tudo: o trigo, o milho, o arroz, o feijão, a linhaça, o mate, o algodão, o café. Ali estão as melhores terras que temos para a agricultura. E fenomeno curioso e imprevisito: ali já se ve o gaúcho plantando café e algodão.

TOLEDO — Fazenda Britania — Estado do Paraná
DISTRIBUIÇÃO DA INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A

174

ANEXO F

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Revista O Globo: reportagem sobre a visita do governador Bento Munhoz da Rocha Neto à Toledo. Ano XXIII. 29 de setembro de 1951. Toledo, 1951. 4 f.

ANO XXIII

29 DE SETEMBRO DE 1951

N.º 544

Revista do GLOBO

QUINZENÁRIO ILUSTRADO DE INTERESSE GERAL
PUBLICAÇÃO DA REVISTA DO GLOBO S.A.

SUMÁRIO

REPORTAGENS

FOGO NA MATA — INCENDIO NO PAÍS	4
O "NEW LOOK" DOS AUTOMÓVEIS AMERICANOS	8
NENÉ, PAPAÍ E VOVÓ OSCARITO, por Darwin Brandão	17
MARIA E OS BONITÕES	25
SANGUE AZUL DO PICADEIRO, por Armando Cunha	35
O BRASIL CONQUISTA UM TÍTULO	41
VIVENDO NAS NUVENS	46
AS CRIANÇAS DOS LIVROS DE LOBATO NUM PALCO DA BAHIA, por Heron de Alencar	53
DIVÓRCIO	94

LETRAS & ARTES

JÉZABEL, romance de Irene Nemirowski	29
LIDO, VISTO, OUVIDO	53
LUIZA, conto de Somerset Maugham	56

ASSUNTOS GERAIS

POR ÊSSES CAMINHOS DO MUNDO	4
LEIA ISTO	14
O FIM DO MUNDO, por Homero Barradas	50

HUMORISMO

RIA (POR FAVOR)	10
-----------------------	----

PASSATEMPO

QUEBRA-CABEÇA, por Ellen-Doris Hirsch	88
---	----

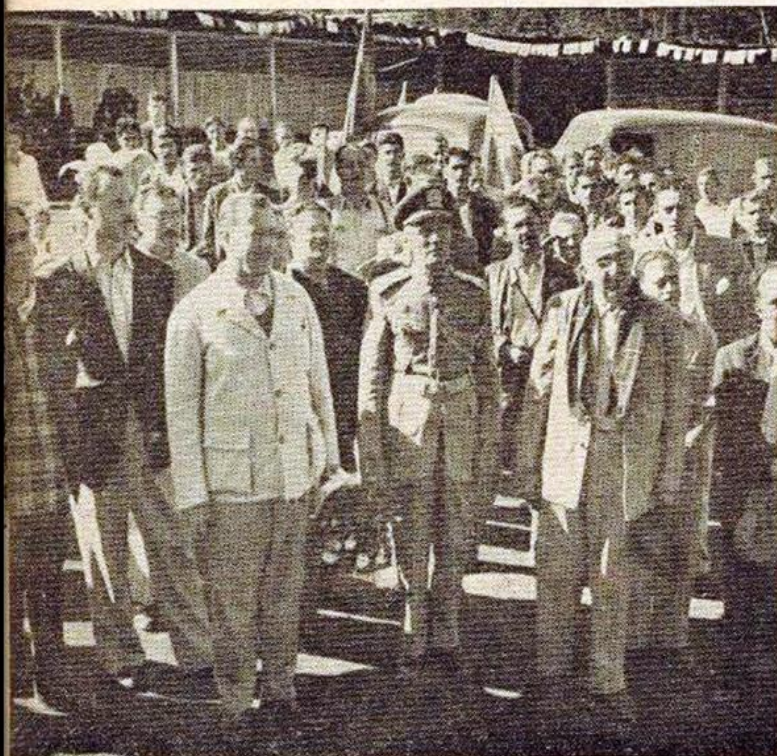
CINEMA

QUE GENTE MAIS FASCINANTE! (Cine-Globo) ..	90
COCTEAU O FEITICEIRO VIRÁ AO BRASIL ...	91
O VITORIOSO CINEMA ITALIANO	93

← OSCAR TEREZA DIAS, multíssimos mais conhecido pelo nome de Oscarito, narra-nos as suas andanças humorísticas em três idades.



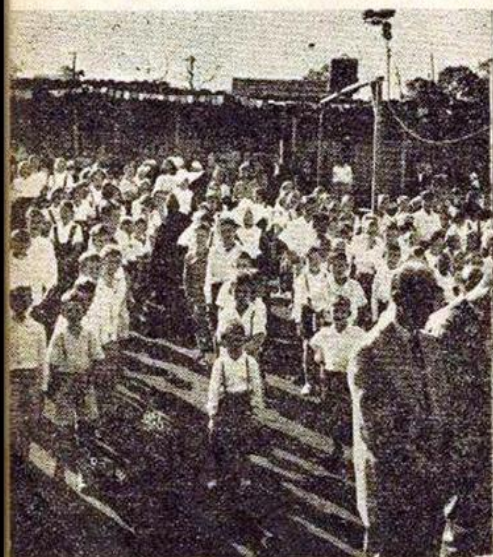
O Gov. Munhoz da Rocha visita Toledo, um exemplo das imensas possibil



O GOVERNADOR Bento Munhoz da Rocha ficou deslumbrado ante o espetacular desenvolvimento de Toledo. Principalmente porque todos os colonos do novo centro de desenvolvimento agrícola do estado são donos de suas terras, que foram adquiridas da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná totalmente livres de qualquer onus.

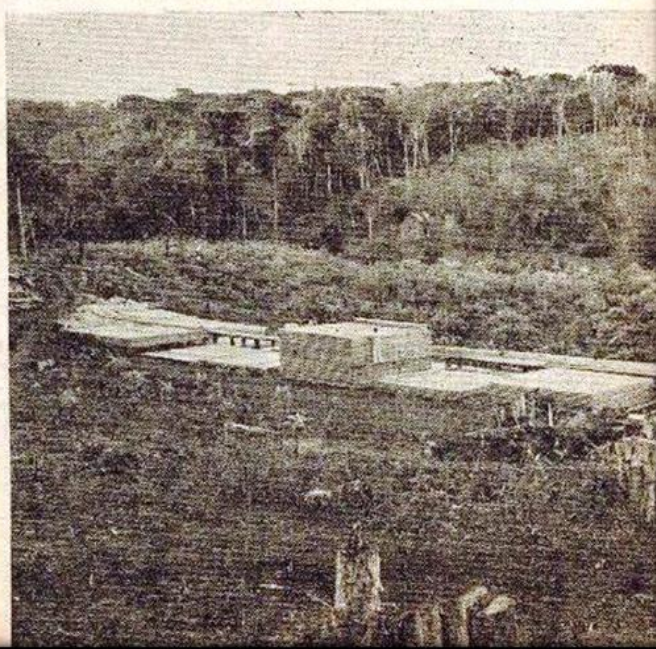


EM SUA recente visita a Toledo, o Gov. Bento Munhoz da Rocha constatou entusiasmado que lá "o elemento humano é riquíssimo". O Paraná o recebe direta-



A EDUCAÇÃO escolar em Toledo encontra-se bem dirigida, orientada e instalada.

TOLEDO ABRIGA O MELHOR TIPO DE COLONO NECESSARIO AO PAIS, ISTO É,



dades do Estado do Paraná



mente do Rio G. do Sul, canalizado por uma organização particular: a Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A. — uma organização a serviço do progresso.

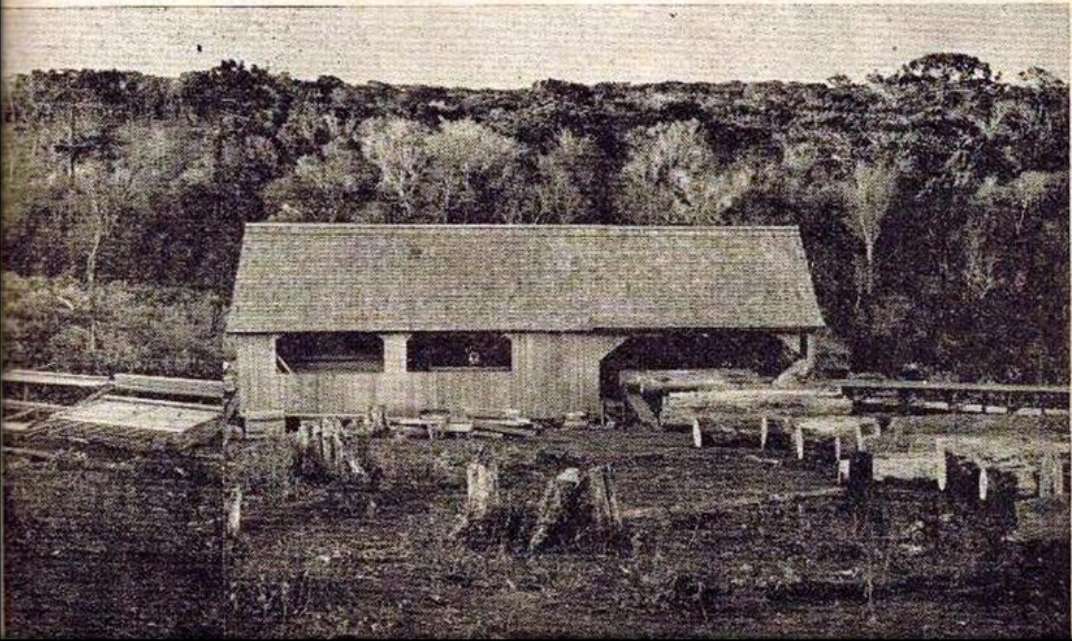


O PRIMEIRO toledano é o pequeno que o Governador Bento Munhoz da Rocha tem no colo. Seus pais tinham doze filhos quando chegaram a Toledo. A Colonizadora Rio Paraná está fazendo um dos melhores trabalhos em prol da fixação rural do brasileiro, ajudando, assim, o governo na tarefa de deter o êxodo dos camponeses.



CONTINUANDO as tradições dos pioneiros da colonização sulina, estes bisnetos de açorianos e netos de alemães e italianos levaram para o oeste brasileiro a civilização litorânea, integrando na vida nacional as regiões até hoje selvagens, que, em futuro muito próximo, hão de tornar-se, sem dúvida, as maiores fontes da riqueza nacional.

COLONO JÁ NASCIDO NO BRASIL E JÁ IDENTIFICADO COM AS PECULIARIDADES DO NOSSO ESTILO DE VIDA.



ANEXO G

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Jornal O Oeste. Ano II. n. 6, p.3 31/01/1954.
Toledo, 1954. 1 f.

"O OESTE" 11 de Abril de 1954.

N. 23

PARANÁ CRESCE MILA-
GROSAMENTE
UM DOS EXEMPLOS:

TOLEDO

VEJAMOS:

1948 Mata virgem e acampamentos — 200 almas
Renda Cr\$ 65.000,00

1954 Uma cidade com séde de Comarca - 10 Vilas
6 Distritos — 15.000 almas

. RENDAS:

Federais :	Cr\$ 4.000.000,00
Estaduais :	Cr\$ 3.000.000,00
Municipais :	Cr\$ 3.000.000,00
IAPI - LAPETC - IAPC	Cr\$ 1.000.000,00
TOTAL	11.000.000,00
DEPOSITOS BANCARIOS	3.000.000,00

750 Kms. DE ESTRADAS DE RODAGEM
28 IGREJAS E CAPELAS
34 ESCOLAS
2 HOSPITAIS

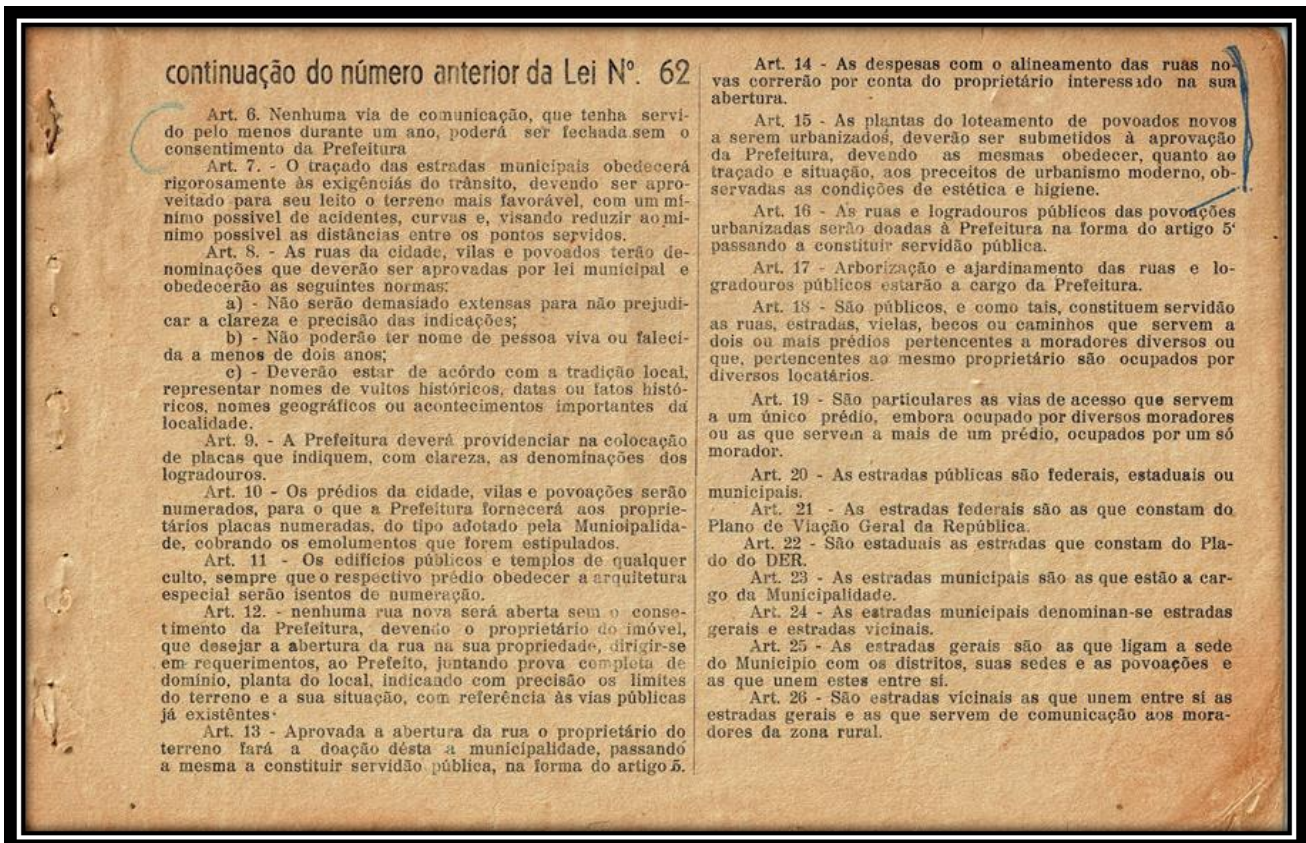
RESULTADO DE UMA CAMPANHA DE TRABALHO E PERSISTENCIA
DE BRASILEIROS DE BOA VONTADE

A MARIPÁ

Agradece ao povo de TOLEDO e aos
seus funcionários e trabalhadores a imensa
e expontanea cooperação recebida.

ANEXO H

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Código de Postura: Lei municipal Nº 62 de 15/12/1954, última página com a sanção do prefeito municipal. Toledo, 1954. 1 f.



continuação do número anterior da Lei Nº. 62

Art. 27 - A Prefeitura, pelo seu órgão especializado, providenciará, nas estradas de sua jurisdição para que sejam assinalados os acidentes e obstáculos, bem como para colocação de tabuletas que indiquem a denominação das estradas, itinerários, marcos quilométricos e, em geral, referências úteis aos viajantes.

Art. 28 - É proibida a construção de cercas, muros ou tapumes de qualquer natureza, bem como a abertura de valas, ao longo das estradas sem licença da Prefeitura.

Art. 29 - Só em caso de absoluta necessidade poderá ser permitida nas estradas municipais a existência de portões, ficando, porém, o proprietário responsável pelo seu fechamento, abertura e conservação, de modo que não impeçam o livre trânsito e não causem prejuízo de tempo aos viajantes.

Art. 30 - É proibido aos proprietários responsáveis pelos portões existentes nas estradas cobrar dos viajantes qualquer emolumento ou exigir qualquer gratificação pela abertura destes, à passagem de veículos.

Art. 31 - É proibido nas estradas municipais o arrasto de toras ou o trânsito de veículos que pela sua natureza ou a de acessório adaptado ao mesmo, possa causar dano às estradas ou dificultar o trânsito normal nas mesmas.

Art. 32 - Ao longo das estradas municipais não será permitida qualquer construção de prédio, cercas ou tapumes a menos de cinco (5) metros do alinhamento.

Art. 33 - Os proprietários, arrendatários, ou ocupantes de terras marginais às estradas municipais são obrigados a manter as suas frentes, numa largura mínima de 3 (tres) metros da margem da estrada, limpas e roçadas, sob pena de a Prefeitura executar o serviço, cujo custo será cobrado do responsável, com acréscimo de 10% (dez por cento) de administração.

Art. 34 - É proibido nas estradas municipais:

a) Derrubar árvores em direção ao seu leito, não podendo estas alcançar a distância inferior de 10 (dez) metros do eixo da estrada;

b) Derrubar árvores que, em sua queda danifiquem ou rompam fios telegráficos, telefônicos ou elétricos;

c) Jogar para o leito da estrada, mato, ervas daninhas, arrancadas nas lavouras marginais, ou qualquer outro objeto que possa danificar a estrada;

d) Obstruir de qualquer modo as valetas, sarjetas e condutores de águas pluviais, danificar ou prejudicar o seu escoamento.

Art. 35 - O proprietário de terras ou indústrias que interceptar mediante licença da Prefeitura, qualquer estrada com excavações ou valetas para condução de águas para lavoura ou indústria, será responsável pela construção e conservação dos respectivos pontilhões ou boeiros.

Art. 36 - Quando um trecho de estrada for, por qualquer motivo, total ou parcialmente interrompido, a Prefeitura providenciará na colocação de sinais de advertência e numa passagem provisória, claramente indicada.

Art. 37 - Idênticos sinais de advertência serão colocados junto a pontes, pontilhões e boeiros, quando o estado de conservação destes não oferecer a segurança perfeita para a passagem de veículos.

Art. 38 - É proibido o uso de correntes revestindo pneumáticos de veículos auto motores, com capacidade de carga superior a 500 (quinhentos) quilos.

Art. 39 - O uso de pneus antiderrapantes só será permitido nos automóveis, camionetas e outros tipos de veículos leves, assim como nos ônibus de linhas regulares de transporte coletivo.

Art. 40 - Nos dias de chuva não será permitido o tráfego de veículos de carga de capacidade superior a 700 (setecentos) quilos excetuando-se ônibus de transporte coletivo de linhas regulares.

Art. 41 - A Prefeitura providenciará na colocação de berbeiras cujo fechamento indicará a interdição da estrada em dias de chuva.

Art. 42 - Fica adotado, na parte em que for aplicável, o código Nacional do Trânsito, para o policiamento e regulamentação da Trânsito.

CAPITULO III

Dos Passeios Públicos

continuação do número anterior da Lei Nº. 62

Art. 43 - Os serviços de construção, reconstrução e conservação de passeios ou calçadas serão executados pelos proprietários de imóveis fronteiros às ruas e calçadas.

Art. 44 - A Prefeitura determinará, em cada rua, o tipo de calçamento a ser executado, assim como providenciará na colocação de guias de calçada ou meio fio, determinando, também, a sua largura e nivelamento.

Art. 45 - Os proprietários serão intimados para a execução das obras de calçamento, dando-se-lhes o prazo de 120 (cento e vinte) dias da data da intimação.

Art. 46 - Se o proprietário não efetuar o calçamento do trecho que lhe for atribuído, a Prefeitura poderá fazê-lo administrativamente, cobrando do proprietário o custo da obra acrescido de 10% de administração, além da multa cominada neste Código.

Art. 47 - Os passeios, em cada rua serão uniformes, não sendo permitida a construção dos que não estiverem de acordo com o padrão determinado pela Prefeitura.

Art. 48 - Os proprietários serão obrigados a zelar pela conservação e limpeza dos passeios fronteiros à sua propriedade.

Art. 49 - Enquanto não forem construídos os passeios os proprietários dos terrenos fronteiros às ruas são obrigados a manter a sua frente limpa de ervas daninhas, na largura correspondente ao passeio.

Art. 50 - Os passeios são destinados exclusivamente aos pedestres, sendo proibido transitar nos mesmos com veículos de qualquer natureza.

§ Único - Não se compreendem na proibição deste artigo os carrinhos de criança, triciclos e veículos de brinquedo.

Art. 51 - As rampas para entrada de veículos, que interrompam a uniformidade dos passeios, só serão permitidas à entrada de oficinas mecânicas, armazéns e depósitos de mercadorias e cargas em geral.

Art. 52 - Nos terrenos que se encontrem abaixo do nível da rua os proprietários são obrigados a construir muros de alvenaria, no alinhamento da propriedade, para a pro-

teção do passeio.

Art. 53 - O mesmo será feito nos terrenos situados acima do nível da rua, cujo barranco será protegido por muro de alvenaria para impedir os desmoronamentos.

Art. 54 - Em nenhum tipo de construção será permitida a existência de degraus nos passeios.

Art. 55 - A Prefeitura mandará derrubar as árvores existentes nas ruas que, de qualquer maneira, possam constituir perigo, prejudicar a visibilidade, enredar-se, com a sua ramagem, nos fios telegráficos, telefônicos ou condutores de eletricidade, ou não estar de acordo com o plano de arborização e ajardinamento elaborado pela Municipalidade.

Art. 56 - Os proprietários de terrenos em que existam árvores cuja ramagem se projete para além do alinhamento da rua ou atinja fios de telefone, telégrafos ou condutores de eletricidade, serão intimados a podá-las ou derrubá-las.

CAPITULO IV

Do transporte e criação de animais

Art. 57 - Nenhuma tropa, de qualquer espécie de animal, poderá ser conduzida no Município, sem que o condutor, ou responsável, esteja munido de documentos sobre a sua identidade, guias fiscais, declaração de procedência e destino da tropa e identidade do proprietário.

Art. 58 - É proibida a passagem pelo Municípios de tropas de gado de qualquer espécie que possam contribuir para a propagação de doenças nos rebanhos do Município.

Art. 59 - A passagem de tropas pela cidade, vilas ou povoações será feita com a licença prévia da autoridade municipal da respectiva localidade, e pelas ruas previamente indicadas e somente nas horas designadas, não podendo esta designação coincidir com a hora de mais intenso movimento comercial, de entrada e saída nos estabelecimentos de ensino, procissões e manifestações religiosas de qualquer culto, préstios e passeatas populares a qualquer pretexto.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 60 - A passagem de tropas pela cidade, vilas e povoações será feita em marcha lenta e precedida de aviso à população.

Art. 61 - Os responsáveis pelas tropas deverão providenciar para que estas sejam conduzidas acompanhadas de Pessoal suficiente para garantir a segurança e evitar os acidentes, assim como os danos às propriedades marginais.

Art. 62 - É proibido conduzir na cidade vilas ou povoações animais bravios, domá-los ou laçá-los nas vias públicas.

§ Único - O gado vacum destinado a açougues, só poderá ser conduzido convenientemente preso.

Art. 63 - A exibição de animais selvagens só será permitida em jaulas, cujas condições de segurança serão examinadas pela Prefeitura antes da exibição.

Art. 64 - Dentro das zonas urbanas da cidade e das vilas e povoados onde existir forte núcleo de população, não é permitido a instalação de estábulos, cocheiras e chiqueiros, nem a conservação de animais presos ou soltos.

Art. 65 - Não será permitido manter ou atar animais sobre passeios ou logradouros públicos, nem às portas janelas de habitações.

Art. 66 - É, igualmente, proibido deixar vagar pelas vias públicas da cidade, vilas ou povoações, qualquer espécie de animais domésticos, inclusive aves.

Art. 67 - Os animais encontrados vagando pelas ruas ou praças serão apreendidos, pagando os seus proprietários a multa de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) por animal, elevada ao dobro nas reincidências.

Art. 68 - É obrigatório a matrícula de cães que levarão na coleira o carimbo da municipalidade e o número da matrícula em placa de metal.

§ 1 - Da matrícula deverá constar o nome e residência do proprietário, nome, número e raça do cão.

§ 2 - O cão matriculado só poderá transitar pelas vias públicas quando portar focinheira.

§ 3 - Os cães vadios que forem encontrados na via pública serão apreendidos pela Prefeitura e exterminados caso não forem reclamados dentro de 72 horas, estando seus pro-

prietários sujeitos à multa de cr\$ 200,00 à cr\$ 500,00.

§ 4 - Sómente será concedida a matrícula aos cães que estiverem comprovadamente vacinados contra raiva.

Art. 69 - Todo o proprietário que encontrar, dentro da sua propriedade, cão vadio poderá matá-lo.

Art. 70 - O proprietário da lavoura poderá reter os animais que encontrar danificando-a, até a chegada da autoridade competente a qual lavrará o auto de infração e intimará o proprietário do animal a pagar a multa regulamentar e dos danos causados.

Art. 71 - Para a avaliação dos danos a autoridade nomeará um perito e os interessados indicarão um assistente para cada parte.

Art. 72 - Proceder-se-á de acôrdo com o artigo 74 quando o dono do animal causador do dano recusar-se a pagar a indenização.

Art. 73 - Os donos responderão por todo e qualquer prejuizo causado por animais à propriedade alheia ou bens públicos.

Art. 74 - Os animais encontrados soltos nas vias públicas serão apreendidos e o seu dono intimado a satisfazer o dano causado.

Art. 75 - Se não for conhecido o dono, a Prefeitura providenciará na publicação de editais, em que serão relatados o dia, o local e as circunstâncias em que foi apreendido o animal, ou animais, a espécie destes e todas as características de identificação.

Art. 76 - Se dentro de 30 (trinta) dias não comparecer o dono e não pagar o dano causado pelo animal e mais as despesas de apreensão e manutenção do mesmo, acrescidas de multa regulamentar, o animal será vendido em asta pública, sendo o produto da venda, deduzidas as despesas de que trata este artigo, depositado, em conta especial, sem vencer jûros, nos cofres da Municipalidade.

Art. 77 - A criação de animais será feita em recintos fechados devendo, os proprietários de tempos em tempos, proceder a inspeção de cercas, tapumes e tomar as providências que a sua segurança exigir.

continuação do numero anterior da Lei n. 62

Capitulo V

Da extinção de formigas e pragas

Art. 78 - A criação de porcos será feita em currais e pocilgas, serão sempre construídas abaixo das fontes de água potável e, em nenhum caso aos prédios habitados ou a margem das estradas públicas.

Art. 79 - Na construção das pocilgas observa-se-ão as recomendações das autoridades sanitárias.

Art. 80 - As dejeções das pocilgas em caso nenhum canalizadas para arrois que servem de bebedouro aos animais, lavadouros ou banhos.

Art. 81 - A criação de aves domésticas na cidade e vilas será feita em aviários cuja construção obedecerá as exigências da higiene, na zona rural esta criação poderá ser feita livremente, respeitando os direitos de propriedade privadas.

Art. 82 - A criação de coelhos, lontra, ratões do banha do e outros semelhantes, sera feita em local apropriado, observadas as condições de segurança.

Art. 83 - Os terrenos destinados a criação de ovelhas e cabras, deverão ser fechados de modo especial, afim de que estes animais não possam passar as estradas publicas ou para as propriedades vizinhas.

§ Único - O disposto neste artigo aplica-se tambem a todas outras criações.

Art. 84 - O dono do cão atacado pela raiva será responsabilizado pelos danos causados por este, e multa cr\$ 500,00 a 1.000,00.

Art. 85 - Os proprietários, arrendatários ou ocupantes de terras que constarem a existencia dentro de suas propriedades, de formigas outras pragas, deverão providenciar na sua extinção.

Art. 86 - A Prefeitura concorrerá no combate as pragas das lavouras, prestando sempre que solicitada, auxilio tecnico e material dentro das possibilidade orçamentarias.

Art. 87 - O proprietario, arrendatario, ou ocupante a qualquer titulo, de terras poderá exigir indenização quando for prejudicado pelos formigueiros existentes em terras da vizinhanças e cujo dono não tomar as providencias necessarias a sua extinção.

Art. 88 - A extinção de formigas existentes nas ruas praças ou terrenos de dominio publico, será procedida pela Prefeitura, a qual tambem será aplicado o disposto no artigo 87 deste código.

Art. 89 - A Prefeitura poderá por solicitação dos proprietarios ou compulsoriamente proceder a extinção de formigas e outras pragas em terrenos de propriedade de particulares, cobrando as despesas correspondentes, acrescidas de 10% de administração dos respectivos proprietario.

continuação do numero anterior da Lei n. 62

Capitulo VI

Das delimitações de propriedades Das cercas e tapumes.

Art. 90 - Todo o proprietário poderá obrigar o se confinante a proceder a demarcação das linhas divisorias de propriedades, a substituição de Marcos destruídos e arruinados de maneira a estabelecer limites exatos entre as diferentes propriedades.

Art. 91 - Ninguém é lícito remover, derrubar ou danificar os marcos divisorios de propriedade sem que o vizinho interessado no caso esteja presente e a sua aquiescência seja testemunhada no mínimo por duas pessoas ideneas.

Art. 92 - De acordo com o art. 569 do código Civil da Republica, as despesas avimentação, verificação ou demarcação de limites entre diversas propriedades correrão por conta dos respectivos proprietários, proporcionalmente a partes dos limites que lhes couber.

Art. 93 - O proprietário que sem a presença e anuência do seu confinante, remover, destruir ou danificar um marco divisorio, será responsável pelas despesas de nova medição e demarcação, alem da multa cominada neste código.

Art. 94 - As cercas e tapumes que forem construídos na linha de diferentes propriedades, serão custeados em partes iguais, pelos respectivos proprietários.

Art. 95 - O proprietário que não contribuir para a construção de cercas ou tapumes divisorios não poderá se utilizar do mesmo, embora este tenha sido construído exatamente sobre a linha divisória das propriedades.

Art. 96 - O proprietário que prejudicado devido a negligência do vizinho em reparar e manter em estado de segurança a parte do tapume correspondente a este, poderá responsabilizá-lo pelo prejuizo sofrido, exigir a indenização correspondente.

Art. 97 - Todo o proprietário que queimar uma roça que confine com terras alheias deverá providenciar aceiros e avisar o proprietário vizinho, sob pena de indenização de prejuizos e multa de cr\$ 500,00 a 2.000,00.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 94 - as cercas e tapumes que forem construídos na linha de diferentes propriedades, serão custeados em partes iguais, pelos respectivos proprietários.

Art. 95 - O proprietário que não contribuir para a construção de cercas ou tapumes divisorios não poderá se utilizar do mesmo, embora este tenha sido construído exatamente sobre a linha divisória das propriedades.

Art. 96 - O proprietário que for prejudicado devido a negligência do vizinho em reparar e manter em estado de segurança a parte do tapume correspondente a este, poderá responsabilizá-lo pelo prejuizo sofrido e exigir a indenização correspondente.

Art. 97 - Todo o proprietário que queimar uma roça que confine com terras alheias deverá providenciar aceiros e avisar o proprietário vizinho, sob pena de indenização de prejuizos e multa de cr\$ 500,00 à cr\$ 2.000,00.

CAPITULO VII

Das águas públicas, fontes, servidões e passos

Art. 98 - São consideradas águas públicas as fontes, lagoas, arróios, lageados, córregos, rios, etc. que, embora situados em terrenos de propriedade particular, servem para abastecimento de água potável ao público, bebedouros de animais, ou para banhos e lavadouros públicos.

Art. 99 - Os proprietários dos terrenos em que estejam localizadas tais águas não poderão impedir o livre acesso às mesmas.

Art. 100 - Se o proprietário resolver fechar o terreno, ou extinguir a servidão, a Prefeitura desapropriará o local e o entregará novamente ao uso comum.

Art. 101 - A Municipalidade, em Lei especial, adotará as medidas necessárias à proteção de águas públicas, regulando-lhes a utilização exploração e curso, de acordo com o que dispõe o Código de guaus da República e leis suplementares.

Art. 102 - Não será permitido o desvio do curso dos arróios de pequeno volume d'água e sua nalização para lavouras, indústrias etc. se com isso for prejudicado o abastecimento d'água para bebedouros, de animais das propriedades marginais áqueles cursos d'água.

Art. 103 - toda e qualquer canalização d'água pelas propriedades alheias será procedida de indenização, por parte dos interessados, aos proprietários do terreno atingido.

Art. 104 - É proibido, sob pena de multa de cr\$ 500,00 elevada ao dôbro nas reincidências, lançar a água madeiras ou outros detritos que possam obstruir o livre curso d'água, animais mortos, canalizar para as mesmas dejeções a animais ou humanos e detritos das indústrias que possam romper a água ou torná-la nociva ou perigosa para ser usada como lavadouro, banhos ou bebedouros de animais.

Art. 105 - Não será permitida a extração de areia ou saibro do alvéo dos rios e arróios de domínio municipal, a não ser a concessionários de tais serviços.

Art. 106 - É proibido desmatar as cabeceiras das águas num raio de 10 (dez) metros ao redor da fonte.

Art. 107 - A Prefeitura poderá explorar, administrativamente, o serviço de extração de areia ou saibro do alvéo dos rios e arróios de domínio municipal, ou conceder tal serviço a terceiros, mediante contrato de concessão.

Art. 108 - É proibido o estacionamento de veículos, pessoas e animais sobre pontes de uso público.

Art. 109 - É proibido o trânsito sobre pontes interdidas ou em que o trânsito tenha sido suspenso.

Art. 110 - Quando uma ponte tiver a sua capacidade limitada, a Prefeitura colocará a indicação necessaria da capacidade máxima, sendo proibido nela o trânsito de veículos com peso de carga superior ao indicado.

§ Único - Entende-se por peso do veículo a soma deste com a carga que transportar.

Art. 111 - As pontes, pontilhões e boeiros são considerados partes integrais da estrada em que se encontrarem, aplicando-se a estes os respectivos regulamentos e disposições administrativas.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

§ Único - Para a construção de barragens e açudes deverá a Prefeitura ser consultada e expedida a necessária licença.

CAPITULO VIII

Das marcas e sinais

Art. 112 — As marcas e sinais se destinam a provar a propriedade dos animais e dos couros e peles destes.

Art. 113 — Todas as marcas e sinais, para que produzam seus efeitos legais, deverão ser registrados na Prefeitura.

Art. 114 — No registro de marcas e sinais se observará o seguinte:

I — Em livro especial será lançado o registro respectivo com o nome do proprietário, sua residência, estado civil, nacionalidade, extensão da propriedade, desenho rigorosamente idêntico da marca, espécie e número aproximado de animais a serem marcados.

II — O registro será feito mediante requerimento do proprietário, ou seu procurador, do qual constarão todas as indicações exigidas na alínea anterior, com abonamento de duas pessoas idôneas.

III — Não serão registradas as marcas iguais às já existentes no Registro Municipal de Marcas e Sinais, prevalecendo, em caso de duplicata, as mais antigas.

IV — A Municipalidade fornecerá todos os dados, referentes a marcas e sinais registrados, quando estes lhe forem solicitados pelos poderes públicos, ou por particulares.

V — As transferências de marcas ou sinais serão comunicadas à Prefeitura para averbação.

VI — Existindo em outro município marcas iguais às registradas na Prefeitura local, esta comunicará o fato à Municipalidade interessada, podendo intimar o proprietário local a mudá-la, de acordo com as disposições do inciso III deste artigo.

VII — Ninguém poderá modificar marcas ou sinais

já registrados a não ser nos casos previstos nos inc. III e VI.
VIII — As marcas ou sinais mudados serão considerados inexistentes.

IX — A matriz das marcas será de ferro ou outro metal semelhante, reproduzirá letras ou símbolos e terá as dimensões máximas de 11 (onze) centímetros.

X — Falecendo o proprietário, os seus herdeiros só farão uso da marca registrada por aquele depois de feita a competente averbação no Registro da Prefeitura.

XI — Os animais só serão marcados nas partes permitidas por lei.

CAPITULO IX

Das Licenças

Art. 115 — Ninguém poderá abrir casa de comércio de qualquer espécie, nem qualquer estabelecimento industrial ou atividade tributada pelo Município sem requerer a respectiva licença.

Art. 116 — A licença concedida para exercício de comércio fixo não autoriza o comércio ambulante, sendo este sujeito à licença especial.

Art. 117 — Do requerimento para estabelecimento de casa comercial, indústria ou qualquer atividade tributada deverá constar:

- a) Nome do interessado ou interessados;
- b) firma ou razão social sob a qual girará o estabelecimento,
- c) gênero de negócio a que se destinará o mesmo
- d) tempo em que iniciará as atividades,
- e) Capital a ser empregado,
- f) local em que será instalado.

Art. 118 — Concedida a licença, mediante o pagamento de impostos, o interessado colocará, dentro do estabelecimento, em local visível, o respectivo alvará.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 119 - As licenças, salvo as concedidas por determinado período, vigorarão até o dia 31 dezembro de cada ano, devendo ser renovadas em cada período.

Art. 120 As casas comerciais, os estabelecimentos industriais e outras atividades que dependem da licença municipal só funcionarão em dias úteis e dentro dos horários fixados pela Prefeitura.

Art. 121- Não serão obrigados a observar os horários de abertura e fechamento, nem permanecer fechados nos domingos e feriados, os seguintes estabelecimentos:

Bares, bombonieres, cafés, confeitarias, casas de diversões, comércio de pão e biscoitos, mercadinhos de frutas, bombas de gasolina, hotéis, e casas de pasto, emgraxaterias postos de vendas de jornais e revistas, e açougues.

Art. 122 Aos domingos, feriados e dias santos de guarda permanecerá aberta pelo menos uma farmácia, de acordo com a tabela organizada e aprovada pela Prefeitura.

Art. 123 As barbearias, salões de cabeleiro, salões ou institutos de beleza, etc. poderão permanecer abertos até 20 horas em dias úteis e até 22 horas em vésperas de feriados dias santificados, inclusive sábados.

Art. 124 - Considera-se infração não só o fato de ter a porta aberta fora do horário estabelecido, como também comprar, vender ou realizar qualquer operação comercial com as portas fechadas.

Art. 125 Na hora do fechamento de qualquer estabelecimento sujeito ao horário fixado, serão cerradas as suas portas, atendendo-se os clientes que se encontrarem no interior do estabelecimento, porém não poderão ser admitidos novos clientes.

Art. 126 - O fato de o proprietário residir no mesmo prédio em que funciona o estabelecimento, não o autoriza a manter as portas deste, abertas fora do horário estabelecido para funcionamento do comércio.

Art. 127 - A Prefeitura mandará fechar todo e qualquer estabelecimento que funcionar sem a respectiva licença e sem o pagamento de impostos devidos à Municipalidade e cujo proprietário se recusar a comparecer, no prazo marcado, à Prefeitura para regularizar a sua situação perante a Fazenda Municipal.

Art. 128- As mercadorias encontradas no interior do estabelecimento, ou suas dependências, responderão pelo pagamento do imposto devido e das despesas e custas do processo por infração.

Art. 129 - O disposto no presente Capitulo aplica-se também às indústrias, ofícios e profissões.

Art. 130 - As indústrias, ao requererem a licença para o seu funcionamento deverão provar:

- a) que funcionarão em prédio adequado, construído de acordo com as exigências legais,
- b) que contarão com pessoal competente a habilitado para as funções que irá exercer,
- c) que não oferecerão perigo à vida ou saúde dos moradores da vizinhança, nem dono às propriedades adjacentes.

Art. 131 - Dentro do perímetro urbano da cidade, vilas e povoações, não será permitida instalações de indústrias que pela sua natureza, a dos produtos manufaturados ou matéria prima empregada, ofereçam perigo à saúde pública, ou pelas emanções exaladas, possam corromper ou viciar a atmosfera.

Art. 132 - As fábricas de explosivos e fôgos de artifício só poderão funcionar em prédios isolados e numa distância mínima de 30 (trinta) metros de qualquer habitação ou via pública.

Art. 133 - É expressamente proibido manter depósito de explosivos ou inflamáveis em prédio que serve de habitação.

Art. 134 - Os veículos carregados de explosivos ou inflamáveis só poderão estacionar nas vias públicas durante o tempo estritamente necessário ao serviço de carga e descarga.

§ Único - Os veículos estacionados para carregamento ou descarregamento de explosivos ou inflamáveis, ostentará, obrigatoriamente, o sinal de perigo, como advertência aos transeuntes.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

CAPITULO X

Dos pêsos e medidas

Art. 135- A venda a retalho ou por atacado de produtos alimentícios, gêneros de primeira necessidade e qualquer outra mercadoria em que, para determinar a quantidade, empregam-se pêsos e medidas, será feita na base do sistema métrico decimal.

Art. 136- A Prefeitura aferirá, quando julgar oportuno, os pêsos e medidas das casas comerciais que vendem mercadorias diretamente ao consumidor.

Art. 137- Nenhuma casa ou ramo de negócio poderá funcionar sem estarem aferidos os pêsos e medidas que empregar.

Art. 138- A aferição podera ser feita na própria repartição Municipal, ou nos estabelecimentos comerciais.

Art. 139- Após a aferição será fornecido ao interessado o "Certificado de Aprovação", sempre que os pêsos e medidas estiverem exatos.

Art. 140 - O "Certificado de Aprovação" será exposto, em lugar visível, dentro do estabelecimento, ou conduzido junto à balança ou medida, quando tratar-se de comércio ambulante.

Art. 141 - As balanças, os pêsos e as medidas, aprovados em aferição, receberão carimbo indelevel que garantirá a sua autenticidade.

Art. 142- As casas comerciais e os mercadores ambulantes que empregarem qualquer pêso ou medidas inexatos, alterados ou falsificados, ou usarem de qualquer artifício para ludibriar aos compradores, incorrerão na multa de cr\$ 1.000,00 á cr\$ 5.000,00, além da responsabilidade criminal que a Prefeitura promoverá contra ele.

§ Único- Quando o objeto falsificado ou alterado fôr pêso, balança ou medida para a qual tenha sido expedido "Certificado de Aprovação," a multa será em dôbro e a Prefeitura instaurará contra o infrator o processo por uso indevido de Documento Público.

Art. 143 - O disposto no artigo 142 aplicar-se-á aos compradores de produtos agrícolas que, por qualquer meio, defraudarem ou tentarem defraudar os agricultores quanto ao pêso ou medida dos produtos adquiridos.

Art. 144 - Os pêsos, as balanças ou medidas fraudulentas, serão apreendidos e, depois de servirem de prova criminal, destruídos.

Art. 145 A carne verde, nos açougues, será vendida a pêso, observando-se, quanto a sua clacificação, as disposições e regulamentos baixados pela Comissão de Abastecimento e preços, ou outro órgão equivalente.

Art. 146 O pão só será vendido por quilograma, ou fração, com pêso certo.

Art. 147 Os estabelecimentos que venderem gêneros cujo preço tenha sido tabelado, deverão fixar, em lugar visível, a respectiva tabela de preços e clacificações.

Art. 148 Será considerado fraude vender qualquer artigo por preço não autorizado pela respectiva tabela, ou que não esteja de acôrdo com a respectiva classificação, aplicando-se aos infratores o dispôsto no artigo 142.

Art. 149 Não serão aferidos pêsos que não constarem de uma única peça de metal maciço, nem balanças com conchas de madeira, ou ainda, medidas para líquidos em cuja fabricação tenha sido empregado material que possa corrompê-lo, tornando-os perigosos para a saúde do consumidor.

CAPITULO XI

Das Construções, demolições e reconstruções

Art. 150 Nas zonas urbanas da cidade, vilas e povoações urbanizadas, nenhuma construção, reconstrução, reforma ou acréscimo às obras já existentes, será iniciada sem a competente licença da Prefeitura.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 151 - Os interessados em iniciar qualquer construção de prédio novo, ou reforma, reconstrução ou acréscimo no já existente, qualquer que seja o seu tipo, material a ser empregado, finalidade a que se destina e a localização, dirigir-se-ão, em requerimento, ao Prefeito solicitando a respectiva licença, devendo o requerimento ser instruído com os seguintes dados:

- a) Nome do interessado,
- b) nome construtor,
- c) planta da obra em duas vias,
- d) memorial descritivo do material a ser empregado,
- e) finalidade a que se destina,
- f) localização.

Art. 152 - De posse do requerimento, com todos os documentos referidos no artigo anterior, o Prefeito encaminhará à Secção competente para o julgamento e parecer.

Art. 153 - Aprovado o requerimento, o Prefeito mandará comunicar o fato ao interessado, intimando-o a pagar o respectivo imposto.

Art. 154 - A Prefeitura fiscalizará a execução das obras autorizadas para assegurar a sua exatidão com as plantas aprovadas.

Art. 155 - Verificando-se que a construção não está de acôrdo com a que foi autorizada, ou que o material nela empregado não é o mesmo que foi descrito no respectivo memorial, ou ainda, que a mesma, pela fragilidade motivada pela fraude ou incompetência do construtor, possa oferecer perigo de dano as propriedades adjacentes ou de vida dos operarios empregados na execução da obra ou a de seus futuros ocupantes, a Prefeitura interditará a obra e compellirá o proprietário a demolição, impondo, ainda, ao responsável a multa de cr\$ 1.000,00 a cr\$ 5.000,00, além de promover a responsabilidade criminal.

§ Único - As disposições deste artigo aplicam-se também

as obras iniciadas sem a respectiva licença.

Art. 156 - Nas ruas principais da cidade, dentro dos limites fixados por lei especial, não será permitida construção de prédios de madeira, qualquer que seja a sua finalidade.

§ Único - As construções de madeira, existentes atualmente nestas ruas, não serão mais reformadas e deve rão ser demolidas a medida que se tornarem inabitáveis ou improprias para o uso a que eram destinadas.

Art. 157 - Nas ruas em que for permitida a construção de prédios de madeira, estas só poderão ser feitas em recção, numa distância minima de 3 (tres) metros do alinhamento da rua.

Art. 158 - Nas zonas urbanas da cidade, vilas e povoações urbanizadas não é permitida a cobertura de prédios com taboinhas ou qualquer outro material combustível.

Art. 159 - As chapas metálicas, como zinco, alumínio etc. só poderão ser empregadas na cobertura de prédios quando pintadas com tinta opaca, de modo a impedir reflexos dos raios solares.

Art. 160 - Os prédios que, pelo seu estado de ruína iminente tornarem-se perigosos, serão declarados inabitáveis e interditados para qualquer finalidade e, o seu proprietário será intimado a demoli-los no prazo de sessenta dias, sôb pena de a Prefeitura proceder a demolição, debitando as despesas, acrescidas de 10% de administração, a conta do proprietário.

Art. 161 - As licenças de construção serão válidas por seis meses, devendo ser renovadas se dentro deste prazo, as obras não forem iniciadas, ou, se iniciadas, não tiverem passado dos alicerces.

Art. 162 - Só será permitido depositar material de construção nas vias públicas, em caso de absoluta necessidade. Este material será depositado em frente a obra a ser executada, e ocupará o minimo de espaço possível e de modo a não embarasar o livre trânsito.

Art. 163 - Os andaimes só serão usados depois de inspecionados pela Prefeitura, que poderá condená-los se julgar que os mesmos oferecem perigo aos operários empregados na obra, ou aos transeuntes.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 164 - O terreno em que for construído prédio em recuo, afastado do alinhamento da rua, terá a sua parte fronteira a via pública convenientemente ajardinada e murada, ou cercada por qualquer tipo de tapume permitido pela Prefeitura.

Art. 165 - Os tapumes serão submetidos a aprovação da Prefeitura e, nas ruas de que trata o artigo 156, só poderão ser de muro de alvenaria, ou grades de ferro, assentadas sobre pilares de alvenaria.

Art. 166 - Os tapumes de cerca viva, telas de arame, sarafos, tábuas verticais ou horizontais, etc. Só serão permitidos nas ruas secundárias e nas zonas exclusivamente residenciais.

Art. 167 - Não serão permitidos, na zona urbana da cidade, vilas ou povoações urbanizadas, cercas de arame farpado.

CAPITULO XII

Das Concorrências Públicas

Art. 168 - Os contratos com a Prefeitura, quer se refiram a realização de serviços públicos, quer a alienação ou locação de bens, deverão ser precedidos de concorrência pública ou administrativa.

Art. 169 - Far-se-á igualmente, mediante concorrência pública ou administrativa, a aquisição de materiais, livros, máquinas etc. de que necessitem os serviços municipais.

Art. 170 - Para abertura de concorrência pública, o Prefeito fará publicar editais na imprensa e afixá-los nas sedes da Prefeitura e Sub-prefeituras, pelo prazo que julgar conveniente.

Art. 171 - O edital deverá conter, segundo os casos:

- a) a natureza do serviço a executar-se e as condições de

sua execução,

b) a discriminação do bem a ser vendido ou locado e a base do respectivo preço,

c) a qualidade e quantidade do material necessário.

Art. 172 - As propostas deverão ser remetidas, devidamente fechadas, ao Prefeito, e assinadas com pseudônimos, devendo o nome verdadeiro de cada concorrente ser enviado, em envelope separado, rigorosamente fechado.

§ Único O conhecimento da caução, a prova de idoneidade e quaisquer outros documentos apresentados em nome dos concorrentes serão depositados na Prefeitura, contra recibo fornecido pelo Secretário, sob cuja guarda e responsabilidade ficarão, devendo ser devolvidos aos interessados após a concorrência.

Art. 173 - Sobrecarta que tiver a proposta, bem como a que contiver o nome a proponente, serão apresentadas em branco a Secretaria da Prefeitura.

Art. 174 - Se o concorrente for pessoa coletiva, juntará prova de haver adquirido personalidade jurídica e, tratando-se de sociedade anônima, deverá ficar provada sua instalação e capacidade de contratar.

Art. 175 - O prazo do edital de concorrência poderá ser prorrogado tantas vezes quantas o exigirem os interesses do município. A prorrogação dar-se-á por decreto do Prefeito.

Art. 176 - Esgotado o prazo do edital, o Prefeito abrirá as propostas perante os proponentes, na sede da Prefeitura, nas horas de expediente, mandando proceder a leitura respectiva, em voz alta, e as remeterá, com a sua rubrica e a dos concorrentes, as repartições técnica competentes, para estudo e parecer.

Art. 177 - Terminando este, as propostas voltarão ao Prefeito, a quem incumbe a respectiva aprovação, ou não.

Art. 178 - A aprovação de uma proposta importa na sua aceitação.

Continua no proximo numero

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

O Prefeito, porém, reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas apresentadas, e, neste caso, determinará, querendo, a abertura de nova concorrência.

Art. 179 - Aceita uma proposta e conhecido o concorrente, será lavrado o contrato correspondente nos livros da Prefeitura.

Art. 180 - Os proponentes depositarão, na Tesouraria do município, uma caução pela importância que, em cada caso, for fixada no edital de abertura de concorrência e será destinada a garantia do cumprimento da proposta.

§ Único As cauções não vencerão juros e serão devolvidas aos concorrentes, depois de solucionadas as respectivas propostas.

Art. 181 - Sendo a proposta aceita, será a caução reforçada ou substituída pelo que for fixado, em contrato, para garantia da execução dos serviços.

Art. 182 - A caução poderá ser feita em espécie ou em títulos da dívida pública, ações etc.

Art. 183 - A concorrência será anulada, quando as propostas não satisfizerem as formalidades que forem estabelecidas.

Art. 184 Serão atendidas, para efeito de concorrência as disposições do artigo 46 e seus parágrafos do decreto federal n. 2.416 de 17-7-1940.

Art. 185 A concorrência administrativa consistirá apenas no pedido de preços as firmas que forneçam o material necessário, reservando-se o município o direito de adquirir a quantidade que desejar, pelos preços que forem estabelecidos.

CAPITULO XIII

Dos cultos religiosos e suas práticas

Art. 186 - É livre a prática de cultos religiosos de qualquer credo ou confissão e a Prefeitura não poderá interferir no sentido de obstar tal prática, assim como não poderá conceder regalias ou privilégios nem manter relações de aliança ou dependência a um determinado culto, em detrimento dos demais.

Art. 187 - Os templos destinados à prática de cultos religiosos, obedecerão as normas do Código de construção e deverão preencher os requisitos de segurança, higiene, estética e outros exigidos por aquele Código.

Art. 188 - Durante os officios religioso não serão permitidos sermões ou prédicas que atentem contra as instituições, as autoridades constituídas ou a moral, nem os ataques a pessoas ou entidades constituídas legalmente.

Art. 189 - Nos cortejos, procissões e demais demonstrações de caráter religioso, as autoridades municipais só intervirão para evitar violências, embaraços de qualquer ordem ou para regularizar o trânsito.

Art. 190 - Não serão considerados cultos religiosos, a chamado baixo espiritismo, os batuques, as feitiçarias quaisquer agrupamentos pseudo-religiosos que, pelo fanatismo que inspiram, conduzem à prática de violências, podendo tornarem-se perigos a ordem pública, ou a integridade física e moral dos seus adeptos.

Art. 191 - A prática ou difusão de cultos previstos no artigo anterior será punida com multa de cr\$ 1.000,00 a cr\$ 5.000,00, sem prejuízo dos processos penais que couberem.

CAPITULO XIV

Dos Cemitérios

Art. 192 - Os Cemitérios do Município são públicos, competindo a sua fundação, policia e administração a Municipalidade e sendo proibida a fundação de Cemitérios particulares.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 193 - Os Cemitérios, são parques de utilidade pública, reservados ao sepultamento dos mortos.

Art. 194 - Os Cemitérios, por sua natureza, são locais respeitáveis e devem ser conservados limpos e tratados com zelo, suas áreas arruadas, arborizadas e ajardinadas, de acordo com as plantas aprovadas e cercados com muro.

Art. 195 - É lícito a irmandades ou sociedades de caráter religioso, respeitadas as leis e regulamentos que regem a matéria, estabelecer e manter cemitérios.

Art. 196 - Os cemitérios têm caráter secular e são administrados pela autoridade municipal competente, ficando, porém, livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos, desde que não atentem contra a moral e as leis.

Art. 197 - Os cemitérios dependem, para a sua localização, instalação e funcionamento, de licença da Municipalidade, atendidas as prescrições legais.

§ Único - Os cemitérios de irmandades, confrarias, ordens ou congregações religiosas, são sujeitos à fiscalização municipal.

Art. 198 - Os enterramentos serão feitos sem indagação crença religiosa, princípios filosóficos ou ideologia política, do falecido.

Art. 199 - É defeso fazer enterramentos antes de decorrer o prazo de 12 horas, contando do momento do falecimento, salvo:

a) quando a causa da morte for doença contagiosa, ou epidêmica,

b) quando o cadaver apresentar inequívocos sinais de putrefação.

§ 1. - Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto, nos cemitérios, por mais de 36 horas, contadas do momento em que se verificou o óbito, salvo quando o corpo estiver embalsamado ou se houver ordem expressa do Prefeito Municipal, ou autoridade judicial, ou autoridade policial.

§ 2. - Não se fará enterramento algum sem a certidão de óbito fornecida pelo oficial do registro civil do local do

falecimento ou na impossibilidade da obtenção desta certidão, mediante solicitação por escrito da autoridade policial ou judicial, ficando com a obrigação do registro posterior do óbito em cartório, e da remessa da referida certidão de óbito ao cemitério em que se deu o enterramento para os efeitos de arquivo.

Art. 200 - Os cadáveres serão enterrados em caixões e sepulturas individuais.

Art. 201 - Os proprietários de terrenos ou seus representantes, são obrigados a fazer os serviços de limpeza, obras de conservação e reparação no que tiverem construído e que forem necessários para a estética, segurança e salubridade dos cemitérios.

§ 1. - As sepulturas nas quais não forem feitos serviços de limpeza, obras de conservação e reparação julgados necessários, serão consideradas em abandono e ruína.

§ 2. - As sepulturas consideradas em ruína terão seus proprietários convocados por edital e se, no prazo de noventa dias, não comparecerem, as construções em ruínas serão demolidas, revertendo ao patrimônio municipal o respectivo terreno.

§ 3. - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, os restos mortais existentes nas sepulturas, serão incinerados e depositados em local próprio.

§ 4. - O material retirado das sepulturas, abertas para fins de incineração pertence ao cemitério, não cabendo aos interessados direitos de reclamação.

Art. 202 - Nenhuma exumação poderá ser feita antes de decorrido o prazo de três anos, contados da data do sepultamento, salvo em virtude de requisição, por escrito, da autoridade judicial ou policial, ou mediante parecer favorável do serviço médico da municipalidade.

§ 1. - Decorrido o prazo de três anos da data do sepultamento, a pedido da família, as sepulturas poderão ser abertas e os restos mortais removidos para outro local.

§ 2. - Exetudados os casos de requisição da autoridade policial ou judicial, as exumações deverão ser feitas, sempre na presença de médico da prefeitura.

Continua no proximo número

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 203 - Exceto as pequenas construções sobre sepulturas, ou colocação de lápides, nenhuma construção poderá ser feita, nem mesmo iniciada, nos cemitérios, sem que a planta tenha sido previamente aprovada pela municipalidade.

Art. 204 - Os empreiteiros responderão por danos causados por seus empregados, ou por desvio de objetos das sepulturas quando em trabalho nos cemitérios.

Art. 205 - Não poderão trabalhar nos cemitérios menores de 18 anos.

Art. 206 - Nos cemitérios é proibido:

- a) pisar nas sepulturas;
- b) subir em árvores, ou nos mausoléus;
- c) arrancar plantas, ou colher flores;
- d) rabiscar nos monumentos, ou nas lápides tumulares;
- e) praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos, ou dependências;
- f) fazer depósito de qualquer espécie de material, funerário ou não;
- g) pregar cartazes, ou fazer anúncios nos muros ou portões;
- h) efetuar atos públicos que não sejam de cultos religiosos ou cívico;
- i) fazer instalações para venda sejam do que for;
- j) fazer trabalhos de construções, nos domingos, salvo em casos devidamente justificados;
- k) prejudicar, danificar ou sujar as sepulturas;
- l) gravar inscrições, ou colocar epitáfios, sem o visto da administração;
- m) jogar lixo em qualquer parte do recinto;

Art. 207 - Além das disposições acima, os cemitérios estarão sujeitos ao que for estabelecido em regulamento próprio a ser baixado pelo Prefeito.

Art. 208 - A infração de qualquer destas disposições e do regulamento dos cemitérios, implicam em multa de cr\$ 500,00 á cr\$ 2.000,00

Da tranquilidade pública

Art. 209 É proibido:

a) Abandonar, nas vias públicas, animais atrelados a carroças ou outros veículos de tração animal, sem que os mesmos estejam devidamente manietados.

b) Amarrar animais de qualquer espécie às árvores de ornamentação ou ajardinamento público, postes de luz elétrica ou de telefone, ou deixá-los subir às calçadas,

c) deixar animais soltos nas vias públicas, ou amarrá-los nas mesmas para pastoreio,

d) danificar de qualquer maneira vias públicas ou qualquer propriedade ou bem de uso público,

e) promover ajuntamentos ruidosos nas vias públicas, ou fazer uso de sirenes, apitos, alto-falantes ou quaisquer instrumentos ruidosos, depois das 22 horas e antes das 6 horas.

f) os condutores de veículos automotores não poderão fazer uso de businas dentro do horário previsto na alínea anterior, a não ser em caso de absoluta necessidade, para evitar desastres ou colisão,

g) dentro do mesmo horário serão, igualmente, proibidos jogos ruidosos que, de qualquer maneira, possam perturbar sossego público,

h) salvo ocasiões de festejos populares, cívicos ou religiosos, é proibido soltar fogos de artifícios e rojões,

i) os infratores do disposto neste artigo serão punidos com a multa de cr\$ 200,00 á cr\$ 1.000,00, além da responsabilidade criminal que a Prefeitura promoverá.

§ Único - Não se compreendem nas proibições deste artigo o uso de sirenes, apitos, businas ou rojões ou, ainda, disparos de armas de fogo quando feito em advertência de perigo iminente, como tempestades, inundações, alarme de incêndio ou pedidos de socorro.

Art. 210 - As casas de diversões só poderão funcionar quando, em vistoria procedida pela Prefeitura, for verificado que oferecem o mínimo indispensável de conforto, higiene e segurança e permitem rápido escoamento dos assistentes em caso de perigo de incêndio etc.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 211 — Os cinemas que operarem com filmes inflamáveis só poderão funcionar com cabine à prova de fogo.

Art. 212 — Os bailes públicos não se realizarão sem licença da Prefeitura.

Art. 213 — Os circos, parques de diversões, carroceis e semelhantes serão armados com prévia licença da Prefeitura e não iniciarão espetáculo, nem venderão ingressos para o mesmo, sem a vistoria municipal e sem que seja verificado que as suas arquibancadas e instalações oferecem necessária segurança aos espectadores.

Art. 214 — Nenhuma casa de diversões espetáculos públicos poderá vender número de ingressos superior a capacidade de sua lotação.

Art. 215 — A Prefeitura não fornecerá licença para funcionamento de casas de diversões, circos, parques e outros quaisquer, em que, simultaneamente com as diversões públicas, ou acobertados sob o nome de diversões públicas, ou de qualquer outra forma, forem praticados jogos proibidos por Lei Federal.

Art. 216 — Nas casas de diversões ou espetáculos, nos locais de festejos públicos e competições esportivas, será proibida a entrada ou a permanência de ébrios, alienados e mendigos.

CAPITULO XVI

"Dancings" e "Boites"

Art. 217 — É vedado aos "Dancings" e "Boites" funcionarem sem o alvará de licença da municipalidade e em lugar diferente do indicado pelas autoridades municipais ou policiais.

§ Único — A licença para funcionamento de estabelecimentos deste gênero é sempre de caráter precário.

Art. 218 — As bebidas alcoólicas só poderão ser fornecidas em quantidade tal que não causem embriaguez. Infração: multa de cr\$ 500,00.

Art. 219 — É expressamente proibida a manutenção de quartos de aluguel nos "dancings" e "boites", bem como algazarras e barulhos que perturbem o sossego público. Infração: cancelamento do alvará e multa de cr\$ 1.000,00 a cr\$ 2.000,00.

Art. 220 — Os bailes públicos estão sujeitos as mesmas exigências deste Capítulo, no que couber.

CAPITULO XVII

Da higiene e Saúde pública

Art. 221 — A Prefeitura fiscalizará os estabelecimentos comerciais que venderem, diretamente ao consumidor, gêneros alimentícios ou forneçam refeições, impedindo o funcionamento dos que não satisfizerem os requisitos mínimos de higiene e saúde.

Art. 222 — Os estabelecimentos de matança de gado para fornecimento de carne verde a população serão vistoriados e só poderão funcionar quando forem declarados satisfatórios, quanto ao asseio das suas instalações, as condições em que funcionarem.

Art. 223 — Os animais a serem abatidos serão submetidos a inspeção sanitária, procedida por veterinário habilitado, sendo proibido expor a venda, ou utilizar para manipulação de produtos alimentícios, a carne dos animais que não forem portadores de certificado de sanidade.

Art. 224 — A carne verde, para consumo da população será transportada dos matadouros aos locais de retalhos, em recipientes higienicos e impenetráveis a poeira, insetos ou outras imundícies.

continuação do numero anterior da Lei Nº. 62

Art. 225 — Pão, doces e outros produtos de confeitaria, pasteis, fiambres e produtos de salschiarria, eseto os que na sua fabricação tenham sido encerrados em envólucros hermeticos, serão expostos em vitrines impenetráveis a poeira, insetos e outras imundícies.

§ Único — Fica terminantemente proibido as padarias fazerem entrega ou venda de pães sem estarem os mesmos individualmente embrulhados em papel para este fim.

Art. 226 — O pessoal de serviço nos bares, cafés, restaurantes e outros estabelecimentos congêneres, deverão estar trajados com asseio e decôro.

§ Único — O dispôsto neste artigo aplica-se também as coberturas de mesas e outros utensílios usados naqueles estabelecimentos.

Art. 227 — No serviço dos estabelecimentos referidos no artigo anterior, suas cosinhas e outras dependências, é proibido o emprego de pessoas portadoras de moléstias contagiosas ou repugnantes, ébrios e alienados.

§ Único — As pessoas empregadas nos estabelecimentos dos artigos 226 e 227 deverão estar munidas de atestado medico, renovado anualmente comprovando não serem portadoras das moléstias constantes neste artigo.

Art. 228 — Nos hotéis e casas de hospedagem não será permitido admitir número superior de hospedes ao que for possível acomodar dentro dos requisitos mínimos de conforto e asseio.

Art. 229 — É proibido, nos hotéis e casas de hospedagem, fornecer aos hospedes, forros de cama e toalhas que tenham sido usados por outros, sem qua sejam previamente lavados.

Art. 230 — A Prefeitura procederá a inspeção periódica as salas de refeição, cosinhas, quartos, instalações sanitárias banheiros e outras dependências de hotéis e casas de hospedagem, punindo rigorosamente as irregularidades constatadas.

Art. 231 — É proibido lançar nas vias públicas lixo, detritos de animais ou vegetais, resíduos industriais, ou canalizar ou permitir escoamento para éstas de águas servidas,

provenientes de lavadouros, pias banheiros ou quaisquer outras.

Art. 232 — Não será permitida a existencia de privadas ou latrinas primitivas, superficiais, que possam, de qualquer maneira, viciar a atmosfera ou contaminar águas de uso público ou particular, e, nas ruas principais a serem delimitadas por lei especial, de que trata o artigo 156, será obrigatória a existencia de fossas assepticas.

Art. 233 — Mesmo dentro de propriedades particulares não será permitida a existência de montouros ou amontoados de lixo que, pela sua putrefação possam corromper a atmosfera e servir de criadouro de moscas e outros insetos repugnantes.

CAPITULO XVIII

DO GADO LEITEIRO — ESTABULOS E ESTREBARIAS

Gado leiteiro, matricula

Art. 234 — Todas as vacas estabuladas ou não, destinadas a fornecer leite ao consumo público ou particular, no Município, deverão ser anualmente examinadas e matriculadas na Prefeitura.

§ Único — Não será matriculada a vaca que não estiver em perfeitas condições de saúde e vitalidade, o que será verificado em inspeção pelo Veterinário da Prefeitura.

Art. 235 — Se do exame resultar que a vaca é tuberculosa ou esta atacada de outra moléstia incurável e transmissível, será ela isolada sendo em seguida, remetida ao Matadouro do Municipalidade, no prazo de 24 horas, para ser abatida, sendo sua carne inutilizada de modo a não servir para alimentação e sómente para fins industriais.

Art. 236 — Quando o Veterinário verificar em algum estabulo a existência de vaca atacada de moléstia curavel, providenciará para ser ela tratada e medicada, por conta do proprietário respectivo, não podendo ser matriculada.

Continua no proximo número

ção do numero anterior da Lei N.º 62

Art. 237 - É proibida a ordenha de vaca cuja magresa não tenha sido avaliada quanto ao seu estado de saúde.

Art. 238 - Todos os estábulos deverão ser pintados de branco a cada seis meses.

Art. 239 - infração de quaisquer dispositivos sobre estes artigos será passível de multa de cr\$ 500,00 à cr\$ 2.000,00.

CAPITULO XIX

Das Penalidades

Art. 240 - As infrações deste Código, para as quais não tenha sido cominada pena especifica, serão punidas com multa de cr\$ 200,00 à cr\$ 5.000,00.

Art. 241 - O Município não poderá cobrar multas superiores, para cada infração, ao máximo estabelecido pelo artigo anterior, salvo as que são baseadas na percentagem dos respectivos impostos, previstos no Código Tributário e Fiscal do Município.

Art. 242 - O Prefeito graduará as multas, de acôrdo com a gravidade da infração.

Art. 243 - O pagamento da multa não exime o infrator da obrigação de satisfazer o dano causado, nem da responsabilidade criminal que contra ele será promovida pela Prefeitura, quando for o caso.

Art. 244 - Os pais, tutores, curadores ou responsáveis sôb qualquer título, responderão pelas infrações cometidas, ou danos causados pelos seus filhos, tutelados, curatelados ou sôb qualquer título, quando menores ou incapazes.

CAPITULO XX

Das disposições gerais

Art. 245 - Os funcionarios municipais tratarão as partes com urbanidade e boas maneiras, orientando as quanto as leis do Município e prestando, com prestêza, todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

Art. 246 - Todos os funcionarios municipais serão autoridades para lavrar o competente "Auto" de infração de que tiverem conhecimento.

Art. 247 - A ninguem é lícito recusar entrada, durante o dia, nos estabelecimentos, aos funcionarios que estiverem em serviço de inspeção para a observância do cumprimento das posturas.

Art. 248 - Qualquer desacato à autoridade municipal constitue crime, instaurando a Prefeitura o competente processo contra os culpados, além da multa que lhes for cabível.

Art. 249 - Do auto de infração lavrado pelo funcionario caberá recurso ao Prefeito, dentro do prazo de sete dias.

Art. 250 - De posse do recurso, o Prefeito mandará proceder as diligências que julgar necessárias e proferirá a decisão final, que será irrecorrível.

Art. 251 - Os casos omissos neste Código serão resolvidos pelo Prefeito de acôrdo com a legislação subsidiaria e as leis vigentes no País.

Art. 252 - O presente CÓDIGO entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Toledo,

em 15 de Dezembro de 1954.

ass. Dr. Ernesto Dall'Oglio

Prefeito

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Francisco Safonoff

Secretario

ANEXO I

**COLÉGIO VICENTINO INCOMAR. Solicitação de Dom Manuel Koenner à
Província Vicentina de Curitiba para a instalação do Colégio em Toledo. Foz do
Iguaçu, 1947. 1f.**

São do Iguaçu, 1 de Agosto de 1942

Amoroso eja Nono Leitor fern listi!

Como uma visitadora!

Encaminhado pelo Sr Alfredo Roaro verho pedir. Lhe a finera,
mandar os meus endereços e quanto antes uma planta
para a construção do colégio em Soledade.

Sabes a Senhora tenha uma planta de um colégio já
construído em outro lugar que assim facilmente
pode servir de modelo.

Seu mais no momento

no amor do divino coração

muito grato

Dr. Martinho Pütz SVD

Caro

ANEXO J

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A. Documento da MARIPA se comprometendo a alterar a Planta da construção da escola. Toledo, 1947. 1 f.

INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA
RIO PARANÁ S. A.

RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA
CAIXA POSTAL, 1423 - TELEGR. "IMCORP"

FORTO ALEGRE,

Toledo (Fazenda Britania), 20 de Novembro de 1947

Prezadas Irmãs de Caridade

Louvado seja N.S. Jesus Cristo

Recebi vossa carta de 25 do p.p. pedindo alterar a planta do Colégio, assim que está tudo providenciado de acordo com vosso desejo, como assim o modelo do genflexorio. Espero com o auxilio do bom Jesus terminar o mais depressa possível a construção. Qualquer coisa mais necessaria peço favor escrever.

No Sagrado Coração de Jesus
sauda-vos cordialmente

Agueda Paraná

ANEXO L

MUSEU HISTÓRICO WILLY BARTH. Entrevista da Irmã Verônica Sawtczuck, concedida ao Museu Histórico Willy Barth, em 12/09/1985. Toledo, 1985. 2 f.

Entrevista - Ir. Verônica Sawtczuk - 12.9.85

Local de nascimento e nome dos pais

- Eu nasci em Curitiba e meus pais foram Paulo e Maria Sawtczuk

Como foi sua infância?

- Minha infância foi como a de todas as crianças, com um particular, eu perdi minha mãe muito cedo e com isso eu praticamente vivi com meu pai. e meus irmãos.

Quando a senhora recebeu o hábito de São Vicente?

- Em 1946

Que idade tinha?

- Bom, quando eu vim para Toledo eu tinha 18 anos

Então fazia 2 anos que tinha recebido o hábito quando veio a Toledo

- Nós nos consideramos incorporadas à Congregação quando entramos no seminário. Já é um hábito, não como hoje, mas como noviça. É considerada membro, já incorporado.

Como soube da existência de Toledo? Foi o Pe. Patui que trouxe para cá

- Sim. Em 1947, eu já com o hábito de freira da Caridade, eu soube e fui convidada para vir a Toledo. Foi o Pe. Patui e o senhor Alfredo Ruaro que foram pedir à nossa superiora provincial pelo menos 3 irmãs para cá e firmaram o acordo com toda a certeza e recebendo a resposta positiva nós esperamos ainda um ano para vir a Toledo, porque ele disse que tinha que preparar um pouco com certeza a moradia. Eram os puxados: dois puxadinhos, duas meia-água, uma de cada lado da então igreja matriz. Neste meio tempo uma das irmãs ficou muito doente em Laranjeiras e eu prestei serviço em Laranjeiras durante 5 meses e depois disto eu vim para Toledo. Chegamos em 2 de fevereiro de 1948.

A viagem foi rapidinha?

- Não foi tão rapidinha não. Até Cascavel nós viemos com um táxi aéreo e de Cascavel para cá, chegamos 9, nove e pouco em Cascavel, e aqui em Toledo só às cinco e meia da tarde. Era bem dizer um picadão que é aberto de Cascavel prá cá.

E a senhora veio com que meio de transporte de Cascavel a Toledo?

- Um jipe. Um jipão daqueles, parecia um jipão do exército, muito reforçado, pois ele ia pulando por cima de tocos ~~xxxxx~~ meio altos

Quem é que estava lhe esperando lá em Cascavel?

- Em Cascavel estava esperando, não estavam esperando muitas pessoas né. Só o jipe, porque se fosse mais pessoas nós não teríamos como vir até aqui. Estava só o Pe. Antônio com o jipe, nós viemos aqui bem apertado porque não era um jipe espaçoso, era daqueles pequeninos ainda.

Cascavel, na época, já tinha aeroporto?

- Era um aeroporto improvisado. Não era digamos improvisado, já era utilizado como pequeno aeroporto para táxis, esses táxis pequenos, aviões pequenos de serviço, ele já era utilizado para isso.

A senhora lembra o nome das religiosas que vieram com a senhora?

- Sim. Veio como responsável da casa a Ir. Lúcia Mikos, a Ir. Élia Bass e eu. Três irmãs. Era uma obra pequena.

Quais foram suas primeiras impressões sobre Toledo, vila que estava surgindo?

- Eu fiquei admirada. Como é que pode um lugarzinho, um lugarejo, não se viam^{em} as 14 casas que até então existiam; 14 casas, a nossa com a igreja já era a décima quinta. E não apareciam, não eram assim muito muito próximas, bem dispersas e quase no meio do mato. Um espaçozinho para a casa um pequeno pátio e mato. Uma área muito pequena, a área das casas que estavam ali mais próximas. As mais próximas eram a do Zulmiro Ruaro, a Odila Formighieri, tinha também a do Atílio Formighieri e do Etério Figna, as mais próximas umas das outras. As demais umas bem distantes das outras. Senão tanto, mas ali naquele lugarejo, naquele tanto de desmatção que tinha, então só aquele pouquinho naquele bloco e as demais no meio de mato mesmo.

Como a comunidade as recebeu?

- A comunidade recebeu-nos com entusiasmo. Não era muito fácil adquirir coisas, mas foguetes, fogos, eles tiveram muito. Muitos. Era um estrondo um pipocar de fogos ali que até assustava. O lugar era muito pequeno. Com entusiasmo, começaram a vir gente. Cada um já tinha alguma coisa para trazer, o que tinham lógico. Eram frangos, leitões e uva. Alguns já tinham uva plantada aqui. O que tinham afinal vinham trazendo. Tanto que o primeiro trabalho que eu fiz era, foi fazer um galinheiro e um chiqueirinho para colocar tudo o que nós estávamos recebendo. Quer dizer, não tinha mesmo, não tinha onde colocar.

ANEXO M

COLÉGIO VICENTINO INCOMAR. Relação de resoluções e atos oficiais que autorizaram a criação e o funcionamento dos novos cursos no Incomar. Toledo, 2000.

**PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS (FILHAS) DA CARIDADE
DE SÃO VICENTE DE PAULO**

Instituto Imaculado Coração de Maria - INCOMAR

Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 50.280/61 - Registrada no CNSS sob nº 27.213/66 - CGC 76 578 137/0029-9

PRINCIPAIS DADOS SOBRE O ESTABELECIMENTO

ATOS OFICIAIS

- Curso Primário, registrado sob o nº 223, em 06/04/1948, na SEEC.
Reconhecimento - Res. nº 5.624/74 da SEEC, D.O. de 23/12/1974.
- Curso Ginásial - Port. nº 455, de 05/06/1962, no MEC.
Reconhecimento - Res. nº 676/75 da SEEC, D.O. de 24/03/1975.
- Pré Escolar - Dec. nº 6.538/75, D.O. de 24/02/1975.
Reconhecimento - Dec. nº 3.275/77
- Cursos de Dattilografia e Corte e Costura - Res. nº 4.849/74, de 13/11/74, D.O. de 21/11/1974.
- Com a implantação da Lei 5.692/71, fez parte do Complexo da Região.
O Plano foi aprovado através do Parecer nº 054/76, homologado pela Res. 1.933/76 da SEEC, D.O. de 25/10/76.
Autorização de funcionamento - Decreto governamental nº 2.684/76.
Reconhecimento definitivo - Res. 2.922/82.

Outros atos

- Ginásio - Utilidade Pública - Dec. Presidencial nº 50.280/61.
Registrado no CNSS sob nº 27.213/66.
Ato nº 11 de 14/11/1961
Opção: Sistema Federal.
Em 1970 passou para o Sistema Estadual. Inspeção Estadual: Art. 4º do Dec. 13269 de 30/10/1969, Of. nº 560/69, nº ~~12.604~~ de 04/12/1969.
- Curso Normal - de 1966 a 1973.
Autorização de Funcionamento: Dec. 20.363 sw 30/12/1965.
Reconhecimento Dec. nº 20.569 de 14/07/1970, D.O. nº 93, de 16/09/1970.
Parecer que aprova o Plano de Implantação, Lei 5.692/71, nº 026177.
- Pré Escolar - Autorização de funcionamento - Dec. 6538 de 20/02/75 publicado no D.O. de 24/02/75.
Decreto de Reconhecimento nº 3275/77
Aprovação do Regimento específico para classes de Pré Escolar, Res. 986/83.
- Aprovação do Regimento Escolar das Escolas mantidas pela Província:
Parecer nº 51/93 e Res. 362/93
- Aprovação da última grade curricular: Parecer nº 946/93.
- Autorização de funcionamento do 2º Grau - Educação Geral - Res. 4.194/96 → *Par*

Alterações do nome:

- Instituto Imaculado Coração de Maria - Desde a criação - 1ª a 4ª série.
- Ginásio Imaculado Coração de Maria - Desde a criação do ginásio até a Reforma.
- Escola Imaculado Coração de Maria (1ª a 8ª série) a partir da reforma do Ensino.
- Escola Imaculado Coração de Maria - Ensino de 1º Grau, em 1976.
- Escola Imaculado Coração de Maria - Ensino Pré Escolar e de 1º Grau, em 1983.
- Colégio Imaculado Coração de Maria - Ensino Pré Escolar e de 1º e 2º Graus - em 1997.
- Colégio Imaculado Coração de Maria - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - em 1998.
- Colégio Vicentino Imaculado Coração de Maria - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio - Res. Nº 3459/99 D.O.E. de 30/09/99.

ANEXO N

COLÉGIO VICENTINO INCOMAR. Livro de Presença do Colégio Incomar, ano de 1948. Toledo, 1948.

ANEXO O

COLÉGIO VICENTINO INCOMAR. Livro de Presença do Colégio Incomar, ano de 1949. Toledo, 1948.

ANEXO P

COLÉGIO VICENTINO INCOMAR. Fichas de matrículas que consta os dados sobre a profissão dos pais dos alunos da primeira turma do Colégio Incomar. Toledo, 1948.

Nome do aluno	Nome do pai	Profissão
33 - Orestes de Jesus Colmann	Januario	operário
34 - Rumilto Nardi	Daniel	barbeiro
35 - Nair S. Bolson	José	carpinteiro
36 - Antonio C. Bolson	"	"
37 - Teresinha Lavanatti +	Antônio	operário
38 - Iracema Lavanatti +	"	"
39 - Elio Barbieri	Rosalino	industrial
40 - Leticia Bart +	Alberto	carpinteiro
41 - José Gentil Capeleto	Guilherme	"
42 - Orildo Escam	Antônio	operário
43 - Matilde Escam	"	"
44 - Pedro Vallezi	Luiz	"
45 - M. Eduriges Cardozo	Antonio Babino	Lavrador
46 - Valdemiro Cardozo	"	"
47 - André Cardozo	"	"
48 - Luiz Santana +	José	carpinteiro
49 - Graciosa Boscato +	José	lavrador
50 - Natália Zieliński	Miguel	ferreiro
51 - Amélia "	"	"
52 - Alcides Nazari	Verilio	chauffeur
53 - Ilda Nazari	"	"
54 - Iraci Nazari	"	"
55 - Marcelina Lavanatti +	Antônio	operário
56 - Teresinha Camargo	João	
57 - Nestor Camargo +	"	
58 - Curia P. dos Reis	Horácio	negociante
59 - Agripina P. dos Reis	"	"
60 - Nair Escam	Antônio	operário
61 - Teresinha Bertolini	Amadeu	agricultor
62 - Otília Bertolini	José	"
63 - Maria Bertolini	"	"
64 - Heleno Bertolini	Antônio	"

ANEXO Q

LUCRÉCIA WELTER. Boletim do ano letivo de 1960 da ex-aluna do Colégio Incomar Lucrécia Welter. Toledo, 1948.

INSTITUTO									
Imaculado Coração de Maria									
TOLEDO PARA									
BOLETIM									
DO									
ALUNA <i>Sucrecia Walter</i>									
SERIE <i>1ª</i>									
196 <i>D</i>									

EXAMES FINAIS					MÉDIAS				
Aritmética	<i>9,7</i>				Anual	<i>93</i>			
Português	<i>9,4</i>				Do exame	<i>85</i>			
C. Gerais									

CLASSIFICAÇÃO DOS ALUNOS PELAS MÉDIAS									
De 0 a 4,4					Fracos				
De 4,5 a 7,4					Médios				
De 7,5 a 10					Fortes				

Meses	Relig.	Pott.	Art.	C. Ger.	Média	Comport.	Aplic.	Faltas	Anuidade Escolar	Nome do Pai ou Tutor
Março	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	-	<i>8</i>	<i>10</i>	<i>8</i>		1ª prestação cr\$ <i>500,00</i>	
Abril	<i>10</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	-	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>9</i>		Artigo Escolar cr\$ <i>100,00</i>	
Mai	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	-	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>10</i>			
Junho	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	-	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>10</i>			
Agosto	<i>10</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	-	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>10</i>		2ª prestação cr\$ <i>500,00</i>	
Setembro	<i>10</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	-	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>10</i>		Artigo Escolar cr\$	
Outubro	<i>9</i>	<i>9,2</i>	<i>9</i>	<i>9</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>10</i>			
Novembro										
MÉDIA Anual <i>91,95</i> - <i>93</i>										
OBS. - A vista das notas obtidas nas provas e exames finais, fica o aluno										
direito de matrícula no 1º ano da 1ª série do curso primário										
MÉDIA DE APROVAÇÃO <i>9,4</i> Diretora <i>Irma Helena</i> Professora <i>Irma Eunice</i>										

ANEXO R

CASA ESTANISLAVA PERZ. Ata de fundação da Casa Estanislava Perz. Toledo, 1984. 1 f.

Ata da Fundação da Casa das Irmãs
"Irmã Estanislava Perz".

Aos dezanove dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro, no Centro Comunitário São Vicente de Paulo, Vila Boa Esperança - Toledo PR, houve a Celebração da acolhida das Irmãs na Comunidade Paroquial São Pedro e São Paulo. Às 9h e 30min deu-se o início da Celebração Eucarística, concelebrada por Dom Lúcio Ignácio Baumgaetner - Bispo Diocesano, Pe. Aloysio André Kaspér - Pároco e Pe. Adélino Baumgaetner, irmão de Dom Lúcio. Participaram da referida celebração representantes das Comunidades: São Pedro e São Paulo, São José Operário e Comunidade local. Igualmente marcaram presença, Irmã Theuzinha Remonato - Provincial das Filhas da Caridade da Província de Curitiba; Irmã Teresa Barbosa (Helena G. Barbosa) Conselheira Provincial, as Irmãs do Colégio Imaculado Coração de Maria - Toledo, as Irmãs de Foz do Iguaçu e de Cascavel. Foi lido o termo de instalação da Comunidade "Irmã Estanislava Perz", perante numerosa assembleia, reafirmando o compromisso das Irmãs com o povo, nestes termos: Instalação da Comunidade "Irmã Estanislava Perz". Que esta nossa instalação vivem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Conforme solicitação do Reverendíssimo Sr. Pároco da Paróquia São Pedro e São Paulo, Vila Operária - Toledo oficialmente instalamos, por este ato, a Comunidade das Irmãs "Filhas da Caridade" da Província de Curitiba, na Paróquia de São Pedro e São Paulo, Vila Operária - Toledo para realizarem um trabalho pastoral junto às famílias da Comunidade Paroquial, fixando residência a domicílio à rua Germano Pizzeta, 40 na Vila Boa

Esperança Toledo. A Comunidade será oficialmente conhecida pela denominação por elas escolhida, Comunidade Santa Estanislava Parg. As Irmãs prestarão serviço à Comunidade da Paróquia e a Comunidade Paroquial acolherá e prestará ajuda para que se realize o reino de Deus.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Toledo sob o nosso sinal e selo, aos 19 de agosto de 1984.

Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner - Bispo de Toledo.
Após a leitura do termo de Instalação da Comunidade, outro acontecimento surpreendeu a todos: a leitura do Ato de denominação do Padroeiro do Centro Comunitário, São Vicente de Paulo, escolhido pelo povo e oficializado por Dom Lúcio nestes termos.

Ato de Denominação de Padroeiro.

Atos que esta denominação virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Atendendo a solicitação da Comunidade de Vila Boa Esperança - Toledo - feita pelo seu reverendíssimo Pároco Padre Aloysio Andrei Kasper, de oficializar e constituir padroeiro da comunidade.

Pelo presente ato oficializamos e constituímos Padroeiro da Vila Boa Esperança de Toledo a São Vicente de Paulo, exemplo de virtude e doação generosa pelos menos favorecidos e mais necessitados. Seja-lhe prestada a devida honra, invocado e imitado em suas virtudes.

Dada e passada na Cúria Diocesana de Toledo, sob o nosso sinal e selo, aos 19 de agosto de 1984.

Dom Lúcio Ignácio Baumgaertner
Bispo Diocesano.

A seguir, na homilia, Dom Lúcio mencionou no